

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Cintia Almeida Fidelis

**De teto e chão não abrimos mão:
o protagonismo dos sujeitos coletivos no enfrentamento dos conflitos
funditários, vivências (resistências) construídas a partir da luta popular**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2025

Cintia Almeida Fidelis

**De teto e chão não abrimos mão:
o protagonismo dos sujeitos coletivos no enfrentamento dos conflitos
funditários, vivências (resistências) construídas a partir da luta popular**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à banca
examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para
obtenção do título de DOUTORA em
Serviço Social, sob a orientação da
Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira
da Paz.

São Paulo

2025

F451

Fidelis, Cintia Almeida

De teto e chão não abrimos mão: o protagonismo dos sujeitos coletivos no enfrentamento dos conflitos fundiários, vivências (resistências) construídas a partir da luta popular. – São Paulo: [s.n.], 2025.

269 p.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

1. Conflitos fundiários. 2. Territórios de vivência. 3. Luta popular. I. Paz, Rosangela Dias Oliveira da. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD 361.3

Cintia Almeida Fidelis

**De teto e chão não abrimos mão:
o protagonismo dos sujeitos coletivos no enfrentamento dos conflitos
funditários, vivências (resistências) construídas a partir da luta popular**

Tese apresentada à banca
examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para
obtenção do título de DOUTORA em
Serviço Social, sob a orientação da
Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira
da Paz.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz
(PUC-SP)

Profa. Dra. Maria Beatriz Abramides
(PUC-SP)

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui
(PUC-SP)

Profa. Dra. Ana Paula Pimentel Walker
University Of Michigan

Prof. Dr. Miguel Edgardo Vicente Trotta
(UNLa)

Aos sujeitos coletivos , pela oportunidade de poder caminhar e partilhar a luta e os processos de resistências. Obrigada pela confiança depositada. Aos trabalhadores e trabalhadoras que acreditam na luta coletiva e constroem a esperança por um mundo mais justo e igualitário.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento nº 001 – processo número 88887.675478/2022-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – number process 88887.675478/2022-00.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que vieram antes de mim, especialmente à minha avó Rita (in memoriam), minha amiga, maior incentivadora, com quem aprendi que é preciso ter coragem, e, se for preciso, siga com medo, mas vá em frente!

Aos que abriram os caminhos para a produção de conhecimento e lutam incansavelmente pela sua democratização, para tornar o espaço acadêmico acessível a todas as pessoas.

À minha família, minha base, meu ponto de partida, referência e inspiração.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Jorge Dreher, meu maior incentivador, por compartilhar comigo as alegrias, os dilemas, as aventuras da vida. Obrigada por segurar a minha mão nas jornadas mais incertas e desafiadoras.

Agradeço imensamente à Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz. Seu acolhimento e orientação respeitosa, cuidadosa e comprometida foram fundamentais para esta pesquisa. A proximidade e o compromisso da professora com os movimentos sociais e a luta coletiva permitiram um diálogo fluído e um olhar atento, trazendo contribuições valiosas para a construção deste trabalho.

Agradeço aos professores componentes da banca de doutorado, que abraçaram o convite para arguição desta pesquisa:

À Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui, por sua presença constante em minha jornada acadêmica, oferecendo contribuições significativas desde a qualificação e acompanhando-me também fora da sala de aula. Seus aportes teóricos e ensinamentos foram fundamentais no processo de escrita deste trabalho.

Ao Professor Dr. Miguel Trotta, meu sincero agradecimento por me receber como coorientador na *Universidad Nacional de Lanús* (UNLa), durante o período da Bolsa Sanduíche. Nossas conversas e intercâmbios, tanto no ambiente acadêmico, quanto nas frentes de luta, foram fundamentais para expandir minha compreensão coletiva sobre os processos de resistência latino-americana. Acredito firmemente que a luta se constrói com conhecimento, dedicação, estudo aprofundado, ética e um forte senso de afeto mútuo.

À Prof. Dra. Beatriz Abramides, por acompanhar minha trajetória acadêmica e militante, enriquecendo-a com seus ensinamentos desde a graduação, passando pelo mestrado e doutorado.

À Prof. Dra. Ana Paula Pimentel Walker, por suas valiosas trocas de experiências, partilhas e construções coletivas, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Prof. Dra. Mariângela Belfiore Wanderley, pela acolhida e incentivo ao meu ingresso no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, para a realização do mestrado, em 2016.

À Dra. Talita Gonzales, meu sincero agradecimento por ter aceitado fazer parte da banca examinadora. Sua dedicação à pesquisa militante e seu compromisso com a luta popular são uma inspiração.

Agradeço aos docentes do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, por proporcionarem um ambiente enriquecedor para a construção do conhecimento, que se estende para além da relação acadêmica.

À Andreia Fazekas Canhetti, assistente de coordenação do PEPG em Serviço Social, agradeço imensamente pelo apoio e atenção dedicados na compreensão dos diversos procedimentos acadêmicos.

Ao Benedito Barbosa, protagonista dessa pesquisa, agradeço imensamente por todo o apoio, estímulo e generosidade, sua contribuição engrandeceu esta pesquisa. É um privilégio compartilhar os espaços coletivos com você.

Às protagonistas desta pesquisa: Marilene Ribeiro (Mara), Sheila Nobre e Tereza Arrais, companheiras de militância e amigas queridas, sigo aprendendo todos os dias com vocês, muito obrigada pela confiança.

Aos movimentos de moradia, que diariamente me ensinam o valor da luta coletiva e me proporcionam oportunidades únicas que enriquecem minha visão de mundo, impulsionando-me a buscar novos desafios constantemente.

Aos colegas da Peabiru, lugar único de aprendizado coletivo, onde exerço o ofício de trabalhadora social. Muito obrigada por todo apoio e suporte.

Aos companheiros da Cooperativa Mútua, pela confiança depositada.

Ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, pelos ensinamentos, partilhas e pela confiança. Um agradecimento especial aos colegas do Programa Moradia Digna.

Organizar a esperança,
Conduzir a tempestade
Romper os muros da noite,
Criar sem pedir licença
Um muro de liberdade.
Trabalhar a dor, trabalhar o dia,
Trabalhar a flor, irmão!
E a coragem de acender a rebeldia!
Convocar todos os sonhos
E as mãos das companheiras
Feitas de espera e de flor,
Tecendo nossas bandeiras
Na trama de cada dor.
Retomamos a memória,
Na batalha das cidades
Empunhamos nossa história
Já não há quem nos detenha
Nós somos a tempestade.
(Metal e sonho, Pedro Tierra)

Fidelis, Cintia Almeida. **De teto e chão não abrimos mão**: o protagonismo dos sujeitos coletivos no enfrentamento dos conflitos fundiários, vivências (resistências) construídas a partir da luta popular. 2025. 269 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2025.

RESUMO

Objetivou-se com a presente pesquisa aprofundar os estudos sobre as dinâmicas territoriais vividas pelos sujeitos coletivos nas situações de violações de direitos, mais especificamente nos conflitos fundiários. Esta tese está dirigida aos movimentos de moradia, aos sujeitos coletivos que atuam cotidianamente na luta contra despejos e remoções. A escolha metodológica do presente trabalho parte da experiência concreta em conhecer como os sujeitos coletivos se articulam e constroem as estratégias territoriais, que se contrapõem aos efeitos perversos da implementação de políticas neoliberais que fatiam os territórios e os tornam capital ativo para o mercado especulativo. A construção desta pesquisa está alicerçada na ação coletiva de diversos sujeitos, e se inscreve no esforço de trazer o chão vivido para o centro do debate, a partir de leituras do cotidiano, da ação coletiva, sob as lentes do pensamento crítico, na perspectiva de uma práxis transformadora, articulando um arcabouço teórico-metodológico capaz de visibilizar o processo de construção da resistência para transformação da realidade. Os procedimentos metodológicos pretendem visibilizar a incidência política territorial da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços (SFOC), construir uma fotografia da atuação territorial, a partir do levantamento de dados, da documentação visual e da narrativa dos sujeitos coletivos, com o objetivo de entender suas características, dinâmicas e relações sociais. O levantamento das favelas e ocupações que compõem a articulação da SFOC representa uma contribuição significativa para a incidência política, a partir da leitura dos dados, com esse grau de proximidade, que será de grande valia para a construção de leituras sobre os conflitos fundiários, suas similaridades, as precariedades, como também os marcadores sociais que conformam a relevância do conjunto de ações e a presença concreta da incidência política dos movimentos sociais na defesa do direito à moradia e a todos os direitos fundamentais para a reprodução da vida. Certamente, esse trabalho não se esgota por aqui, as análises e sistematizações seguirão desafiando a conjuntura complexa, em novos caminhos insurgentes, compromisso necessário e fundamental para a luta coletiva.

Palavras-chave: Conflitos Fundiários, Territórios de Vivência, Luta Popular

Fidelis, Cintia Almeida. **We won't give up on roof and floor**: the protagonism of collective subjects in confronting land conflicts, experiences (resistance) built from popular struggle. 2025. 269 p. Thesis (Doctorate in Social Work) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2025.

ABSTRACT

The aim of this research was to deepen the study of the territorial dynamics experienced by collective subjects in situations of rights violations, more specifically in land conflicts. This thesis focuses on housing movements and collective subjects who engage daily in the struggle against evictions and displacements. The methodological approach of this work is based on the concrete experience of understanding how collective subjects articulate and construct territorial strategies, which counter the perverse effects of the implementation of neoliberal policies that divide territories and turn them into active capital for the speculative market. This research is grounded in the collective action of diverse subjects and is part of the effort to bring lived experience to the center of the debate, based on readings of everyday life and collective action, through the lens of critical thinking, from the perspective of transformative praxis, articulating a theoretical-methodological framework capable of visualizing the process of building resistance to transform reality. The methodological procedures aim to highlight the territorial political influence of the Secretariat of Favelas, Occupations, and Tenements (SFOC), constructing a snapshot of its territorial action through data collection, visual documentation, and the narratives of collective actors, with the goal of understanding their characteristics, dynamics, and social relations. The survey of the favelas and occupations that comprise the SFOC's network represents a significant contribution to political influence. This close-up analysis of the data will be invaluable for constructing interpretations of land conflicts, their similarities, and precariousness, as well as the social markers that shape the relevance of the set of actions and the concrete presence of the political influence of social movements in defense of the right to housing and all fundamental rights for the reproduction of life. Certainly, this work does not end here; the analyses and systematizations will continue to challenge the complex situation, in new insurgent paths—a necessary and fundamental commitment for the collective struggle.

Keywords: Land Conflicts, Living Territories, Popular Struggle

LISTA DE FOTOS

Foto 1: A caminhada de luta dos sujeitos coletivos – Encontro da União Nacional por Moradia Popular, São Luís / Maranhão - 2023	18
Foto 2: Universidad Nacional de Lanús - UnLa / Argentina.	25
Foto 3: Universidad Nacional de Lanús - UnLa / Argentina.	25
Foto 4: Universidad Nacional de Lanús - UnLa / Argentina.	26
Foto 5: Universidad de La Plata - Facultad de Trabajo Social	26
Foto 6: Ciclo de formação com movimentos sociais – Proyecto Habitar	27
Foto 7: Discussão sobre participação e compromisso político - MOI.....	27
Foto 8: Discussão sobre convivência coletiva - Programa de Vivenda Transitória - Movimento de Ocupantes y Inquilinos - MOI.....	28
Foto 9: Visita ao bairro popular – Villa Palito / La Matanza, Bs As.....	28
Foto 10: Visita aos projetos das cooperativas	29
Foto 11: Cooperativa Gráfica La Voz de la Mujer / Buenos Aires - Argentina. 29	
Foto 12: Barrio Comunitário Norita Cortiñas – Guenirca. Matanzas / Argentina.	30
Foto 13: Prédio Ocupado em Buenos Aires - Argentina	30
Foto 14: Apresentação do formulário no Seminário, elaboração coletiva.	45
Foto 15: Registro do Seminário	45
Foto 16: No chão da pesquisa – o sentido coletivo se constrói caminhando junto.	57
Foto 17: Não é só a casa	63
Foto 18: Aldenira, moradora da Ocupação Terra de Deus, um mês antes da remoção.	95
Foto 19: A luta pelo direito à moradia é de carne e osso	115
Foto 20: Rede de apoio nos territórios durante a pandemia	139
Foto 21: Rede de apoio nos territórios durante a pandemia	139
Foto 22: Produção de máscaras durante a pandemia de Covid19	143
Foto 23: Ação de Remoção - Despejo da Ocupação Novo Chuvisco, antiga Favela da Rocinha, Jabaquara, Zona Sul / São Paulo.	150
Foto 24: Ação de Remoção - Despejo da Ocupação Novo Chuvisco, antiga Favela da Rocinha, Jabaquara, Zona Sul / São Paulo.	150

Foto 25: O chão da luta - onde a vida acontece	172
Foto 26: Esqueleto da casa demolida - Ocupação Toka do Sapo/Grajaú - SP.	183
Foto 27: Ocupação Toka do Sapo Grajaú SP - Rua principal.....	184
Foto 28: Moradora da Ocupação Terra de Deus - Aldenira	188
Foto 29: Registro fotográfico do início da ocupação - 2013.....	196
Foto 30: registro do levantamento socioterritorial - 2019.....	201
Foto 31: Construção do Plano de Autourbanização.....	205
Foto 32: Assembleia de moradores - Plano de Autourbanização	206
Foto 33: Atualização dos instrumentais - preparação para discussão com os moradores das quadras para movimentação das moradias para respectivos lotes.	206
Foto 34: Discussão de marcação de lote com os moradores	207
Foto 35: Discussão sobre a movimentação das moradias.....	207
Foto 36: Mutirão de construção das casas embrião	208
Foto 37: Mutirão de construção das casas embrião	208
Foto 38: Vista aérea da Ocupação Anchieta - 2023	210
Foto 39: Favela Morro do Pullmann	214
Foto 40: Atividade de formação com moradores e lideranças	220
Foto 41: Atividade de formação sobre PIU	220
Foto 42: Atividade de preparação para levantamento social – Morro do Pullmann / Vila das Belezas.	221
Foto 43: Luta e Resistência Popular	224
Foto 44: 1º Encontro de Favelas, Ocupações e Cortiços.....	231
Foto 45: 1º Encontro de Favelas, Ocupações e Cortiços.....	231
Foto 46: 2º Encontro SFOC.....	238
Foto 47: 3º Encontro SFOC.....	240
Foto 48: 4º Encontro SFOC.....	244

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trocas e vivências: organizações e coletivos	24
Figura 2: Formulário para levantamento sócio territorial, elaboração coletiva.	44
Figura 3: Interlocutora – Sheila	48
Figura 4: Interlocutora – Marilene (Mara)	49
Figura 5: Interlocutora - Teresa	50
Figura 6: Interlocutor – Benedito (Dito).....	51
Figura 7: Chão da pesquisa	66
Figura 8: Mapa do crescimento da população por subprefeitura	69
Figura 9: Quadro sobre a população, população em favelas e número de favelas na Bacia da Billings.....	70
Figura 10: Publicação com conteúdo preconceituoso no site da Prefeitura	72
Figura 11: Mapa da Desigualdade - Idade Média ao morrer.....	74
Figura 12: Mapa da Incidência Política da SFOC	102
Figura 13: Favela Comunidade CITY (Mirandas II)	103
Figura 14: Favela Comunidade Jardim Iporã.....	104
Figura 15: Favela Comunidade Jurubatuba	104
Figura 16: Favela Marsilac	105
Figura 17: Favela Mirandas I (Nova Jersey).....	105
Figura 18: Favela Olaria / Canto do Rio Verde	106
Figura 19: Favela Pantanal	106
Figura 20: Favela parque Residencial Cocaia	107
Figura 21: Favela Paulistinha	107
Figura 22: Favela PullMan II	108
Figura 23: Favela Vila das Belezas	108
Figura 24: Ocupação Anchieta Grajaú	109
Figura 25: Ocupação Gaivotas.....	109
Figura 26: Ocupação JG3	110
Figura 27: Ocupação Morro do Ketchup.....	110
Figura 28: Ocupação Morro dos Macacos.....	111
Figura 29: Ocupação Terra de Deus	111
Figura 30: Ocupação Toka do Sapo.....	112

Figura 31: Ocupação Chapecó da Serra	112
Figura 32: Paraisópolis - UBM CSP	113
Figura 33: Campanha Despejo Zero – incidência política	146
Figura 34: Quadro das situações de remoções / ameaças	148
Figura 35: Gráfico das Remoções coletivas	148
Figura 36: Foto do Edifício Wilton Paes de Almeida	152
Figura 37: Valores Orçados e Liquidados por programa na função habitação	165
Figura 38: Carta Aberta dos Movimentos de Moradia	168
Figura 39: Quadro comparativo do Programas Habitacionais	170
Figura 40: Mapa do Projeto do Parque Linear Cocaia	181
Figura 41: Esquema representativo de origem das famílias - Ocupação Anchieta - Grajaú	194
Figura 42: Ocupação Anchieta Grajaú - LEPAC	197
Figura 43: Representação da articulação política	199
Figura 44: Instâncias de participação popular do plano popular.	204
Figura 45: Convocação para oficina popular - Articulação Vila Andrade	219
Figura 46: Convocação do 1º Encontro	232
Figura 47: Convocação do 2º Encontro	237
Figura 48: Convocação do Encontro	241
Figura 49: Convocação do Encontro	245

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – O CHÃO DA PESQUISA: DE TETO E CHÃO NÃO ABRIMOS MÃO, ZONA SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO	57
1.1 Tijolo com tijolo	63
1.2 O Chão da pesquisa	65
1.3 A luta no chão vivido	76
Não Nos Moverão	76
1.4 Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços - UMM/SP	85
1.5 Articulação territorial da SFOC/UMM-SP	91
CAPÍTULO II – O CHÃO VIVIDO: TERRITÓRIOS, CONTORNOS E CONTRADIÇÕES.....	115
2.1 Conflito Fundiário e Estado: moradia é direito ou mercadoria?	118
2.2 O contexto pré-pandemia e o “fique em casa”	130
2.3 Eu moro aqui: o enfrentamento das ameaças que cercam o chão vivido	145
2.4 Marcadores da Política Habitacional e Urbana: avanços, discontinuidades e desconexões	156
CAPÍTULO III – TECENDO RESISTÊNCIA NO CHÃO DA LUTA.....	172
3.1 Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP - Zona Sul, cidade de São Paulo: espaço de fortalecimento da luta popular	173
3.2 Caminhos da resistência contra despejos e remoções	186
3.3 Insurgências como alternativa ao despejo e remoção.....	192
3.4 A caminhada é coletiva e as alternativas também.....	201
3.5 Os Encontros de Favelas e Ocupações: Espaço de Construção da Luta Popular e de Produção de Conhecimento.....	224
3.6 Organicidade dos Encontros - Zona Sul.....	226
3.7 Construir junto - no chão vivido.....	246
CONCLUSÕES.....	249
REFERÊNCIAS	258
APÊNDICE E ANEXOS	270

INTRODUÇÃO

“A nossa casa é onde a gente está, a nossa casa é em todo lugar”. Este é um fragmento da canção de Arnaldo Antunes¹, que traz o sentido do lugar onde se constrói o ninho, onde se constrói o sentido de moradia, mesmo num contexto provisório, a nossa casa faz relação com um sentido mais amplo, dialogando com o território, significa o lugar onde a gente habita, o chão onde a vida acontece, onde se vive e se sente, “a nossa casa é de carne e osso”.

Foto 1: A caminhada de luta dos sujeitos coletivos – Encontro da União Nacional por Moradia Popular, São Luís / Maranhão - 2023



Fonte: acervo da autora, 2023.

O registro acima cristaliza momentos de luta, ato de abertura do 15º Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular, realizado em São José de Ribamar / Maranhão, 2023. Na foto, há mulheres marchando com suas bandeiras de luta e na defesa da moradia como a “porta de entrada para todos os outros direitos”.

A presente pesquisa tem como objetivo aprofundar os estudos sobre as dinâmicas territoriais vividas pelos sujeitos coletivos nas situações de violações de direitos, mais especificamente nos conflitos fundiários, identificando suas

¹ Música: *A nossa casa*, de Arnaldo Antunes.

estratégias de resistências e relações, frente às determinações que cercam este contexto.

No movimento da construção da pesquisa, nos deparamos com muitos dilemas, a solidão da escrita, o medo e inseguranças, pois a academia é um ambiente difícil e desafiador, porém, o mais difícil de lidar é a necessidade de tomar distância do chão da luta para reservar o tempo para a elaboração da tese, tempo necessário e fundamental para analisar a complexidade do chão vivido.

As motivações que orientam esta pesquisa estão apoiadas no interesse de pensar os movimentos sociais e seus processos, no marco atual de aprofundamento da agenda ultraliberal, analisando as estratégias de resistências a partir do território vivido, identificando suas expressões e complexidades na ação política, no esforço de visibilizar a luta coletiva pelo acesso ao direito fundamental, à moradia, do ponto de vista da organização popular.

Teles (2015), em seus estudos sobre as dinâmicas territoriais e seus “entrecruzamentos²”, revela que analisar o território numa chave analítica “exclusão-inclusão; dentro e fora; centro e periferia” não dá mais conta da compreensão da complexidade das relações e sentidos dos territórios. E mais, a autora coloca que, nos últimos anos, vem se desenhando novas fronteiras sociais e territoriais, legais e políticas. Segundo Teles (2015), esses efeitos são traços de mudanças engendradas pelos circuitos globalizados da economia urbana. Trata-se de realidades multifacetadas com interações diversas, que impõem desafios teóricos e empíricos à pesquisa e também ao trânsito no chão vivido. Segundo os estudos da autora, o território é um campo de tensão permanente, onde vários atores disputam posições, forças e espaço, elucidando ainda que o território:

É um cenário desenhado por territorialidades urbanas de contornos incertos, atravessadas por conflitos e campos de tensão espalhados por todos os lados, mas que se configuram em torno dos pontos de fricção postos pelas tendências de uma crescente mercantilização de espaços, lugares, vidas e forma de vida, no seu entrecruzamento com formas de controle e a lógica militarizada de gestão de espaços e territórios urbanos. (Teles, 2015, p. 16)

²No artigo Cidade: Produção de Espaços, Forma de Controle e Conflitos, publicado na *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n.1, jan./jun. 2015, p. 15-41, a autora utiliza o termo “entrecruzamento” para descrever as interações do território.

Portanto, seguindo o entendimento de que as cidades não são objetos estáveis e definidos, e que estão submetidas aos efeitos do “entrecruzamento” e às dinâmicas do capitalismo contemporâneo, é preciso também reconhecer que tais determinações afetam frontalmente os processos de resistência diante de violações de direito.

Segundo Harvey (2014), a produção e reprodução das cidades tem uma função muito particular na dinâmica de acumulação do capital devido aos longos períodos de trabalho e rotatividade e a longevidade da maior parte dos investimentos no ambiente construído, ou seja, a estratégia é a extração de mais valia pela via da espoliação do trabalho e da extração de lucro pela via da especulação imobiliária, o aparato do Estado participa desse fluxo abrindo os espaços, criando os lugares para atrair investidores e capital financeiro, mobilizando o mercado de ativos de moradia e de terra. Para Harvey (2014, p. 30), o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção, sendo assim, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização.

De acordo com a análise de István Mészáros (2018, p. 133) sobre a crise estrutural do capital, o sistema capitalista ingressou em uma fase de caráter intrinsecamente endêmico. Em suas palavras, essa não se configura meramente como a maior crise na história da humanidade, mas, como "a maior crise em todos os sentidos", pois ela se manifesta de forma multifacetada e integrada. Essa crise endêmica incorpora elementos cruciais como a crescente financeirização da economia, que desloca a acumulação de valor da esfera produtiva para a especulativa; a intensa subordinação ao capital internacional, que impõe lógicas e ritmos externos às economias nacionais; e, simultaneamente, desdobra-se em consequências perversas para a classe trabalhadora.

Essa fase endêmica é marcada por uma maior desregulação do mundo do trabalho, culminando na destruição progressiva dos direitos sociais e historicamente conquistados. Um elemento central nesse processo destrutivo é a ativa participação do Estado, que, longe de atuar como protetor dos direitos, assume o papel de executor dessas medidas regressivas, expressando-se por meio das contrarreformas.

Exemplos emblemáticos dessa dinâmica no contexto brasileiro recente incluem a Reforma da Previdência, que alterou drasticamente as regras de acesso à aposentadoria no Brasil. Essa reforma impôs a instituição de idade mínima e critérios de tempo de contribuição mais rígidos, representando um profundo revés nos direitos previdenciários. A medida foi aprovada e sancionada durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2023), tendo sido enviada ao Congresso Nacional em fevereiro de 2019 e promulgada em novembro do mesmo ano (Emenda Constitucional nº 103/2019).

Paralelamente, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (conhecida popularmente como "PEC da Morte", oriunda da PEC 55/2016) instituiu o Novo Regime Fiscal. Este regime estabeleceu um teto de gastos que limita o crescimento das despesas públicas primárias da União à inflação do ano anterior por um período de vinte anos (2017-2036). Essa determinação de austeridade fiscal de longo prazo tem um impacto direto e limitador nas políticas públicas essenciais — como saúde, educação e assistência social —, pois restringe severamente a capacidade do Estado de investir em áreas vitais. Consequentemente, essa restrição orçamentária afeta profundamente a vida cotidiana dos sujeitos mais vulneráveis, precarizando o acesso a serviços básicos e acirrando os conflitos sociais e fundiários.

Em suma, as contrarreformas, como a da Previdência e o Novo Regime Fiscal, atuam como pilares da resposta estatal à crise estrutural do capital, transferindo o ônus da crise para a classe trabalhadora e os serviços públicos, e aprofundando o caráter endêmico e destrutivo do capitalismo contemporâneo.

O interesse em desenvolver o presente estudo surge por três questões: a primeira está profundamente relacionada com a militância política e com a prática profissional, enquanto assistente social no campo do assessoramento técnico popular aos movimentos sociais que lutam pela permanência territorial e para o acesso à moradia. A segunda diz respeito à participação nos espaços políticos que buscam construir e fortalecer os processos de resistências nos territórios em conflitos fundiários e a terceira pretende visibilizar todo o trabalho artesanal do chão vivido, realizado pelos sujeitos políticos que vêm construindo estratégias e articulações, a partir da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, parte da estrutura política da União dos Movimentos de Moradia de São

Paulo. O chão da pesquisa está delimitado na ação política da Secretaria de Favelas na Zona Sul da cidade de São Paulo.

O desenho metodológico articula vinculações que passam pelo campo do exercício profissional e do engajamento militante, dimensões indissociáveis no modo de intervir da pesquisadora. Parte-se, então, de premissas metodológicas, apresentadas por Paz e Arregui (2017, p. 19), “a metodologia é o caminho para produção de conhecimentos”. Seguindo nessa direção, o caminho da militância tem sido o lugar da produção de conhecimento, entende-se que “militante” tem causa, projeto, estratégia, método e é também partícipe de um processo que, segundo Peloso (2012): “Essa primazia não é o resultado de seus desejos, mas da confiança das pessoas em sua inteligência, energia e compromisso” (Peloso, 2012, p. 36).

Intercâmbios, trocas e aproximações

O estudo contou com um período de estágio de três meses em Buenos Aires/Argentina, oportunidade promovida pelo Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior/ Capes – Edital Nº 06/2024. Com o objetivo de experienciar os processos de organização popular e a construção das estratégias de resistência dos movimentos sociais, na Argentina. Essa vivência possibilitou ampliar o horizonte de pesquisa, situando as similaridades vividas no contexto de aprofundamento das desigualdades nos países latino-americanos e contribuir para a relação de cooperação que vem sendo construída entre Brasil e Argentina, como, por exemplo, a Secretaría Latinoamericana de la Vivienda y el Hábitat Popular³, articulación latinoamericana de organizaciones y movimientos socioterritoriales y políticos. A experiência contou com aproximações com coletivos de profissionais militantes que realizam assessoramento técnico, formação política e contribuem para o fortalecimento das ações territoriais, nos espaços também ocupados pelos movimentos de moradia.

³ Disponível em: https://selvihp.org/#quienes_somos: para conhecer mais da articulação latino-americana. Latinoamericana de La Vivienda y El Hábitat Popular – SELVIHP, que se organiza desde a década de 1990. É uma articulação de movimentos populares de luta por moradia em diversos países da América Latina, que têm em comum a defesa da autogestão na produção habitacional.

A motivação dessa experiência possui relação com o encontro promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais, NEMOS - PUC/SP⁴, em 2023, com o Prof.º Dr. Miguel Edgardo Vicente Trotta no Departamento de Planificación Y Políticas Públicas de la Universidad Nacional de Lanús, com o tema “Contexto das lutas urbanas na Argentina nos anos 2000”. O NEMOS vem dedicando-se aos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina.

Apresentamos nesta imagem as organizações que tive a oportunidade de conhecer e realizar trocas de experiências valiosas. Um dos objetivos desse intercâmbio foi realizar aproximações com organizações, movimentos sociais para a construção de intercâmbios e o fortalecimento do campo popular.

Aproximação fundamental e necessária para a construção de redes de cooperação para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, e, principalmente, para tecer redes e conexões solidárias para o fortalecimento da luta coletiva latino-americana.

⁴ NEMOS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais, coordenado pela Profa. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz. Constitui-se em um espaço interdisciplinar de estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais em suas relações com o Estado e outros atores, na perspectiva da construção da democracia brasileira. Objetiva pesquisar temas centrais referentes à participação social; estratégias de mobilização e organização; espaços públicos institucionais de participação, dentre outros, bem como as novas configurações dos sujeitos coletivos face às transformações societárias. Conteúdo disponível em: <https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado/servico-social#centros-e-nucleos>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Figura 1: Trocas e vivências: organizações e coletivos



Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Alguns registros fotográficos: espaços de trocas e aproximações

Foto 2: Universidad Nacional de Lanús - UnLa / Argentina.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Foto 3: Universidad Nacional de Lanús - UnLa / Argentina.



Fonte: Movimento Estudantil, 2024.

Foto 4: Universidad Nacional de Lanús - UnLa / Argentina.



Fonte: Movimento Estudantil UnLa, 2024.

Foto 5: Universidad de La Plata - Facultad de Trabajo Social



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 6: Ciclo de formação com movimentos sociais – Proyecto Habitar



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 7: Discussão sobre participação e compromisso político - MOI



Fonte: Acervo da autora, 2024

Foto 8: Discussão sobre convivência coletiva - Programa de Vivenda Transitória - Movimento de Ocupantes y Inquilinos - MOI



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 9: Visita ao bairro popular – Villa Palito / La Matanza, Bs As.



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 10: Visita aos projetos das cooperativas



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 11: Cooperativa Gráfica La Voz de la Mujer / Buenos Aires - Argentina



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 12: Barrio Comunitário Norita Cortiñas – Guenirca. Matanzas / Argentina.



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 13: Prédio Ocupado em Buenos Aires - Argentina



Fonte: Acervo da autora, 2024.

A luta por Teto e Chão pode ser apresentada e explicada por diversas formas e escalas, por exemplo, por estudos que analisam as determinações históricas, econômicas, sociais e ambientais, que produzem segregação urbana e gentrificação, porém, neste estudo, buscamos apresentar a luta dos sujeitos coletivos por Teto e Chão, a partir da organização coletiva de homens e mulheres que buscam a permanência no território multifacetado, onde buscam a moradia e a segurança para a reprodução da vida.

A cidade de São Paulo é considerada a cidade que concentra mais riqueza do Brasil, no entanto, essa mesma cidade expõe altos índices de desigualdade social, que podem ser observados sob diferentes aspectos, principalmente quando analisamos o acesso à moradia para a classe trabalhadora.

O estudo *A Distância que nos Une*⁵, da Oxfam Brasil, sobre a desigualdade brasileira, apontou índices alarmantes, como o descrito abaixo:

Seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente que um super-rico recebe em um único mês. Esse é o cenário atual do Brasil. Definitivamente, precisamos falar sobre as desigualdades. (Oxfam, 2017, p. 03)

Ainda sobre a desigualdade, o estudo lançado pelo banco suíço UBS⁶ revelou que o Brasil ocupa a primeira posição no ranking de concentração de renda e riquezas. O mesmo estudo assinalou que o número de milionários em todo o mundo diminuiu em 2022, porém, no Brasil, houve um crescimento de 120 mil novos milionários no mesmo período. Esses dados revelam muito sobre a produção do espaço, sobre a lógica que tem prevalecido, mesmo reconhecendo os avanços das políticas, programas e iniciativas de governos mais comprometidos com o enfrentamento e combate à desigualdade social.

⁵ Estudo disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une-um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>. Acesso em: jun. 2025.

⁶ Pesquisa disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/brasil-tem-o-maior-aumento-de-milionarios-em-todo-o-mundo-em-2022>. Acesso em: jun. 2025.

O Censo de 2022⁷ revelou 11,6 milhões de imóveis vazios no Brasil, enquanto 6 milhões de pessoas estão sem moradia. O estado com maior número é São Paulo, com 2 milhões, e se analisarmos as situações sobre os dados dos conflitos fundiários, cerca de 89.550 famílias estão ameaçadas de despejo⁸ e o maior agente promotor das ameaças é o Estado.

Para Lefebvre (2001), a negação da cidade aos trabalhadores tem um objetivo de denominação política, pois “a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir” (Lefebvre, 2001, p.123). Isso posto, podemos dizer que os movimentos sociais, além de travar lutas e reivindicações, possibilitam a visibilidade da negação do direito de morar, da pobreza, da falta de acesso aos serviços básicos, a todas as formas de violações de direitos.

Conforme Ferrari (2012, p. 109), as cidades, originariamente lugares para morar, são usurpadas e transformadas em espaços de fluxos incessantes das mercadorias; fora do tempo de trabalho, o tempo para sonhar é usurpado – agora, em qualquer lugar a qualquer hora, sonha-se para o capital.

A especulação imobiliária tem influência direta na estruturação da cidade. O capital imobiliário tem papel importante e decisivo nesta estrutura. Ele permite as diferenciações de valoração que definem as possibilidades de uso do solo urbano, caracterizando os espaços de acordo com suas funções econômicas.

A disputa pela terra e a valorização do terreno dependerá de qual for sua localização, de seu potencial produtivo, tendo como referencial estabelecido uma “hierarquia de espaço”. Outro aspecto que deve ser considerado é a busca por locais para moradia que ofereçam maior grau de bem-estar, mais serviços sociais e áreas bem servidas de infraestrutura urbana. Estes locais tornam-se mais valorizados pelo mercado que, por sua vez, os tornam inacessíveis para a população mais empobrecida. Isso é o que Ferreira chama de “hierarquização do valor da terra”, relatando que:

⁷ Censo 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: jun. 2025.

⁸ Disponível em: <https://www.campanhadespejzero.org>. Acesso em: jun. 2025.

As diferentes classes sociais passam a poder ocupar os espaços urbanos com maior ou menor facilidade, dependendo de seu poder aquisitivo. O interesse em valorizar uma terra de pouco valor, através da instalação de infraestrutura urbana ainda inexistente, por exemplo, leva agentes sociais a tentar influenciar o governo estabelecido para obtenção desses serviços urbanos. Esse processo de expectativa de lucro com a mudança de valor da terra é conhecido como Especulação imobiliária. (Ferreira, 2005, p. 05).

No Brasil, a negação do direito à moradia pode ser observada de diferentes formas, pois a desigualdade social se materializa na precariedade habitacional, tem rosto, gênero, classe e raça, escancara o abismo entre os que concentram riqueza e os que nada possuem. É preciso demarcar que a **desigualdade tem rosto de mulher**. Em 2019, 60% do déficit habitacional brasileiro eram de mulheres vivendo em condições de moradia inadequadas, agora, é preciso dizer que dentre as 11 milhões de mães solo no Brasil, 61% delas são mulheres negras. Além disso, o estudo aponta que “63% das casas que têm como pessoa de referência mulheres negras, com filhos até 14 anos e estão abaixo da linha da pobreza”, já nos domicílios de mulheres brancas com filhos, a porcentagem é de 39,6%, segundo os dados apresentados no estudo “Um retrato das mães solo na pandemia”, na revista online *Gênero e Número*⁹.

A realidade vivida nas favelas e ocupações revela a face perversa do racismo estrutural de um Brasil marcado pela escravidão, como também expressa a ausência de política pública efetiva reparadora. São territórios abandonados pelo Estado, seja pela falta de serviços essenciais ou pela não regulação do espaço do ocupado. Tomamos como exemplo a Ocupação Anchieta Grajaú, localizada na periferia da cidade de São Paulo, no distrito com os piores indicadores sociais da cidade.

Na questão do trabalho, os dados apresentados pela Rede Nossa São Paulo¹⁰ revelam que existem cinco ofertas de trabalho para cada 100 pessoas,

⁹ Reportagem de Vitória Régia da Silva, 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/acesso> em 2022. Acesso em: maio 2025.

¹⁰ Rede Nossa São Paulo: A Rede Nossa São Paulo (RNSP) é uma organização da sociedade civil que tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa, democrática e sustentável. Disponível em: <https://nossasaopaulo.org.br/>. Acesso em: maio 2025.

se comparado com outros bairros da cidade; no Jardim Paulista existem 125 ofertas de trabalho para cada 100 pessoas, a pesquisa revela que o local de vivência do sujeito é determinante para o acesso e para a reprodução social da vida.

Ainda sobre as condições de vida dos sujeitos que vivem nas periferias urbanas, Koga (2011), ao refletir sobre Territórios, pobreza e exclusão social, destaca que o “território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder” (Koga, 2011, p. 33). Neste compasso assimétrico, as medidas são desiguais, e as expressões da questão social estão presentes na vida cotidiana e revelam-se em todas as dimensões, o direito de morar, de ter um lugar seguro para voltar depois de um dia trabalho é um privilégio de poucos, a maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras vivencia processos intensos de violação de direito na busca por um lugar para morar.

Para além de explicitar as determinações que marcam o contexto das lutas urbanas, como disse Vera Teles (2015), o direito à cidade é slogan e bandeira dos mais diversos movimentos e articulações políticas em inúmeras cidades pelo mundo, em São Paulo e outras cidades brasileiras. A autora faz essa referência com o objetivo de relacioná-la com os desdobramentos e efeitos perversos para a realização dos grandes eventos, como, por exemplo, a Copa do Mundo, realizada em 2014, no Brasil. Contexto de explosão de lutas, manifestações e conflitos por conta de diversos processos de remoções forçadas, em detrimento de obras para a realização da Copa do Mundo.

A autora chama a atenção para o modo como os espaços e estruturas das cidades são produzidos, geridos e agenciados na dinâmica da acumulação urbana, a cidade não é apenas um contexto, uma arena em que os conflitos acontecem. Para Teles (2015), essas dinâmicas redefinem a distribuição das populações afetadas, seus circuitos de deslocamentos, seus modos de assentamentos e seus modos de habitar, trabalhar e viver na cidade.

Segundo o Relatório da Campanha Despejo Zero¹¹, o número de pessoas afetadas por despejos e ou remoções forçadas no Brasil aumentou 70%, de

¹¹ Disponível em: <https://mapa.despejozero.org.br/sobre-o-mapa/#Sobre-a-iniciativa>. Acesso em: jun. 2025.

outubro de 2022 a julho de 2024. O Relatório apresenta dados alarmantes sobre as ameaças, mais de 1,5 milhão de pessoas, vítimas de despejos ou remoções forçadas, desde 2020 (ano que a Campanha Despejo Zero foi constituída), sem considerar a população em situação de rua e a população afetada por desastres ambientais.

Para além do espanto que os dados quantitativos revelam, pretende-se apresentar, na presente pesquisa militante, os elementos subjetivos que os dados não dão conta, e que são invisibilizados não por acaso.

São estas dinâmicas e neste contexto de efervescência das lutas e conflitos fundiários por Teto e Chão, forjadas pelas mãos de mulheres e homens que buscam um lugar para habitar, trabalhar e viver, que nascem diversas ocupações, territórios de luta e de múltiplas resistências. Outras dinâmicas marcam as disputas e os conflitos, muitas ocupações estão no traçado da especulação imobiliária, enfrentam interesses de empresas que atuam no mercado imobiliário com grande poder de manobras e influência política, como por exemplo a situação da Vila Andrade, extremamente ameaçada, conhecida como Articulação Vila Andrade.

Refletindo sobre o “chão do exercício da cidadania” e o lugar de vivência, entendemos que é no território que os sujeitos encontram as condições para a reprodução da vida, também as desigualdades sociais se tornam evidentes entre os sujeitos. Portanto, o “conflito fundiário” nada mais é que a expressão mais latente da negação do direito de existir combinada com interesses individuais e interações, normalmente vinculados aos interesses do mercado imobiliário. Retirar o “chão do exercício da cidadania” do sujeito é negar as condições objetivas para a reprodução social da vida.

É nessa perspectiva da luta coletiva, dos processos de organização a partir da negação do direito, das arenas de disputas, da participação social e da ação política, que se coloca a relevância de discutir e analisar o processo de organização da resistência frente às violações de direitos, bem como as conquistas para a implementação de políticas públicas.

Pretende-se apresentar os conflitos fundiários a partir da atuação da Secretaria de Favelas e Ocupações, construindo a cartografia das ameaças de despejos ou remoções na Zona Sul de São Paulo.

Trazer o chão de quem está vivendo todas as expressões da questão social, a falta de tudo, as ameaças que, por vezes, partem do próprio estado, que se vale de discursos e narrativas para promover despejos.

Registramos, nessas primeiras páginas, a trajetória percorrida e construída durante a caminhada coletiva, aquela que é construída junto, onde pisamos, sentimos e nos afetamos. Imprimo, aqui, o meu profundo agradecimento pela oportunidade de testemunhar e de ser partícipe do processo de luta e de resistência popular.

Percurso metodológico da pesquisa

Toda pesquisa inaugura uma nova possibilidade de desvelar, de sentir e de apreender a realidade que se propõe a investigar, o(a) pesquisador(a) é apenas um(a) interlocutor(a) entre o chão vivido, as determinações e a subjetividade, na tentativa de traduzir as expressões sociais produzidas e vividas pelos sujeitos coletivos na busca da transformação da realidade social.

Vale registrar que esta pesquisa foi marcada pela acolhida primeiramente pela professora Dirce Koga, uma das principais pensadoras do Serviço Social sobre o “chão do território” e de seus sentidos e significados. Com ela, fizemos os primeiros ensaios para essa pesquisa, sua partida abrupta foi traumática, mas deixou sua contribuição neste artesanato intelectual.

O tema da pesquisa não surgiu por acaso, foi motivado por questões que emergiram e emergem do processo coletivo, na relação profissional e na ação militante, construída com os movimentos de moradia que lutam e se levantam contra as injustiças e violações de direito.

Objetiva-se conduzir o(a) leitor(a) sobre as bases que forjaram essa relação, demarcando que o exercício profissional do(a) assistente social está pautado em dimensões que norteiam a ação profissional, e na direção social da profissão, apoiada na força de um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico operativo. Como analisa Yazbek (2014, p. 687), ao refletir sobre a profissão, “é nosso trabalho apoiar as resistências cotidianas das classes subalternas em nossa sociedade”.

Nesse sentido, pretende-se construir uma narrativa a partir de uma chave interpretativa, pautada na ação dos movimentos sociais, dialogando com os sujeitos interlocutores, que serão apresentados posteriormente.

A metodologia incluiu estudos bibliográficos de perspectiva crítica, relacionados com a temática e com o contexto dos movimentos de moradia, contribuindo com as análises e reflexões apresentadas neste estudo. Procurou-se dialogar com autores que vivenciam ou que estão próximos às lutas coletivas, que estão inseridos nos espaços coletivos, para a compreensão das contradições e para a visibilização da ação popular na contestação das determinações sociais.

O presente estudo buscou fonte documental, de caráter qualitativo, utilizou referências variadas, como registro de atividades, instrumentais, atividades coletivas, além de documentos e relatórios produzidos e publicados pela União Nacional por Moradia Popular.

Esta pesquisa foi conduzida utilizando procedimentos do Serviço Social e das Ciências Sociais, que empregam pesquisa qualitativa para compreender a realidade social. Isso inclui a observação aprofundada dos sujeitos estudados e, quando pertinente, a análise de dados estatísticos, visando aprofundar o entendimento de fenômenos específicos.

Para o desenvolvimento da pesquisa empírica, consideramos o instrumental específico de aproximação - Levantamento Socioterritorial, com o objetivo de visibilizar a incidência política do sujeito da pesquisa.

Definimos o território da Zona Sul da cidade de São Paulo a partir da articulação política da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, instância que faz parte da estrutura orgânica da organização política União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

O movimento da pesquisa nos permite revisitar momentos anteriores da nossa trajetória de vida, profissional e acadêmica, é como se fizéssemos um breve resgate dos momentos vividos a partir do lugar, sempre existe um lugar de partida, o que nos faz lembrar a teoria brilhante desenvolvida por Milton Santos (1988, p. 35): “o lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história”.

Tendo em vista os ensinamentos do autor para pensar o significado do lugar, temos de visitar o lugar e entendê-lo no tempo e no espaço, exigindo, de nós, mediações capazes de desvelar sinais que nos levam às nossas escolhas, ou melhor, entender as determinações concretas desta relação.

Portanto, no momento em que revisitamos memórias carregadas de sentimentos e significados, estas nos deixam a certeza de que a “escolha” da temática para a pesquisa não é propriamente uma escolha, na verdade, ela faz parte da nossa trajetória de vida, de determinações que antecedem a vida profissional.

Resgatando as palavras da professora Maria Lúcia Martinelli¹², em que ela trata do processo de construção da pesquisa e o movimento refletido da narrativa, destaca-se uma frase que traduz bem o momento da construção da própria narrativa: “ao narrar, o sujeito se revela para ele mesmo”, de fato, o exercício da pesquisa pode ser um exercício revelador da nossa trajetória, onde os momentos não são acúmulos de fatos, são histórias, memórias constitutivas do sujeito carregadas de significados.

Não é por acaso que a escolha da metodologia seja a “história oral”, pois esta forma de construir conhecimentos dialoga com a forma como atribuímos os significados, na forma de decodificar situações sem deslocar o sujeito do tempo e espaço, de dar sentido às situações sem isolar os acontecimentos do sujeito.

A pesquisa foi construída sob o entendimento de que os sujeitos que compartilharam suas narrativas não são meros informantes, pelo contrário, são sujeitos que emprestam suas narrativas carregadas de sentidos e significados. Cabe ao pesquisador tratar com cuidado, compreender os sentidos e estabelecer uma relação entre pesquisado e pesquisador como um terreno comum de troca sem constituir hierarquia do saber.

A opção de ouvir os sujeitos e atribuir significados aos seus relatos está apoiada na perspectiva metodológica da história oral, abordada por Martinelli (2013), como norteadora da pesquisa, onde:

As narrativas dos sujeitos e a interlocução com os mesmos permitem ao pesquisador apreender a dinâmica social como

¹² Anotações registradas durante as aulas ministradas pela Dra. Maria Lúcia Martinelli. (NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE IDENTIDADE), em 20 set. 2017.

processo histórico em constante transformação, assim como conhecer as microtramas da vida cotidiana. (Martinelli, 2013, p. 9)

A escolha metodológica do presente trabalho parte da experiência concreta em conhecer como os sujeitos coletivos se articulam e constroem as estratégias territoriais, que se contrapõem aos efeitos perversos da implementação de políticas neoliberais que fatiam os territórios e os tornam capital ativo para o mercado especulativo.

Sendo assim, a metodologia do presente estudo está apoiada na pesquisa qualitativa, atentando ao que Martinelli (2013) destaca como muito importante para a pesquisa qualitativa: “não desconectamos esse sujeito da sua estrutura, buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos em sua vivência cotidiana” (Martinelli, 2013, p. 3).

Buscamos a “pesquisa militante” como chave interpretativa por se tratar de uma possibilidade teórico-metodológica de construir investigações comprometidas com a transformação social, ancoradas na prática e na dimensão da ação sem hierarquizar a produção do conhecimento, articulando a reflexão crítica e teórica com a prática de lutas populares. Seguindo o que Varela (2017, p. 36) chama de um “processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores(as), movimentos sociais, comunidades em resistência e organizações políticas”.

Seguindo a ação militante, mais do que buscar dados e interpretações, nós observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente, impactando na vida dos sujeitos, como nos ensina Khoury (2001). Isso significa que investigar, conhecer e compreender os processos coletivos vivenciados pelos sujeitos podem nos apontar caminhos e elementos e significados das experiências sociais e contribuir para a compreensão e avanço das lutas coletivas. A palavra “militante” representa o compromisso ético-político com a transformação social, envolve ações em várias dimensões da vida, na ação profissional e acadêmica a partir dos espaços coletivos de vivência e de resistência, onde a discussão e ação concreta estão lado a lado. Busca-se investigar as semelhanças nas

experiências coletivas para entender a natureza e os desafios dos movimentos sociais contemporâneos a partir de experiências similares.

Como aponta Malo (2004), o mais importante nessa perspectiva é:

Ver qué es lo que ese instrumento produce, qué modificaciones genera, a dónde nos lleva, la trayectoria. Investigación militante es aquel proceso de reapropiación de nuestra capacidad de creación de mundos que, impulsado por una obstinada decisión militante a la que no le valen los a-prioris, los deber-ser, los modelos, interroga, problematiza y empuja lo real a través de una serie de procedimientos concretos. (Malo, 2004, p. 15)

Para além das demais perspectivas metodológicas e outras epistemologias que apoiam a produção do conhecimento, queremos demarcar como base metodológica a pesquisa militante. Primeiro, por reconhecer maior identidade com o conceito, com sua base e, sobretudo, por conta da relação construída da pesquisadora com o universo pesquisado.

Temos concordância com Santos (2013), quando se refere ao conceito de pesquisa militante como aquela ou aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo. Inclusive, entendemos que precisamos explorar cada vez mais esse tema, deve ser estimulado e não invalidado caso o autor acumule militância no campo pesquisado. Agora, sabemos dos desafios que cercam a pesquisa militante, ao mesmo tempo que se constitui como uma força pode também constituir-se como uma fraqueza.

Segundo Santos (2013), a pesquisa militante nos coloca em um campo de tensão permanente, entre proximidade e distanciamento, possibilita análise crítica e a construção do conhecimento sobre a realidade, e a necessidade de buscar o que está ausente ou está invisibilizado.

Sendo assim, a pesquisa militante vai ao encontro das motivações desta pesquisa, onde pretende-se visibilizar e qualificar as situações de conflitos fundiários, a partir de instrumental específico, seguindo o recorte territorial delimitado para a pesquisa: as ameaças que estão afetando territórios localizados na Zona Sul da cidade de São Paulo. Tendo como horizonte de pesquisa, as ocupações e favelas participantes da Secretaria de Favelas e Ocupações, espaço de articulação política da União dos Movimentos de Moradia

de São Paulo, que reúne territórios que estão afetados por ações de reintegração de posse e/ou despejo.

A pesquisa bibliográfica complementar foi realizada em consulta nos periódicos da Capes, Scielo Brasil; Google acadêmico, Sites dos Coletivos e Organizações situadas no campo democrático, Bibliotecas Universitárias. O estudo da bibliografia teórica se apoiou em livros, teses, dissertações, textos e artigos relacionados aos autores que se dedicam ao desenvolvimento de conhecimento no campo da questão urbana, do direito à cidade e movimentos de moradia.

Instrumentos metodológicos

- 1) Pesquisa bibliográfica, buscando garantir maior aproximação teórica com o objeto de estudo, considerando leitura e análise de livros, artigos, pesquisas que abordem o tema;
- 2) Pesquisa documental, buscando identificar as articulações e redes construídas a partir da luta coletiva nos processos de resistência nos territórios.
- 3) Instrumental para o levantamento e qualificação das Favelas e Ocupações da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da Zona Sul de São Paulo.
- 4) Entrevistas com os sujeitos políticos que estão vivenciando as ameaças e que estão construindo processos de resistência e de denúncia das violações de direitos.

Formulário - Levantamento da Incidência da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços – UMM/SP.

Durante o processo de amadurecimento do projeto de pesquisa e da construção dos procedimentos metodológicos, buscou-se pensar em instrumentos que permitissem alcançar os dados, as expressões da realidade vivida, a partir das situações concretas, onde existe um contexto de ameaça à permanência territorial.

Caminhando nesse sentido, a construção seguiu as demandas do coletivo, que apontavam para a necessidade de sistematizar informações sobre a situação dos territórios em conflito, que identificassem os territórios presentes na articulação política. Diante disso, a necessidade de construir um banco de dados se apresentou ao coletivo em meados de junho de 2023, momento em que surge a agenda com a Secretaria Nacional de Periferias. Nesta ocasião, os movimentos de moradia estavam organizando a Caravana para Brasília¹³ a fim de apresentar suas demandas em reuniões e audiências públicas com o Governo Federal.

Os movimentos sociais conhecem bem os dilemas e as mazelas da realidade, confrontam as contradições e travam verdadeiras batalhas nos territórios, atuam nas bases, acompanham de perto, mas, para avançar na construção da resistência, é preciso pensar as estratégias, além de conhecer a realidade, é necessário analisá-la, coletivamente, traçar as táticas, os instrumentos, os meios para desvelar o “problema” e definir coletivamente os objetivos que se têm a alcançar a partir do chão vivido, das condições violadoras de direito que se impõem à classe trabalhadora.

O campo da luta, da intervenção social, é o eixo central da prática do processo pedagógico, da práxis, que pensa a realidade, articula conteúdos parciais da realidade, soma-se com os momentos de reflexão e transforma-se em estratégia de luta, que vai sendo desenvolvida pelos diversos grupos da comunidade.

Foi neste processo dialético e dialógico, que o coletivo percebeu a necessidade de olhar para dentro do processo de resistência e extrair, de si próprio, o conhecimento e transformá-lo em mais ferramenta de luta. É neste movimento, que o levantamento é construído, não para gerar dados simplesmente, mas, para construir a partir do próprio processo, o reconhecimento da força popular.

Foi a partir deste contexto, que reconhecemos a necessidade de criar uma ferramenta para sistematizar as situações. Portanto, iniciamos a discussão de constituir um banco de dados da Secretaria de Favelas, por mais ferramentas, para que possamos acessá-las para realizar uma comunicação e troca de

¹³Para ver mais, acesse: <https://sp.unmp.org.br/favelas>.

informação, pois seu repasse, muitas vezes, chega de vários modos, ora com mais detalhes, ora de forma incompleta. Enfim, fora o tempo em que as informações chegam e precisam ser interpretadas e organizadas, esse tempo normalmente não é o tempo que temos para fazer as elaborações necessárias.

O instrumental do Levantamento foi concebido de forma processual, partimos de questões fundamentais, como identificação do território, caracterização, acessos, referências locais e articulações constituídas.

Os procedimentos metodológicos pretendem visibilizar a incidência política territorial da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços (SFOC), construir uma fotografia da atuação territorial, a partir do levantamento de dados, da documentação visual e da narrativa dos sujeitos coletivos, com o objetivo de entender suas características, dinâmicas e relações sociais.

Esta modalidade de pesquisa situa pesquisadora-sujeitos numa relação entre sujeito-sujeito, onde ambos são sujeitos da ação, cada um a partir de um lugar, evidenciando que se trata de uma relação próxima, situação que facilita a aplicação e a interação no chão da pesquisa.

Porém, a proximidade requer maior cuidado na condução de construção do conhecimento para não sofrer influências; busca “facilitações”, busca dialogar com as expressões do cotidiano, pretende capturar a construção dos instrumentais que serão utilizados, como, por exemplo, o formulário (forms-google), que foi construído de modo coletivo, com os sujeitos políticos que atuam na articulação política da Secretaria, e que estão no chão da luta, conhecendo de modo muito profundo a dinâmica do território.

Realizamos diversas reuniões discutindo o que queríamos identificar, analisando cada ponto, cada pergunta, para garantir a compreensão das questões e o mais importante: construir o significado do levantamento. Nossa preocupação com as perguntas passava por uma questão de segurança das informações, pois, para que se revelem dados das estratégias e tática, é necessário passar por uma avaliação criteriosa para não comprometer os movimentos e lideranças e, principalmente, não fornecer combustível para a criminalização dos movimentos populares.

O instrumental foi apresentado em reunião para moradores e lideranças em reunião da Secretaria, houve o espaço para contribuições, esclarecimentos, e algumas sugestões qualificaram o instrumental, deixando-o mais objetivo,

inclusive facilitando a compreensão da pergunta e indicando onde encontrar a informação.

O levantamento já vinha sendo discutido dentro da Secretaria de Favelas e Ocupações, a própria articulação política apresenta a necessidade de sistematização de informações. Esse movimento pode parecer simples, mas precisa ser contextualizado dentro da realidade e capacidade coletiva de construção dessas respostas. Por diversas vezes, tivemos que levantar informações para elaborar requerimentos, manifestos e até mesmo materiais pedagógicos, de modo nada organizado, sem garantir precisão na informação por não ter um instrumental organizado.

Nesse sentido, após aprovação do conteúdo do instrumental, o coletivo recomendou os seguintes pontos:

- Em relação à tecnologia, que fosse uma ferramenta gratuita;
- De fácil aplicação, manuseio e atualização;
- Ferramenta que permita a segurança dos dados coletados;
- Instrumental que contemple a diversidade de situações em burocratizar com questões complexas;
- Realizar o levantamento de modo presencial.

O formulário foi apresentado no Seminário das Favelas, Ocupações e Cortiços, realizado em fevereiro de 2024, que teve como tema central "Planejar e Organizar a Luta para Conquistar e Terra".

Figura 2: Formulário para levantamento sócio territorial, elaboração coletiva.



Seção 1 de 2

Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços x ⋮

| UMM/SP

B I U 🔗 ✖

Levantamento sócio territorial que tem como objetivo identificar as situações das comunidades para apoiar o processo de organização e articulação política das Favelas, Ocupações e Cortiços.

Fonte: Secretaria de Ocupações, Favelas e Cortiços -UMM/SP, 2024.

Foto 14: Apresentação do formulário no Seminário, elaboração coletiva.



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Foto 15: Registro do Seminário



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Pesquisa qualitativa – construção de levantamento e das entrevistas

O levantamento territorial foi planejado com a contribuição de duas lideranças que atuam na Zona Sul de São Paulo e que conhecem muito bem as dinâmicas nos territórios. Foram realizadas algumas reuniões preparatórias, a primeira tratou de revisar o instrumental do levantamento, foi possível fazer alguns ajustes necessários; a segunda reunião tratou de relacionar os territórios a serem visitados, seguindo o critério de visitar os territórios que participam da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços. O terceiro encontro teve como objetivo organizar o calendário de visitas para aplicação do instrumental.

As visitas foram organizadas para constituir um momento de fortalecimento político da articulação, é importante ressaltar que a presença das lideranças no território tem um efeito subjetivo, reforça o sentido e o significado coletivo, significa muito para os moradores porque é, muitas vezes, a única via de escuta qualificada, de acolhimento solidário e também de orientação sobre direitos.

Tratou-se de identificar a atuação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços na Zona Sul de São Paulo, seus sujeitos políticos, atores, organizações, compreender suas relações e interações para a construção da luta popular contra ameaças de despejos e remoções nos conflitos fundiários. Os objetivos que guiaram este estudo foram:

- Conhecer os processos de organização popular nos territórios de vivência frente às violações de direitos, principalmente no que se refere aos conflitos fundiários;
- Identificar o percurso da luta e da resistência construídas pelos sujeitos coletivos;
- Conhecer as articulações que buscam fortalecer, denunciar e legitimar a organização popular presentes nos territórios;
- Quais são os pontos de potência, fragilidades e as contradições presentes na dinâmica da participação popular;
- Constituir um banco de dados que identifique as ocupações e favelas que participam da Secretaria de Favelas e Ocupação da UMM/SP;

- Contribuir para a visibilidade dos conflitos fundiários, seus impactos e fortalecer a articulação dos movimentos de moradia.

Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com lideranças que possuem atuação no território e que participam da Secretaria de Favelas e Ocupações e que estão contribuindo de forma expressiva na articulação territorial e também em outros espaços de participação popular. Os(as) entrevistados(as) não são simplesmente sujeitos da pesquisa, são protagonistas da ação coletiva, são aqueles que estão construindo a resistência no chão da luta e nesta pesquisa, e foram denominadas como “Sujeitos interlocutores”, sendo eles(as): Benedito Barbosa; Marilene Ribeiro, Sheila Nobre e Tereza Arrais.

Para conduzir a investigação, foram empregadas técnicas variadas, incluindo entrevistas semiestruturadas e depoimentos espontâneos.

A entrevista foi realizada após a assinatura pelos participantes por meio de assinatura do Termo de Livre Consentimento Esclarecido - TCLE (anexo). Vale destacar que os(as) entrevistados(as) optaram por declarar suas identidades como forma de posicionamento político.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com as diretrizes da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Essas diretrizes abrangem os procedimentos para pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa. Com o objetivo de garantir a proteção, segurança e os direitos dos sujeitos interlocutores, participantes da pesquisa.

Chão da pesquisa

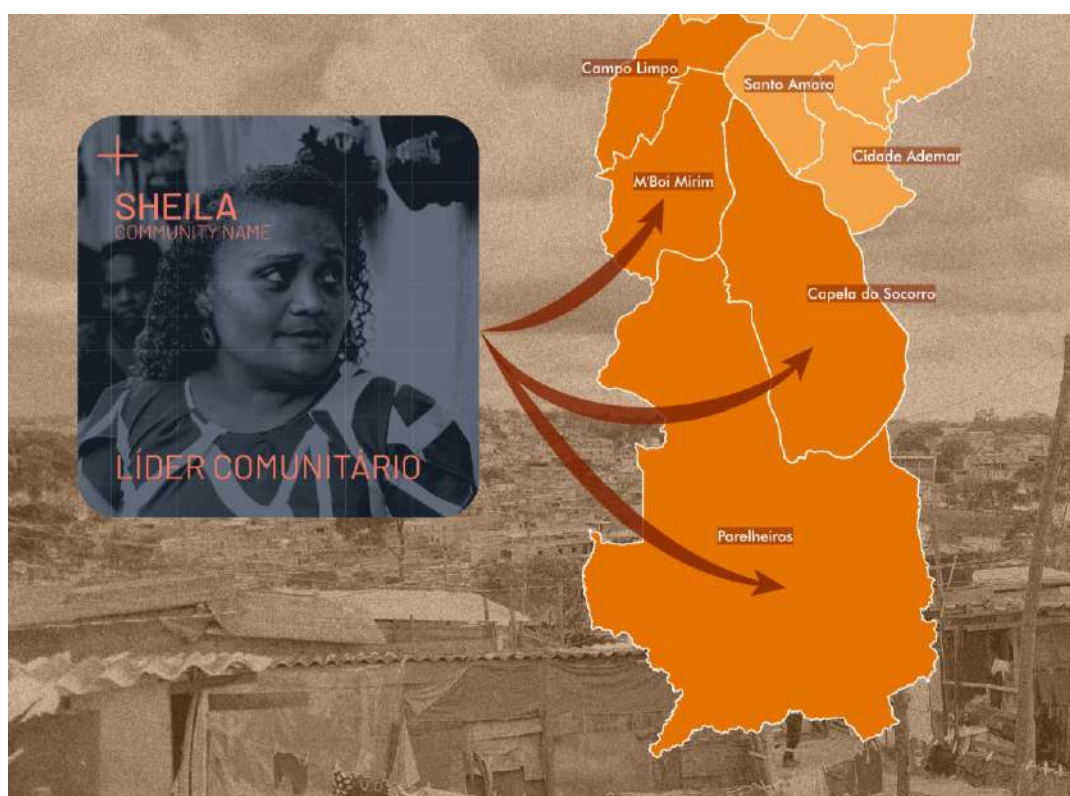
Foi trilhando o caminho de trocas, diálogos sobre os dilemas da luta, compartilhando momentos de celebração das conquistas que este projeto foi sendo construído, em processo de autogestão, tijolo com tijolo, sem querer romantizar a luta coletiva, mas com o objetivo de trazer os dilemas, os alcances, e as histórias de vidas dos sujeitos que dedicam toda sua energia na luta por direitos e por quem está vivendo as ameaças de despejo.

Sujeitos interlocutores: articulação política

Sheila Nobre

Sheila Nobre é coordenadora da UMM-SP, Secretaria das Favelas, Ocupações e Cortiços, também atua na Secretaria das Mulheres. É suplente do Conselho Municipal de Habitação, defensora popular e pesquisadora no projeto da UFABC, chamado Cartografias de acesso à água na Pandemia da Covid-19.

Figura 3: Interlocutora – Sheila



Fonte: Elaboração da pesquisadora com a imagem de artoeio – Universidade de Michigan, 2024.

Marilene Ribeiro – Marilene (Mara)

Marilene Ribeiro é liderança, atua na Zona Sul na articulação política. Atua como assistente social no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, faz parte da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, participa da Secretaria de Mulheres e é Coordenadora da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços. Atua em outros espaços de articulação política.

Figura 4: Interlocutora – Marilene (Mara)



Fonte: Elaboração da pesquisadora com a imagem de artenoia – Universidade de Michigan, 2024.

Tereza Arrais

Tereza Arrais é Pós-graduada em Urbanismo Social, Gestão Urbana, Políticas Públicas e Sociedade / Insper. Liderança, atua para o fortalecimento e articulação da Rede no território. Atua na Articulação Vila Andrade (PIU Jurubatuba), Conselho Gestor de ZEIs da Favela Viela da Paz, Conselho Gestor de Saúde da UBS Vila Praia, participa da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP.

Figura 5: Interlocutora - Teresa



Fonte: Elaboração da pesquisadora com a imagem de artoeioa – Universidade de Michigan, 2024.

Benedito Barbosa – Dito

Benedito Barbosa é advogado popular na União de Movimentos de Moradia de São Paulo, e também na Central de Movimentos Populares - CMP, atua como advogado e articulador no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. É também membro da Campanha Despejo Zero. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC.

Figura 6: Interlocutor – Benedito (Dito)



Fonte: Elaboração da pesquisadora com a imagem de artemoia – Universidade de Michigan, 2024.

Organizações

União dos Movimento de Moradia – UMM/SP¹⁴

A UMM foi fundada em 1987, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e, assim, resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social. É uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos.

Sua atuação iniciou-se pela capital e Região Metropolitana e hoje atinge outras regiões do estado. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grande parte de suas lideranças. Trabalha-se com grupos de base local, que se articulam regionalmente ou em nível municipal e se fazem representar nas instâncias estadual e nacional do movimento.

Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade, e a participação popular nas políticas públicas, a UMM organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo. Nesse sentido, tem enfrentado as diferentes gestões, ao longo desse tempo, buscando a negociação e a ação propositiva, sem deixar de lado as ferramentas de luta e pressão do movimento popular.

Desse trabalho, resulta a conquista de cerca de 30 mil moradias construídas em mutirão ao longo dessa caminhada, diversas favelas urbanizadas e prédios reciclados para fins habitacionais. Além disso, tem influenciado na construção de programas e legislação habitacional, como atualmente faz no Plano Diretor, que foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo.

A UMM defende a participação ativa da sociedade civil organizada nos espaços de discussão, formulação e na implementação da política pública e de

¹⁴ Disponível em: <https://sp.unmp.org.br>. Acesso em: jun. 2025.

programas voltados para habitação de interesse social, acesso a serviços essenciais, implementação de tarifas sociais de água e energia elétrica, para famílias de baixa renda. Atua em defesa da Criação do Conselho e Fundo Estadual de Moradia Popular e de conselhos fundos municipais, garantindo a integração do Sistema Nacional de Habitação. Atua em defesa do repasse direto dos recursos para as Associações, Movimentos e Cooperativas e dos mutirões com autogestão em todos os níveis e para programas de urbanização de favelas e por projetos habitacionais para áreas centrais das cidades.

Promove e apoia ações de fortalecimento da organização popular, no desenvolvimento de campanhas e articulações conjuntas com a Defensoria Pública, Comissões de Direitos Humanos e outras organizações do campo popular, contra violações de direito, para inclusão dos idosos e mulheres chefes de família, com garantia de cotas específicas para mulheres vítimas de violências, ao acesso à moradia.

Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais¹⁵

A Peabiru é uma organização sem fins lucrativos que, desde 1993, presta assessoria técnica a movimentos populares e grupos vulneráveis, no campo do direito à cidade e à moradia digna, em diversos formatos de trabalhos, viabilizados por diferentes arranjos institucionais. É formada por equipe multidisciplinar - arquitetos(as), engenheiros(as), técnicos(as) sociais -, e atua em projetos e obras de habitação popular por processos com participação social, urbanizações de favelas, planos populares e processos de regularização fundiária, lutas populares em ocupações, cortiços e outras. Trabalha, por um lado, na perspectiva da efetivação do direito, por meio da política pública; e, por outro, contribuindo em lutas e na defesa do direito, quando este for violado.

¹⁵ Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br>. Acesso em: jun. 2025.

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos¹⁶

A missão do referido Centro é contribuir para a melhoria das condições de vida de moradores(as) de cortiços, favelas e habitações precárias, pessoas em situação de rua e catadores(as) de materiais recicláveis. Atua na Região Central da cidade de São Paulo, na defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais

Esses sujeitos apresentados anteriormente aceitaram prontamente compartilhar suas experiências de forma generosa e solidária, não são considerados meros informantes, são interlocutores preciosos, são sujeitos que se propuseram a construir novos espaços a partir da luta coletiva, em outras palavras, quero dizer que essas e outras pessoas estão produzindo espaços para novas formas de relações sociais.

As práticas solidárias e os processos de resistência nos territórios vão se concretizando a partir dessas experiências, o chão vivido, o concreto, pois elas nos oferecem possibilidades para refletir, analisar, desvelando realidades de uma experiência coletiva desafiadora que pode nos indicar novos horizontes para a construção das lutas e de poder popular, a partir do olhar de quem constrói e vive o processo.

Como mencionado anteriormente, os sujeitos não são escolhidos de forma aleatória, existe uma situação relacional entre ambos, o espaço da luta é também o lugar onde exerço o ofício profissional, enquanto assistente social e assessora técnica, ou seja, este também é o lugar de militância política. Inclusive, é importante dizer que a relação existente contribuiu na aproximação dos sujeitos com esta pesquisadora, a existência do vínculo criou certa intimidade com o tema, contribuindo para que o momento da entrevista fluísse com maior naturalidade, em um ambiente de acolhimento e segurança.

Desse modo, os disparadores que norteiam o processo das entrevistas foram: conhecer sua trajetória de vida; como se deu o envolvimento com o movimento de moradia; se tinham alguma experiência com participação e espaços coletivos; sobre o significado e importância da autogestão, organização

¹⁶ Disponível em: www.gaspargarcia.org.br. Acesso em: jul. 2025.

coletiva e trabalho social; se destacariam alguma dificuldade e possibilidades deste processo.

Vale destacar que cada participante trouxe questões únicas, resultado de reflexões e percepções do vivido em cada espaço coletivo, em cada movimento. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora, com o auxílio de uma transcritora. As entrevistas ocorreram em local previamente combinado com os participantes, priorizando o local de preferência dos sujeitos participantes.

É importante mencionar que o conjunto de instrumentos utilizados no momento da entrevista foi importante para apreender todo o contexto envolvido e também para garantir a qualidade na transcrição das entrevistas.

Sendo assim, esta tecitura foi construída a partir das narrativas dos sujeitos, bem como na ação coletiva, onde cada um representa um tijolo, dando materialidade a esta pesquisa.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, os temas foram organizados com a intenção de promover ao(à) leitor(a) deste estudo a apresentação da construção coletiva de diversos sujeitos, e se inscreve no esforço de trazer o chão vivido para o centro do debate, a partir de leituras do cotidiano, da ação coletiva, sob as lentes do pensamento crítico, na perspectiva de uma práxis transformadora, articulando um arcabouço teórico-metodológico capaz de visibilizar o processo de construção da resistência para transformação da realidade.

No primeiro capítulo – O CHÃO DA PESQUISA: DE TETO E CHÃO NÃO ABRIMOS MÃO, ZONA SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO - pretende-se apresentar o chão vivido, passando por conceitos e significados sobre os territórios de vivência; apresentamos os sujeitos da pesquisa, especialmente a incidência política da articulação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços. O capítulo inicial apresenta um panorama dos conflitos fundiários a partir das sistematizações colaborativas da articulação Campanha Despejo Zero, da qual a SFOC faz parte.

No segundo capítulo – O CHÃO VIVIDO: TERRITÓRIOS, CONTORNOS E CONTRADIÇÕES, pretende-se aprofundar os estudos para compreender o “território”, o papel do Estado no contexto dos conflitos fundiários na contemporaneidade, identificando as determinações que cercam este tema,

dialogando com autores que tratam desta temática e que estão produzindo conhecimento sobre a problemática da disputa da terra e a financeirização do espaço urbano.

No terceiro capítulo – TECENDO RESISTÊNCIA NO CHÃO DA LUTA, pretende-se seguir o diálogo sobre o contexto das ameaças enfrentadas à luz do chão vivido, trazendo os relatos e depoimentos de moradores que estão vivendo as ameaças e despejos, mais que isso, pretendemos visibilizar a construção da “arquitetura da articulação popular” que tem enfrentado as mais adversas situações para resistir em seus territórios na busca pelo reconhecimento e acesso a direitos fundamentais - como um lugar para viver e reproduzir a vida. Além de apresentar a produção de conhecimento construída pela força da articulação da SFOC.

Por fim, apresentamos nossas conclusões a partir do percurso realizado que foi conduzido com a participação da ação coletiva de diversos sujeitos, que não aceitam menos que seus direitos e que lutam para transformar suas realidades e também dos territórios onde vivem.

CAPÍTULO I – O CHÃO DA PESQUISA: DE TETO E CHÃO NÃO ABRIMOS MÃO, ZONA SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO

[...] o sentido não está pronto em algum lugar esperando ser descoberto. O sentido não advém de uma esfera transcendente, nem da imanência do objeto ou ainda de um simples jogo lógico-formal. É uma construção do sujeito. Daí falarmos em produção. Quem vai produzir é o sujeito, só que não de forma isolada, mas num contexto histórico e coletivo [...]. (Vasconcelos, 2001, p. 51-52).

Foto 16: No chão da pesquisa – o sentido coletivo se constrói caminhando junto.



Fonte: Acervo da Peabiru, Ocupação Anchieta Grajaú, 2022.

A imagem anterior retrata a construção da resistência nos territórios em disputa, no **chão vivido**¹⁷. Cristaliza o registro de um dia de trabalho na construção e (re)construção em um território ocupado.

A construção desta pesquisa está alicerçada na ação coletiva de diversos sujeitos, e se inscreve no esforço de trazer o chão vivido para o centro do debate, a partir de leituras do cotidiano, da ação coletiva, sob as lentes do pensamento crítico, na perspectiva de uma práxis transformadora, articulando um arcabouço teórico-metodológico capaz de visibilizar o processo de construção da resistência para a transformação da realidade.

Nesse sentido, a “construtora deste artesanato intelectual” exerce triplo papel, trabalhadora social, militante e pesquisadora, assumindo um lugar importante nesse caminho, de seguir a trajetória do pensamento crítico e da pesquisa militante. Assim, concorda-se com Teixeira (2025), quando localiza a pesquisa militante, conforme já exposto na introdução, dentro de um projeto político de fazer pesquisa “com e para” os movimentos sociais.

Tal afirmação é a demarcação do lugar de partida na construção do conhecimento, não significa menor rigor científico, pelo contrário, significa demarcar o lugar político, a construção do processo que dá vida à pesquisa. Em outras palavras, “a pesquisa militante se diferencia por seu compromisso ético, por entender que não existe neutralidade e por assumir um lugar junto aos povos oprimidos” (Teixeira, 2025, p. 13).

(Des)construir para (re)construir é um pouco a direção da ação coletiva na Ocupação Anchieta¹⁸ e outras tantas espalhadas pelo território, e que configuram neste estudo “o chão da pesquisa”. São sujeitos que fazem da sua necessidade a sua luta cotidiana. A imagem anterior retrata bem esse movimento, entre escalas das transformações urbanas, a moradia “desconstruída” que abre espaço para a abertura da rua, para melhorias do território habitado, ações que fazem parte da autoconstrução do espaço nas ocupações de terra, pensar o ordenamento espacial do espaço, sem política

¹⁷ Expressão usada pela autora, inspirada na elaboração de Dirce Koga, refere-se ao território, onde a vida acontece, onde se expressam as relações cotidianas, onde é forjado o exercício da luta e dos processos de resistência.

¹⁸ Ocupação Anchieta Grajaú faz parte da articulação política da secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da Região Sul, será apresentada com maiores detalhes no Capítulo III da pesquisa.

pública, é medida muito importante, e que pode inclusive salvar vidas¹⁹, quando se trata de um espaço adensado, sem infraestrutura pública, onde as ruas quase sempre são vielas.

Pretendemos, neste capítulo, evidenciar a “microescala”, as transformações do tecido social a partir da vida cotidiana, por meio da luta coletiva, apresentar o chão da pesquisa, recuperando brevemente a história a partir do processo de expansão da urbanização e o processo de organização da luta no território, sem idealização da escala local²⁰, sem desconectá-la das determinações que produzem os processos de guetificação e gentrificação, relacionados ao aprofundamento das desigualdades sociais e à urbanização dispersa (Gottdiener, 1997, p. 129).

Significa analisar os efeitos na escala da vida coletiva sob diferentes manifestações do macro: nas decisões relativas à aplicação dos recursos públicos, influências institucionais, orientações culturais, interesses econômicos e políticos, sociais, somando aos apelos e efeitos produzidos pelo ideário neoliberalista, ou seja, apresentar a articulação da Secretaria de Favelas e Ocupação, como uma estratégia coletiva de enfrentamento às manifestações do macro.

¹⁹ Ao escrever sobre a Ocupação Anchieta e o processo de autoconstrução do espaço, me fez lembrar sobre o incêndio que ocorreu na Ocupação Anchieta Grajaú, no dia 12 de maio de 2024. Um domingo de sol, toca meu telefone, logo cedo, no visor - Anderson (liderança da Ocupação Anchieta); quando vi pulei da cama, sabia que deveria ter acontecido algo muito importante para a liderança ligar cedo pela manhã, no domingo dia das mães. Ao atender, Anderson foi logo falando, está pegando fogo aqui, atrás da casa da Vera, vem para a Ocupação nos ajudar, por favor. Bom, não pensei duas vezes, me organizei rapidamente e segui para o Grajaú. Quando Anderson falou onde o incêndio se iniciou, eu pensei que seria uma catástrofe, pois, é o setor de maior adensamento da ocupação, com grande aglomerado de casas, com muitas vielas, acesso restrito às casas que, em sua maioria, eram construídas de madeira. Quando cheguei no local, o fogo havia sido controlado, os bombeiros estavam fazendo o resfriamento. Bom, nenhuma pessoa ficou ferida, os prejuízos foram somente materiais, cerca de 14 moradias foram destruídas completamente. Certamente, perder a moradia, em qualquer situação, é algo terrível, imagine em um local onde tudo é muito precário e insuficiente. A chegada rápida do Corpo de Bombeiros foi fundamental, mas, sobretudo, o que salvou os moradores do incêndio foi a implementação do Plano de Autourbanização, os moradores haviam realizado a abertura da rua que deu acesso ao caminhão do Corpo de Bombeiros. Em outras palavras, a mobilização dos moradores para implementar a abertura de vias dentro da ocupação salvou a vida de muitas pessoas, sem dúvida. Desta forma, não queremos defender como solução para as Ocupações “iniciativas isoladas e autônomas”, pelo contrário, queremos chamar a atenção para a importância de buscar alternativas que visam a redução de impactos e/ou riscos, como estratégia para a própria segurança, e obviamente, continuar a luta por política pública, pela ação do Estado.

²⁰ Tomamos como referência, neste estudo, as elaborações da urbanista Ana Clara Torres Ribeiro, publicadas no artigo *Sociabilidade Hoje* (2005), onde reforça a importância da relação entre escalas nos estudos. Segundo Ribeiro (2005), os estudos e análises da escala local não devem estar afastados da natureza transescalar da vida urbana.

Nesse sentido, a análise crítica da vida urbana exige o percurso que considere a relação permanente entre o micro e o macro, nas palavras de Ribeiro (2009, p. 2), “é buscar a compreensão do cotidiano e do lugar como realidades híbridas”.

De todo modo, torna-se fundamental visibilizar a “microescala” ou escala local, não só para compreender e elaborar novas formas de interferir nos territórios, como também pensar políticas públicas em diferentes escalas e que considerem as leituras, demandas, reivindicações construídas sobre seus próprios chãos de vida.

Longe de personalismo, este estudo está apoiado na trajetória militante, base para a construção desta pesquisa, contextualizando o percurso vivido e dialogando com o sentido e significado da construção do sujeito coletivo, para localizar a pesquisa no “chão vivido”, espaço do exercício do ofício e de luta, expressão cunhada por Koga (2011).

Fazendo uso de outra analogia, este “artesanato intelectual” pode ser lido ou entendido como uma costura, onde cada passo significa um alinhavo, um laço que une cada pedacinho da caminhada, deixando aparentes os vários tipos de pontos, e de linhas, evidenciando a diversidade profunda das cores, no esforço de não favorecer uma ou outra, pelo contrário, essa costura pretende visibilizar todas as nuances e os relevos. Evidenciam-se os diferentes tipos de tecidos, onde cada parte alinhavada significa o “provisório”, que revela um chão, uma parte da caminhada. Desse modo, a forma é respeitada pelo molde, sem pretender esconder qualquer imperfeição, buscando dar visibilidade ao artesanato, tal qual. Seus contornos, escolhas, renúncias, tecidos ásperos e rígidos, que deixam marcas, que se moldam ou não, que se rompem e se transformam, assim como a realidade, o chão vivido é o universo da pesquisa militante. É o sentido que se constrói caminhando.

Percebemos o quanto o cotidiano nos demanda, o chão vivido nos convoca a construir respostas e mediações em diferentes escalas, trata-se de uma “costura” em muitas camadas, tudo é para ontem, a questão é que “a falta” tem pressa, o cotidiano dos sujeitos que estão vivendo nos territórios em disputa, e estão passando por violação de direitos, em alguma escala, além de conviver com o sentimento de insegurança e incerteza o tempo todo, falta “paz” para pensar sua própria condição de vida.

No momento em que escrevo essas linhas, meu celular toca, vejo quem está ligando e penso “nossa... o que deve ter acontecido, meu coração acelera, atendo rapidamente, do outro lado, antes do bom dia, um pedido de desculpa, não se preocupe, está tudo bem, só preciso de uma orientação, é que eu recebi uma mensagem da prefeitura e não sei o que significa. Pedi para a moradora relatar com calma tudo o que aconteceu, no diálogo entendi que chegou um comunicado para ela comparecer na subprefeitura para atendimento de atualização de seu cadastro, pedi que encaminhasse a mensagem que recebeu para eu ter certeza do que tratava. Expliquei a ela o que estava escrito, orientei sobre os documentos que precisava organizar para apresentar no atendimento, que tinha como objetivo renovar o cadastro para recebimento do auxílio aluguel, no valor de R\$ 400,00, que recebe da SEHAB pela remoção que sofreu em 2021. Depois que expliquei, ela soltou um suspiro de alívio e disse: eu fiquei apavorada, não consegui fazer mais nada, porque muitos que foram removidos o auxílio foi cortado, já estava imaginando que poderia ser outra coisa, que tinham me tirado o auxílio, logo agora que estou sem trabalho, que bom, não é isso, agora estou mais tranquila, muito obrigada por me explicar. (Diário de Campo, julho de 2025)

Tal relato nos faz refletir sobre os impactos na vida dos sujeitos, em todas as dimensões, como fica a subjetividade dos sujeitos que estão vivendo na pele a insegurança e os contornos insuficientes, respostas pela metade, indecifráveis, ou inexistentes, no campo das políticas públicas, que só expressam a distância ou ausência do Estado. Durante as escutas dos sujeitos, nos deparamos com pessoas adoecidas, com graves questões de saúde mental, com muitas dificuldades de seguir ou retomar a vida. Conviver sob ameaça de remoção e/ou despejo é estar em estado permanente de alerta, a falta de acesso à moradia adequada e aos demais direitos fundamentais deixa marcas profundas na família, podendo determinar um cotidiano de insegurança e de violação de direito.

Nesse sentido, nos parece importante refletir sobre o território, mas, sobretudo, seus contornos e determinações, analisando as contradições, disputas, dimensões, localizando a ação ou a omissão do Estado e, principalmente, as estratégias forjadas pela pedagogia do confronto, elaborando e dialogando sobre a realidade como parte importante do processo de luta e de resistência, perceber as violações e direcionar a força popular para transformar determinado contexto ou condição.

A perspectiva da pesquisa é trazer o chão vivido e as construções coletivas que são forjadas pelos próprios sujeitos, a costura da luta é um artesanato que requer investimento permanente e compromissos partilhados, é alimentado por laços de confiança e afeto, logo, é constituído da mesma matéria dos sujeitos coletivos, de carne e osso.

No próximo item, iremos tratar de apresentar o chão vivido, dialogando com especialistas e com os interlocutores do presente estudo, que nos ajudam a assimilar o processo histórico, o contexto e a forma de como foi a construção da resistência na luta pelo direito à moradia. Buscamos, a partir da incidência política dos sujeitos na construção de estratégias contra despejo e remoção, visibilizar situações concretas vividas no território.

1.1 Tijolo com tijolo

O monopólio da propriedade fundiária urbana constitui-se como fonte da “exploração desavergonhada da miséria”.
(Marx, 1985, p. 237).

Foto 17: Não é só a casa



Fonte: acervo da autora - Ocupação Anchieta Grajaú/SP - 2022.

A imagem acima apresenta o chão vivido, o território onde a vida acontece, a roupa estendida no varal colore a paisagem, o tijolo com tijolo, o chão da vida, o esperar que orienta os passos da luta coletiva, a utopia que nos move.

A palavra esperar não pretende romantizar o chão da luta, pelo contrário, como nos ensinou Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Esperança* (1992), é preciso construir a esperança crítica, aquela apoiada na prática, na necessidade ontológica, no cotidiano.

Muitas vezes, tampouco a esperança se mantém de pé no cotidiano de quem está submetido à incerteza de viver na iminência de ser removido.

No estudo sobre as violências do Estado, Santos (2024), a partir de suas análises, narra que na “ameaça de deslocamento, funda-se uma experiência social e urbana, um modo de vivenciar a cidadania urbana contemporânea, desprovida da promessa ou referência normativa de uma futura estabilidade e segurança nos modos de habitar e viver” (Santos, 2024, p. 283).

Tal afirmação permite dizer que essas dinâmicas determinam as relações socioespaciais e, principalmente, as relações sociais, as sociabilidades, as formas de acesso, de uso, o trabalho, a própria construção e relação com o lugar de morar, mesmo que provisórias, “afetam” profundamente a construção dos sujeitos e do pertencimento coletivo.

Tomando como ponto de análise a negação do direito à moradia, mas, sobretudo, as condições que se colocam aos sujeitos em um contexto de ameaça ao despejo ou remoção, é preciso reter a “escala urbana”, em outras palavras, significa analisar a realidade a partir das materialidades do chão vivido, suas conexões, dinâmicas, expressões, numa perspectiva de vivência social que transita na precariedade, na negação dos direitos e na incerteza. Nas palavras de Santos (2024), verifica-se, que:

Na produção dos espaços urbanos contemporâneos pós ou neocoloniais das cidades do Sul, mas cada vez mais presentes e disseminadas nas do Norte Global, as políticas e dinâmicas de despossessão, deslocamento e ameaça permanentes são estruturantes, e não podem ser lidas e compreendidas de forma desracializada. (Santos, 2024, p. 284)

A lógica de produção do espaço é produto da ação humana, contudo, essa afirmação não é suficiente para explicitar os resultados desse processo. O marco da acumulação capitalista não apenas exige a acumulação contínua e incessante de lucro e mais-valia, mas, principalmente, produz hierarquias de gênero, raça, classe, idade e sexualidade, que moldam e forjam subjetividades, qualquer leitura que não as visibilize, não alcança as contradições e os contornos presentes no território, ou seja, não expressam a realidade do chão vivido.

São muitas as definições de “território” na literatura urbana, porém, nesta pesquisa, apoiamo-nos nas elaborações de Milton Santos, em suas reflexões

sobre o termo, compreendendo o território a partir do seu uso, ou seja, “a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam” (Koga, 2013, p. 35).

Contudo, analisar as mudanças socioespaciais, os deslocamentos, os processos de despossessão, é, sobretudo, “enxergar com lentes” a relação entre território e as pessoas que dele se utilizam, essa é a chave analítica em que este estudo se apoia, é sobre as contradições e os contornos do chão vivido.

Tomamos como referência, no presente estudo, a denominação recente adotada pelo IBGE²¹, “Favelas e Comunidades Urbanas” substituindo o termo estigmatizado “aglomerados subnormais”. A mudança atende à reivindicação histórica por reconhecimento e identidade dos movimentos populares.

Segundo dados apresentados no Censo de 2022, no Brasil existem ao menos 11.403 favelas e comunidades urbanas, onde vivem 16 milhões de pessoas.

Dada a importância central do território, o próximo item abordará o campo de pesquisa: a Zona Sul da cidade de São Paulo, delimitada pelas favelas e ocupações que integram a articulação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP.

1.2 O Chão da pesquisa

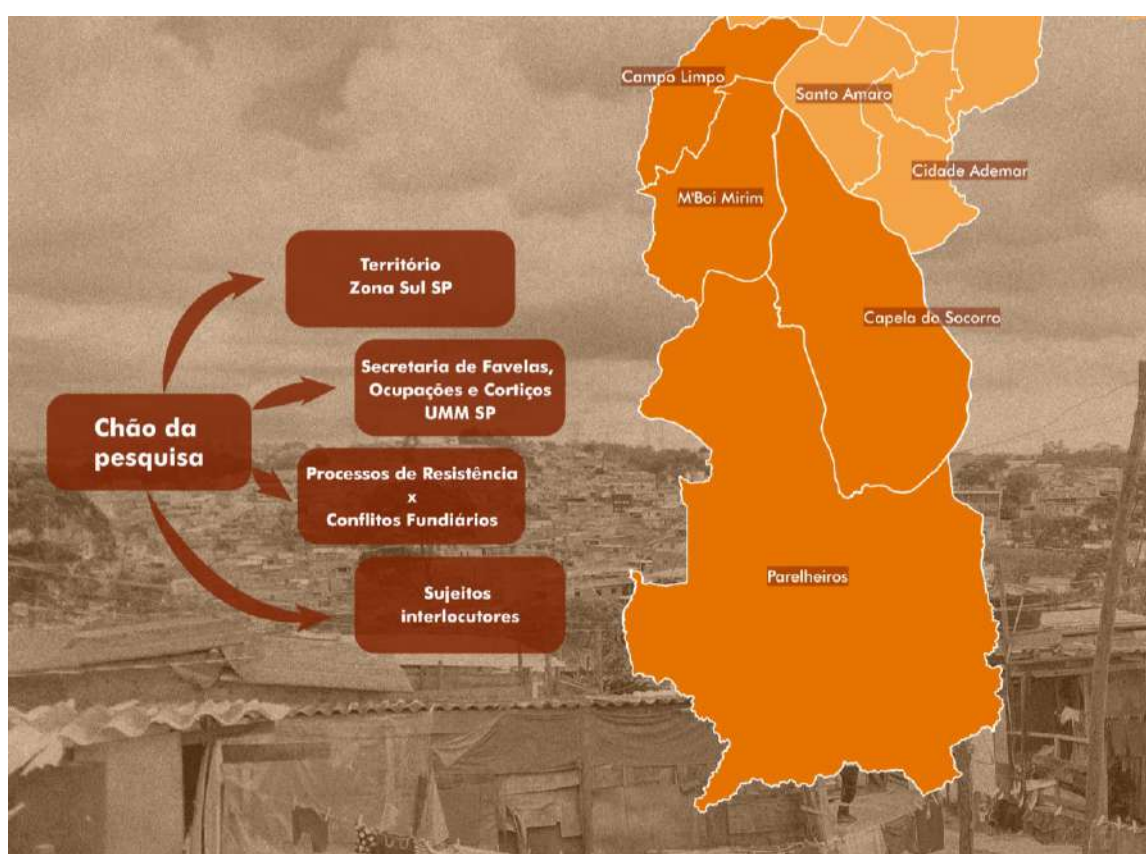
Os “Chãos” em disputa, apresentados neste estudo, são parte do espaço urbano que revela todas as expressões supramencionadas, o chão da pesquisa está localizado na Zona Sul da cidade de São Paulo, onde existe maior densidade populacional, também considerada a região de maior expansão urbana.

Conhecida também como Macrorregião Sul 2 do município de São Paulo, reúne seis Subprefeituras, Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, M^oBoi Mirim, Parelheiros e Santo Amaro. Em termos de número de habitantes, o Censo de 2022 registrou 2,7 milhões de habitantes, a região abriga 15 distritos

²¹ O retorno do uso do termo “Favelas” já inclui o Censo 2022, cujos resultados vêm sendo divulgados pelo IBGE desde 2023. Para a revisão do termo, o instituto efetuou discussões junto a movimentos sociais, lideranças de favelas, representantes da comunidade acadêmica e órgãos governamentais. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/favela-por-que-o-ibge-retomou-o-uso-do-termo-no-censo/>, Acesso em agosto de 2025.

e representa 23% da população do município de São Paulo; em termos de número de habitantes, a região Sul 2 conta com mais de 2.5 milhões de habitantes²². O chão da pesquisa articula quatro eixos que fundamentam e se inter cruzam com o caminho da luta popular, são as bases estruturantes do presente estudo: o território vivido (Zona Sul de São Paulo); a incidência política da Secretaria de Favelas; os processos de resistência frente aos conflitos fundiários; Ocupações e Cortiços; e os sujeitos interlocutores, representados na figura a seguir.

Figura 7: Chão da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora e Beatriz Colpani, 2025.

O crescimento urbano na Zona Sul intensificou-se a partir da década de setenta. A parte sul do território apresenta vasta cobertura vegetal com trechos originais da Mata Atlântica. A região é denominada também como área de Manancial, protegida pela Lei Estadual de Proteção aos Mananciais nº 868 de

²² Censo 2022, nº de Habitantes Zona Sul 2 - Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: agosto de 2025.

1976 e nº 1.1172, também de 1976, definidas por áreas de proteção e abastecimento de água da cidade, por estarem cercadas pelos reservatórios Billings e Guarapiranga, principais fontes de abastecimento público da Cidade de São Paulo. Em termos de ocupação do solo em área de Manancial, há aproximadamente 317 favelas e 367 Loteamentos Irregulares (Ocupações).

Nas palavras de Ferrara (2018), a ocupação das áreas de Mananciais necessita ser contextualizada e analisada no marco da produção capitalista das cidades. A atuação governamental, a partir do marco regulatório, pautada pela diretriz de recuperação ambiental, prevista na legislação estadual e em programas de intervenção, mostrou-se insuficiente. Os múltiplos prejuízos resultantes, muitos deles irreversíveis, ampliaram os conflitos socioambientais e contribuíram para reforçar a criminalização dos sujeitos que buscam o direito legítimo de um lugar para morar.

A análise focaliza a política pública implementada, mas não se pode desconsiderar que o crescimento urbano sobre os mananciais integra a dinâmica de produção do espaço metropolitano. A produção imobiliária e a distribuição desigual de infraestruturas promovem a valorização da terra em partes da metrópole e mantêm a região de mananciais como alternativa habitacional para a população de baixa renda, o que pode ser verificado com o surgimento de novas ocupações recentes ou com o adensamento dos assentamentos existentes. Esse contexto agrava as múltiplas formas de espoliação urbana e as degradações ambientais na metrópole. (Ferrara, 2018, p. 2)

A problemática da expansão urbana em áreas de preservação, sobretudo na Zona Sul da cidade de São Paulo, promove, sem dúvida, vários prejuízos e efeitos perversos para a cidade como um todo, porém, a população mais pobre, “para os despossuídos”²³, quem não tem alternativa habitacional, nem pela via do Estado ou pelo mercado privado, é submetida à procura de “espaços vazios” para fixar moradia, mesmo que em condições muito precárias, muitas vezes, em locais com alto risco, inseguros e insalubres.

²³ Categoria cunhada por Harvey: “é por grande parte formada por aquilo que eu chamo de “acumulação por despossessão” [...] inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meio ilegais e legais. (ou seja, sancionadas pelo Estado) coloniais, neocoloniais e neoimperialistas, e forçosamente integradas ao mercado comercial pela monetização e tributação violenta (Harvey, 2011, p. 197).

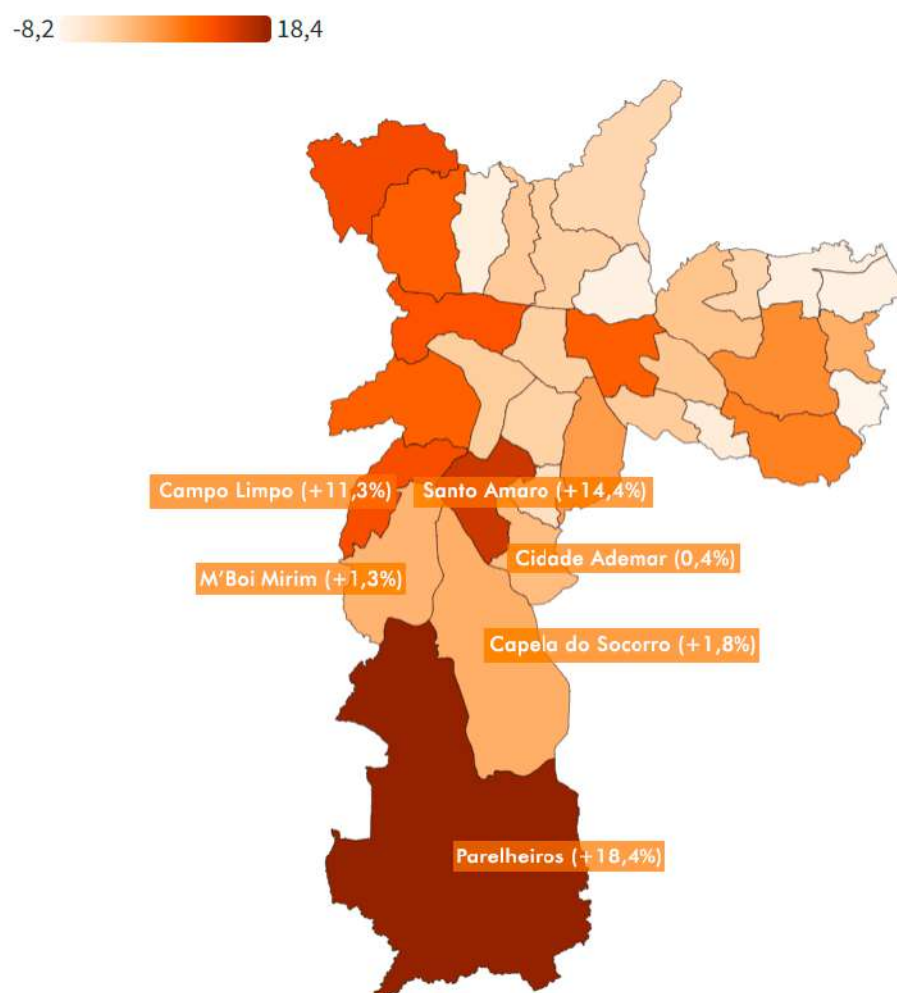
Sobre o aumento populacional na cidade de São Paulo, o extremo sul da Zona Sul foi uma das regiões que mais apresentou aumento populacional, exatamente na região de Manancial - principalmente, os distritos de Parelheiros e Marsilac, ambos territórios de preservação ambiental. A Agência Mural²⁴ analisou os dados do Censo de 2022, evidenciando que:

[...]Proporcionalmente, a Subprefeitura de Parelheiros, no extremo sul paulistano, foi a que mais cresceu – 18%. É por lá, contudo, que está a área menos habitada da cidade, com boa parte do território sendo destinada à preservação ambiental.
[...]Um dos distritos de lá é Marsilac, onde havia 3 mil habitantes em 2010 e agora a região conta 11 mil, enquanto Parelheiros, chegou a 153 mil moradores. (Agência Mural, 2024).

Analisando o crescimento populacional na cidade de São Paulo, observamos que o maior crescimento ocorreu na periferia, ou melhor “no fundão da periferia”, reforçando ainda mais as determinações oriundas do processo de adensamento dos assentamentos existentes, resultado da combinação da especulação imobiliária e da produção privada do espaço urbano, efeito que empurra a população para os extremos da cidade, sobretudo para as áreas impróprias para moradia. Essa leitura pode ser observada no mapa a seguir, quanto mais escura a cor, maior o crescimento no número de moradores em 12 anos, segundo os dados apresentados no Censo de 2022.

²⁴ Jornalismo local (pelas, sobre, para) as periferias, combatendo estereótipos e garantindo acesso à informação. Para conhecer mais detalhes sobre a análise do censo de 2022 sobre a Cidade de São Paulo ver: <https://agenciamural.org.br/>. Acesso em: ago. 2025.

Figura 8: Mapa do crescimento da população por subprefeitura



Fonte: Agência Mural, 2024.

Os estudos elaborados por Ferrara (2018)²⁵, sobre os assentamentos precários em área de Mananciais - na Bacia da Billings, destacam que “nos planos e programas para as áreas de mananciais, urbanização e saneamento, aparecem como necessidades programáticas, mas não há informações que qualifiquem o problema habitacional de modo mais detalhado” (Ferrara, 2018, p. 417).

²⁵ Luciana Ferrara, arquiteta e urbanista, é também uma apoiadora da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP.

Só que nessa região aqui onde nós estamos, onde eu moro, aqui, desde ali do Jardim Celeste, que dá para ver depois aqui da minha janela, pela beira do Rio até a divisa com São Bernardo do Campo, tem uma concentração muito grande de pessoas vivendo em favelas. É um bairro com infraestrutura urbana, uma subprefeitura, um distrito com muita infraestrutura urbana e muita precariedade habitacional. (Dito, interlocutor e colaborador da pesquisa, entrevistada realidade em agosto de 2025).

Ainda assim, é possível verificar, de modo aproximado, a expansão dos assentamentos precários sobre os mananciais e na Bacia da Billings no quadro elaborado por Ferrara (2018).

Figura 9: Quadro sobre a população, população em favelas e número de favelas na Bacia da Billings.

Município	População Total	%	População em Favelas	%	Nº de Favelas
Diadema	49.967	6,98%	7.636	6,30%	29
Ribeirão Pires	77.662	10,84%	422	0,35%	6
Rio Grande da Serra	34.736	4,85%	S/I	S/I	S/I
Santo André	23.653	3,30%	2.942	2,43%	S/I
São Bernardo do Campo	158.328	22,11%	29.673	24,49%	44
São Paulo	371.822	51,92%	80.474	66,43%	84
Total	716.168	100,00%	121.174	100,00%	163

Fonte: FERRARA, (2018, p 417), Revista, Oculum ens. /Campinas /15(3) /413-435/2018.

Os assentamentos precários estão por toda a cidade, o processo de urbanização removeu muitas favelas, mesmo nas áreas que passaram por grandes remoções devido a obras e intervenções urbanas, como, por exemplo, a Operação Urbana Água Espreada²⁶, mesmo utilizando dispositivos do Estatuto

²⁶ A Operação Urbana Consorciada Água Espreada (OUCAE) foi criada pela Lei 13.260 de 28 de dezembro de 2001, parcialmente alterada pelas Leis 15.416/2011 e 16.975/2018 e regulamentada pelo Decreto 53.364/2012. Foi a primeira Operação Urbana a utilizar os dispositivos do Estatuto da Cidade (lei Federal nº 10.257/2001), portanto, a primeira Operação Urbana Consorciada aprovada na cidade. Disponível em:

<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/operacoes-urbanas/oucae/>.

Acesso em: ago. 2025. Ainda sobre a Operação Urbana, com o objetivo de contextualizá-la, a introdução das operações urbanas em São Paulo foi um processo paulatino. Além dos antecedentes legislativos, que

das Cidades²⁷, não atendeu todas as demandas, tampouco, atendeu todos os moradores que ocupavam a área de intervenção. Sobre a questão das grandes operações urbanas, Dito (2025), advogado popular da UMM/SP e interlocutor desta pesquisa, demarca que esses processos, por mais justificáveis que possam ser, do ponto de vista da necessidade de infraestrutura ou ampliação de serviços, sempre ou quase sempre estão muito alinhados com o mercado especulativo, gerando a expulsão da população, mesmo prevendo atendimento habitacional definitivo, e não contemplam todos os moradores ou os atendem de modo muito parcial.

O Jardim Edite nasceu de uma resistência à remoção, mas ali foi construído o Empreendimento Habitacional de HIS - Jardim Edite, só que ali varreram não sei quantas mil famílias, não atenderam todos os moradores, muitas famílias foram removidas, pelo menos umas 15 mil famílias foram removidas na região da Águas Espraiadas, pelo Paulo Maluf nos anos 1990. (Interlocutor da pesquisa, Benedito Barbosa (Dito) em entrevista, agosto de 2025.)

A falta de moradia não é a única condição enfrentada pelos sujeitos, posto que quem não tem moradia está sujeito a sofrer muitas outras violações e opressões, seja no acesso ao trabalho, às longas horas com deslocamentos ou no acesso a serviços essenciais. Os sujeitos que ocupam espaços, terras, prédios, e que, por vezes, estão ociosos, degradados, sem cumprir a “Função Social da Propriedade”, precisam enfrentar estigmas, preconceitos, humilhações e denominações que visam desqualificar o outro, expressões como “aquele tipo de gente”, os favelados, os despossuídos de tudo. A matéria no site da Prefeitura da cidade de São Paulo, sobre o Conjunto Jardim Edite - Operação Urbana Água

visavam às intervenções nas áreas carentes de infraestrutura necessária, nas décadas anteriores podemos encontrar na literatura vários exemplos de busca das formas de financiamento das habitações de interesse social e dos equipamentos de uso coletivo. O maior número de propostas das operações interligadas foi anotado durante a gestão de Paulo Maluf (1993-1997), foram no total 61 propostas. Para saber mais, ver Dissertação de Mestrado: *Problemática e metodologia projetual da habitação de interesse social: análise do conjunto residencial Jardim Edith*. OLCZYK, M. 2015.

²⁷ Estatuto da Cidades. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Espraiada, publicada no dia 20 de julho de 2009, evidencia o uso da expressão “invasão” para qualificar a ocupação do terreno.

Figura 10: Publicação com conteúdo preconceituoso no site da Prefeitura



Fonte: Secretaria de Habitação, Prefeitura Municipal de São Paulo.

Para Santoro e Nunes (2018), os Projetos de Intervenção Urbana (PIU)²⁸, promovidos pelo Estado, impõem processos cada vez mais restritivos, impactando nos processos decisórios, que, por sua vez, tornam-se cada vez mais enxutos, limitando a participação social. O estudo intitulado **Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) em São Paulo: transferência de terras para exploração comercial por terceiros**, publicado pelo Labcidade (2018),

²⁸ Os PIUs, como o próprio nome já diz, consistem em projetos urbanos. Sua figura foi criada no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014 (PDE) (Lei Municipal no 16.050/14), com o objetivo de detalhar projetos de reestruturação urbana. Por isso, de acordo com o PDE, um PIU deve conter os objetivos das intervenções e um estudo detalhado dos aspectos urbanísticos, ambientais, sociais, econômico-financeiros e de gestão democrática sobre as motivações e os impactos da transformação urbana prevista (ver PDE, art. 136). (Santoro; Nunes, 2018). Artigo publicado em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/projetos-de-intervencao-urbana-pius-em-sao-paulo-transferencia-de-terras-para-exploracao-comercial-por-terceiros/>. Acesso em: ago. 2025.

desenvolvido por Santoro e Nunes, ressalta que, “os (PIUs) buscam afastar o debate público na elaboração e implantação de projetos que provocam transformações significativas nas áreas onde são implantados”. Somados a esses efeitos, outros elementos tornam essas intervenções ainda mais complexas, são processos largos e envolvem diversos agentes, com diferentes formatos, muitas vezes atravessam décadas, mas, sempre possuem um traço comum, não consideram todas as dimensões do chão vivido. Como vimos anteriormente, é preciso considerar as relações, a interação dos sujeitos com o território, onde se constroem as estratégias para a reprodução da vida, como, por exemplo, a rede de apoio.

Nestes processos, as estratégias não dão conta de atender a diversidade das necessidades, as soluções formatadas na lógica de programas habitacionais, embora subsidiados pelo Estado, em sua maioria estão organizados na lógica de Parceria Público Privado. As intervenções urbanas, por vezes, não se restringem à remoção de moradias, imperam formas de atendimento provisório - auxílio aluguel ou atendimento definitivo por meio de programas que endividam os sujeitos, sem contar que, em muitos casos, esse atendimento ocorre fora do território de origem, aprofundando os impactos, desencadeando, inclusive, redução ao exercício da cidadania.

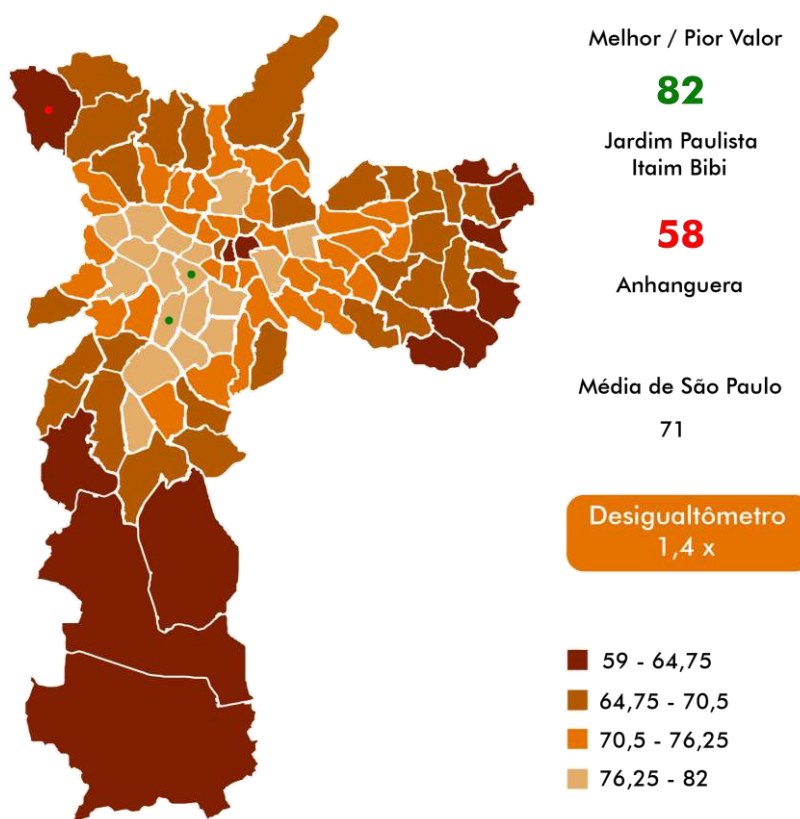
Ao analisar outros indicadores sociais, verificamos os níveis de desigualdade dos territórios periféricos comparados aos locais privilegiados da cidade.

Como demonstra o mapa a seguir, sobre a média de idade ao morrer, de acordo com o local da residência, compreende-se que é um indicador relevante para analisar a desigualdade territorial. Embora não seja o único ponto, seus dados revelam aspectos significativos que expressam as contradições regionais. No entanto, essa situação pode ser alterada por diversos fatores, que agem individualmente ou em conjunto. Porém, para se ter uma fotografia da desigualdade é preciso analisar as expressões da questão social na perspectiva de raça, gênero e classe. O último Censo (2022) revelou a fotografia da desigualdade brasileira, segundo os dados, a população que mora nas periferias e favelas de São Paulo é majoritariamente negra, representando cerca de 73% dos moradores, de acordo com a pesquisa.

Outro dado revelador sobre quem são as pessoas que estão vivendo as piores condições de vida nos territórios é que o Brasil tem 3,9 milhões de pessoas (62% negras) que vivem em 13.297 áreas de risco.

Dessas, quatro mil localidades são classificadas como de "risco muito alto", de deslizamentos e inundações, por exemplo. Já o número de áreas classificadas como de "risco alto" é de 9.291²⁹, como demonstra o mapa a seguir.

Figura 11: Mapa da Desigualdade - Idade Média ao morrer.



Fonte: Rede Nossa São Paulo, acesso em setembro de 2025.

Como vimos, a população que vive no extremo sul de São Paulo tem menor expectativa de vida com média de 58 - 64 anos, em relação aos que vivem em áreas urbanas com melhor localização e infraestrutura, a média chega aos 82 anos.

Busca-se destacar a interconexão das condições de vida de um local com as relações entre populações e espaços, entre diferentes partes da cidade, e

²⁹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: ago. 2025.

entre o lugar e a cidade em sua totalidade³⁰. Aborda-se, ainda, a influência das políticas públicas na manutenção ou transformação dessas condições.

Nessa perspectiva, do olhar relacional sobre o território, seu alcance com outras dimensões da cidade e da cidadania e relacionado à subjetividade, como também a dimensão da proteção social, as relações entre vizinhos, nas palavras de Robert Castel (1998, p. 48) significa a “proteção próxima”.

Pretende-se trazer o contexto de “ocupação” do território, do chão da pesquisa, na perspectiva da luta por teto, chão e demais direitos, tomando como referência o interlocutor (não único) desta pesquisa, um dos protagonistas do processo de organização dos movimentos sociais e da articulação na Zona Sul da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços - UMM/SP. O próximo item apresentará de forma breve o caminho percorrido pelo povo das favelas, suas estratégias, construções e o processo de organização popular nos territórios.

Segundo Feltran, ao analisar o processo histórico de organização dos movimentos sociais, na década de 1980, período que remonta o processo de redemocratização, chama atenção para a leitura eminentemente política dos movimentos populares “que os figurou, nas análises acadêmicas e nas disputas de poder efetivas, como atores de relevância central para a construção democrática” (Feltran, 2007, p.87).

³⁰“A cidade de São Paulo, mesmo a visão micro, ganha um significado dimensional importante, já que seus 11,4 milhões de habitantes se comparam a populações de países como Portugal, Bélgica, Hungria e Grécia. Há distritos como Grajaú, cuja população é de 384.873 habitantes, e corresponde à cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina” (Koga, 2011, p. 59).

1.3 A luta no chão vivido

Não Nos Moverão

Joan Baez

Não, não, não nos moverão! Não, não nos moverão!
 Como uma árvore firme junto ao rio
 Não nos moverão
 Unidos na luta, não nos moverão
 Unidos na luta, não nos moverão
 Como uma árvore firme junto ao rio
 Não nos moverão
 Não, não, não nos moverão! Não, não nos moverão!
 Como uma árvore firme junto ao rio
 Não nos moverão
 Unidos na greve, não, não, não nos moverão!
 Unidos na greve, não, não, não nos moverão!
 Como uma árvore firme junto ao rio
 Não nos moverão

[...] a gente estava num processo de articulação mais via igreja e via pastorais da moradia, a gente fazia uma reunião na sede da região das favelas todo segundo domingo do mês. Como é a assembleia da UMM hoje, só que era a assembleia das Favelas, que a gente reunia, e todo ano organizava um passeio das favelas.

[...] e era muito fundado também na música, na mística, toda essa luta, eu lembro que tinha uma música que a gente cantava e falava assim “não, não, não nos moverão! como uma árvore enterrada junto ao rio, não nos moverão, unidos no movimento, não nos moverão, unidos na luta, não nos moverão, como uma árvore firme junto ao rio, não nos moverão”. Então, essa luta, essa mística da luta, da resistência, também estavam muito presentes, porque nesse período tinha muitos despejos. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025)

[...] Também havia muitos despejos, como a gente chama hoje, despejos administrativos nas favelas. Tinha muita remoção forçada, violência. Então, a gente tinha que, não só das favelas, mas dos cortiços e tudo mais. No final dos anos 82, 83, 84, 85, essa luta foi muito forte. E ela foi permeada também por diversas lutas. O cenário político no Brasil era intenso, porque você estava numa luta pela anistia, uma luta pela retomada democrática no Brasil e pelo fim da ditadura militar. E pelas diretas já. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025).

A expansão urbana do extremo sul da cidade foi marcada por muita luta coletiva, a Zona Sul de São Paulo protagonizou lutas históricas, que reivindicavam Teto e Chão, mas também outros direitos, como acesso à água e à energia elétrica, como conta Dona Chica³¹, liderança histórica, em entrevista à pesquisa sobre a luta por moradia na Zona Sul de São Paulo.

Não consegui mais pagar aluguel e fui pra zona sul na ocupação, aí fomos lutar pela favela, fomos lutar por moradia e também por água e luz, e por transporte, tínhamos muita dificuldade de transporte, a gente lutou muito, eu agradeço muita a igreja católica, fui pedir ajuda, é que eu sou católica, e também a gente tinha um padre que ajudou muito, ele disse, eu não posso fazer muito, mas vou estar com vocês. Quando a gente ia negociar na COHAB, na reunião, a gente levava o padre, a gente eles não queriam nem saber, mas eles ouviam o padre, mas assim a gente continuou a luta e foi adquirindo... eu fazia a luta na Capela do Socorro e também no Campo Limpo, e atuava no setor sindical. Assim fomos continuando a luta e lutando até chegar até aqui. (Dona Chica, liderança Zona Sul, 2021).

Os processos de luta por direitos nos territórios periféricos foram importantes para a conquista de direitos e acesso aos serviços básicos, como água, energia elétrica, transporte público, creche, entre outros.

Nesse contexto de lutas, o Sr. Gonçalves³² lembra da dificuldade de moradia na cidade com o maior parque industrial do país, sem alternativa de programas habitacionais e sem meios de pagar aluguel, a saída foi a organização coletiva por moradia.

[...] Em 1982, fizemos a maior ocupação do Brasil, com 40 mil pessoas, nas margens da represa Guarapiranga, foi aí que começamos a nos organizar e fazer os mutirões, aí nasceu os primeiros mutirões, foi na Cohab Adventista. (Sr. Gonçalves, liderança UMM/SP, 2021)

³¹ Francisca da Silva, moradora do Jardim Eliana, professora e liderança na Zona Sul desde os anos 70. Ver entrevista em vídeo "Moradia Popular e a Questão Ambiental: histórico da construção das comunidades da zona sul de São Paulo". Universidade de Michigan, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e UFABC / 2021.

³² José Gonçalves Almeida, liderança da União dos Movimentos de Moradia, atua como defensor popular desde 1967. Ver entrevista em vídeo "Moradia Popular e a Questão Ambiental: histórico da construção das comunidades da zona sul de São Paulo". Universidade de Michigan, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e UFABC / 2021.

No campo das lutas, o momento foi marcado por um “intenso e complexo processo de transformação do tecido associativo da sociedade civil”, conforme Moura e Silva (2008, p. 43).

Neste período, os movimentos sociais apresentavam um caráter local, especialmente os movimentos de moradia que tinham centralidade na questão da moradia. Com o fim do regime militar³³, os movimentos ganham força e, ampliando o entendimento sobre a questão da moradia, compreendem a cidade na sua totalidade.

Esse processo inconcluso gera também uma série de descontentamentos que vai, de certa forma, desembocar na Constituição de 88, ela saiu do jeito que ela saiu, porque você tinha um rescaldo das mobilizações, da luta pelas diretas, travado na garganta do povo brasileiro, na minha opinião, e que desembocou com muita energia nos processos de luta para impor, vamos dizer assim, algum tipo de mudança mínima de novo pacto social no Brasil na Constituição de 88. Esse pacto que, neste momento, está trincado no Brasil, a gente percebe e tudo mais. Mas em 88 - a gente apresentou, por exemplo, a emenda popular da reforma urbana. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025).

Drago (2011, p.50) explica que o auge da mobilização ocorreria em meados da década de 1980, com o declínio da Ditadura Militar (1964 - 1985),

³³ [...] Então, a gente participou desse movimento, acompanhamos ativamente o movimento das diretas. A Marluce, comigo, nós fomos em várias manifestações. Eu não fui só na primeira manifestação no Pacaembu, mas depois, em 84, acho que foi a primeira manifestação, em 84, nas manifestações no Anhangabaú, tem uma placa, se você passar no Viaduto do Chá, tem uma placa ali, teve o comício das diretas já, depois acompanhamos lá na Praça da Sé, o placar quando foi derrotada a emenda Dante Oliveira. No Brasil, a gente tem um histórico de que os processos de transição política e de crise política são sempre coordenados pelas elites. Isso tem desde a abolição. A abolição não foi uma conquista dos trabalhadores. É isso que as elites tentam impor o tempo inteiro na nossa cabeça, “que foi um presente da Princesa Isabel” Então, essa ideia da cordialidade e da passividade do brasileiro, esse mito, está presente o tempo inteiro como uma imposição ideológica das elites. E assim aconteceu também no processo de luta das diretas. Ele não se deu como processo de ruptura da ditadura, mas um grande pacto das elites empurrando para fora os trabalhadores. Fizeram um grande acordo pelo fim da ditadura com as elites do Nordeste, Sarney, que representavam nesse processo, as classes dominantes. Houve muita mobilização popular, mas, na hora de a gente participar do bolo, da discussão, da transição, foi um grande pacto das elites com o Tancredo Neves, com o Ulisses Guimarães, com a Confederação da Indústria, com os militares. Um processo de anistia feito à força, vamos dizer assim, sem responsabilizar os culpados pelas torturas na ditadura e tudo mais, empurrando tudo isso para debaixo do tapete. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025).

coincidindo com a democratização do regime político e a abertura à participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas.

O período de redemocratização do Estado foi um período conhecido como “abertura lenta e gradual”. Saule e Uzzo apontam que as pautas de luta reapareceriam na primeira metade dos anos 1970 e 1980: “numa época em que os movimentos sociais aos poucos ganhavam mais visibilidade e relevância política, e eram capazes de construir um discurso e uma prática social marcada pela autonomia” (Saule; Uzzo, 2005, p. 262).

Com a retomada das discussões em torno da questão urbana, iniciaram-se algumas mobilizações reivindicando a regularização dos loteamentos clandestinos e também por serviços básicos, tais como: saúde, educação, saneamento, ou seja, implantação de infraestrutura nos loteamentos populares. Os movimentos sociais, especialmente de moradia, pautam a construção de uma política habitacional para além da moradia, discutindo aspectos como: a mercantilização do solo urbano, a valorização imobiliária, a apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, transporte público e serviços públicos em geral.

Neste período, os movimentos lutam contra as ameaças de remoções, reivindicam segurança na posse aos moradores, lutam por investimento público para a urbanização e programas habitacionais. Segundo Burnett (2011, p. 78), a permanência no local de origem passa a ser uma das questões prioritárias nas reivindicações da Reforma Urbana de 1988, relata ainda que: “representa a afirmação do direito conquistado pelas ocupações urbanas e a preservação de laços sociais e econômicos com o território”.

Retomando o processo histórico, trazemos os fatos para a cena atual, tomando como referência dois pontos da síntese elaborada por Dito, interlocutor do presente estudo. O primeiro, que se refere aos processos de transição e crise política, utiliza a expressão “pacto das elites”. O segundo, que menciona a “energia nos processos de luta”, revela muito das multifacetadas e complexas contradições, e contornos em torno da luta de classes em nosso país. Como mencionado, a efervescência das lutas que marcaram a virada para os anos 1980 foi, em São Paulo, nas palavras de Feltran (2007), gerada pela aparição conjunta, na cena pública, dos seguintes sujeitos sociais:

i) grupos pauperizados das periferias urbanas, reivindicando melhorias sociais objetivas, organizados por vertentes da igreja católica inspirados por vertentes da igreja católica inspiradas pela teologia da libertação; ii) grupos de sindicalistas que renovavam o ideário socialista-operário do período (grandes mobilizações dos metalúrgicos do ABC; iii) setores jovens da classe média e das elites intelectuais, que nas universidades haviam conhecido o marxismo e os movimentos “libertários” do norte. (Feltran, 2007, p. 84)

Com o fim do Regime Militar, período marcado pela inexistente representatividade, abriram-se espaços renovados na esfera pública, marcando certo alargamento da política para além dos espaços institucionais. Nesse compasso, os territórios estavam vivendo processos de organização coletiva. Algumas leituras em torno do protagonismo dos movimentos sociais, como, por exemplo, a obra de Eder Sader (1988), também enfatizada por Dito, nosso interlocutor, foram lidas como “novos personagens” da cena política brasileira.

Durante o regime militar brasileiro, uma fronteira nítida distinguia os grupos sociais oficialmente legítimos daqueles a serem banidos da convivência pública. Cabia ao Estado legislar sobre essa distinção e à repressão oficial manter esta fronteira ativa, impedindo que a pluralidade da sociedade fosse representada politicamente. O bloqueio seletivo do acesso à legitimidade pública desenhava a face autoritária do sistema político. Até por isso, foi só durante a decadência do regime militar que alguns dos segmentos sociais reprimidos puderam se articular, ainda que fossem muito distintos entre si, em torno da reivindicação comum de espaços de expressão política. Os principais atores populares desta reivindicação foram chamados de “novos movimentos sociais” (Feltran, 2007, p. 83)

Trata-se, portanto, de um momento de emergência de novos sujeitos coletivos que se organizam na luta pelo fim da ditadura militar. E, na área urbana, surge, em São Paulo, um movimento muito importante, que é o Movimento Unificado das Favelas - MUF. Nele, havia presença muito forte das Pastorais da Moradia, da Igreja Católica, toda a ação estava pautada para a organização de base, nas lutas sociais, no movimento sindical. Destaca-se, também, a atuação dos freis dominicanos na formação política, visto que havia uma presença muito forte da Igreja Católica nas periferias. Desponta, nesse contexto, por iniciativa

de Dom Paulo Evaristo Arns³⁴, a Comissão de Justiça e Paz, em paralelo, nasce, também, o evento “campanha da Fraternidade”, presente no calendário da Igreja Católica até os dias de hoje. Dom Paulo defendia que toda favela tivesse um “centro comunitário”. A luta também era fortalecida por outros sujeitos, por técnicos que trabalhavam na prefeitura, como destaca Dito, durante entrevista.

[...] tinha essa presença das assistentes sociais comprometida com a luta também. Era um momento em que as assistentes sociais, algumas trabalhavam na prefeitura, outras tinham sido alunas da Luiza Erundina, na PUC/SP. Então, você tinha, Rosalina Santa Cruz, Beatriz Abramides, e outras assistentes sociais voltadas para a luta social e para a luta popular, o que foi muito importante também para a constituição e para a configuração do movimento de favela em São Paulo. Elas também tinham um papel de resistência dentro da prefeitura, naquele momento também, quando a Marta Terezinha Godinho, que era a secretária da FABES, naquela época era a Fundação do Bem-Estar Social, não tinha secretaria de habitação, se chamava FABES, Fundação do Bem-Estar Social. Em cada região da cidade, a atuação das assistentes sociais era descentralizada também nos territórios, a FABIS. Tinha no Ipiranga, na Zona Sul, na Zona Norte, na Zona Oeste. Tinha uma presença no território, e essas assistentes sociais comprometidas com a luta ajudavam os movimentos a fortalecer, inclusive com informações, apoiando a luta das favelas. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025).

Nesse contexto, de forte presença da Igreja Católica, surgiram importantes padres comprometidos com a luta, com a organização de base e, nesse mesmo compasso, o movimento sindical ganha força, a partir dos

³⁴ Dom Paulo Evaristo Arns foi o arcebispo que enfrentou a ditadura ao celebrar a missa para estudante morto sob tortura, em São Paulo, em 30 de março de 1973. A missa em memória do estudante universitário Alexandre Vannucchi Leme (1950-1973), preso, torturado e assassinado pelo regime militar, estava marcada para às 18h30 na Catedral da Sé. Mas, desde às 16h, PMs armados em camburões ou a cavalo já patrulhavam a Praça da Sé, mais de 3 mil pessoas participaram da missa.

movimentos das greves do ABC, a Central Única dos Trabalhadores (CUT)³⁵ e logo depois, a Central dos Movimentos Populares³⁶.

Em São Paulo, havia a organização do MUF, que fazia muitas mobilizações. O MUF tinha três grandes eixos. A luta pela terra, pela posse da terra por 90 anos, que era fundamental. Dito (2025) narra que Luiza Erundina falava uma coisa muito importante, naquele período, “mais do que você ter um benefício em uma política pública, era para a favela ganhar um endereço, porque as favelas não tinham endereço, e ligar água e luz era dar condição de cidadania para as pessoas construírem e conquistarem a cidadania”.

Depois, outros movimentos foram surgindo, pode-se afirmar que todas as regiões da cidade contavam com liderança. Muitos movimentos foram constituídos nesse contexto, alguns seguem em luta até os dias de hoje, como o Movimento de Defesa do Favelado (MDF)³⁷, que era articulado pela Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT), apoiado pelos Freis Franciscanos.

[...] então esses processos de luta, de políticas públicas por moradia na cidade de São Paulo, estão vinculados a essa efervescência histórica dos movimentos de favela, dos movimentos de moradia, da vitória também popular de algumas prefeituras que a gente ganhou na cidade.

[...] Desde o MDF, do Movimento Unificado de Favelas, dos movimentos urbanos, da União de Moradia, do Movimento Nacional de Luta. Depois, mais recentemente, a gente estava falando dos sujeitos novos, como coloca Éder Sader em seu livro. Os sujeitos, os coletivos autônomos, são muito importantes para

³⁵ Central Única dos Trabalhadores - CUT: A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 24 ago. 2025.

³⁶ Central dos Movimentos Populares: Central de Movimentos Populares (CMP) é uma organização presente em 21 estados brasileiros, que congrega diversos movimentos populares urbanos, como de moradia, saúde, mulheres, negros(as), juventude, economia solidária, defesa dos direitos das crianças e adolescentes e associações de moradores, dentre outros. Fundada no I Congresso Nacional de Movimentos Populares, realizado de 28 a 31 de outubro de 1993, em Belo Horizonte (MG), a CMP resultou de um processo histórico de resistência dos movimentos populares, em especial das lutas sociais da década de 1980, em defesa da reforma urbana e de um projeto democrático-popular para o País. Disponível em: <https://cmpbrasil.org/about/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

³⁷ Para saber mais, veja o artigo intitulado “Vinte anos Depois: A Construção Democrática Brasileira Vista da Periferia de São Paulo”. FELTRAN. **Lua Nova**, São Paulo, 72: 83-114, 2007.

a luta urbana na cidade. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025).

Embora saibamos que, no processo Constituinte, as reivindicações populares não foram atendidas em sua plenitude, para os movimentos sociais, a Constituição de 1988 representou um significativo avanço ao estabelecer, pela primeira vez, uma política pública que tratasse a “questão urbana baseada nos objetivos da reforma urbana”. Dito, refletindo sobre esse período, analisa que os movimentos sociais tiveram uma contribuição muito importante no processo da Constituinte:

[...] apresentamos uma emenda popular que trazia uma série de questões sobre mobilidade urbana, sobre reforma urbana, resultado de profundas discussões, mesmo não conseguindo garantir todas as propostas, ficou garantido na Constituição de 1988, os artigos 182 e 183, foram garantidos, regulamentados muito tempo depois pelo Estatuto da Cidade, veja, 12 anos depois. [...] a constituição fez isso, como é uma Constituição Declaratória, ela não é muito impositiva. [...] tivemos grandes reconhecimentos, avanços, por exemplo no Capítulo I - Artigo 5º Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, esse capítulo é impositivo. Outra questão é o Artigo 6º Dos Direitos Sociais, que entra as garantias que são dever do Estado, tudo isso ficou para regulamentar depois, o direito à moradia, não estava incluído, só entrou muito tempo depois. [...] na minha opinião, a parte do direito à moradia é a que está mais inconclusa. [...] Então, esse direito, embora esteja presente na Constituição Federal, ele ficou sendo relegado aos processos de regulamentação. Ele parece que está bem montado, que está bem construído, mas só a luta popular e a luta social é que foi regulamentando esses direitos na Constituição e na legislação. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025).

Nas palavras de Dito, a situação da moradia no Brasil, de precariedade habitacional, é bastante profunda, grande parte da população mora nos piores lugares, por não ter alternativas, é empurrada para ocupar as beiras de córregos, dos morros, nas encostas, está submetida ao risco, nas áreas de fragilidade ambiental.

Como observamos, a década de 1980 foi marcada por grandes transformações e também atravessada por uma profunda recessão econômica, com forte impacto social, agravando os conflitos, a pobreza e ampliando os assentamentos populares. Contudo, vale destacar, que a década de noventa foi

marcada pela implantação das medidas neoliberais, alterando significativamente o papel do Estado frente às políticas Sociais, inclusive na Política Habitacional. As consequências do ajuste neoliberal são graves e permanentes e se intensificam, pois, conforme Maricato (2005):

À reestruturação produtiva do capitalismo fizeram-se acompanhar do ideário neoliberal que como todos sabem varreu a palavra subsídios das políticas sociais, no final do século XX. Privatização, desregulamentação, enfraquecimento do Estado-Nação e das políticas públicas sociais e competição entre cidades são algumas das características que somadas ao primado do mercado, tiveram grande impacto sobre as cidades. (Maricato, 2005, p. 212).

A partir de 2003, com o governo Lula, foi observada a tentativa, no âmbito federal, de consolidação de uma política urbana e habitacional, incorporando as práticas propostas pelo movimento social e institucionalizadas a partir de experiências de governos locais progressistas. Dentro da reforma administrativa, realizada no início do governo, foi criado o Ministério das Cidades. Pela primeira vez na história, um órgão, com status ministerial, iria abrigar secretarias de gestão das principais políticas urbanas: Habitação, Saneamento, Transporte e Planejamento. A junção dessas secretarias em um único Ministério proporcionou o amadurecimento de ações articuladas.

Tomando como direção o compasso das lutas, no próximo item, apresentaremos a Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, sua constituição e os desdobramentos no campo da luta popular. A atuação da Secretaria é parte da União dos Movimentos de Moradia, bem como sua forma de organização territorial e seus contornos.

1.4 Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços - UMM/SP

A Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP³⁸ é um coletivo que se articula no âmbito da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo - UMM/SP e reúne favelas e ocupações de todas as regiões da Cidade, e se organiza também na região Metropolitana, no ABC e região de Osasco, região de Campinas e Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo.

O objetivo da Secretaria é fortalecer ações de solidariedade junto às favelas e ocupações, especialmente neste momento, em função dos impactos da pandemia e das mudanças climáticas, apoiar a luta nos territórios em defesa da moradia digna, por políticas públicas de acesso à água e à energia, com tarifa social, urbanização e regularização fundiária e, ainda, incentivar os planos populares de urbanização e as ações de educação em direitos, com organização de encontros, cursos de formação e seminários, apoio às mobilizações e lutas contra despejos ou contra o avanço da especulação imobiliária, ou mesmo, a resistência a processos de privatização dos territórios e megaprojetos que impliquem em deslocamentos forçados das favelas e ocupações.

A Secretaria articula cerca de 72 favelas e ocupações, considerando a região macro, além da cidade de São Paulo, conta, também, com o apoio da UMM, possui advogados para orientação e defesa jurídica das Comunidades e um bacharel em Direito - correspondente jurídica e lideranças políticas.

A origem da UMM/SP está ligada à luta por moradia durante as décadas de 1970 e 1980, recebendo apoio da Igreja e também de assessorias, universidades e de organizações não-governamentais, que atuavam nos territórios. O contexto deste período era de efervescência de lutas e reivindicações. Cabe ainda destacar que os movimentos também enfrentavam forte repressão, pois, neste período, surgiram muitos mutirões, nas favelas e ocupações, como uma estratégia para reduzir custos e melhorar a qualidade de

³⁸ No ano de 1987, é fundada a UMM-SP, poucos anos antes da consolidação da UNMP, tendo suas atividades dirigidas aos movimentos populares locais de São Paulo e região metropolitana. A União tem atuado nos espaços de participação institucional e na articulação e mobilização dos movimentos de moradia, na luta pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão. A UMM/SP “é uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos”. Disponível em: <https://sp.unmp.org.br/>. Acesso em: jul. 2024.

vida (Ferreira, 2014, p. 80). Ainda para contextualizar o momento histórico em que foi formada a União, Ferreira (2014) destaca um período muito importante:

O aumento das ocupações e mutirões em São Paulo possibilitou a construção de uma ampla organização que resultou no 1º Encontro de Movimentos de Moradia por Cooperativismo, Ajuda-Mútua e Autogestão, ocorrido em 1984. A partir deste Encontro, foi formada a Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda-Mútua e Autogestão, embrião do que viria a ser a União dos Movimentos por Moradia. (Ferreira, 2014, p. 81)

A União Nacional por Moradia Popular é resultado de uma grande articulação com movimentos de moradia de diversos estados brasileiros, também está articulada a outras organizações no cenário nacional. Ao longo de quase três décadas, a UNMP tem construído a luta, a resistência, e principalmente tem pautado a construção da produção da moradia, da política habitacional, defendendo a garantia do acesso à moradia por meio de sua proposta alternativa de produção da moradia: a autogestão com financiamento público.

Tatagiba e Teixeira (2016), em seus estudos sobre a UMM/SP e UNMP, analisaram a atuação das referidas organizações, a partir de uma vasta pesquisa sobre o movimento de moradia no Brasil, tendo como centralidade o estado de São Paulo, iniciada em 2008. As autoras concluem que:

[...] o sucesso da UNMP e UMM/SP consiste num tipo particular de ativismo, cuja particularidade é justamente atuar na intersecção entre a política institucional e a não institucional. [...] a luta pela moradia digna em um país no qual o mercado da construção civil detém tamanha influência no jogo político é uma luta profundamente desigual e os resultados do movimento não podem ser lidos na chave de “vitória” ou “derrota” definitivas. (Tatagiba; Teixeira, 2016, p. 05)

As autoras apontam que as interações e articulações das organizações do movimento de moradia transitam por diversas instituições, atuam nos espaços de participação institucional, como, por exemplo, nos conselhos,

pautando a política urbana na elaboração de instrumentos e projetos de leis que ampliem o acesso à moradia e que possibilitem a autogestão³⁹.

Buscando situar as motivações que levaram à formação da UMM/SP, Paz (1996) explica que a proposta de construir um “movimento de massas e de lutas”, como afirma UMM/SP, em seus documentos:

Significa buscar uma representatividade das bases sociais organizadas e também de dar à luta um caráter combativo politicamente e de conquista de resultados. Com uma concepção de movimento de massas e a característica de combinar instrumentos de ação direta com ações de negociação, a UMM-SP desenvolveu uma identidade pragmática, construída na relação com os movimentos de base e o Estado. (Paz, 1996, p. 59)

As organizações apresentadas não são as únicas que atuam na luta da moradia, porém, justificamos o devido destaque por se tratar de organizações que construíram as bases da proposta autogestionária no Brasil.

Ferreira (2014) aponta outro aspecto importante sobre a atuação dos movimentos de moradia, que está na ação combinada, isso significa a ação direta e de mobilização social, que são: as caravanas, marchas, jornadas, atos em espaço público, ocupações, encontros e cursos de formação, com ações no campo institucional: participação em conferências, audiências públicas, e na participação direta nas esferas públicas.

A União dos Movimentos de Moradia se organiza em forma de rede, articulando mais de 70 movimentos populares de moradia, em suas diversas expressões – movimentos de sem-teto, cortiços, favelas, loteamentos, mutirões, ocupações – no Estado de São Paulo. Suas instâncias de deliberação e operação são:

³⁹ Autogestão na habitação é a própria comunidade gerindo o processo de solução para sua habitação. É a comunidade organizada, em movimentos populares, associações e cooperativas, que decide a solução para sua própria habitação, seja em ações de produção habitacional ou na urbanização de uma área. Em etapas como a definição do terreno, o projeto, a escolha da equipe técnica ou as formas de construção, a autogestão é também o controle dos recursos públicos e da obra pela própria comunidade. Sobre Autogestão ver Cartilha de Autogestão em Habitação – UNMP. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/cartilha_autogestao.pdf Acesso realizado em: ago. de 2025.

- Encontro Estadual – realizado anualmente, define as grandes linhas de atuação e organização da entidade;
- Plenária de lutas – mensal, delibera sobre o plano de lutas e atividades;
- Coordenação ampliada – reúne-se semanalmente e organiza as atividades e encaminhamentos da plenária;
- Coordenação executiva – representa a UMM e é responsável pela sua organização, é eleita a cada 2 anos, no Encontro Estadual;
- Macro regiões – articulação no Estado que reúne municípios próximos e com características semelhantes – hoje existem as macros: ABC, Baixada Santista, Sorocaba, Alta Mogiana e Campinas;
- Secretarias – articula a discussão de temas transversais, em instâncias de participação e articulação territorial. São elas: I) Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços de São Paulo; II) Secretaria de Mulheres; III) Secretaria da Juventude e IV) Secretaria dos Idosos.

A UMM tem sede própria – onde funciona a secretaria da entidade, responsável pelo suporte administrativo e da informação, documentação e logística. A implantação da sede possibilitou uma melhor organização da entidade e a constituição de um local de referência para movimentos populares, estudantes, técnicos da área que buscam informações, realizam reuniões de comissões em seu espaço. Tem, ainda, uma política de finanças interna, que é responsável por cerca de 75% de seus custos, baseada num modelo de contribuição das entidades filiadas, proporcional ao tamanho de cada movimento. Além disso, as entidades participam na infraestrutura das atividades da UMM, com transporte e alojamento de seus delegados, quando necessário.

A Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços - UMM, prioriza a atuação e formação em rede nos territórios, vem se articulando e contando com o apoio das assessorias técnicas, defensoria pública, laboratórios das universidades e outras entidades de direitos humanos.

Seu trabalho também se articula com outros coletivos no âmbito da UMM, como a própria Secretaria de Mulheres da UMM e outras articulações externas como: Central do Movimentos Populares – CMP, a Campanha Nacional Despejo Zero, Jornadas da Moradia Digna, ou a Campanha Latino-Americana, organizada pela Coalizão Internacional do Habitat – HIC AL: *Nuestro barrios*,

nuestros derechos, nuestras ciudades! E com a Secretaría Latinoamericana de la Vivienda y el Hábitat Popular⁴⁰, articulación latinoamericana de organizaciones y movimientos socioterritoriales y políticos.

Ao longo de sua existência, a Secretaria de Favelas foi resgatando articulações, construindo novas alianças no território e agregando territórios ameaçados com o objetivo de fortalecer o processo de resistência no território e também para constituir-se como um espaço de compartilhamento de estratégias e táticas de luta. Foi constituída em 2018, no Encontro Estadual da UMM/SP⁴¹, por força do entendimento coletivo de que era preciso ter uma instância coletiva para discutir as demandas das favelas.

Atualmente, a SFOC/UMM-SP possui forte incidência política no território da Zona Sul. Entendemos que essa aderência se deve ao forte processo histórico de luta por melhores condições de infraestrutura, acesso aos serviços essenciais e também pela luta da moradia.

No ano seguinte, em outubro de 2019, o Primeiro Encontro de Favelas foi construído de forma coletiva e horizontal, envolvendo mais de vinte favelas e ocupações da Zona Sul de São Paulo, além de organizações aliadas, como: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Defensoria Pública, Movimentos de Moradia da Região, Universidades, Assessorias Técnicas, Coletivos e Organizações Sociais com atuação no território.

O Encontro foi realizado no Centro Comunitário da Ocupação Anchieta Grajaú, este Encontro, sem dúvidas, significou um marco na articulação política e um grande avanço para a articulação e fortalecimento das ocupações e favelas, do ponto de vista da luta política. Depois dele, a Secretaria passou a ter uma agenda permanente com as lideranças de todas as regiões, inclusive da macro região.

Vieram também as outras edições, mesmo no período mais difícil que atravessamos, a pandemia de Covid19; realizamos o 2º Encontro de Favelas e Ocupações, de modo virtual, com grande envolvimento coletivo na construção, que é uma característica da Secretaria. Nessa segunda edição, tivemos como

⁴⁰Para conhecer mais da articulação latino-americana, ver. https://selvihp.org/#quienes_somos.

⁴¹Para conhecer mais da articulação UMM/SP, ver: <https://sp.unmp.org.br/categoria/documentos-umm-sp/>.

tema central, a Campanha Contra Despejos, Acesso à Água, Segurança Alimentar e Defesa do Auxílio Emergencial.

Em 2022, no Circo Escola Grajaú, foi realizado o 3º Encontro de Favelas, com o tema “Terra Urbanizada, Água, Clima e Direitos Humanos - tema escolhido”. O quarto Encontro, realizado em junho de 2024, apresentou as “Lutas e Resistências no Sul: PIU Arco Jurubatuba e as Ameaças da Especulação Imobiliária”, como temática central. Os encontros serão apresentados de forma mais detalhada no Capítulo III, dada a sua relevância e potência popular. A construção dos encontros parte das demandas dos territórios, conectando-se aos dilemas e lutas locais. Além disso, são momentos cruciais para a consolidação do conhecimento acumulado e para a promoção de trocas e partilhas.

O movimento popular possui diversas formas de luta, de organização e mobilização, cada coletivo/grupo define suas estratégias e táticas. A UMM respeita a autonomia de cada coletivo, porém, entende a importância de buscar alinhamento e comprometimento político, ou seja, defende como fundamental a participação nos espaços de formação para o fortalecimento da luta e de participação e tomada de decisão.

A seguir, apresentamos o levantamento das Favelas e Ocupações como forma de identificar e sistematizar a situação de cada lugar e com o objetivo de reunir as informações para construir um panorama da incidência política da Secretaria. Observa-se que o levantamento socioterritorial é uma importante ferramenta de luta política, por permitir uma leitura territorial mais próxima da realidade. Porém, vamos mais além, o levantamento, se for apropriado pelos sujeitos políticos, pode e deve ser um instrumento potente para a construção de estratégias para buscar alternativas para resolução dos problemas. O levantamento ganha relevância quando se alcança visibilidade nas situações de violações de direito e abre espaço para um canal de diálogo e escuta, processos fundamentais para estreitar relações e fortalecer laços de pertencimento e confiança entre sujeitos coletivos.

1.5 Articulação territorial da SFOC/UMM-SP

[...] É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residiam nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (Fragmento do livro, *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, Carolina Maria de Jesus, 2020, p. 17)

Como mencionado anteriormente, objetiva-se, neste artesanato intelectual, visibilizar a construção da articulação territorial dos sujeitos coletivos, a teia popular, além de trazer as expressões do chão vivido. Assim, pretende-se demonstrar que a luta por “chão”, na periferia da maior cidade da América Latina, revela importantes abismos sociais, econômicos, políticos e ambientais, e se concretiza no cotidiano, a luta é muito mais do que um pedaço de “chão”. Cada vez mais, a população empobrecida, os indesejáveis perambulam pelas franjas da cidade em busca de um chão para construir sua moradia e para reproduzir a vida. Quando perguntamos aos moradores, o que vocês esperam? As respostas são unânimes, queremos um lugar para viver em paz, sem ameaças, pode ser assim, modesto, vamos melhorando aos poucos, vamos construindo no lugar. Como é de conhecimento, a autoconstrução foi e é a forma de produção dos territórios populares. As pessoas vão resolvendo suas necessidades do modo como é possível, os que não têm o conhecimento da construção vão adquirindo no fazer, seguindo o ditado popular, é fazendo que se aprende, também é bastante comum ver a ajuda mútua acontecendo entre familiares, amigos e vizinhos, cenas cotidianas em muitos territórios.

O levantamento socioterritorial foi realizado de modo presencial, contou com a participação das interlocutoras da pesquisa (Sheila, Mara), que também são as articuladoras políticas, ambas são referências no território e representam a UMM, especialmente, a Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços. Para construir o levantamento, realizamos dois encontros presenciais para preparar as visitas e organizar a agenda, cuidado necessário, tanto no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, de revisar instrumentais, rever o material empírico e delimitar o campo empírico, como, principalmente, planejar e preparar os territórios. Essa etapa do levantamento foi precedida de alguns

procedimentos necessários: realizar contato com as lideranças locais, explicar as motivações, agendar o melhor dia e horário para a liderança local de referência. A etapa de preparação é parte do processo e precisa ser pensada e organizada com o mesmo rigor e cuidado, condição mínima de respeito ao chão vivido.

Seguindo a forma coletiva de todo o processo de construção do levantamento, realizamos duas reuniões de preparação, marcando-as em local de fácil acesso para todas as partes, que ocorreram na Sede da Assessoria Técnica Peabiru. No primeiro encontro, avaliamos o instrumental, retomamos alguns encaminhamentos que foram destacados no Seminário de Apresentação do Levantamento⁴², momento em que apresentamos o instrumental, resultado de longo processo de discussão coletiva. Neste mesmo momento, elaboramos o roteiro das visitas, relacionamos as Favelas e Ocupações que seriam visitadas, destacando os contatos das lideranças locais. O segundo encontro tratou de organizar o calendário, definir o roteiro das visitas, conforme as localidades, com o objetivo de otimizar os deslocamentos. Depois de definir o roteiro, partimos para os realizar contato com as lideranças locais para agendar as visitas, fomos confirmando por localidade. Nosso objetivo era fazer a visita com tempo suficiente para conversar, para dialogar sobre as demandas e, principalmente, para ser um momento de escuta atenta. Logo, queríamos, acima de tudo, ter qualidade nos momentos de visita, não para ser somente um momento de aplicar um formulário, mas um momento de troca. Foram necessários quatro dias para visitar todas as Favelas e Ocupações, por certo, foi preciso fazer pequenos ajustes no roteiro, nada que tenha interferido ou prejudicado as visitas e a realização do levantamento.

A presença no território sempre apresenta um novo olhar, um fato novo, um novo ângulo, tudo é muito dinâmico, mas, é fundamental registrar que as visitas foram momentos significativos para o presente estudo, reforçando ainda mais sua importância e relevância. Dialogar sobre as relações socioterritoriais é também colocar no centro do debate “o quanto é fundamental a construção de confiança na relação com os sujeitos”, em outras palavras, observamos que a legitimidade do fazer político, no trabalho de base, nos processos de formação,

⁴² O Seminário de Favelas, Ocupações e Cortiços, realizado em 03 de fevereiro de 2023, em São Paulo, teve como tema central “Planejar e Organizar a Luta, para conquistar à terra”.

está muito ancorada na relação de confiança, que é, sobretudo, uma relação de afeto, lugar de construção da legitimidade. Nosso interlocutor da pesquisa e articulador político, durante a entrevista, destacou como dimensão fundamental para a construção de qualquer ação territorial:

[...] Então, o território... E essa transformação não vem de fora, ela vem de dentro e também vem de fora. Mas ela é um encontro, um processo dialético de transformação. E essa transformação que transforma o território, que transforma o sujeito e te transforma também. (Dito, em entrevista concedida em agosto de 2025).

Nesse sentido, me fez lembrar do depoimento de Aldenira, companheira de luta, que encontrou no movimento o lugar da escuta, do acolhimento e de informação segura. Durante a visita, nos revelou sua história e compartilhou seus sentimentos, a dor de ter sido enganada na aquisição do bem mais precioso, a moradia. Em seu relato, Sorriso compartilha sua história e revela que comprou um lote na Ocupação Terra de Deus⁴³, conta que foi enganada por grileiros da região, situação muito comum.

[...] Eu cheguei na Terra de Deus em 2019, através de um amigo meu, que falou que uma pessoa estava vendendo um lote. E aí a gente pegou e meu marido fez um empréstimo, a gente comprou um terreno. Não só eu, sabe? A maioria das pessoas é enganado, a gente é enganado de todas as formas, a gente é enganado. Quando eu comprei o terreno, tinha uma pessoa da prefeitura junto. Depois tinha outra pessoa da prefeitura vendendo apartamento num grupo, o Grajaú tem. (Aldenira, depoimento registrado em fevereiro de 2025).

Os moradores da ocupação Terra de Deus⁴⁴ acordaram com a prefeitura na porta selando as casas, procedimento de identificação das moradias para quantificá-las e para “congelar” o território, para que não ocorram alterações, via de regra, para não ocorrer aumento de moradias.

43 Para conhecer mais ver: <https://fundacaoastrojildo.org.br/fome-e-crise-estao-abrindo-hiperperiferias-em-sao-paulo/#:~:text=A%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20Terra%20de%20Deus%20%C3%A9%20exemplo,populoso%20da%20cidade%2C%20com%20360%20mil%20habitantes.>

44 Ocupação Terra de Deus localizada na região do Grajaú - São Paulo.

Aldenira é também militante da luta por moradia, participa da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços - UMM/SP, também é bastante atuante na Secretaria de Mulheres, durante seu depoimento, por diversas vezes, se emocionou, recuperando momentos de sua trajetória, lembrou dores da vida, relatou o quanto o movimento tem sido importante para ela, como espaço de escuta e de formação, falou sobre o papel das mulheres na sociedade, usando suas palavras, Aldenira, muito emocionada, relata que:

Meu marido não queria ir para a ocupação, eu falava que a gente tem que ir, construir a nossa casa para sair aluguel, meu filho e eu viemos primeiro, depois que tudo estava arrumado bonitinho, meu esposo veio. É sempre assim, as mulheres que tomam a frente de tudo, é a mulher que fala não, é ela que diz vamos fazer. Muitas mulheres não têm escolha, a gente pensa nos filhos, eu pensava, não vou conseguir pagar aluguel a vida toda, não vou aguentar. (Aldenira, depoimento registrado em fevereiro de 2025).

Além da visível questão de gênero, a maior parte da população “sem teto” é negra e ainda enfrenta processos de estigmatização quando os lugares onde vivem são classificados pelo poder público como “áreas de risco”. São mulheres, sobretudo, mulheres negras que estão submetidas às piores condições de vida, situação que se agrava com a remoção, destruindo redes de apoio, de solidariedade, que foram construídas nos espaços de vivência.

Gisele Brito, coordenadora de Direito a Cidades Antirracistas do Instituto de Referência Negra Peregum, analisa as situações de despejos, no artigo intitulado “*Desposseção, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções*” (2022). Entende que é preciso construir ações combinadas, principalmente quando são motivadas pelo argumento risco, a medida não pode ser unilateral. A autora destaca que o reconhecimento do risco precisa estar combinado com alternativa habitacional e oportunidades de aumento de renda, considerando que, em algumas situações, a alternativa ofertada pelo Estado requer a adesão a financiamentos e outras despesas que estão distantes da realidade financeira das famílias em situação de despejo. Os processos de desposseção, em sua maioria, acumulam violências, carregam marcas históricas de negação à terra. Os relatos revelam que são décadas de violações sofridas, de acessos incompletos e insuficientes. Contudo, o contexto

demonstra que os afetos desse processo são profundos e podem se estender por longos períodos e até se tornarem permanentes. Segundo Lacerda *et al.* (2022), os processos de remoção:

Não se encerram na perda da moradia, tampouco são casos episódicos, acontecimentos de um único dia. Ao contrário, são processos violentos, demorados, que envolvem mudanças de vida nos mais amplos espectros – trabalho, educação, família, redes afetivas e de suporte que são desfeitas, ou seja, toda estrutura de reprodução da vida precisa ser reorganizada diante de uma remoção. (Lacerda. *et al*, 2022, p. 13)

A ocupação foi iniciada um pouco antes da pandemia, em 2019, no distrito mais populoso da cidade de São Paulo, localizado no Grajaú, extremo sul de São Paulo, que conta com 384.873 mil habitantes. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab-2022), levantados pelo Núcleo de Conflitos Fundiários, antes da pandemia, as ocupações de movimentos de moradia eram cerca de 218, depois da pandemia as ocupações urbanas tiveram uma alta de 136%, isso em dois anos e meio.

Foto 18: Aldenira, moradora da Ocupação Terra de Deus, um mês antes da remoção.



Fonte: Leandro Machado, 2022.

Tal condição ilustra as novas fronteiras para o avanço da periferia, configura o que os especialistas Torres e Marques (2001) denominaram de “hiperperiferia”, áreas de extrema pauperização, péssimas condições sociais e exposição cumulativa a diversos tipos de risco.

A área da Ocupação Terra de Deus foi comprada pela Prefeitura comandada pelo Prefeito Ricardo Nunes⁴⁵ para a construção de conjuntos habitacionais, com o fim de atender três mil famílias por meio do Programa Municipal Pode Entrar e também para implementar o prolongamento do parque linear ao lado do Córrego Ribeirão-Cocaia.

Na Ocupação Terra de Deus, predominavam barracos de madeira e ruas de terra, sem acesso a pontos de ônibus ou estabelecimentos comerciais. A infraestrutura básica, como água e energia elétrica, era precária, chegando aos moradores por meio de conexões informais, sem saneamento.

Em outros territórios, a lógica de expulsão não é diferente, Tereza Arrais, liderança comunitária e também interlocutora da pesquisa, relata que o processo de remoção chegou no território atropelando uma série de procedimentos, inclusive, negligenciando o direito dos moradores de participar, de serem ouvidos. Segunda Tereza:

Por aqui, as torres só vão aumentando o seu potencial construtivo da noite para o dia. Então, é incrível, os terrenos, a terra que havia de 2010, 2011, não existem mais. Então, se a gente contar isso, são 15 anos, de 15 anos para cá, é um boom na construção civil, na produção imobiliária, que você olha e fala assim, que território é esse que nasceu da noite para o dia? Então, todas as terras viáveis para a produção de habitação de interesse social, para atender as famílias que estavam na área de risco, hoje a gente vê que estão na mão do mercado, não se encontra mais terra municipal, não se encontra mais terra privada para desapropriação, porque todas elas, ao longo desses 15 anos, hoje têm seus grandes condomínios ou estão reservadas para especulação. (Tereza, depoimento registrado em agosto de 2025.)

⁴⁵ Ricardo Nunes (MDB) foi reeleito prefeito de São Paulo em outubro de 2024, em segundo turno, para um mandato de quatro anos (2025-2028), com 59,35% dos votos válidos, tendo o Coronel Mello Araújo como vice. Ele já ocupava o cargo desde 2021, após a morte de Bruno Covas. É importante demarcar que o atual prefeito possui alinhamento político com o Ex-Presidente Jair Bolsonaro e seu programa de governo está localizado como de extrema direita.

Os relatos dos sujeitos interlocutores vão revelando a construção da teia sociopolítica que foi conformando-se dia a dia, no cotidiano da luta contra as ameaças de despejos e remoções. Tereza conta que foi preciso buscar apoio de outros sujeitos coletivos para construir estratégias e táticas de enfrentamento, a liderança, que já havia vivido um processo de expulsão de seu território de origem, sabia que não poderia subestimar tudo que estava por vir.

[...] Então, a gente tem a chegada de outros atores que vão contribuir com essa luta, que além da Defensoria Pública com seus defensores, a gente também se aproxima da UMM, e aí eu cito a UMM, que é um grande parceiro dessa luta, na figura do Dito, nosso Dr. Benedito, grande amigo, que começa, então, também a nos fortalecer na luta. Então, entra o Centro Gaspar Gaspar, a gente também se aproxima do Observatório das Remoções, que é onde a gente consegue, ali, colocar e jogar luz sobre essa condição. Isso dá visibilidade para essas famílias, porque estava acontecendo no território. E a gente começa, então, também a fazer outros tipos de parceria, né? Como Labcidade, LabHab, Labjuta, com as Assessorias Técnicas. A gente começa, também, a fazer alguns encontros e participar dos Encontros da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM, que aconteceram na Zona Sul, para também fortalecer e aprender com essas outras pessoas, essas outras lideranças, como que a gente pode se fortalecer nessa luta, né? [...] Tem outras pessoas, também, em outros territórios da Zona Sul, passando pelo mesmo processo. Talvez não por algumas concessionárias, como eu citei, mas por alguma outra razão. (Tereza, depoimento registrado em agosto de 2025.)

As estratégias coletivas passam a desempenhar um papel muito importante na luta pela permanência, na construção de entendimento e para a visibilidade, usando a expressão de Tereza, “jogam luz sobre a condição imposta”. Esse processo pode contribuir também para a construção de estratégias que desmontam as argumentações que legitimam as ameaças, sobretudo, ampliam o debate e as condições para chegar nas decisões, que infelizmente acabam efetivando as remoções e/ ou despejos.

Em outras palavras, a insurgência está apoiada na defesa frontal de direitos e no entendimento de que qualquer perspectiva individualista irá desmobilizar e enfraquecer o processo de resistência no chão vivido.

Assim, neste item, apresentamos a cartografia da articulação política, que reúne, na Zona Sul da cidade de São Paulo, cerca de vinte Favelas e Ocupações.

Apresentaremos a fotografia da articulação que reúne territórios em situação de ameaça de despejo, outras, que estão ou que passaram por processo de remoção. O que esses territórios têm em comum? O desejo por um lugar para reproduzir a vida e se defender das violações de direitos, da insegurança permanente; lutam pelo acesso ao direito de ter uma casa, desejam ser reconhecidos(as), querem um lugar no mundo. Esses territórios são atravessados por diferentes ameaças, contam com a atuação de lideranças populares, que foram se constituindo ao passo da luta, dos processos de resistência.

O levantamento socioterritorial revela os marcadores do território usado, é uma forma de valoração da experiência urbana no território usado, como propõe Milton Santos (1996), que permite reconhecer, no presente, a germinação de diversos futuros que estão em construção permanente.

Para além de registrar informações, essa cartografia torna-se ferramenta de luta política, porque possibilita lançar lentes sobre questões não visibilizadas, que, por vezes, não estão em evidência, como, por exemplo, as iniciativas insurgentes que evidenciam a luta de classes, o *modus operandi* da cidade negócio, da dominação, das relações de poder e disputas de interesses que tentam validar argumentos e justificativas travestidas de discurso “pela defesa e proteção”, mas que, na verdade, são estratégias para “remover gente”.

As fronteiras de tensão estão cada vez mais demarcadas e controladas nos territórios, as ameaças não se referem somente à ordem judicial não desejada, mas está sempre presente no cotidiano; as ameaças estão no presente, no chão da vida, no poder do crime organizado que tutela moradores e que promove o “loteamento” do território. Segundo Guerreiro (2023, p. 09) “a desposseção também abre fronteiras e produz dinâmicas territoriais que articulam atores, redes e repertórios, reestruturando formas sociais”.

A produção e a manutenção da insegurança habitacional são sustentadas por diversos agentes, tanto públicos quanto privados, com forte inserção e influência no sistema político. Por sua vez, a instabilidade e a insegurança resultantes criam um terreno fértil para a violência. Pensando no sentido do contraponto, recorreremos à cartografia, seguindo o pensamento de Torres (2009).

A cartografia do homem lento mescla a ação espontânea à ação organizada, expressando racionalidades alternativas. Para interpretá-la, é necessário alterar a observação e o registro da ação social, assumindo a cidade como arena incerta e experimental. Os usos do território mapeados nesta cartografia decorrem de regras – não ditas – do cotidiano e da sociabilidade. Quando articulados à revolta e à insurgência, estes usos são frequentemente fugazes, de curta duração, já que conquistados no espaço do opositor. Escapam da repressão justamente por serem imprevisíveis para a ordem dominante, inesperados e surpreendentes. Esta é uma cartografia construída pelo conhecimento vivido da cidade, por saberes populares, por praticantes dos lugares e pela solidariedade. (Ribeiro, 2009, p. 154).

De acordo com a interlocutora Tereza, o processo de enfrentamento às ameaças a levaram à busca por caminhos da formação e à busca incessante de conhecimento: “precisava entender os mecanismos do que estava acontecendo e buscar alternativas para enfrentar as ameaças”. Relata ainda que: “a lógica privatista, somada ao domínio de forças no território capturam esses lugares e silenciam muitas vozes”. Por isso, na leitura de Tereza, os movimentos são tão importantes, porque eles constroem caminhos alternativos.

Cerca de vinte (20) ocupações e favelas da Zona Sul da cidade de São Paulo participam da articulação política da SFOC, o envolvimento nas agendas e atividades não são constantes. Algumas lideranças possuem maior comprometimento e envolvimento com a agenda política mais geral da UMM/SP e da Secretaria de Mulheres, possuem representação nos espaços de participação institucional, como conselhos participativos e conselhos gestores, também exercem representação política em articulações políticas mais amplas, como: Campanha despejo Zero, Central dos Movimentos Populares, Frentes, Jornadas, Fóruns e outras. As lideranças assumem compromissos de acompanhar a agenda política da cidade, discussões sobre as políticas públicas, audiências públicas, discussões que envolvem decisões importantes para o território.

Vale lembrar que as ações de discussão, formação, mobilização, no território, são organizadas pelas lideranças. As interlocutoras desta pesquisa realizam trabalho de base em todo o território onde a SFOC possui incidência política. São responsáveis pela discussão da agenda política, realizam articulações com as lideranças locais, recebem demandas e orientam

moradores sobre direitos, compartilham as demandas do território nas instâncias deliberativas da UMM, promovem articulações com outras organizações presentes no território e contam também com as assessorias técnicas, Laboratórios de pesquisa, Núcleos Extensionistas, Universidades, entre outros atores compromissados com a luta coletiva.

A participação de algumas Favelas e Ocupações é mais distante, já que algumas desprendem maior envolvimento quando estão em situação de maior conflito ou quando estão com alguma demanda mais específica; outras mantêm relação mais distanciada, participam das reuniões quinzenais e das atividades gerais, quando convocadas. O envolvimento dos sujeitos depende de vários fatores e circunstâncias. A participação mais orgânica da agenda política exige disciplina, disponibilidade de tempo, disposição, compromisso coletivo, mas, outras questões atravessam esse percurso da luta coletiva, as condições objetivas, como a busca por outros direitos, o trabalho ou a falta dele. A luta coletiva é mais um dos diversos compromissos que os sujeitos assumem. Contudo, existem questões que não são passíveis de gerenciamento ou contornos.

As relações sociais nos territórios periféricos estão cada vez mais complexas e disputadas, a participação é um processo construído na medida em que se constroem sentido e significado, mas é também fortemente atravessado pelos processos individualizantes desta sociedade capitalista, que coisifica tudo e transforma direitos em “produtos”, artigos de consumo, influenciando diretamente no comportamento dos sujeitos, além dos “domínios” de poder que podem limitar a organização popular.

A incidência da Secretaria é construída por vários sujeitos, atores e atrizes, que estão no território, conhecem o cotidiano, as tensões, disputas. Em alguma medida, podemos dizer que são construtores(as) artesanais, transitam nos territórios fazendo processos de escuta atenta, informando e mobilizando outros sujeitos para somar na luta coletiva.

Nas palavras de Sheila, interlocutora e colaboradora desta pesquisa, apresentada anteriormente, quando perguntada durante a entrevista, sobre a importância da SFOC, ela responde afirmando:

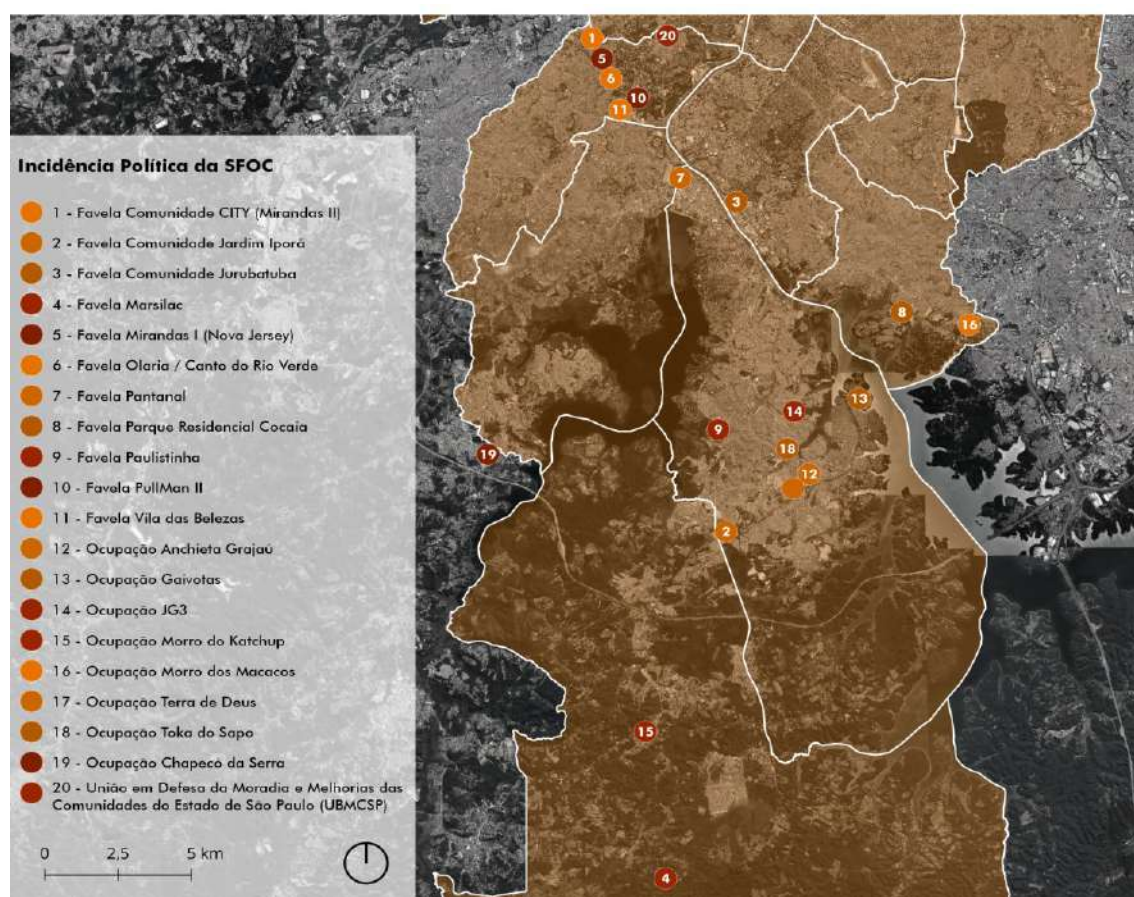
A Secretaria é de suma importância para o território, porque essa corrente da Secretaria de Favela é muito grande. Ela não se resume só à Secretaria de Favelas. Ela tem várias pessoas envolvidas. É um coletivo que é essencial para que nós possamos atuar dentro das comunidades e avançar na luta, não queremos despejos, queremos urbanização, serviços básicos, todos os direitos, lutamos para que as pessoas tenham um lugar digno para viver. (Sheila, depoimento registrado em junho de 2025.)

As interlocutoras desta pesquisa são referências no território, não são as únicas, por certo, entretanto, são mulheres que fazem a articulação política e conectam os territórios, são as “abelhas operárias” da luta coletiva.

Assim, o levantamento foi realizado, de modo colaborativo, passando por cada lugar onde a articulação da SFOC chegou. Essa feitura transita em três dimensões que são alicerces e orientam as ações: Territorial – Política - Pedagógica.

A articulação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços -UMM/SP (SFOC) reúne cerca de vinte (20) Favelas e Ocupações. Cada uma apresenta questões específicas, particularidades próprias do seu território e de seu percurso. Sendo assim, o levantamento passa a ser uma ferramenta política, ganha sentido e significado quando traduz a cartografia da incidência política de cada território, ganha sentido e significado sociopolítico.

Figura 12: Mapa da Incidência Política da SFOC



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

O levantamento possibilitou a visibilização da articulação conformando a “cartografia da articulação”, denominada como “mapa da incidência política nos territórios em conflito fundiário”. Essa “fotografia” consente analisarmos as diversas situações, buscando similaridades e conexões entre situações de conflitos e ameaças, permite identificar os argumentos que legitimam os despejos e remoções e, com isso, pensar em processos de organização para a construção da resistência e possíveis alternativas para a permanência no local de origem.

Marcadores socioterritoriais do chão vivido

Seguindo a ideia de “fotografia” da articulação, ampliamos o foco para lançar um olhar mais profundo sobre cada território.

A seguir, apresentamos os territórios por onde a articulação caminha, capturamos as determinações que cercam os territórios que estão em luta, pela permanência, por moradia, mas também, por todos os demais direitos.

Figura 13: Favela Comunidade CITY (Mirandas II)



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

Figura 14: Favela Comunidade Jardim Iporã



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

Figura 15: Favela Comunidade Jurubatuba



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 16: Favela Marsilac



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 17: Favela Mirandas I (Nova Jersey)



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 18: Favela Olaria / Canto do Rio Verde



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 19: Favela Pantanal



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 20: Favela parque Residencial Cocaia



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 21: Favela Paulistinha



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 22: Favela PullMan II



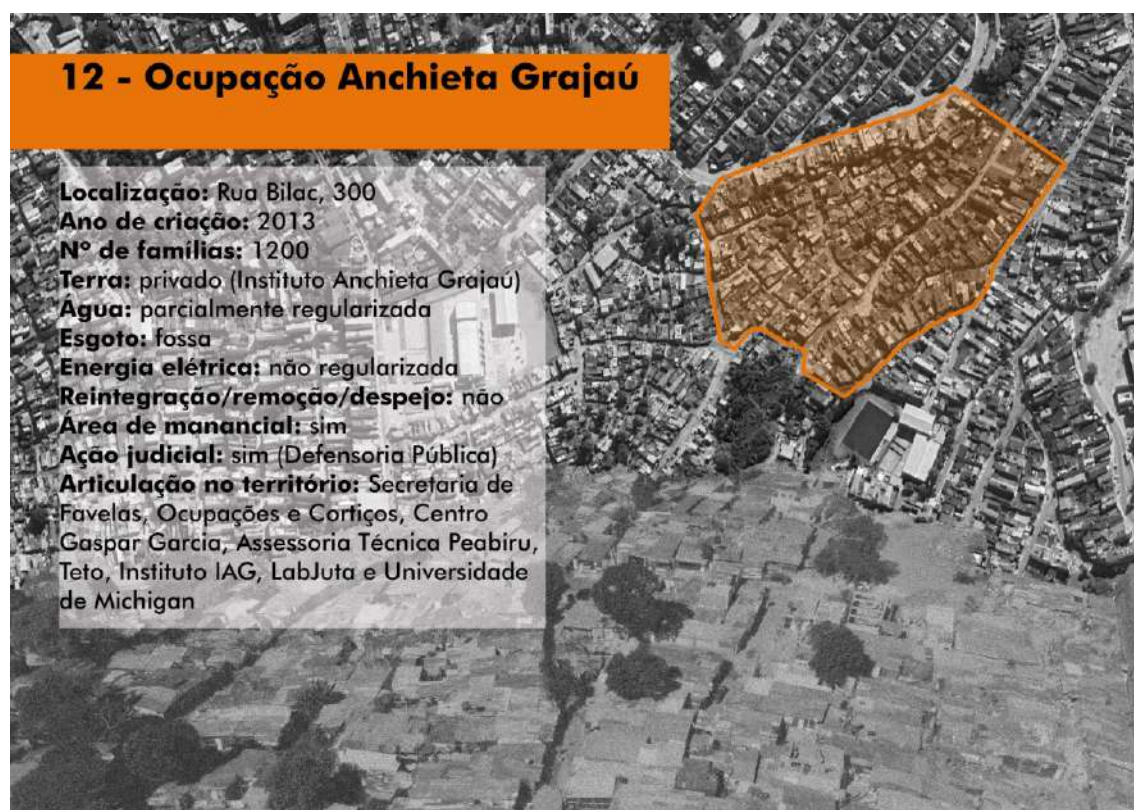
Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 23: Favela Vila das Belezas



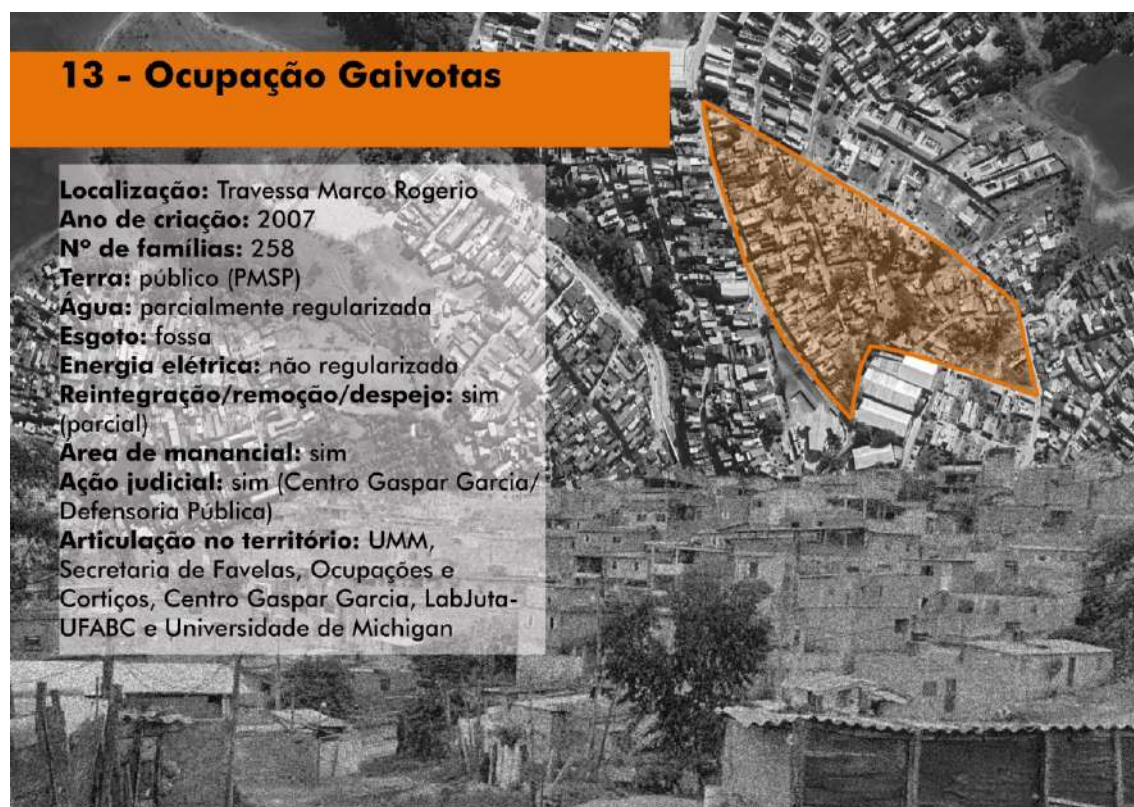
Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 24: Ocupação Anchieta Grajaú



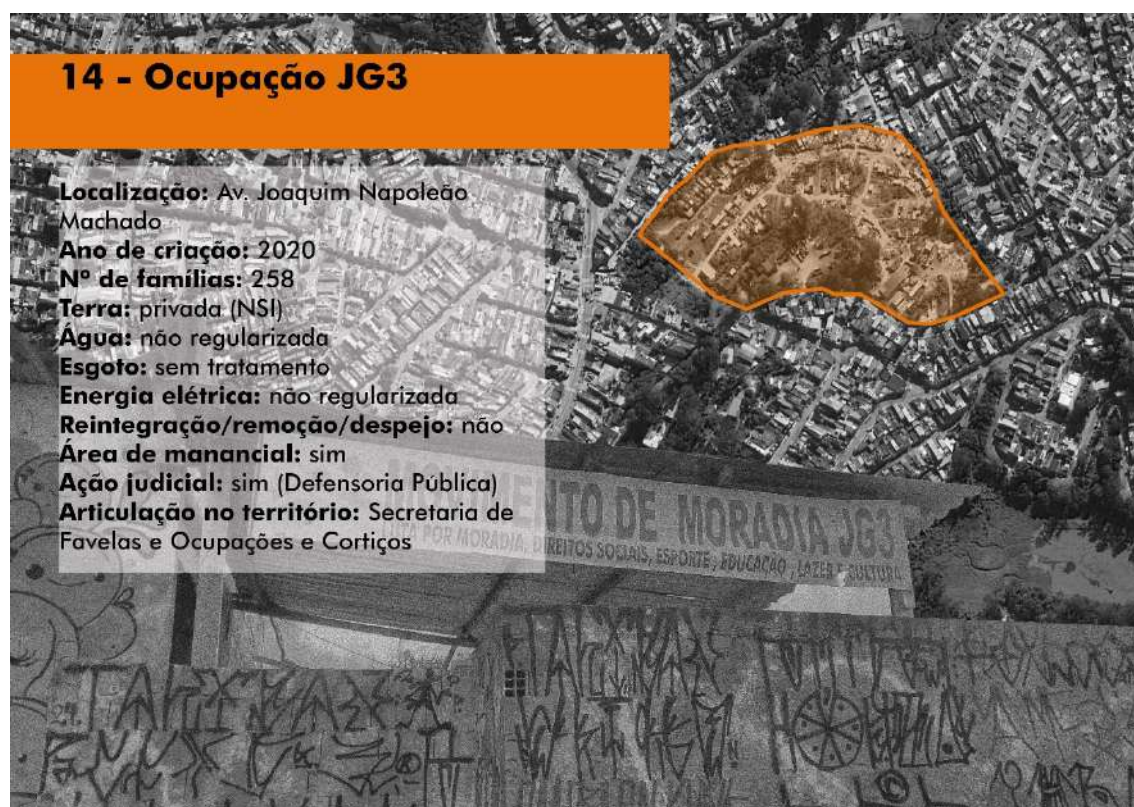
Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 25: Ocupação Gaivotas



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 26: Ocupação JG3



Fonte: Dados da pesquisa, elabora  o da arte, Beatriz Colpani, 2025.

Figura 27: Ocupa  o Morro do Ketchup



Fonte: Dados da pesquisa, elabora  o da arte, Beatriz Colpani, 2025

Figura 28: Ocupação Morro dos Macacos



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

Figura 29: Ocupação Terra de Deus



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

Figura 30: Ocupação Toka do Sapo

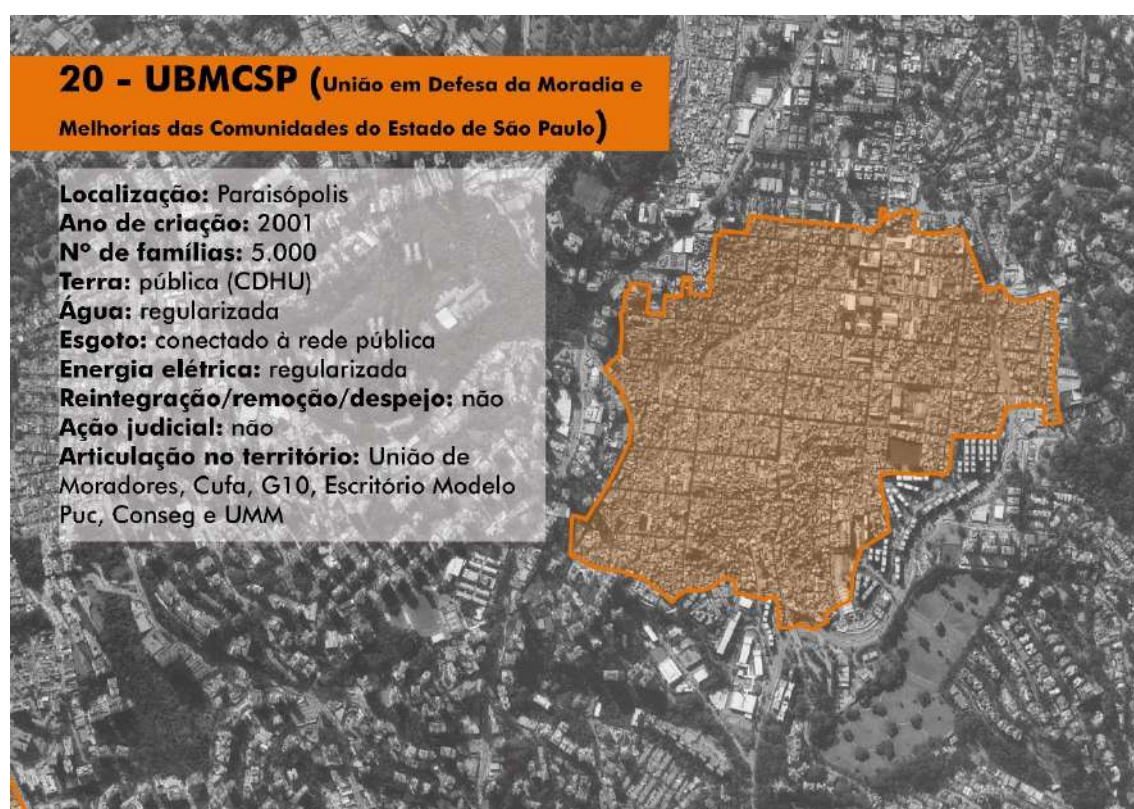


Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

Figura 31: Ocupação Chapecó da Serra



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

Figura 32: Paraisópolis - UBMCSF

Fonte: Dados da pesquisa, elaboração da arte, Beatriz Colpani, 2025

As trajetórias de vida traçadas nos territórios de vivência reforçam a centralidade da moradia como direito fundamental, não há paz sem segurança habitacional. Certamente, nesses territórios, a ausência e/ou insuficiência de serviços sociais e urbanos, somada à falta de chão adequado e seguro, configura-se como um dos marcadores que atravessam os territórios apresentados.

A articulação da SFOC, no extremo sul de São Paulo, mobiliza cerca de 11.968 famílias que se encontram em situação de conflito fundiário, 85% estão em área pública, sendo que 85% das áreas são de posse da Prefeitura da cidade de São Paulo, e 15% ocupam terra privada. Somente três áreas não estão em área de Manancial, de Preservação Ambiental (APA) ou de Risco, todas as demais estão inseridas em área de Manancial e Preservação Ambiental (APA), além de estarem classificadas como áreas de risco, argumento que tem justificado muitos despejos e remoções, na Zona Sul de São Paulo.

O indicador de despejo revela que 60% das favelas e ocupações não foram removidas, em contrapartida, cerca de 20% passaram por situação de despejo parcial, enquanto em 10% o despejo foi total e 10% relataram que estão ameaçadas.

A principal causa de despejo ou de ameaça são intervenções públicas. Grande parte dos despejos se deve à construção do Parque Linear Cocaia, e por conta da construção de Empreendimento de Habitação de Interesse Social, - João Cabanas, que removeu a Ocupação da Terra de Deus e Toka do Sapo.

Outro ponto importante que o levantamento demonstrou é a forte atuação da Defensoria Pública na defesa jurídica coletiva, além da participação decisiva do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da PUC/SP.

Durante as visitas para a realização do levantamento, alguns pontos apareceram com forte intensidade em todos os depoimentos dos moradores, principalmente nas áreas que estão em processo de remoção. A questão relatada é a falta de informação e de transparência sobre os procedimentos futuros, nos casos em que a prefeitura está oferecendo atendimento definitivo. Além desse ponto, outro fator é sobre a conduta nos atendimentos realizados, segundo os relatos, os moradores estão sendo coagidos, pelos representantes do poder público, que exercem pressão para que as famílias aceitem as propostas de atendimento. Esse processo, que, por si só, já é extremamente delicado e opressor, expõe a pior a face do Estado, pois as alternativas ofertadas não dialogam com as necessidades da população.

Sendo assim, a articulação territorial se faz necessária, posto que, muitas vezes, a única via de diálogo é medida por força da luta popular.

CAPÍTULO II – O CHÃO VIVIDO: TERRITÓRIOS, CONTORNOS E CONTRADIÇÕES

“O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca as suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse em contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história de ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos”.

O Lugar: Encontrando o Futuro.
Milton Santos (1996, p.38)

Foto 19: A luta pelo direito à moradia é de carne e osso



Fonte: Acervo da autora, 2020 - Ato Contra Despejos, São Paulo/SP - Moradores da Ocupação João Avelino, Zona Sul.

Na imagem anterior, moradores da Ocupação João Avelino, lutando contra o despejo, observa-se um registro da luta do povo que vive a insegurança

e a ameaça na pele, são milhares de sujeitos de carne e osso que fazem da luta coletiva sua única alternativa para serem “vistos” e visibilizar as contradições e omissões às quais estão submetidos(as).

Neste capítulo, pretende-se aprofundar os estudos para compreender o “território”, o papel do Estado no contexto dos conflitos fundiários na contemporaneidade, identificando as determinações que cercam este tema, dialogando com autores que tratam desta temática e que estão produzindo conhecimento sobre a problemática da disputa da terra e a financeirização do espaço urbano.

A etimologia da palavra “território” vem do latim - “territorium, ii”, área delimitada, terra sob jurisdição, substantivo masculino, carregada de muitos significados. Do ponto de vista da Constituição Brasileira, “territórios são porções de terra pertencentes à União, sem autonomia política” (art. 18 §2º, CF/88).

Entendendo como chão vivido - favela ou ocupação - território usado, como parte da cidade, lugar de vida, de presença, território usado. Concordamos com a afirmação “a favela é cidade”, elaborada por Barbosa e Silva (2013, p.117), ao pensar sobre o significado do território periférico, seguindo a perspectiva do território usado. Nessa mesma direção, os autores elaboram que:

A cidade é a construção coletiva do compartilhar de percepções, concepções e experiências de mundo. Resultado da ação de vínculos das relações sociais com a natureza, a cidade é um espaço de encontro e constituição das diferenças. (Barbosa; Silva, 2013, p. 117)

A cidade é também o lugar da disputa, em termos quantitativos, os números e mapas não falam por si só, é preciso trazer as questões subjetivas e discuti-las à luz da disputa de classe, no esforço de compreender as relações do chão vivido na escala do confronto.

A subjetividade no âmbito das relações sociais, consiste nas maneiras particulares do sujeito pensar, sentir e agir. Esse processo é forjado a partir da experiência do sujeito com a realidade. Para Chagas (2013),

a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Em consequência, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja. (Chagas, 2013, p. 63)

De acordo com a Campanha Despejo Zero⁴⁶, realizada entre outubro de 2022 e setembro de 2025, no Brasil, mais de 2.098.948 pessoas foram afetadas por despejo ou remoção forçada. Temos ainda 107.356 famílias vivendo com despejo suspenso, o que isso significa? É possível suspender a vida? Os sonhos? Como explicar para uma criança que sua casa pode deixar de existir amanhã e que o Estado não está ofertando nenhuma outra alternativa? Em cada número existe uma família com uma história de pertencimento naquele território ameaçado, não são pessoas descartáveis, são sujeitos que, inclusive, contribuem para a reprodução do capital, sistema que se utiliza da sua força de trabalho para acumular mais e mais.

O processo de expansão das áreas periféricas no Brasil está longe do alcance dos instrumentos urbanísticos que regulam o uso e a ocupação do solo urbano e das políticas de Estado, efeito que segue ampliando o distanciamento da perspectiva do direito social. A expansão periférica das cidades é um processo que está associado à mercantilização da produção do espaço habitado, seja ele qual for, não importa, o mercado tem determinado as regras, as condicionalidades, e limitado cada vez mais a intervenção do Estado e das políticas públicas, que seguem este mesmo compasso, assumindo um caráter cada vez mais liberal, privatista e focalizado, na contramão do sentido da universalização do direito à moradia. O modelo neoliberal, apoiado na lógica empresarial⁴⁷ “cidade negócio”, segue impondo as Operações Urbanas, as

⁴⁶ Ver mais em: <https://mapa.despejozero.org.br/?modo=panorama&recorteTerritorial=mr>. Acesso em: 17 set. 2025.

⁴⁷ Ver - Tese de Doutorado, Vieira (2015, p. 97) sobre a lógica neoliberal - empresarial das intervenções urbanas. Nobre (2009) sinaliza que com o neoliberalismo, o planejamento urbano tecnocrático e centralizado - em que o Estado, portador de racionalidade, poderia controlar o desenvolvimento territorial, foi substituído pelo planejamento estratégico - que parte do pressuposto de que as cidades estão submetidas aos mesmos desafios que afetam o mundo empresarial, ou seja, com a mundialização da economia e da comunicação, restaria às cidades competirem pelo investimento dos capitais, inclusive pela instalação de novas indústrias ou sede de serviços, pela oferta de melhores preços e qualidade de serviços e competir também para atrair mão de obra qualificada. Dentro dessa perspectiva, surgem em vários países os grandes projetos urbanos, com experiências em que áreas industriais degradadas, áreas decadentes e

Parcerias Público Privada (PPP), caracterizando certo descolamento do caráter do direito, aproximando-se da ideia de moradia - mercadoria, para quem consegue pagar.

2.1 Conflito Fundiário e Estado: moradia é direito ou mercadoria?

A história do Brasil, marcada pela dependência econômica e ideológica, tem um aspecto básico, “o presente se acha fortemente impregnado de vários passados” (Ianni, 2004, p. 63). As marcas colonialistas demarcam um problema estrutural e estruturante da sociedade brasileira, pois tais determinações conformadas no século XX, como a industrialização calcada na urbanização incompleta e na moradia precária e informal, uma industrialização com baixos salários, não cobriam, e ainda não cobrem, os custos do morar (Maricato, 2005, p. 86). Assim, a precariedade da moradia e a insegurança jurídica sobre a posse da terra e dos contratos de compra e aluguéis seguem sendo um fantasma sempre espreitando as famílias pobres, as quais podem ter como desfecho a insegurança habitacional e remoções forçadas.

É possível compreender por remoções forçadas, as ações de retirada forçada de populações que ocupam determinada área (pública ou privada), através de atos do poder público (da Administração Pública, em geral), atendendo, não raro, a interesses econômicos específicos de grupos privados, em detrimento de políticas sociais universais - perspectiva de Direito Social, Artigo 6º da Constituição Federal de 1988⁴⁸.

No que se refere à definição formal de “conflitos fundiários urbanos”, tomamos como referência, para o tratamento político do tema, a Resolução do Conselho das Cidades, nº 87 de 2009, que apresenta tais conflitos como:

com terrenos vagos foram substituídas por grandes empreendimentos imobiliários, criando novas centralidades urbanas, onde quem ganha são os proprietários, empreendedores imobiliários e turistas e, quem perde é a população local que demanda moradia, emprego, saúde, educação, ou seja, serviços que caracterizam o acesso à cidade.

⁴⁸ Capítulo II - Dos Direitos Sociais. Art. 6º São direitos sociais a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

[...] a disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade (art. 3º, inciso I). (Brasil, 2010).

Saule e Di Sarno (2013, p. 30), ao analisarem a natureza desses conflitos, trabalham com a seguinte classificação: os primeiros podem ser compreendidos como constitutivos de parte das cidades brasileiras, e se expressam na lógica excludente do nosso processo de urbanização, submetendo a população de baixa renda às áreas desvalorizadas e/ou rejeitadas pelo mercado imobiliário formal, como vimos anteriormente, locais sem infraestrutura, degradados, ou, nas palavras dos autores “áreas de ocupação interdita⁴⁹ por legislação específica”. Segundo os autores, “tais conflitos não se expressam somente na explosão das periferias, mas na disputa de centralidades econômicas das cidades” (Saule Júnior; Di Sarno, 2013, p. 30). Assim, significa afirmar que existe uma dimensão constitutiva das nossas cidades, que possui relação direta com as marcas dos “vários passados” e de sua conformação espacial que, por si só, se caracteriza conflituosa. Em relação ao segundo tipo de conflito fundiário, os autores enfatizam seu sentido estrito:

[...] há situações de conflito com partes nomináveis, proprietários versus ocupantes, ou Poder Público versus particulares, com instauração de ações judiciais e iminência de remoção. São situações causadas por reintegração de posse ou por realização de grandes obras, empreendimentos ou por mero interesse econômico (Saule Júnior; Di Sarno, 2013, p. 30).

Como vimos no capítulo anterior, o chão da pesquisa transita nos territórios que estão em situação de conflito fundiário, alguns passaram por remoções, outros encontram-se ameaçados e lutam pela permanência, alguns

⁴⁹ Áreas de ocupação interdita por legislação específica são zonas do território onde o uso e a construção são proibidos ou restringidos devido a leis que visam preservar o meio ambiente, evitar riscos ou garantir funções sociais da propriedade. Exemplos incluem áreas de proteção ambiental (APPs), zonas de risco (deslizamentos, inundações) e áreas de preservação cultural, que são definidas em leis como o Código Florestal, Leis de Zoneamento e Planos Diretores. Lei Municipal da Cidade de São Paulo, nº 16.402, de 22 de março de 2016.

territórios estão ameaçados por conta de intervenções urbanas, outros, por estarem em áreas privadas.

Aspecto que nos mobiliza a refletir sobre os reais interesses ou necessidades que promovem grandes remoções em territórios que, por sua vez, poderiam ou deveriam, receber intervenções buscando alternativas para a permanência dos moradores, para melhoria das condições de vida dos moradores, qualificação de infraestrutura e segurança habitacional.

Do ponto de vista jurídico, os instrumentos processuais para o tratamento de ações possessórias permaneceram inalterados após a Constituição Federal de 1988 e a legislação posterior. Os instrumentos seguem o modelo tradicional do direito civil, que aborda os conflitos entre propriedade e posse, utilizando-se do despejo e da reintegração/manutenção de posse. Originalmente, o despejo aplica-se a conflitos fundiários urbanos, referindo-se à retomada de um imóvel pelo proprietário no contexto de uma relação contratual de locação. Este instrumento não abrange a totalidade dos conflitos que envolvem a noção de remoção forçada.

Por outro lado, a reintegração de posse é o dispositivo jurídico processual mais genericamente utilizado para a remoção de famílias, grupos e movimentos sociais que ocupam áreas privadas ou públicas. Em outras palavras, tem sido a reintegração de posse o principal instrumento jurídico empregado em ações judiciais para efetivar a remoção forçada. Cabe ressaltar, ainda, que adotamos no presente estudo o termo “Despejo” fazendo alusão à Campanha Despejo Zero, seguindo a linguagem adotada pelos movimentos sociais, que também fazem o uso da palavra “remoção”.

Deste modo, cabe também refletir sobre os significados que as palavras carregam, pois as nomenclaturas podem apresentar intencionalidades veladas, com o objetivo de atenuar sentidos e interferir na subjetividade. Segundo Vieira (2015, p. 208), o eufemismo “deslocamento involuntário”, ou o pleonismo “remoção” forçada tem como pano de fundo essa disputa. Outro exemplo, neste mesmo contexto, é o uso da palavra “desconstrução” ou “desfazimento” para se referir à “demolição” de casas em situações de despejos e remoções. Essas e outras não são expressões menores, fazem parte da construção “simbólica” da imagem das remoções.

Refletir sobre conflitos fundiários e a atuação do Estado, no esforço de compreender os contornos e contradições, se faz necessário, resgatar os marcos legais, a partir da Constituição Federal de 1988, que redefiniram o direito à moradia e seu tratamento político-institucional, mesmo que insuficiente em termos de alcance, representando um avanço no campo das políticas urbanas.

A partir da CF de 1988, a relação entre Municípios, Estados e União foi modificada, por conta da descentralização do poder da União, tornando os municípios autônomos e independentes no plano político-institucional, também trouxe como mudança a participação da sociedade civil nas discussões sobre várias questões, inclusive no que diz respeito à cidade, com a constituição dos espaços de participação popular. Como mencionado no capítulo anterior, pelo interlocutor Dito, o reconhecimento da moradia como direito fundamental ocorreu um pouco mais tarde, junto com outros instrumentos, considerados como grandes avanços, como o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, que visa regulamentar o capítulo sobre a Política Urbana. Destaca-se no Estatuto da Cidade, entre outros instrumentos urbanísticos relevantes, a importância da função social da terra, ou seja, onde diz: “esta deve servir para o benefício da coletividade, e não apenas aos interesses de seu proprietário”. Todavia, mesmo com a instituição dos arts. 182 e 183 da Constituição e do Estatuto da Cidade, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as leis, os instrumentos, saiam do papel e se efetivem de fato.

A inserção do direito à moradia no quadro maior da política urbana fez com que sua compreensão fosse ampliada e qualificada, entendida agora como uma expressão do direito à cidade. Com isso, o direito à moradia passa a implicar não só o simples habitar, mas o direito à mobilidade, ao lazer, à segurança, ao acesso a serviços e equipamentos públicos, em suma, o acesso à cidade como bem coletivo. (Teixeira; Alves, 2016, p. 139)

Refletindo sobre a questão dos Conflitos Fundiários, recorreremos às reflexões elaboradas por Rolnik (2015, p. 174) sobre a categoria “ilegal”⁵⁰. Segundo a urbanista, “não se deve e não se pode” ser absolutização. A autora

⁵⁰ Rolnik (2015, p.174) assevera que Zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado, são mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade.

destaca que, na maioria dos casos, os moradores de assentamentos populares vivem em sistemas que podem ser considerados “paralegais, semilegais ou quase legais”. Na concepção da autora, essas situações são legitimadas por leis costumeiras, ou pelo simples uso da tradição, reconhecidos ou simplesmente ignorados pelas autoridades.

Segundo Rolnik (2015), a formação desses bairros não tem necessariamente origem numa violação da lei, nas palavras da autora:

Quando os futuros moradores ocupam uma terra vazia, sem consentimento de seu proprietário, estão, em princípio, violando a lei e podem estar sujeitos a punições legais por isso. Entretanto, em muitos casos, a terra pode não ter “proprietário” formal ou, ainda, ser objeto de disputa entre vários postulantes. Assim, mesmo numa situação que parece, a princípio, claramente configurada como ilegal, a presença dos ocupantes pode não ser imediatamente contestada, levando muitas vezes à consolidação da ocupação. (Rolnik, 2015, p. 175)

O arcabouço legal serve muito mais para proteger a propriedade privada do que para garantir o direito de quem nela vive e ocupa um chão vazio, ou um prédio abandonado, que em sua maioria não cumpre função social e que, muitas vezes, se configura como um vasto território de reserva, capaz de ser capturado no “momento certo”, expressão usada por Rolnik (2015, p.176), para destacar os mecanismos da especulação imobiliária ou da ação de outros agentes que buscam essas áreas para comercialização.

Desse modo, concordamos com a leitura de Harvey (2011), quando afirma que “a conversão dos direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra conclui o processo, a terra se transforma em mercadoria” (Harvey, 2011, p. 197). Parece-nos que o Estado, atuando em nome do capital privado, pode contribuir ou legitimar expropriações públicas sob a égide de leis que ditam os usos da terra, pode-se considerar esse sistema como um modo sistemático de expulsar populações de baixa renda de seus territórios de vivência.

De acordo com Simionatto (2011), no pensamento gramsciano, em suas elaborações na fase pré-carcerária, observa-se que o Estado é abordado de acordo com a concepção clássica marxista, tal qual apresentado por Marx, Engels e Lenin, ou seja, como um organismo a serviço exclusivamente da classe burguesa, funcionando como Estado-coerção a fim de que essa classe conserve

seus privilégios na exploração dos meios produção e de trocas, tendo como fim o acúmulo de mais riqueza nas mãos de poucos.

O Estado se compõe de instituições, regras e aparatos que permitem à classe politicamente dominante unificar-se e exercitar o seu domínio, e mesmo considerando que a classe politicamente dominante é sempre a classe que predomina nas relações de produção, tudo isso ainda não basta para determinar as formas concretas do Estado. (Simionatto, 2011, p. 73)

Com o amadurecimento do pensamento gramsciano na fase carcerária⁵¹, a concepção amplia-se e passa para o Estado Integral, incluindo a sociedade civil em sua composição. Segundo Simionatto (2011), a partir dessa perspectiva, “a forma concreta do Estado nasce do modo pelo qual as classes fundamentais conseguem organizar a inteira trama das relações entre governantes e governados e este conjunto particular constitui o Estado em carne e osso”. (Simionatto, 2011, p. 74).

A análise do Estado em Gramsci revela a relevância de seu pensamento político, tanto para sua época, quanto para a compreensão do Estado contemporâneo, levando em conta a sociedade de classes, onde a sociedade civil se mostra cada vez mais robusta e ativa em relação à sociedade política. Esta, por sua vez, coloca-se profundamente a serviço do capital, em oposição aos interesses da população em geral, ou seja, da classe trabalhadora.

Para Coutinho (2006), a conquista da Constituição de 1988, na qual estavam inscritos importantes direitos sociais, como o direito à moradia, significou o reconhecimento do Estado como agente promotor de direito, porém, pouco tempo depois, a agenda neoliberal encontra permeabilidade e altera essa lógica, o Estado passa a ter um papel mais mediador, abrindo espaço para a iniciativa privada executar política pública. Segundo Coutinho (2006):

Especialmente no contexto das sociedades capitalistas ocidentais, deve ser entendido como a reunião da sociedade política e da sociedade civil, ou seja, como um Estado Ampliado que incorpora a luta por hegemonia e a construção de consenso para a manutenção do poder. (Coutinho, 2006, p. 94)

⁵¹ Fase carcerária: “Em 08 de novembro de 1926, Gramsci foi preso pelo regime fascista de Mussolini e condenado a 20 anos de reclusão. Somente no início de 1929, ele recebeu autorização para escrever na prisão, iniciando, assim, sua produção traduzida no Brasil como “Cadernos do Cárcere” (Alves, 2020, p. 08).

O Estado democrático de direitos aprofunda o caráter de “Estado mínimo” de corte de direitos, destacando a importância do papel do Estado como regulador social. Tomamos as palavras de Yazbek (2010), quando reflete sobre a importância da atuação Estado na mediação entre as classes, a que vive do trabalho e a que explora.

No século XX, a partir da crise econômica de 1929, e seguindo as ideias de Keynes, que defendeu uma maior intervenção do Estado na regulação das relações econômicas e sociais, ampliam-se as políticas sociais e tem início assim a experiência histórica de um Estado intervencionista que vai efetivar um pacto entre interesses do capital e dos trabalhadores: o chamado consenso pós-guerra. (Yazbek, 2010, p. 04).

Nas palavras de Coutinho (2006, p. 182), ao analisar o Estado em diversos ciclos da história, destacam-se fortes características patrimonialistas, sendo tratadas pelos seus ocupantes como propriedade pessoal, levando aos processos de nepotismo, clientelismo, corrupção, formas que vemos até hoje. Mesmo nos períodos de política autoritária e centralizadora, onde o Estado se fez forte, “sempre esteve claramente a serviço de interesses privados”.

Sabemos que a região central da cidade de São Paulo está repleta de prédios vazios, que poderiam ou deveriam se tornar moradia. A arquiteta e urbanista Rolnik (2025), ao analisar a questão do contexto de expulsão da população mais pobre da região central, afirma e escancara o alinhamento político da atual gestão municipal com o mercado imobiliário especulativo, revela também o que a política pública tem feito:

Tem dado uma ajudinha para o mercado. Isso vem desde o projeto Nova Luz, do Kassab, que era exatamente isso. A Prefeitura desapropria, derruba, limpa e entrega limpinho para o mercado. Sem gente, sem construção, sem nada. Para o mercado poder ali colocar os seus produtos. Se tem gente morando, se tem prédio, se está bom, se está ruim, se as pessoas têm para onde ir, isso não tem a menor importância. O mais importante é derrubar tudo, arrancar tudo, tirar tudo e entregar limpinho para o mercado. É de uma perversidade, porque pressupõe que cuidar do centro e transformar o centro é destruir

o centro, sendo que o centro é o lugar de maior qualidade arquitetônica e urbanística de São Paulo. (Entrevista à Revista Brasil de Fato, 2025)

A UMM/SP (União dos Movimentos de Moradia de São Paulo), analisando a situação de moradia no Brasil e no Estado de São Paulo, afirma que a precariedade urbana⁵² desigualdades constitutivas do capitalismo, resultando na insuficiência de capacidade de respostas e de recursos para uma política de universalização do direito à moradia, e pela incapacidade de atender prioritariamente quem mais precisa, e que representa a maior parte do déficit habitacional no Estado de São Paulo⁵³. Assim, pode-se ultrapassar a ordem de 800 mil novas moradias, de acordo com a pesquisa elaborada pela Fundação João Pinheiro, com base nos dados do Censo 2001, o que significa aproximadamente 3,7 milhões de pessoas e mais de 10% do total brasileiro, conforme o déficit habitacional no estado de São Paulo.

É importante compreender que, no contexto local, em São Paulo, e outras cidades, o surgimento e o crescimento das favelas se deram a partir da crise de habitação dos anos 40⁵⁴ do século XX, justamente o momento em que se consolidava uma sociedade de base urbano-industrial. Em resposta a esta crise, os trabalhadores passaram a construir suas próprias moradias em loteamentos periféricos, prática que provocou profundas alterações na provisão de moradias, conhecida como “autoconstrução”.

O urbanista Nabil Bonduki define autoconstrução (forma diferente de autogestão) como a forma mais comum entre os setores populares para a construção de suas moradias, segundo o autor:

A característica básica, porém, é serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção;

⁵² Neste estudo, adotamos o conceito elaborado por Nascimento (2020), para definir a precariedade urbana. “A precariedade urbana é usualmente concebida como uma categoria vinculada às externalidades do planejamento e gestão urbanos, expressa em termos de ausência de infraestruturas de suporte à vida, sejam elas de maior ou menor materialidade” (Nascimento, 2020, p. 02).

⁵³ Texto sobre a situação de moradia em São Paulo. Disponível em: <https://sp.unmp.org.br/a-situacao-da-moradia-no-brasil-e-no-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

⁵⁴ Crise de Habitação dos anos 40 - devido ao movimento migratório das regiões rurais para os grandes centros urbanos, especialmente para São Paulo, sem respostas efetivas (Políticas Públicas) principalmente no campo da moradia, a população adotou formas informais e provisórias para resolver sua necessidade de moradia.

viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa. (Bonduki, 2011, p. 281).

Ressalta-se que muitos bairros populares foram construídos pelas mãos dos próprios moradores, as favelas foram se consolidando nesta dinâmica, chamadas por muitos pesquisadores de autoconstrução, usando as palavras de Ferrara *et al.*, (2019, p. 2) “a produção doméstica da moradia” é a forma de construção das periferias do país”.

Atualmente, pode-se perceber a problemática provocada por este processo marcado por grandes prejuízos econômico, urbanístico, ambiental e social, que foram afetando diretamente a vida dos moradores de periferias, formando vastos territórios desprotegidos. De qualquer forma, bem ou mal, o território foi ocupado, e a população teve que dar conta de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, energia, água, saúde e educação.

O direito à cidade, como destaca Harvey (2014, p.61), “vem caindo nas mãos de interesses privados ou quase privados”. Significa que no sistema capitalista, a terra vira mercadoria e a elite, também conhecida como “classe dominante”, tem acesso aos melhores espaços e melhores terrenos.

Os melhores e mais valorizados espaços urbanos, com sua localização privilegiada, que oferecem melhor infraestrutura e acessibilidade, estão reservados aos ricos, à burguesia, demarcando na cidade o lugar do rico e o lugar do pobre.

Ainda sobre a relação do acesso à terra, Harvey (2014) problematiza a questão e nos apresenta a forma como o direito à cidade se constitui:

O direito à cidade encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos. (Harvey, 2014, p. 63).

A dimensão do direito à cidade nos faz refletir sobre a forma que devemos perceber a questão da moradia, da luta pela terra, diz respeito a uma necessidade primária. Trata-se de um direito humano e não deve ser compreendida pelo fato da necessidade de casa ou de um teto, moradia é muito

mais que paredes e teto, significa ter um local seguro, livre de ameaças. Os movimentos de moradia costumam dizer “moradia é a porta de entrada para todos os direitos”. Como organizar a vida sem ter um lugar seguro para viver? Não se trata apenas de um lugar para morar, isso significa as relações construídas no território, a rede de apoio construída e pertencimento coletivo. Significa pensar a questão num sentido amplo, contemplando todas as necessidades e acessos do sujeito para a reprodução da vida.

Não faltam estudos e pesquisas sobre a produção da cidade contemporânea, seus meios financeiros, imobiliários, reguladores, mecanismos de gestão e indicadores, sem dúvida, aspectos e dimensões fundamentais para a compreensão da produção da cidade nas bases do capital financeiro especulativo. O avanço do capital sobre a produção das cidades demonstra que as cidades são movidas pelo capital, e a negação ao acesso à cidade está arquitetada em uma teia permeada por interesses econômicos, portanto, esses lugares para morar são “usurpados e transformados em espaços de fluxos incessantes das mercadorias; fora do tempo de trabalho, o tempo para sonhar é usurpado – agora, em qualquer lugar a qualquer hora, sonha-se para o capital” (Ferrari, 2012, p. 109). A especulação imobiliária avança para territórios desprezados e que não despertavam interesse do mercado imobiliário. Esse cenário vem mudando nos últimos anos, agora, o mercado imobiliário segue avançando nas periferias e a terra ocupada pelos “favelados” torna-se cada vez mais valiosa (Harvey, 2014).

Segundo Ferrari (2012), a especulação imobiliária tem influência direta na estruturação da cidade, significa que o capital imobiliário tem papel importante e decisivo nessa estrutura, ele permite as diferenciações de valoração que definem as possibilidades de habitação, caracterizando os espaços de acordo com suas funções econômicas.

Para Rolnik (2002), a segregação espacial urbana como exclusão territorial não é somente expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais, mas é também agente de reprodução dessas desigualdades, acaba dificultando o acesso a bens e serviços, disponibilizando menores oportunidades de trabalho, cultura e lazer.

Nesse sentido, a desigualdade social, produzida pelo modo de acumulação capitalista, faz com que parte da classe trabalhadora só consiga

acessar as áreas com piores localizações, sem infraestrutura e carentes de serviços. Esses locais, na maioria das vezes, são impróprios para moradia e afastados dos centros urbanos, do trabalho, fato que diminui as possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos, submetendo-os a outras vulnerabilidades e situações indignas.

As medidas do Estado sobre a questão da moradia, no final do século XIX e início do século XX, limitaram-se a enfrentar o problema habitacional por meio de uma abordagem higienista, sua ação, de cunho sanitaria e autoritário, centrava-se na eliminação de “ameaças” para saúde pública, principalmente nos núcleos coletivos de moradia, tendo como intervenção de provisão habitacional, basicamente pelo setor privado, momento que surgem as Vilas Operárias”.

De acordo com Kowarick (1979), no início da industrialização até os anos 30 do século XX, parte do problema da moradia e da mão de obra foi resolvida com a construção das ‘Vilas Operárias”, geralmente próximas às fábricas, sendo assim, as residências eram alugadas ou vendidas aos operários. Sobre o envolvimento do setor privado na produção das moradias, o autor destaca que era uma estratégia própria das empresas para diminuir as despesas dos operários com a sua subsistência, medida para ampliar a exploração sobre os trabalhadores, pagando baixos salários, “o baixo custo dos terrenos e da construção compensa a fixação do trabalhador na empresa. Neste caso, o custo de reprodução da força de trabalho, pelo menos no que diz respeito à moradia, era resolvido pela própria empresa”. (Kowarick, 1979, p. 30).

Kowarick (1979), ao analisar a questão habitacional, destaca que é preciso levar em conta os processos socioeconômicos e políticos mais amplos, e identificar o conjunto de contradições específicas presentes nessas relações. Assim, é fundamental compreender os contornos, descontinuidades e descompassos que persistem até os tempos atuais.

Sabe-se que o processo de expansão das cidades é marcado pela profunda desigualdade, diferenciando as formas de uso e a ocupação do espaço urbano entre pobres e ricos. O crescimento ocorrido nas cidades brasileiras⁵⁵ e,

⁵⁵ Sobre a expansão urbana, a urbanista Maricato, em suas formulações, apresentou dados relevantes analisando esse processo. Segundo a autora: “em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000, ela é de 81,2%. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos dos números absolutos: em 1940, a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e, em 2000, ela é de aproximadamente 138 milhões. Constatamos,

principalmente, nas áreas metropolitanas, foi intenso e não foi acompanhado de políticas públicas e de planejamento urbano capazes de produzir respostas às necessidades da população de baixa renda.

Diante do aumento da população urbana, a partir da segunda metade do século XX, o processo de urbanização das cidades acelerou, caracterizando-se pela produção informal dos assentamentos populares, “sem infraestrutura, conformando a expansão periférica metropolitana, somaram-se aos cortiços e ocupações de favelas, dentro do modo de “produção doméstica da moradia ou autoconstrução” (Ferrara *et al.*, 2019, p. 808)

Nesta pesquisa, utilizamos como referência os estudos realizados por Dirce Koga (2013), sobre território, onde a autora aponta importantes direções de análise para as diferentes escalas de contradições, expressando que a análise sobre o chão vivido é sobretudo um movimento de aproximação com o cotidiano vivido. A autora acredita que essa perspectiva de análise, que coloca a vertente territorial como um dos elementos constituintes da dinâmica da realidade, pode contribuir para um processo de “choque de escala”, espera-se que nesse processo se construa mediações entre as diferentes escalas “produzidas e reproduzidas” pelas políticas sociais.

Nesse sentido, o território não é um determinado local, um perímetro ou se resume em demarcação cartográfica, ou como o poder público costuma denominar de “área”, desterritorializando o território. Segundo Vera Telles (2006), a noção de território não se confunde com “comunidade”, expressão típica de um localismo desarticulado dos vasos comunicantes que se conectam à cidade e às diversas dimensões da vida. Contudo, é preciso também reconhecer que a concepção de território ultrapassa a concepção político-administrativa, meramente formal e ganha a dimensão de um espaço socialmente demarcado pelas ações e intenções de sujeitos sociais. É neste território vivido, em que construímos nosso pertencimento, que deixamos nossas marcas, memórias, “nos impregnamos dele ao realizar nosso modo de existir” (Barbosa; Silva, 2013, p.117).

A seguir, apresentaremos o contexto e os desdobramentos da nossa história recente, bem como os impactos no território vivido, onde a vida acontece

portanto, que em sessenta anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas”. (Maricato, 2008, p. 16).

e as estratégias de sobrevivência visam o acesso às políticas públicas e sociais em busca de cuidado.

2.2 O contexto pré-pandemia e o “fique em casa”

Sabemos que as marcas que forjaram as cidades brasileiras são profundas e que requerem análises cuidadosas, não existindo uma única causa, são múltiplas as determinações que resultam nesse Brasil profundamente desigual.

O território vivido é também um exercício que lança lentes para alcançar proximidade capaz de desvelar e conhecer a realidade cotidiana onde os sujeitos transitam, se movimentam para fazer o “corre do dia a dia”, é também o palco de diversos agentes dotados de diferentes interesses, “o território expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, presentes na sociedade que ele abriga” (Koga, p. 37, 2013).

A história política recente (tomamos como ponto de referência as manifestações de 2013), embora não seja o foco do presente estudo, torna-se essencial para trazer o chão dos acontecimentos sociopolíticos que permitem compreender a conformação do ambiente que resultou no que nominamos de Golpe de Estado e que alguns setores ainda resistem em reconhecer.

Coelho (2022) analisa as grandes mobilizações conhecidas como “manifestações de 2013”, em que explodiram manifestações por todo o país, e tinham um caráter muito específico, desdobrando-se em movimentos políticos de apoio e de oposição ao governo. As leituras sobre as motivações que conformam as manifestações de 2013 são diversas, existem interpretações e análises que compreendem que foi uma resposta impulsionada pelas ondas de protestos globais de 2011 a 2013. Contudo, as manifestações de 2013 inspiraram muitos estudos e pesquisas que trataram de analisar as motivações e os desdobramentos que foram escalonando rapidamente a partir do seguinte contexto:

Os protestos globais funcionaram como efeito e demonstração, promovendo um novo modelo de ativismo: o repertório dos autonomistas. Eles passaram a fazer manifestação nos chamados megaeventos no Brasil: Copa das Confederações

(2013); Copa do Mundo (2014); e as Olimpíadas (2016), que foram transformados em palcos globais para os protestos. (Coelho, 2022, p. 122).

O movimento foi se modificando, passou da pauta de oposição ao aumento de R\$ 0,20 na tarifa de ônibus à insatisfação generalizada com o investimento público com grandes eventos (Copa do Mundo de 2014) e até às denúncias de corrupção. As grandes manifestações de junho de 2013 foram atraindo “grupos nacionalistas e antipetistas contrários a um momento em que o Brasil vivenciava uma profunda transformação em termos de mobilidade e distribuição de renda e inclusão social e financeira” (Coelho, 2022).

Esse “caldo sociopolítico” ganhou novos ingredientes e foi reforçado pela narrativa da mídia hegemônica, pela disseminação de *Fake News* e também pela atuação das igrejas neopentecostais, que se utilizam dos espaços de fé para manipular o povo.

A direita esperava vencer as urnas em 2014, como não foi possível, o golpe foi gestado como estratégia para a derrubada do governo democrático e popular, eleito pelo voto. O cenário da crise econômica e denúncias desgastou e desestabilizou o governo do PT. Esse cenário construído de forma artificial foi corroborado pelo desgaste do governo Dilma, os anúncios de corrupção no governo e do PT fragilizaram o cenário político, que se utilizou da crise econômica, trazendo inquietação às camadas da classe média a partir das manifestações de junho de 2013.

Antes das eleições, as manifestações de julho de 2013 foram manipuladas midiaticamente pela pauta da Direita, dando um componente massivo à desestabilização do governo Dilma, predominantemente das camadas médias organizadas em movimentos sociais de direita financiados pelo partido da oposição com ampla cobertura da mídia hegemônica. (Alves, 2016, p. 16).

O golpe foi enfrentado com resistência popular, o campo democrático, os movimentos sociais estiveram nas ruas denunciando o Golpe e suas “tramas antidemocráticas, antipopulares e antinacionais” (Coelho, p.211, 2022). É preciso destacar que, nesse período, foram construídas grandes articulações

formadas por movimentos, centrais sindicais e organizações do campo democrático, como, por exemplo, a Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo.

No entanto, o golpe de 2016 representou um divisor de águas, do ponto de vista das instituições e do papel do Estado.

Assim, o golpe constituiu um golpe na democracia, rompendo o processo de conciliação de interesses, explodindo a crise de interesses políticos e econômicos, escancarando a disputa pelos cofres públicos, o grande financiador do capital. Os anos seguintes foram de luta e resistência, junto com o Golpe, se instala o processo de perseguição política e criminalização da principal liderança política do Brasil, até finalmente consolidar-se a segunda etapa do Golpe, a prisão do então ex-presidente (na época) e atual presidente Luís Inácio da Silva, o principal oponente do governo ilegítimo. Nesse contexto, instalou-se uma onda de criminalização dos movimentos sociais, inclusive com a apresentação de projeto de lei que previa a qualificação dos movimentos e de lideranças, como “terroristas”, significando uma ameaça ao país.

Ao analisar o papel do Estado no contexto atual, Behring (2021) aponta a hipótese de que a “pandemia de Covid-19 teve um encontro explosivo com o Brasil pós-golpe de novo tipo de 2016”, para a autora, “a pandemia é uma espécie de catalisador de tendências de crise mundial do capitalismo que já estavam em andamento”.

No Brasil, as medidas de austeridade fiscal já estavam sendo aplicadas antes mesmo de 2016, porém, esse ano foi marcado pelas grandes reformas, a Proposta de Emenda Constitucional 95, também conhecida como PEC da morte, que congelou gastos federais por 20 anos e implantou nova agenda que gerou impactos profundos para efetivação das Políticas Públicas, serviços sociais e programas, como, por exemplo, a descontinuidade do Programa Minha Casa Minha Vida, que mobilizou setores importantes da economia e atendia famílias de baixa renda, que dificilmente conseguem acessar a moradia via setor privado.

Para ilustrar o impacto orçamentário dos ajustes, o volume de gastos públicos federais com habitação, entre 2001-2016, era algo em torno de R\$ 9,1 bilhões, contudo, a partir de 2009, os gastos apresentam acelerada queda, em 2016 atinge apenas R\$ 360 milhões, o mais baixo dos últimos anos.

Seguido do contexto do Golpe, a disputa eleitoral para Presidência da República foi marcada por campanhas midiáticas tendenciosas, disseminação

de *Fake News*, forte polarização e manipulação da opinião pública. O resultado desse processo não poderia ser mais desastroso, Jair Bolsonaro é eleito Presidente do Brasil, levando ao poder a face mais perversa do campo da extrema-direita.

O ano de 2020 foi marcado pela grave crise sanitária mundial provocada pelo novo coronavírus. A pandemia desencadeou não só uma crise no que se refere à saúde pública, mas também os danos ocasionados pela Covid-19 foram multidimensionais, com consequências profundas para a população mais pobre.

Como vimos anteriormente, as cidades foram consolidadas com profundas desigualdades, não só pela localização do ponto de vista urbanístico, mas, também, marcadas pelo não acesso aos serviços essenciais.

No entanto, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e dos demais protocolos recomendam como medidas fundamentais contra a Covid-19, lavar as mãos, higienização dos ambientes, distanciamento social. Sobre a frase famosa “fique em casa”, sabemos que para muitas pessoas nenhuma das orientações poderiam ser seguidas pela ausência parcial ou total de serviços e de recursos.

A recomendação do “mantenha distância” escancarou a insalubridade dos domicílios e as múltiplas deficiências dos espaços habitacionais que encontram pessoas amontoadas morando em condições definitivamente inadequadas diante da crise sanitária em curso.

Outro aspecto evidenciado pela pandemia da Covid-19 é o acesso à água. Segundo a pesquisa⁵⁶ coordenada pelo Laboratório Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC e desenvolvida com apoio dos movimentos de moradia e do Centro Gaspar Garcia, buscou-se identificar a percepção dos moradores sobre o abastecimento de água potável em diferentes ocupações urbanas da cidade de São Paulo.

A pesquisa apontou que 70% das pessoas entrevistadas indicaram algum tipo de problema de acesso à água no município de São Paulo, em todas as regiões da cidade foram identificados problemas, contudo, vale destacar que

⁵⁶ Pesquisa do projeto de extensão desenvolvido entre abril de 2020 e março de 2021, pelos pesquisadores do Laboratório Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC (Labjuta), em parceria com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), Central de Movimentos Populares (CMP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Michigan Taubman College e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

a maioria das respostas veio das regiões periféricas do município, o que revela que as periferias têm menos acesso ao serviço.

A insalubridade das moradias, a falta ou descontinuidade do abastecimento de água, a falta de coleta de esgoto, revelam a face mais perversa da desigualdade no município de São Paulo: quem fica com os piores efeitos da Covid-19 são os que não têm acesso a direitos básicos.

Nesse contexto, a atuação do Estado assume centralidade como estrutura responsável para promoção de estratégias, seja do ponto de vista econômico, social ou político. Pensar o papel do Estado à luz do contexto brasileiro, como assinalou Tavares (2020), identifica cinco funções que a pandemia ajuda a revelar. Segundo a autora, as funções são:

Estabilizador da economia, investidor em infraestrutura física e social, protetor dos mais vulneráveis, provedor de serviços à população e, por fim, empreendedor. Tais funções estão inter-relacionadas e certamente não exaurem as atribuições do estado em sociedades democráticas, mas servem de ponto de partida tanto para a análise de nossas lacunas e desigualdades estruturais, quanto para a formulação de uma agenda econômica para o curto e o longo prazo no Brasil". (Carvalho, 2020, p. 12).

Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas⁵⁷, estimava-se que seriam necessárias a produção de 474 mil moradias para suprir a demanda por habitação na cidade de São Paulo.

A pandêmica da Covid-19, no entanto, teve forte impacto na economia, com efeitos na piora das taxas de desemprego, queda da renda, aumento dos aluguéis, ocasionando a perda das moradias e aumento de famílias vivendo nas ruas ou em ocupações irregulares – seja em terrenos ou prédios que não cumprem a função social.

Corroborando essa percepção dos reflexos da pandemia da Covid-19, para a população de baixa renda, o estudo realizado pela Divisão de Prevenção, da Coordenação Municipal de Defesa Civil (COMDEC)⁵⁸, que identificou, em

⁵⁷ Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos. FGV/ABRAINC. Relatório Técnico Final. Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

⁵⁸ Defesa Civil realiza entrega de novos mapeamentos de áreas de risco geológico. Disponível em:

dezembro de 2020, um aumento de 20% da quantidade de moradias em áreas de risco na capital paulista.

Esse cenário evidencia a relevância do papel do Estado na proteção dos mais vulneráveis, exigindo que o poder público subsidie ações que minimizem os impactos da condição sanitária para a população das classes mais baixas que têm nas condições precárias das suas moradias um vetor de contaminação para a Covid-19.

Todos os elementos apresentados até aqui demonstram os fatores que levaram ao agravamento das condições de vida e as situações de despejo, porém, é preciso demarcar o período da pandemia situando-o no contexto político do momento. Desse modo, não estávamos lutando contra o vírus da Covid-19, estávamos atravessando uma batalha contra a desinformação promovida pelo próprio governo, somada ao profundo negacionismo e seus desdobramentos e efeitos sociopolíticos. A grave crise sanitária, vivida em todos os continentes, conhecida como pandemia, que deixou 716.519 mortes⁵⁹ registradas no Brasil, escancarou e aprofundou a desigualdade social e agravou a questão habitacional no Brasil, que já vinha sofrendo pela falta de investimento do Estado em políticas públicas.

A desigualdade social se tornou mais latente durante a pandemia, as circunstâncias colocaram as políticas públicas e sociais no centro do debate, cobrando respostas na forma de políticas emergenciais, que se tornaram escassas e tardias, fazendo com que uma parcela significativa da população não conseguisse pagar os aluguéis ou vivesse em áreas com alto custo de vida, gerando novas ocupações em regiões periféricas (Ferraz, 2020).

Contrapondo-se à lógica individualista, os sujeitos coletivos passaram a construir estratégias coletivas de sobrevivência e de cuidado para enfrentar a pandemia.

Vale lembrar o papel fundamental desempenhado pelos movimentos sociais e organizações populares de bairro durante a pandemia, que paralisou o

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/defesa_civil/noticias/?p=30621 . Acesso em: 18 jul.2025.

⁵⁹ Informação constante no site do Ministério da Saúde – Governo Federal. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 02 ago. 2025.

mundo. As relações sociais, baseadas em laços comunitários, ganharam destaque e relevância durante as medidas de isolamento social.

O apoio às necessidades mais básicas, como alimentação, acesso à água e equipamentos de proteção individual, criou uma rede "real" de cuidado e proteção social. Sob outra perspectiva, também desempenharam papel fundamental, dando rosto e visibilidade à desigualdade social.

A construção de estratégias de "sobrevivência", tecidas pela classe trabalhadora, vivendo em bairros populares, aglomerações urbanas e favelas, em condições precárias ou sem serviços básicos, onde tudo falta — comida, água potável, saneamento básico — não é pouca coisa. Ao contrário, essas estratégias de resistência se baseiam na solidariedade concreta, na construção da força popular, princípio fundamental e dimensão essencial para impulsionar os processos de resistência.

A pandemia também foi reveladora das tramas tecidas nos territórios de vivência, as iniciativas dos movimentos sociais, coletivos, grupos e de organizações sociais, que desenvolvem ações em torno das necessidades básicas e as que desempenham outros papéis, tornaram-se pontos de apoio e referência para a população na distribuição de alimentação, materiais de proteção de individual, orientações para o acesso aos programas emergenciais e principalmente de acolhimento.

Os espaços coletivos preenchidos pelas agendas de luta por moradia, projetos para acesso a direitos, entre outros serviços, não deixaram de ter importância, nenhum local ficou sem atividade, pelo contrário, muitos lugares ampliaram sua atuação no território, tornaram-se referência e pontos de apoio fundamental para a população acessar orientações, e também itens de primeira necessidade, como alimentação, máscaras para proteção individual, produtos de higiene e limpeza.

Ações solidárias em territórios periféricos são uma prática constante e histórica, notadamente no combate à fome. Exemplo de sua relevância é o Movimento Contra a Carestia (MCC), que teve grande impacto político nas décadas de 70 e 80, impulsionado pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela Pastoral Operária. Os centros comunitários e sedes de associações, espaços das igrejas, tornaram-se espaços de proteção e cuidado social de moradores dos territórios periféricos. Resgata-se depoimento de Ana Dias e Maria Isabel

Lopes Correa (Bel Correia), esta defensora dos Direitos Humanos e conselheira do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP), Zona Sul da cidade de São Paulo, que é uma das organizadoras do livro *Fé e Política*, que tem como objetivo central contar o papel organizacional das Igrejas Católicas nas reações sociais da época, como foi o caso dos Clubes das Mães, movimento que também contou com a participação de Ana Dias, uma das principais lideranças contra a carestia.

Certamente, não foram as únicas lideranças, porém, são mulheres que estiveram à frente do seu tempo e merecem ser lembradas. Enfrentaram a pobreza e a ditadura militar, dedicaram suas vidas à luta política e por melhores condições de vida. O livro *Fé e Política* apresenta 26 depoimentos que revelam a construção da organização comunitária, nos bairros populares, a partir do chão vivido, impulsionada por mulheres. Alguns fragmentos remetem ao protagonismo das mulheres no processo de luta e resistência e contam muito sobre as relações sociais no território usado.

Eram salões onde se rezava, mas também eram salões onde virava creche durante a semana, além de ser onde também se faziam reuniões para discutir todas as coisas, principalmente a Pastoral Operária e os Clubes de Mães. No Embu foi muito forte e também na Vila Remo, na região do Jardim Ângela”, explicou Bel. (Entrevista concedida ao Memorial da Resistência, 2019⁶⁰)

As práticas solidárias estavam fortemente associadas à dimensão política, existia de modo muito presente a dimensão pedagógica - educação popular, significava a construção da leitura crítica do mundo, sobre a questão social. Ana Dias (2019) reforça que essa luta começou na periferia.

Começamos a falar dos valores, da mulher sair de casa, fomos as pioneiras aqui. Não tinha asfalto, não tinha água, não tinha luz, não tinha ônibus, não tinha nada em tudo isso aqui [diz fazendo referência ao lugar onde concedeu a entrevista, no Campo Limpo, zona sul]”. “E quem fez muitas coisas? As mulheres!”, continuou. E os Clubes de Mães não agiam de forma isolada, havia uma coordenação e uma comunicação que conectava diferentes regiões para que as decisões fossem tomadas. “Não era assim

⁶⁰Entrevista concedida ao Memorial da Resistência. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/noticias/nos-mulheres-da-periferia-zona-sul/>. Acesso em: 22 set. 2025.

solto, tinha toda uma organização. E a gente não levava duas ou três mulheres não, viu. Começamos com um clube de mães, depois esse número subiu para dois, dez, vinte”, explicou Ana Dias. ((Entrevista concedida ao Memorial da Resistência, 2019).

Esse legado, por maior que seja a transformação sofrida, deixou sua marca, continua inspirando o movimento popular em suas ações, porém, ao mesmo tempo desafia o movimento a manter sua incidência no território. Nesse sentido, fazer essas conexões com o passado recente nos permite buscar as similaridades e nos desafia a buscar aproximações com o objetivo de (re)aproximar o significado e o sentido da ação socioterritorial.

A pandemia, de certa forma, aproximou esses contextos, evidenciou as profundas expressões da desigualdade social e as contradições do contexto atual, por outro lado, também apontou para as potências e possibilidades.

As cozinhas solidárias, fruto da ação coletiva no território, ressurgiram durante a pandemia e inspiraram a criação de um programa. Este programa permite que entidades privadas, sem fins lucrativos, credenciadas junto ao MDS, executem o Programa Cozinha Solidária de forma direta, produzindo e oferecendo refeições em equipamentos próprios, ou indiretamente, apoiando outras cozinhas solidárias com os recursos financeiros repassados.

Durante a pandemia, os movimentos populares passaram a se questionar se a distribuição de cestas básicas deveria ser uma oportunidade de aproximação, de escuta, acolhimento, mas, sobretudo, de oportunidade de diálogo, de estreitar vínculos e redes de apoio.

Significou a abertura de uma porta enquanto todas as outras estavam fechadas.

Foto 20: Rede de apoio nos territórios durante a pandemia



Fonte: Acervo da autora, Centro Comunitário Mutirão Santa Sofia / Mohas - 2020.

Foto 21: Rede de apoio nos territórios durante a pandemia



Fonte: Acervo da autora, Centro Comunitário Mutirão Santa Sofia / Mohas - 2020.

A rede de solidariedade, constituída pelos movimentos, possibilitou inclusive que o poder público chegasse em locais que nunca havia chegado antes. Como vimos anteriormente, os territórios são constituídos por diversos agentes que possuem interesses distintos, mas, no contexto de crise sanitária, moradores das periferias sabem que o impacto não seria igual para todos, reconheceram as ações de solidariedade como “estratégia de sobrevivência” fundamental para a população em maior situação de desproteção social.

As estratégias não ficaram pautadas em entregas de cestas básicas, reconhecendo sua extrema importância, contudo, não poderia ser o único objetivo. Os movimentos perceberam que a condição de estarem atuando “nas pontas” na base era também uma oportunidade de dialogar com a população, de fazer o que entendemos por trabalho de base, de lançar mão da “dimensão política” como ferramenta político-pedagógica, como parte da ação necessária.

O trabalho de base é a condição e o sustento do trabalho político e do trabalho de massa; o trabalho político e o trabalho de massa devem ser a expressão e a consequência do trabalho de base. O trabalho de base é a ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas do cotidiano e ligar essa luta à luta geral contra a opressão. (Peloso, p. 10, 2012).

Nesse sentido, a incidência política dos movimentos nos territórios capilariza novas bases e novos sujeitos para somar na luta coletiva. Os “centros comunitários” de associações se tornaram locais de acolhimento, em muitas situações, o único que manteve as portas abertas quando até os serviços sociais essenciais estavam fechados.

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo divulgou informações em seus jornais e informativos sobre a atuação territorial em torno das ações solidárias. Durante o ciclo mais restritivo da pandemia (2020), a articulação entregou:

- **55 mil** máscaras produzidas e distribuídas;
- **30 mil** cestas básicas e kits de limpeza com parceria de fundações, doações pessoais e coletivo;

- **40 mil** cestas básicas distribuídas com apoio do Cidade Solidária;
- **Cerca de 180** territórios (favelas, ocupações, cortiços e mutirões);
- **30 mil** *Jornais da UMM* distribuídos;

Foram realizadas parcerias com setores da sociedade civil para aquisição de cestas básicas, produtos de limpeza, higiene e álcool gel. Outras parcerias foram construídas dentro do campo da luta, em parceria com o MST, foram distribuídas toneladas de arroz orgânico, verduras, frutas e hortaliças, produção dos assentamentos, alimentos que são resultado da luta por Reforma Agrária.

Outras alianças sociopolíticas, no campo das estratégias importantes para cuidado e proteção, foram realizadas e precisam ser destacadas, como os pontos de produção de máscaras, item de proteção essencial contra o vírus e de uso obrigatório, que rapidamente se esgotou no mercado, estando inicialmente inacessível para a população. Por meio da organização popular, associações de bairro e cooperativas, firmaram-se convênios e parcerias para a fabricação própria de máscaras⁶¹, para distribuição no território. A rede de apoio dos movimentos permitiu conectar a necessidade de produção de máscara para a população conseguir se proteger e a necessidade de remuneração para várias pessoas que estavam sem nenhum rendimento familiar, por conta das medidas de isolamento social e, principalmente, por serem trabalhadores informais em

⁶¹ Produção de máscara, evidenciada na Figura 13, a seguir: Dona das Neves, hoje moradora do Residencial Cambridge (prédio que passou por Reforma pelo PMCMV) foi moradora da Ocupação Nove de julho e da Ocupação Cambridge, antes da reforma. Das Neves, costureira de mão cheia, foi também coordenadora da cozinha no processo de ocupação do Hotel Cambridge, hoje, mesmo depois do atendimento definitivo, continua contribuindo com o movimento de moradia. A foto registra o momento de troca de saberes e simboliza o espaço de compartilhamento da luta e da resistência. Francisca (costurando na máquina) é também militante do movimento de moradia, faz sua luta na periferia da Zona Sul, participa do mutirão Santa Sofia, que ainda aguarda a contratação da 2º fase – Etapa de obra, pelo programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. Francisca, assim como outras mulheres, assumiu a produção de máscaras e coordenou a produção no seu território, o que as duas têm em comum? A luta coletiva, a solidariedade, o protagonismo das mulheres na resistência em seus territórios. Esse registro demonstra a articulação realizada entre movimentos de moradia, do centro à periferia. Na Ocupação Nove de Julho, a sala de costura já era uma prática adotada para geração de emprego e renda e também como prática catalisadora no processo de organização coletiva. As máscaras produzidas eram distribuídas por outras(os) militantes, neste caso, na Zona Sul de São Paulo, a autora dessa pesquisa esteve na linha de frente coordenando a logística/distribuição da produção de máscaras e no apoio às ações de solidariedade na Zona Sul da cidade de São Paulo.

sua maioria, sobretudo do setor de serviços, ambulantes, entre outros, que foram os primeiros a perder fonte de renda.

A pandemia da Covid-19 exacerbou as desigualdades existentes no Brasil. Indicadores de classe, gênero e raça, somados à dificuldade de acesso a serviços de saúde, revelam quem pode ou não cumprir a quarentena e seguir as recomendações de higiene e isolamento da Organização Mundial da Saúde. O Instituto Polis realizou estudo com o objetivo de analisar os marcadores da desigualdade social no período da pandemia para entender “quais foram as pessoas mais afetadas durante a pandemia”⁶², buscando compreender os efeitos da pandemia na vida cotidiana da população. A pandemia reforçou e aprofundou as discrepâncias de condições de vida entre os sujeitos, principalmente para a população negra, sobretudo, mulheres negras e periféricas.

Pessoas negras são a maioria (60%) das que trabalham informalmente, sobretudo as mulheres negras (IBGE). Com a forte precarização do trabalho, muitas destas pessoas terão de escolher entre ficar sem nenhuma renda, ou sair de casa correndo o risco de ser contaminada ou de propagar o vírus. O Brasil tem mais de 3 milhões de famílias vivendo em situação de coabitação, isso é, quando mais de uma família divide a mesma casa e quase 320 mil vivendo em situação de adensamento excessivo, ou seja, quando há mais de 3 moradores dormindo no mesmo cômodo (FGV 2015). Estas situações são mais recorrentes em favelas e cortiços dos grandes centros urbanos, onde cerca de 70% da população é negra. (Instituto Pólis, 2020)

Enquanto a recomendação era “fique em casa”, no período mais crítico da pandemia, entre abril e junho de 2020, na Região Metropolitana de São Paulo, foram identificadas seis remoções, impactando pelo menos cerca de 1300 famílias. Comparando com o trimestre anterior do mesmo ano, o número corresponde ao dobro de casos mapeados, segundo o Estudo realizado pelo Observatório das Remoções⁶³.

⁶² Para conhecer o estudo com maiores detalhes, ver Estudo sobre “quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia”. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶³ “A maior parte dessas remoções foi realizada sob ordens de execução do Tribunal de Justiça. Em duas ocupações recentes, o Poder Judiciário, com manifestação favorável do Ministério Público, deu o aval pela execução das reintegrações de posse”. Para ver o estudo completo, ver:

A pandemia escancarou o Brasil desigual, acirrou as desigualdades, evidenciou a realidade negada, invisibilizada, negligenciada, ao mesmo tempo colocou a política pública, o papel do Estado, no centro do debate, como a importância do SUS, dos serviços essenciais - segurança hídrica e saneamento básico. Também mostrou a importância das práticas sociais e solidárias territoriais, essa rede capilarizada no território permitiu a rápida reação comunitária para a construção de redes de proteção social, que desempenharam ações fundamentais para promover algum nível de cuidado para a população.

Foto 22: Produção de máscaras durante a pandemia de Covid19



Fonte: Acervo da autora – Ocupação Nove de Julho – São Paulo

Em um cenário conturbado por diferentes crises, com os olhares voltados à questão sanitária, o número de remoções forçadas, popularmente

chamadas de Despejos⁶⁴, cresceu rapidamente de norte a sul do país. Comunidades inteiras passaram a ser ameaçadas por Despejos Administrativos⁶⁵. Benedito Barbosa (Dito), advogado popular da UMM/SP, declarou, em entrevista concedida à revista *Brasil de Fato*, durante a grande mobilização realizada em São Paulo, no dia 26 de maio, contra os despejos e remoções, que:

Durante a pandemia a luta dos movimentos de moradia, por meio da Campanha Despejo Zero, surtiu um certo efeito. Os asfixiados pelas ameaças de despejo conseguiram respirar um pouco. Mas agora acabou a trégua”, afirma Dito Barbosa, da UMM. “Judiciário, polícia, estado, prefeitura e especuladores declararam guerra aos sem-teto”, caracteriza o ativista histórico da luta por moradia. (Dito, em entrevista à revista *Brasil de Fato*, 2025 – Reportagem de Gabriela Moncau)

No campo da resistência, os movimentos organizados em ação articulada com moradores ameaçados buscam visibilizar as ameaças de despejo ou remoções realizadas por meio de ação judicial ou administrativamente, sendo que, geralmente, os argumentos apresentados para legitimar deslocamentos involuntários estão vinculados a “risco”, obras públicas ou intervenções urbanas. Desta forma, apresentaremos, a seguir, as estratégias construídas para enfrentar as ameaças e o contexto de violações de direitos, ainda no contexto da pandemia.

A sobrevivência agora exige que a luta contra o vírus da Covid-19 se una à luta contra os despejos.

⁶⁴ Despejo: É uma ação judicial em que o proprietário do imóvel pede ao locatário que desocupe o local alugado. Termo também utilizado pelos movimentos sociais para as situações de remoção.

⁶⁵ Despejos Administrativos: ocorrem sem ordem judicial e na maioria dos casos os processos de despejos são movidos por órgãos públicos.

2.3 Eu moro aqui: o enfrentamento das ameaças que cercam o chão vivido

“Moradia Digna começa com o direito de permanecer”

Habitat Brasil, 2025

As ameaças que cercam o chão vivido são muitas, nos detemos aos fatores que possuem maior implicação ou que têm determinado os despejos forçados ou remoções, no contexto urbano na cidade de São Paulo, mais especificamente, em territórios que estão sendo acompanhados pela articulação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP.

[...] no Brasil, a desigualdade urbana e a desigualdade social se expressam principalmente na condição de moradia das pessoas que vivem em situação de precariedade. E essa situação se expressa na forma mais degradante nas favelas e ocupações. A situação de moradia, de precariedade habitacional, é extremamente grande. As pessoas moram, em geral, nos piores lugares, na beira dos córregos, nos morros, nas encostas, em situação de risco, nas áreas de fragilidade ambiental.

No campo da luta contra despejo, por força da organização coletiva, a partir da articulação de vários movimentos e organizações sociais, foi construída a Campanha Nacional Despejo Zero⁶⁶, lançada no mês de junho de 2020, durante a fase mais aguda da pandemia. A ação busca incidência política nas situações de insegurança pela qual as famílias mais vulneráveis estão submetidas e também as pessoas em situação de rua. A Campanha Despejo

⁶⁶ Nos últimos meses, em plena pandemia do Covid-19, governos, judiciário e proprietários insistem em desabrigar famílias por todo o Brasil. São os sem teto, sem-terra e locatários que são removidos de suas moradias, muitas vezes com força policial. O isolamento social e a higienização constante são as medidas comprovadamente mais eficazes contra o avanço da pandemia, mas essas medidas são negadas a boa parte da população, que não tem garantido o direito à moradia digna. Precisamos encontrar soluções que garantam os direitos à moradia das comunidades ameaçadas, das pessoas em situação de rua, e também se faz necessário avançar na demarcação e respeito aos territórios indígenas e quilombolas. E é nesse contexto que lançamos, no dia 23 de julho, a CAMPANHA DESPEJO ZERO. A campanha é uma ação nacional, com apoio internacional, que visa a suspensão dos despejos e/ou remoções, sejam elas fruto da iniciativa privada ou pública, respaldada em decisão judicial ou administrativa, que tenha como finalidade desabrigar famílias e comunidades, urbanas ou rurais.

Zero, que teve um papel fundamental para a conquista da ADPF 828⁶⁷, tinha como objetivo suspender os despejos em todo o país durante a pandemia.

Figura 33: Campanha Despejo Zero – incidência política



Fonte: campanhadespejozero.org/acervo#gallery_2-33

O Centro Gaspar Garcia, organização que atua no campo da defesa de direitos, principalmente nas situações de conflitos urbanos, também desenvolve o trabalho de fortalecimento da organização popular. No material pedagógico cartilha intitulado "Orientações para enfrentar a violência contra pessoas que lutam por moradia⁶⁸", elaborado para apoiar as ações de promoção em direitos, divulga-se a diferença entre despejo, remoção e reintegração de posse. Explica de modo bastante objetivo e simplificado que Despejo se refere a uma ação judicial em que o proprietário do imóvel pede ao locatário que desocupe o local alugado, acontece principalmente quando o pagamento do aluguel não é feito. Segundo o Centro Gaspar Garcia, um quinto da população brasileira mora de aluguel, dado que revela o alto comprometimento de renda da população mais pobre.

⁶⁷ ADPF 828 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental da Constituição), do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibia despejos no país, no campo e na cidade, em ocupações coletivas e em casos de inquilinos individuais durante a pandemia. Fonte: Campanha Despejo Zero, 2024.

⁶⁸ Cartilha disponível em: <https://docs.gaspargarcia.org.br/wp-content/uploads/2023/04/CARTILHA-MORADIA>. Acesso em: 28 ago. 2025.

A situação de reintegração de posse é uma medida judicial em que um proprietário entra com uma ação para retomar a posse de um imóvel ocupado por uma pessoa, família ou grupo. Destaca inclusive que, pela Lei, todos os ocupantes devem ser oficialmente comunicados antes da reintegração e, nos casos coletivos, é obrigatória a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública no processo.

Existem outras formas de remoção, inclusive são formas adotadas para justificar muitas remoções administrativas, argumentando a necessidade de preservar a vida das pessoas que moram no local por risco de desabamento, incêndio, deslizamento de terras, obras públicas, questões ambientais, entre outras razões que, na maioria das vezes, dispensam uma ação judicial. O Observatório das Remoções⁶⁹ tem se dedicado a mapear as remoções na Região Metropolitana de São Paulo. O estudo coordenado pelo LabCidade (FAU-USP), baseado em mapeamento colaborativo, foi aplicado a partir de uma leitura qualitativa sobre os dados do Banco de Sentenças em primeiro grau do TJSP, denúncias registradas pelas articulações e dados de pesquisa de campo, observou as remoções coletivas, conflitos de posse e conflitos de aluguel. Os resultados revelam o número de famílias removidas ou que estão em situação de ameaça de remoção, no quadro a seguir apresentamos os resultados do levantamento realizado a partir do ano de 2017 a 2024.

⁶⁹ O Observatório de Remoções mapeia remoções na Região Metropolitana de São Paulo desde 2012. O projeto é coordenado pelo LabCidade (FAU-USP) em parceria com o Grupo de Pesquisa Transborda (UNIFESP). Como todo método, o Mapeamento Colaborativo das Remoções possui algumas limitações que devem ser consideradas na reprodução de seus dados. As análises qualitativas aqui reportadas foram obtidas a partir de múltiplos métodos e fontes de dados. Esse levantamento prescinde de uma cobertura completa: o resultado não contém e nem pretende conter todo o universo de processos de remoções na RMSP para atender seus objetivos. Como consequência, os dados registrados não fornecem a escala absoluta das remoções, nem podem ser usados para verificar sua intensificação ou relaxamento – visto que limitações de alcance das próprias ferramentas de registro do processo podem interferir na leitura. A partir disso, o Observatório de Remoções tem como objetivos: a) identificar e compreender, em diferentes escalas, os impactos proporcionados pelas remoções e ameaças; e (b) sistematizar e compartilhar informações para fortalecer a resistência dos atingidos contra políticas e projetos urbanos que implicam em processos de despossessão e violação de direitos. Os resultados do mapeamento coletivo foram compilados até junho de 2023, e o levantamento quantitativo foi compilado até janeiro de 2024. Remoções coletivas mapeadas colaborativamente na RMSP. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

Figura 34: Quadro das situações de remoções / ameaças

	Ocorrências mapeadas	Famílias atingidas
Remoção total	104	36.267
Remoção parcial	53	6.852
Remoções após incêndio	11	848
Ameaça de remoção	1.080	248.898

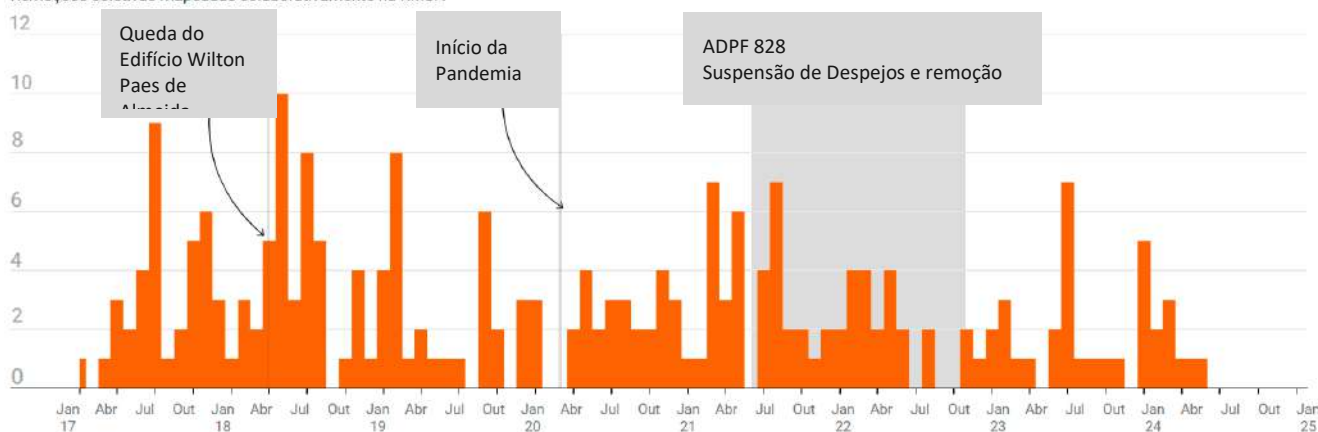
Fonte: labcidade.fau.usp.br/remoções, elaboração da autora, 2024.

A pandemia de Covid-19 revelou os graves problemas dos territórios urbanos, a falta de investimento público em infraestrutura, principalmente nos territórios periféricos, que ainda convivem com a falta de abastecimento de água potável. Esse período é um marco importante para o mapeamento das remoções. A pesquisa apontou que mesmo com as recomendações nacionais e internacionais para suspender as remoções e despejos, “o deslocamento forçado de pessoas continuou sendo realizado por agentes públicos e privados, e os conflitos fundiários, mesmo diante de um cenário de emergência sanitária, foram acirrados”, como indicaram os levantamentos do mapeamento apresentados a seguir (Figura 35).

Figura 35: Gráfico das Remoções coletivas

Remoções coletivas

Remoções coletivas mapeadas colaborativamente na RMSP.



Fonte: labcidade.fau.usp.br/remoções, 2024.

Os dados analisados pelo levantamento destacam que: “os casos de remoções não foram ainda maiores por conta de articulações locais de

resistência aos processos de despossessão, como a Campanha Despejo Zero, principalmente” (Observatório das Remoções, 2024).

Ainda assim, na fase mais crítica da pandemia, a subprefeitura de Jabaquara (Zona Sul) da cidade de São Paulo, tentou remover cerca de 50 famílias da Ocupação Novo Chuvisco⁷⁰, antiga Favela da Rocinha. Segundo a reportagem da *Brasil de Fato*, a Polícia Militar do Estado de São Paulo utilizou bombas de gás e balas de borracha.

Ao todo 300 famílias moram na ocupação, que existe há cerca de oito anos e está localizada ao lado da obra que resultará em um parque linear, segundo a prefeitura. Os moradores resistiram e conseguiram 30 dias de prazo para deixar o local de forma espontânea.

[...] Olha só a situação da gente, agora com a pandemia tem mais gente desempregada, a gente não tem pra onde ir, muita gente trabalhava como autônomo, agora não podemos mais sair pra trabalhar, como eu mesma que sou vendedora ambulante, não posso mais trabalhar...a gente vai pra onde? muitos aqui foram expulsos dos aluguéis, não conseguem mais pagar [...] (Cristina Ferreira, entrevista Brasil de Fato, durante ação de remoção, em agosto de 2020)

⁷⁰ Reportagem da *Brasil de Fato*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T0SyrJ_Lrv0. Acesso em: 28 ago. 2025.

Foto 23: Ação de Remoção - Despejo da Ocupação Novo Chuvisco, antiga Favela da Rocinha, Jabaquara, Zona Sul / São Paulo.



Fonte: Brasil de Fato, 2020

Foto 24: Ação de Remoção - Despejo da Ocupação Novo Chuvisco, antiga Favela da Rocinha, Jabaquara, Zona Sul / São Paulo.



Fonte: Brasil de Fato, 2020

No campo da luta coletiva, a articulação Campanha Despejo Zero foi ganhando visibilidade e consolidando-se em vários estados e logo atingiu carácter nacional, recebeu apoios importantes, de parlamentares, promotores, juízes e chegou até o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto

Barroso, que recebeu das mãos de Benedito Barbosa (Dito) cartas escritas por moradores de diversas ocupações do Brasil ameaçadas de despejo, com o mesmo pedido, solicitando ao Ministro a aprovação da ADPF 828, que teve como objeto suspender os Despejos e Remoções durante o período da pandemia.

Em junho de 2021, o STF suspendeu, inicialmente por seis meses, ordens de remoções e despejos de áreas coletivas habitadas antes da pandemia. Depois, o prazo foi prorrogado por três vezes (até 31/3/2022, 31/6/2022 e 31/10/2022)

Nas palavras dos pesquisadores Castro *et al* (2019), ao analisarem as remoções, denominam como dinâmica “O ciclo vicioso de remoção” na metrópole paulista:

Reforçam a hipótese de que existe uma dinâmica sistemática de despossessão na metrópole que está longe de acabar e mantém milhares de famílias em constante situação de insegurança habitacional. Os números impressionam: entre janeiro de 2017 e setembro de 2019 ao menos 29 mil famílias foram removidas e outras 176 mil estão sob ameaça de remoção. (Castro *et al.*, 2019).

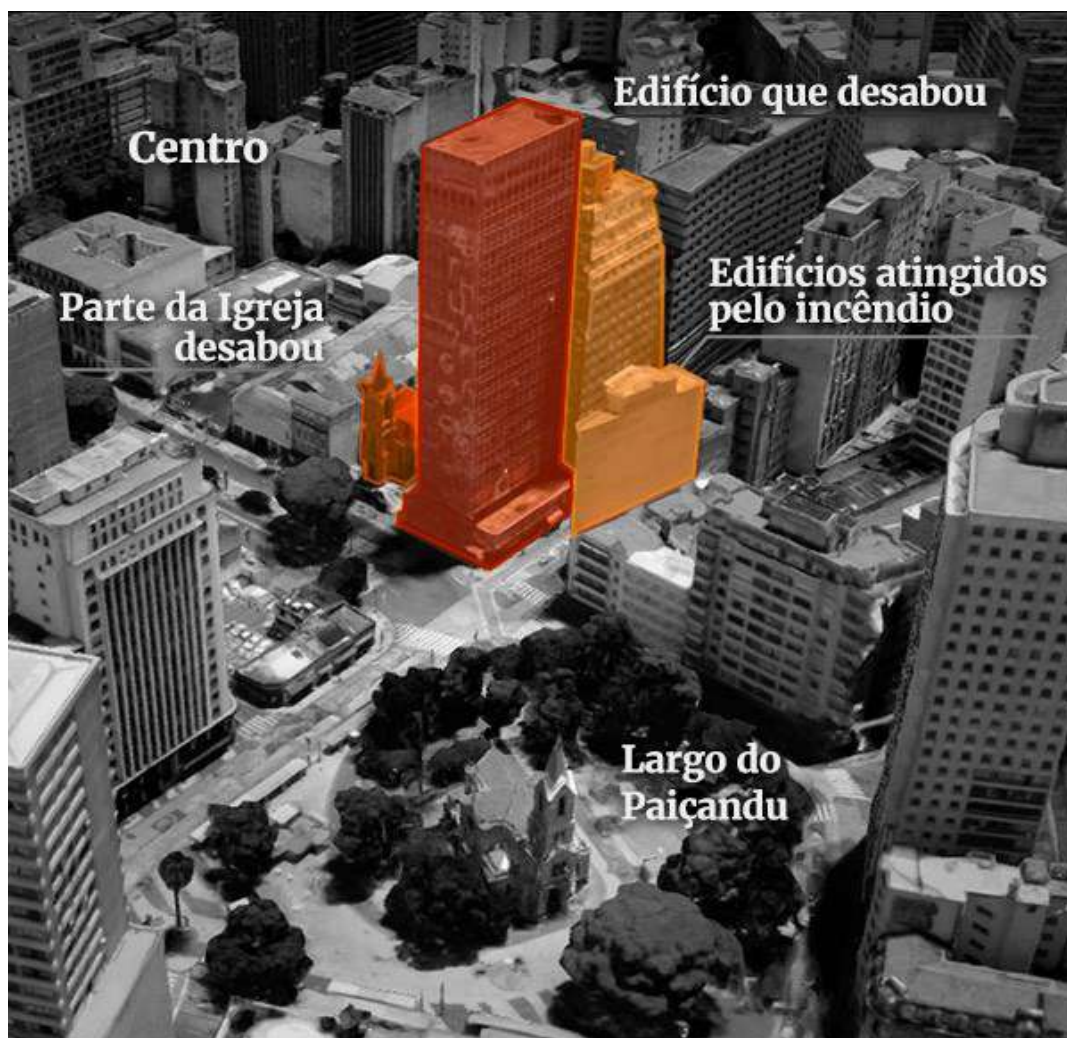
Outro destaque fundamental no contexto dos conflitos fundiários, e que trouxeram novos contornos para os movimentos de moradia, foram o incêndio e o desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida⁷¹, que ocorreu no dia 1º de maio de 2018, prédio ocupado, localizado na região do Largo Paissandu, no centro da cidade de São Paulo. A tragédia resultou em morte e deixou dezenas de famílias na rua, literalmente; ficaram a depender de atendimento provisório, considerando que não houve tempo para a retirada de pertences, os moradores saíram com a roupa do corpo. No entanto, o mais perverso dessa situação terrível é que ela poderia ter sido evitada, se houvesse uma política pública de moradia que atuasse com diferentes formatos de programas, implementando ações de acompanhamento para a implementação de processos de mitigação

⁷¹ No primeiro dia do mês de maio do ano de 2018, dia do trabalhador, o Edifício Wilton Paes de Barros, localizado no Largo do Paissandu, centro histórico da cidade de São Paulo, tragicamente, desaba. Ocupado por 140 famílias organizadas pelo Movimento Social de Luta por Moradia (MSLM), o desabamento revelou o cenário da disputa pelo direito à moradia presente nesse território: imóveis e edifícios vazios ocupados por trabalhadores que quando organizados por movimentos sociais reivindicam o cumprimento da função social da propriedade.

de risco e uma política habitacional mais efetiva. No entanto, a posição do Estado - Poder Público, nesta situação, foi a de reiterar posturas que reforçam a criminalização dos moradores, dos movimentos sociais, inclusive, movendo ações judiciais criminalizando os movimentos, sua forma de auto-organização e suas estratégias de luta.

O desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida resultou na morte de sete pessoas, dois desaparecidos e várias famílias desalojadas. Uma verdadeira tragédia de grande proporção que poderia muito bem ter sido evitada, caso as autoridades constituídas tivessem tomado todas as medidas necessárias para a implementação de uma política pública de moradia efetiva e democrática que estivesse verdadeiramente preocupada com a questão habitacional.

Figura 36: Foto do Edifício Wilton Paes de Almeida



Fonte: Stella Woo/Metrópoles, 2018.

Este triste e lamentável acontecimento trouxe desdobramentos para os movimentos de moradia, especialmente para as ocupações verticalizadas da cidade.

Algumas lideranças do movimento popular afirmam que a partir do incêndio houve uma tentativa de desqualificar a organização coletiva das ocupações organizadas por movimentos de moradia, incluindo os prédios ocupados por grupos que não são e não se vinculam como movimento organizado, na tentativa de “enquadrar” todas as ocupações em condições de risco. A partir de então, instalou-se uma série de ações judiciais que visavam a criminalização do movimento de moradia, culpabilizando o sujeito que ocupa por não ter outra alternativa. Muitas vezes, a ocupação de prédio ou de uma terra é estratégia para visibilizar o não cumprimento do Estado em relação aos instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor⁷², que deveria efetivar a destinação de prédios ociosos que não cumprem a função social, para moradia de HIS.

Notadamente, esse acontecimento terrível, somado à crise política, a implementação de uma agenda ultraliberal e à onda de criminalização, aproveitou as circunstâncias para conduzir uma série de vistorias apoiadas no argumento “do risco”.

O desabamento reabriu processos jurídicos antes arquivados, reiniciou e instalou investigações que tangenciam a criminalização dos movimentos sociais. No coração da grande metrópole, celebrada por sua modernidade globalizada, revitalizada, gentrificada e promotora de sociabilidades alternativas, ocorre o que Telles e Hirata (2010) chamaram de mobilidades laterais, percursos entre o formal e informal, o legal e o ilegal, ramificados nos meandros dos sentidos de lei, da justiça, da ordem (e seu inverso), que em disputa, refazem a demarcação entre a lei e o extralegal, entre a justiça e a força, entre acordos pactuados e a violência, entre a ordem e seu avesso. (Fidelis; Gusmão, 2020, p. 213)

Os desdobramentos do incêndio do Edifício Wilton Paes de Almeida, também conhecido como “torre de vidro”, ascendeu a urgência de constituir um Grupo de Trabalho (GT) mobilizando vários sujeitos que apoiam os movimentos de moradia e que também exercem militância política em torno do direito à

⁷² Plano Diretor: instrumentos urbanísticos que não cumprem a função social da propriedade.

cidade, com o objetivo de acompanhar as vistorias nas ocupações e buscar estratégias para evitar interdições nos prédios.

Logo após ao desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, um grupo composto por diversas secretarias municipais, movimentos, assessorias técnicas, ministério público e universidades vistoria os imóveis ocupados do centro de São Paulo. Rolnick *et al.* (2018) relatam que havia 51 imóveis ocupados, 35 de propriedade particular e 16 de propriedade pública. Essas ocupações estavam vinculadas a movimentos sociais em 57% dos casos, e abrigavam 10.562 pessoas.

Os mecanismos adotados para realizar as vistorias nos prédios se constituíam de parâmetros rigorosos sem considerar todo o contexto, as análises partiram e partem de modo isolado, sempre com o objetivo de “buscar o CPF” do responsável, como se os prédios ocupados não fossem resultado de uma “não ação do Estado” com uma postura de criminalizar moradores e lideranças por estarem vivendo em prédios que estavam abandonados sem cumprir a função social da propriedade.

A narrativa produzida pela mídia hegemônica sobre a tragédia reforça o discurso preconceituoso e criminalizador dos pobres e dos movimentos sociais. O estudo⁷³ elaborado por Almeida (2019), sobre o discurso dominante em torno do incêndio, ilustra o tratamento incriminador atribuído aos moradores do edifício, conseqüentemente, aos movimentos de moradia, sem contextualizar ou distinguir ocupações organizadas por movimentos de moradia e ocupações que não possuem organização coletiva.

A partir da análise dos dados coletados, constatamos objetivamente que a cobertura dos dez maiores meios de comunicação em mídia impressa nacional, em sua maioria, posicionam-se de forma tendenciosa, buscando passar a imagem dos líderes do movimento como exploradores do sofrimento alheio, pois segundo o conteúdo discursivo expresso nas reportagens e editoriais afirmam que existe a cobrança por parte das lideranças dos movimentos sociais de taxas/aluguéis, bem

⁷³ Busca o artigo identificar qual o conteúdo discursivo dominante emitido pela mídia impressa brasileira sobre o movimento social pela moradia urbana, a partir da tragédia do caso do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em maio de 2018, em São Paulo. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa que utiliza a técnica da análise do conteúdo, por meio da seleção das matérias jornalísticas e editoriais dos jornais impressos (versão digital) mais vendidos do Brasil, no entretempo de 2 a 31 de maio de 2018 (Almeida, 2019).

como, o uso de palavras como: bandidos, milícia, facção e criminosos. (Almeida et al. p. 25, 2019).

No entanto, a criminalização da luta não é uma exclusividade dos movimentos que atuam no centro da cidade, esse mecanismo de desvalidar a organização coletiva ocorre em todas as formas de lutas, na periferia não é diferente, os mecanismos de coerção e de criminalização entrecruzam e rebatem na dimensão da vida cotidiana.

Na Zona Sul da cidade de São Paulo, definida como área de Proteção aos Mananciais, desde da década de 1970, chão em que se desenvolve essa pesquisa, o discurso incriminador ocorre também pelo mesmo viés, aparecendo como “crime ambiental”.

Os loteamentos populares sem infraestrutura foram se constituindo por necessidade de moradia, de chão, o território vivido é resultado da busca dos sujeitos para enfrentar a falta de alternativa habitacional. Nas palavras de Ferrara, Gonzales e Comaru (2019, p. 808), observa-se que:

A sobrevivência na cidade implicou a necessária organização social para reivindicação de melhorias urbanas em loteamentos, a luta por saneamento nas favelas e outras formas de mobilização ante o poder público. Parte dos novos assentamentos populares ocorreu a partir da organização da população dos sem-teto em ocupações organizadas coletivamente, tanto de glebas ociosas na periferia” (Ferrara *et al.*, p. 808, 2019).

Os processos contemporâneos que inviabilizam o acesso à terra urbanizada foram se complexificando, a literatura registra um acúmulo e formulações sobre este tema, no entanto, algumas formulações permanecem bastante atuais, como o conceito de espoliação urbana, formulado por Kowarick (1979)⁷⁴. Contudo, é preciso analisar outros elementos que agravam este processo que, somados à espoliação imobiliária e financeira, à exploração do

⁷⁴ Espoliação Urbana: o autor apoia-se no conceito de contradição urbana, em grande parte, em sua análise se dirige contra o Estado, afirmando que as contradições urbanas poderão se constituir na base material a partir da qual se forja um processo de luta que alimenta os movimentos populares. Significa dizer, que o conceito de espoliação urbana está muito relacionado ao processo de exploração dos trabalhadores urbanos, a privação do acesso aos serviços essenciais, como, por exemplo, acesso à água, energia elétrica, saneamento básico, transporte, saúde, enfim, necessidades que estavam na agenda de lutas na década de 1970/80.

trabalho, enfrentam outra determinação, a crescente valorização imobiliária nos territórios periféricos.

Nesse sentido, apreender todas as escalas que redimensionam a ação social, as disputas, as interações, torna-se um grande desafio. Dialogando com Ribeiro (2009, p. 06): “a crise societária transforma a cidade em epicentro político de movimentos originados em diferentes territorialidades, o que a confirma como espaço em movimento e dos movimentos”.

2.4 Marcadores da Política Habitacional e Urbana: avanços, descontinuidades e desconexões

Pretende-se, neste item, apresentar o contexto dos conflitos fundiários e as possibilidades de atendimento por meio da Política Habitacional e Urbana, ou seja, identificar quais as alternativas estão sendo ofertadas para a população, mais que isso, pretende-se traçar um breve resgate da política habitacional e apresentar os marcadores atuais em termos de atendimento público.

É por meio das políticas públicas que o Estado concretiza o acesso aos direitos fundamentais, incluindo os direitos sociais. Entretanto, o acesso aos direitos fundamentais, incluindo o direito à moradia, ainda está muito longe do necessário, como expressamos em diversas passagens ao longo da tese.

Em termos de gestão da cidade, a análise de Sposati (2013) corrobora a reflexão sobre a gestão e implementação de políticas públicas e sociais. A autora entende que a gestão da cidade deve ocorrer em diferentes escalas e proporcionar múltiplas conexões, assegura ainda que não está suficientemente incorporada como agenda pública.

Aparentemente, ainda não se notou que nenhuma das políticas sociais conseguirá, sozinha, reverter a precarização das condições de vida nos territórios mais degradados da cidade. Além das relações regionais e inter-regionais, é preciso criar uma microescala administrativa capaz de cobrir os territórios mais degradados, bem como um novo processo de gestão efetivamente intersetorial. (Sposati, 2013, p. 38).

Certamente, a questão da moradia não será sanada por meio de alternativas que não estejam articuladas e combinadas com a dimensão política e econômica. Como vimos, o déficit habitacional no Brasil precisa ser encarado como prioridade por todas as esferas da administração pública, sejam elas da União, do Estado ou do Município, levando em conta que o combate à desigualdade é, ou deveria ser, parte importante desta agenda.

A década de oitenta do século XX foi um período de transformações e de grande recessão, com forte impacto social, agravando a desigualdade e ampliando os assentamentos populares. Na década de noventa, com o neoliberalismo⁷⁵, seguindo a tendência das medidas neoliberais, o Estado é desresponsabilizado e isso significa menos investimentos nas chamadas Políticas Sociais, inclusive na Política Habitacional. As consequências do ajuste neoliberal são graves e permanentes e se intensificam. Nas palavras de Maricato (2008), verifica-se que:

O declínio do Estado de Bem-Estar Social (que no Brasil não significou conquistas universais) e a reestruturação produtiva do capitalismo fizeram-se acompanhar do ideário neoliberal que como todos sabem varreu a palavra *subsídios* das políticas sociais, no final do século XX. Privatização, desregulamentação, enfraquecimento do Estado-Nação e das políticas públicas sociais e competição entre cidades são algumas das características que, somadas ao primado do mercado, tiveram grande impacto sobre as cidades. (Maricato, 2008, p. 212)

Do ponto de vista das políticas habitacionais, este período significou forte processo de municipalização, marcando uma ruptura com a prática do período do BNH⁷⁶ (1964-1986), que representou um formato de políticas dirigidas ao segmento da população com melhores condições de trabalho e maior estabilidade de emprego, o que acaba não atendendo à população mais pobre, com renda inferior a três salários-mínimos, atendendo famílias de classe média

⁷⁵ A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”, que constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia” (Netto, 2010, p. 19).

⁷⁶ Durante a ditadura militar, instituiu-se o Plano Nacional de Habitação (PNH), Lei Federal nº 4380/1964. Cria-se, também, neste mesmo contexto, o Banco Nacional de Habitação (BNH), privilegiando o capital privado. Nesse momento, o interesse do Estado está voltado a estimular o mercado, no entanto, pouco se preocupa com a necessidade de moradia da população.

ou alta, aprofundando ainda mais a desigualdade social e o processo de segregação urbana.

O BNH geria a Política Nacional de Habitação destinando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Tinha como objetivo responder a questões habitacionais, trazer o apoio da massa popular e alavancar o setor econômico através da construção civil. (Paz; Cícera; Silva, 2020, p.206)

Dessa forma, podemos afirmar que durante o período de existência do BNH, apesar das pertinentes críticas, não há como negar que tivemos uma Política Habitacional, com muitos problemas, de fato, porém, com intervenção do Estado, em larga escala. O período de 1986-1989 é marcado pelo esgotamento dos financiamentos, extinção de diversos órgãos e perda da capacidade decisória, com algumas experiências alternativas desenvolvidas pela Secretaria de Ação Comunitária (SEAC)⁷⁷. Os próximos governos seguiram implementando medidas neoliberais e programas habitacionais direcionados para o mercado privado. Entre as medidas e programas, destaca-se a criação do Habitar Brasil e o Morar Município, ambos criados no governo de Itamar Franco (1992-1994).

Segundo Maricato (2005, p. 29), as principais causas desta tendência se deram com a queda do crescimento econômico, aumento do desemprego e a retração do investimento público em políticas sociais.

No âmbito do governo federal, as principais iniciativas nos governos seguintes seguiram programas habitacionais agrupados em três conjuntos. Segundo Souza (2005, p. 77):

- Programas de financiamento aos governos municipais ou estaduais, em geral, a fundo perdido ou subsidiados, destinados especialmente às populações com rendimentos inferiores à três salários mínimos;
- Programas de financiamento direto às famílias, destinados à compra, construção ou melhoria habitacionais, destinados a famílias com renda mensal inferior à doze salários mínimos;

⁷⁷ Experiências alternativas desenvolvidas pela Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), como o Programa Nacional de Mutirões Comunitários de Mutirões e lotes urbanizados em resposta às reivindicações populares. Os recursos orçamentários são viabilizados fora do SFH, a fundo perdido para a população com renda de 0 a 3 salários mínimos e há parcerias com estados e municípios (Fidelis, 2018, p. 44).

- programas e ações visando à melhoria do funcionamento do mercado habitacional.

Portanto, as ações implementadas estavam submetidas à lógica de financiamento via mercado, a população que mais necessitava de moradia não conseguia acessar os programas por conta de ter que comprovar a capacidade de pagar o financiamento.

No âmbito do Governo Federal, as ações implementadas estavam submetidas à lógica de financiamento via mercado. Bonduki (2008), ao analisar os impasses e as limitações presentes nos governos FHC, conclui que, no campo da política macroeconômica, as ações acabaram por reduzir o espaço de intervenção dos agentes do setor público na execução das políticas de habitação, sobretudo, no que se refere à “urbanização de áreas precárias”.

Nessa perspectiva, o Estado adota uma política macroeconômica, orientada por “reformas e ajustes”, que “possibilitou incentivos de liberação e desregulamentação comercial e privatizações para assegurar a competitividade e manter a credibilidade externa”. (Iamamoto, 2008, p. 108-114).

Em outras palavras, as “reformas e ajustes” significam retirada de direitos. Maricato (2005, p. 89) afirma que essa “receita”, implementada a partir do Consenso de Washington, pauta as medidas de ajustes orientando-as como “uma receita para os países e outra para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo”.

Este pacote de medidas engloba a desregulamentação estatal nas relações de trabalho, a privatização e a fragmentação dos serviços e políticas sociais, o que implica uma diminuição do Estado e uma expansão do mercado.

Lembrando que o contexto do Brasil, nos anos noventa, era de um país recém-constitucionalizado, ainda faltava implantar as diretrizes da Constituição de 1988 e também regulamentar parte importante de seu texto, que veio a ocorrer treze anos depois, com o Estatuto da Cidade – 2001, e também a instituição do Sistema Nacional de Habitação e a regulamentação do Capítulo da Política Urbana da CF de 1988, criando mecanismos e instrumentos que possibilitam o cumprimento da função social da propriedade.

Vale retomar, para fins de compreensão do contexto das lutas populares, que, na década de 1990, os movimentos de moradia (UMM-SP) estavam

discutindo o projeto de Lei do Fundo Nacional de Moradia Popular, chegaram a coletar um milhão de assinaturas, que foram apresentadas ao Congresso Nacional.

Os movimentos de moradia vinham pautando e reivindicando participação nos programas públicos, a partir das experiências no âmbito municipal de iniciativa popular, nos anos de 1989-1992, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, no programa FUNAPS Comunitário, e também conhecido como programa de Mutirões da Prefeitura de São Paulo. Essas experiências tiveram forte influência e relevância nas articulações posteriores. No âmbito do governo do estado de São Paulo, os movimentos de moradia (UMM-SP) desenvolveram projetos autogestionários por meio do programa chamado Mutirão Paulista do Estado de São Paulo.

Como mencionado anteriormente, o contexto de efervescência da luta por democracia e por direitos, durante a década de 1980, foi constituindo por partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), as centrais sindicais, associações, movimentos sociais e articulações mais amplas, como o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU)⁷⁸, que constituiu-se a partir de movimentos, entidades acadêmicas e Organizações Não-Governamentais (ONGs), sindicatos, associações profissionais, setores progressistas da Igreja Católica e servidores públicos, em torno da pauta da reforma urbana, como menciona Vieira (2015).

Voltando para o âmbito municipal, a gestão da prefeita Luiza Erundina foi um marco importante para a cidade, tanto do ponto de vista da implementação de programas, quanto do fortalecimento na gestão territorial, distribuídas nas regiões da cidade. Essa lógica foi desmontada pela gestão posterior, invertendo

⁷⁸ O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), formado por diferentes grupos e reunindo várias organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos entre outros, denuncia a contradição vivida na mesma cidade: “a cidade dos ricos e a cidade dos pobres”, “a cidade legal e a cidade ilegal”. Criticam fortemente a cidade do lucro para poucos e em troca da pobreza de muitos. A principal bandeira de luta do MNRU estava pautada no Direito à cidade, que se caracterizava pela gestão democrática e participativa das cidades; pelo cumprimento da função social da cidade; pela garantia da justiça social e de condições dignas a todos os habitantes das cidades; pela subordinação da propriedade à função social; e pelas sanções aos proprietários nos casos de não cumprimento da função social (Saule Junior; Uzzo, 2005, p. 261).

a lógica de presença territorial para o distanciamento na ação pública⁷⁹. Segundo Vieira (2015), a ação regionalizada é retomada no governo de Marta Suplicy (2001-2004). A gestão retoma programas de mutirão e amplia o leque de programas para ações na área da assistência social, com foco na população em situação rua, mas, sua marca foi no campo da educação, com a implantação de 21 Centros Educacionais Unificados - CEUs, além da implementação do Bilhete Único - transporte público. A gestão também instituiu projetos pilotos de Locação Social, criou o Conselho Municipal de Habitação (CMH)⁸⁰, instância importante de participação da população na gestão habitacional e nos processos de controle social, sem invalidar sua importância. Cabe destacar, que este canal é um espaço de disputa política e de tensionamentos para a formação da agenda pública, sobre a arquitetura de participação institucional. Existem muitos estudos e análises buscando compreender a incidência política e a democratização dos processos internos da política habitacional. Não nos deteremos nesta análise, contudo, é de extrema importância demarcar sua incidência política nos rumos da política habitacional, que inclusive impacta diretamente nas situações de conflito fundiário. A gestão de Marta Suplicy avançou no campo de programas e políticas públicas para a população mais pobre, com a implementação de altos subsídios. Vieira (2015) pontua que, em termos de política pública, a gestão criou:

Programa Bolsa Aluguel, destinado para atendimento provisório de famílias removidas de frentes de obras ou em situação de risco e emergência; investiu em urbanização e regularização fundiária (Programa Bairro Legal - rede básica de infraestrutura, sistema de vias de acesso interno e externo, equipamentos e outras) reconhecendo o direito à moradia pelo menos 40 mil moradores de favelas, por meio de concessão de uso especial de moradia. Além disso, criou um dispositivo relacionado ao subsídio,

⁷⁹ Para mais informações, ver a tese de doutorado intitulada "O Trabalho do Assistente Social nos processos de remoção de Moradias: atualização de antigas requisições", de Núria Pardillos Vieira, 2015.

⁸⁰ "O CMH é composto por 48 membros titulares e igual número de suplentes. O poder público possui um terço dos assentos. Os outros dois terços são reservados aos conselheiros da sociedade civil, sendo 16 representantes de entidades comunitárias e de organizações populares ligadas à habitação; e 16 representantes de outras entidades da sociedade civil ligadas à questão habitacional, como ONGs, universidades, sindicatos etc. Os representantes do poder público são indicados pelos poderes executivos. Os representantes das entidades da sociedade civil são eleitos por seus respectivos segmentos em fóruns próprios. Já os representantes das entidades populares ligadas à habitação são escolhidos por meio de eleições diretas nas subprefeituras. Qualquer cidadão que possua um título de eleitor cuja zona eleitoral seja na cidade de São Paulo pode votar nos candidatos das organizações populares" (Tatagiba, 2011, p. 9).

especialmente para as unidades habitacionais destinadas ao reassentamento. (Vieira, 2015, p. 77).

Do ponto de vista, da incidência política, durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), Tatagiba (2011) analisa que:

Novos espaços para a discussão e deliberação sobre a política de habitação foram criados, e novos programas e projetos habitacionais para população de baixa renda foram implementados. Com isso, abriram-se novas oportunidades de atuação para as organizações do movimento, principalmente aquelas ligadas de forma mais ou menos direta ao Partido dos Trabalhadores, resultando numa diminuição no número de ações de protesto, como as ocupações, que diminuíram consideravelmente. Os movimentos melhor posicionados no interior da rede conseguiram relativa influência sobre as instâncias governamentais, dirigindo parte significativa dos seus recursos para a intervenção nas políticas públicas”. (Tatagiba, 2011, p. 11).

Vieira (2015) analisa que mesmo com limites, as favelas e assentamentos precários foram colocados na agenda pública durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), não podendo ser ignoradas pelos governos posteriores.

No âmbito do Governo Federal, em 2003, inicia-se o primeiro mandato do Governo Lula, que passa a influenciar a política local. O primeiro ano de governo foi marcado pela criação do Ministério das Cidades, com o “objetivo de articular as políticas setoriais e enfrentar as questões urbanas por meio de quatro secretarias nacionais: Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos”. Em seguida, no ano de 2004, o Conselho Nacional das Cidades é formado e marcado por amplo processo de Conferências das Cidades, que demonstra este reconhecimento e importância para a construção da política habitacional e urbana. Em 2005, a Lei 11.124/2005 é aprovada; cria-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de habitação de interesse Social (FNHIS) “depois de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, as propostas dos movimentos sociais se voltaram para a sua estruturação” (Mineiro; Rodrigues, 2012, p. 25). Como resultado de grande mobilização popular, o projeto de lei que criou o SNHIS foi o primeiro de iniciativa popular apresentado ao país, em novembro de 1991, pois foram mais de 1

milhão de assinaturas coletadas, resultado de amplo processo de articulação e mobilização popular.

No entanto, a proposta não foi aprovada na sua integralidade, as entidades envolvidas na construção do projeto tinham o entendimento de que o FNHIS centralizaria os recursos, programas e produção habitacional de baixa renda, porém, novos acontecimentos demonstraram que não seria seguido este entendimento. Segundo Mineiro e Rodrigues (2012), o lançamento do PAC Urbanização, fora do FNHIS, frustrou essas expectativas, gerando inúmeras críticas ao programa por parte dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, uma análise jurídica da lei sancionada definiu que os recursos do FNHIS só poderiam ser destinados a entes públicos, excluindo as cooperativas e associações⁸¹. Seguindo a mesma linha “fora do PlanHab”, o Governo Federal lançou, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), Lei nº 11.977/09, sem dialogar ou considerar o importante diagnóstico e diretrizes apresentados no PlanHab⁸².

Inicia-se uma nova relação dos municípios com o governo e as políticas federais. Nesse contexto, sob as gestões municipais Serra/Kassab, a política de urbanização de favelas tornou-se o foco principal da política habitacional, relegando outras iniciativas a um segundo plano, conforme observado por Vieira (2015). Para atender às exigências do Sistema Nacional, a gestão municipal elabora o Plano Municipal de Habitação - 2009-2024, sem muita discussão pública e sem estudos mais profundos sobre a questão habitacional e urbana da cidade. Utilizando-se de recursos do Governo Federal, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, os investimentos concentraram-se nas Intervenções de Urbanização de Favelas e no Programa Mananciais. Em linhas gerais, a ação municipal acessou recursos volumosos, investimentos do PAC,

⁸¹ Em relação aos desencontros e frustrações por parte dos movimentos, em relação ao FNHIS: “isso deu início a uma longa pressão por parte dos movimentos que só foi resolvida com a Medida Provisória 387/2007, convertida na Lei 11.578/2007, que admitiu repasse de recursos diretamente às entidades. A partir daí foi criado o Programa Produção Social da Moradia, que teve sua primeira seleção concluída em março de 2009, já na vigência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Essa questão tomou grande parte da agenda dos movimentos sociais, de 2006 a 2008” (Mineiro; Rodrigues, 2012, p. 24).

⁸² Neste mesmo compasso, estava em construção o PlanHab, que representava um pacto nacional das diretrizes de investimentos, programas de ação e prioridades. A partir de 2006, Estados e municípios passam a aderir ao sistema, sendo pressuposto, para tanto, a criação de fundos municipais e estaduais, com respectivos conselhos gestores, e a elaboração de planos de habitação (Vieira, 2015, p.80).

seguiu implementando projetos que estavam em andamento, advindos dos governos anteriores. Embora a descontinuidade dos programas seja uma constância no campo da política urbana, os investimentos do governo federal garantiram avanços importantes. O estudo elaborado por Vieira (2015) sinaliza as dificuldades e apresenta de modo detalhado o processo de construção e implementação do Plano de Habitação na cidade de São Paulo. Segundo a autora, o Plano apontava a necessidade de substituir 133 mil domicílios em favelas e assentamentos irregulares, cenário que foi se complexificando a cada ano, com as chamadas Operações Urbanas, elevação do custo da terra, intensificação do uso do solo, para edificação de novos e mais lucrativos tipos de investimentos.

As intervenções incompletas e descontínuas, remoções sem vinculação para atendimento definitivo, foram acumulando ao longo dos anos um passível quase que insolúvel, dinâmicas e processos desarticulados com políticas habitacionais, modificando diretrizes que deveriam assegurar atendimento definitivo para as situações de remoções por motivos de intervenções urbanas ou obras de infraestrutura e situações emergenciais.

Em 2013, o Partido dos Trabalhadores voltou ao governo municipal, com a eleição de Fernando Haddad à Prefeitura da cidade de São Paulo, havia uma expectativa de um alinhamento político com o governo federal, buscando-se uma aliança com os partidos da base aliada do governo, com o objetivo de promover maior “governabilidade”.

As ações iniciais da gestão de Haddad (2013-2016) tiveram como foco principal acessar recursos do governo federal para obras de infraestrutura, saneamento, drenagem, mobilidade urbana, articulando diversas secretarias para a elaboração de Planos de Reassentamentos e Medidas Compensatórias, para atender às famílias que seriam removidas em função das referidas obras.

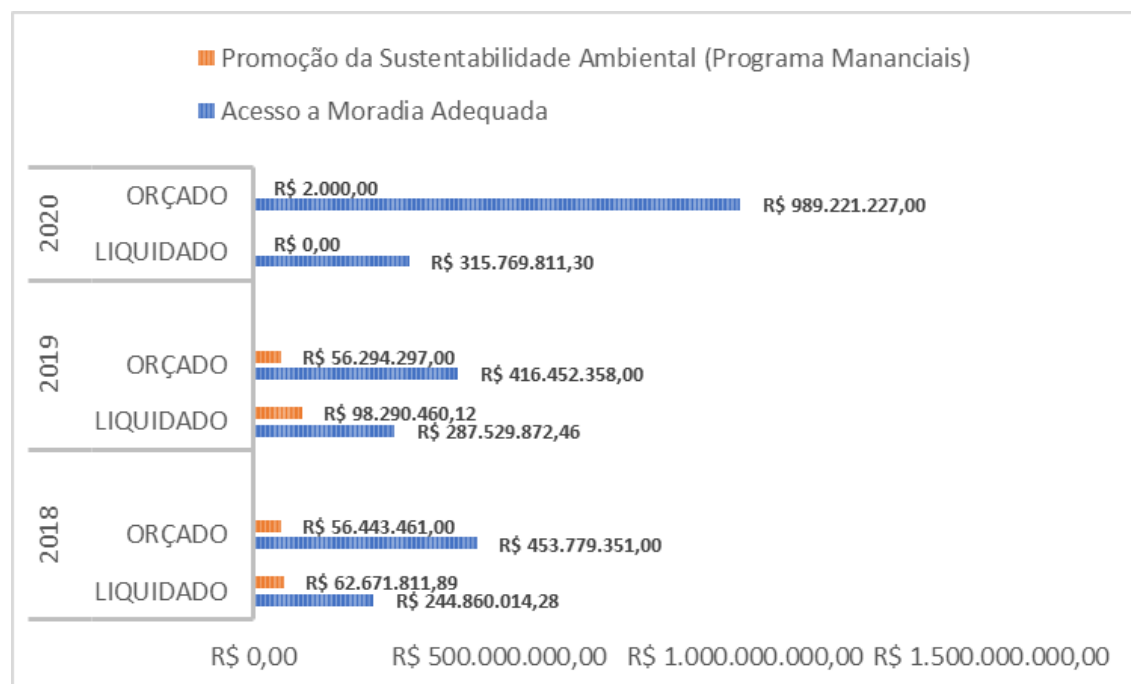
Apesar das regras do PAC 2 visarem alternativas habitacionais para todas as famílias afetadas por obras e intervenções, o resultado foi o oposto. Os prazos curtos e insuficientes limitaram a discussão pública e desconsideraram instâncias consultivas e deliberativas, como os conselhos de políticas setoriais.

É notório que a estratégia de ‘governabilidade’ teve forte impacto na adesão das decisões políticas, conflitos internos, resistências e divergências, no entanto, não foram superadas, dificultando a construção dos contornos

necessários para redesenhar as propostas. Ao mesmo tempo que a gestão municipal ampliou o acesso a recursos federais, não foi possível garantir atendimento definitivo para as famílias removidas devido às obras e intervenções urbanas⁸³.

As administrações municipais subsequentes seguiram a concepção privatista nas políticas públicas. A gestão de João Dória (2017-2018), por exemplo, implementou um corte orçamentário de 74,5%, em 2017, paralisando todas as obras, exceto aquelas próximas de sua conclusão. Essas foram as únicas unidades entregues durante seu mandato. Dória deixou o cargo para concorrer ao governo do estado de São Paulo, sendo sucedido por seu vice, Ricardo Nunes, que foi reeleito em 2024.

Figura 37: Valores Orçados e Liquidados por programa na função habitação



Fonte: Silva; Fidelis, 2021.

Ao analisarmos os valores orçados e os liquidados na função habitação por programa, observamos, na Figura 37, que os valores investidos no programa

⁸³ “Dados mais precisos com relação a essas intervenções não estão disponíveis, mas estimativas apontam impacto de obras de saneamento e mobilidade em 77 favelas no município, com remoção total de aproximadamente 11 mil domicílios. Somem-se a esses números as aproximadamente 30 mil famílias, que já aguardavam atendimento definitivo recebendo auxílio aluguel e aproximadamente 9.500 ativas no Programa Parceria Social e para as quais não se estruturou nenhum plano de reassentamento” (Vieira, 2015, p. 125).

de acesso à moradia apresentaram a tendência de decréscimo no período. Enquanto, em 2018, 54% dos recursos orçados para esse programa foram executados, em 2020, somente 34% desse orçamento foram aplicados para ações de acesso à moradia na cidade.

Outra linha de investimento que foi fortemente impactada foi a da promoção da sustentabilidade ambiental. Enquanto nos anos de 2018 e 2019 foram investidos 111% e 175% do orçamento previsto, respectivamente, no ano de 2020 nenhum recurso foi destinado para o programa de proteção das áreas de mananciais na cidade.

Foram cinco secretários diferentes. Isso paralisou a política habitacional, inviabilizando a continuidade de projetos e contratação de novas obras, ressalta. Esta foi uma gestão, desde seu início, profundamente antidemocrática, antipopular, antipovo e antipobre. A pior área foi, com certeza, a de habitação. Nada foi feito. (Benedito Barbosa, entrevista concedida ao *Jornal Brasil de Fato*, em 2020)

As decisões de cortes orçamentários tiveram um impacto direto na implementação da política habitacional dos governos Doria e Covas, impactando principalmente no período da pandemia de Covid-19, demarcando profundo desinteresse em promover acesso à moradia. Como podemos observar, os dados revelam também que o carro chefe tem sido as parcerias públicas privadas - PPP, que além de não atender à população de menor renda, promovem despejos, contribuindo para a ampliação da desigualdade social.

No contexto de luta por moradia, após o Golpe de Estado, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, os municípios que vinham recebendo recursos do governo federal para implementação de projetos passaram a não poder considerar mais essa fonte de recursos. Os movimentos de moradia cobram resposta efetiva do governo municipal e tensionam para a construção de um programa público que considere a modalidade entidades, no formato do MCMV. Segundo Whitaker, (2017):

Como se sabe, desde que a direita resolveu não aceitar a derrota democrática para Dilma Rousseff em 2014, tornou seu governo ingovernável. E, por isso, os recursos para o MCMV já vinham se tornando escassos e, desde 2015, o programa vinha funcionando em ritmo lento. Mas, depois do golpe, ele praticamente cessou.

Como não há mais dinheiro do programa federal (nem mesmo para os aliados da direita, ao que parece), até mesmo uma cidade com o porte e o poder de São Paulo teve que anunciar metas quase insignificantes na área habitacional, se não obtiver os recursos federais: 6.663 unidades, que mesmo que sejam viabilizadas, representariam cerca de 8 vezes menos do que aquelas viabilizadas na gestão anterior. Assim, a dependência em relação ao programa federal é total. (João Sette Whitaker, 2017 - blog cidades para que(m)?)

A eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022), como presidente do Brasil, coloca em risco os direitos conquistados, inclusive, o Programa Minha Casa Minha Vida, que já vinha sendo desidratado por seu antecessor. Com a eleição de Bolsonaro, o Programa foi descontinuado concretamente nas primeiras ações de seu governo, como era esperado, sem promover nenhum outro programa equivalente, suspendendo inclusive processos que estavam em vias de contratação. Os movimentos passam a pressionar o governo municipal para a construção de alternativas para a questão da moradia. Nesse contexto, inicia-se um processo de discussão de um programa no âmbito municipal que contemple a modalidade “Entidades”, seguindo o formato do MCMV-Entidades. Entre as reivindicações populares estavam em discussão os projetos oriundos do chamamento público de 2015, esforço entre entes federativos e da sociedade civil para promover políticas públicas que garantam o direito à moradia. E foi nessa direção que, no ano de 2015, a COHAB-SP, impulsionada pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH), promoveu editais de chamamento para habilitar entidades organizadoras de habitação de interesse social para viabilizar empreendimentos de habitação de interesse social. No momento, o chamamento seria viabilizado pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, programa que foi descontinuado pelo governo federal, portanto, somente em 2021, o município de São Paulo aprova a Lei que institui o Programa Municipal Pode Entrar - Lei nº 17.638/2021.

De todo modo, é preciso destacar que, para chegar de fato na promulgação da Lei do Pode Entrar, foi preciso estabelecer um longo processo de discussão e articulação, de luta popular.

Inclusive, os movimentos de moradia foram para as ruas durante a pandemia cobrar a implementação do programa. Como mostra a carta aberta elaborada pela União dos Movimentos de Moradia - UMM/SP.

Figura 38: Carta Aberta dos Movimentos de Moradia



PREFEITO, ABRA A PORTA PARA O POVO ENTRAR

A epidemia mundial de COVID 19 mostrou mais uma vez que vivemos no país das desigualdades. Na crise, os ricos ficaram mais ricos e vivos enquanto os pobres continuam sendo explorados, sujeitos à contaminação nos transportes públicos, no trabalho, submetidos à miséria e à morte.

Estamos na rua porque lutar por moradia é urgente e fundamental para a defesa da vida digna, mas a prefeitura nega o nosso direito.

Na cidade de São Paulo, a Prefeitura aprovou a lei 17.217/2019 na Câmara Municipal, que autorizou a utilização dos 30% recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB também para a construção habitacional, o Conselho Municipal de Habitação trabalhou meses e aprovou a Resolução 132 e o Prefeito Bruno Covas lançou, em 19 de dezembro de 2019, um novo programa habitacional chamado "Pode Entrar".

Os movimentos de moradia apoiaram a iniciativa, se organizaram, desenvolveram projetos com a participação das famílias, tiveram gastos para viabilizar os projetos e se prepararam para cumprir as exigências do novo programa.

Mas, no mês de julho, a Prefeitura convocou os movimentos para informar que tudo o que havia sido comprometido não sairá do papel. A justificativa que o lançamento de um novo programa contraria a lei eleitoral e coloca a carreira do atual prefeito em risco. A lei eleitoral busca garantir a lisura e a igualdade entre os candidatos em disputa, mas não proíbe os governantes de governarem. Basta que tenham coragem e determinação.

Sem um programa habitacional, os trabalhadores ficam à própria sorte e ainda mais desamparados no meio da pandemia e da crise econômica. Neste momento, o desemprego só aumenta e os despejos também.

Por isso, é preciso reagir. É preciso que o Prefeito cumpra o que prometeu. Não aceitaremos essa decisão absurda. Exigimos o início imediato do programa "Pode Entrar". Moradia é um direito. Lutar por ela é uma obrigação.

São Paulo, 26 de agosto de 2020

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA – SÃO PAULO - UMM-SP
CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES - CMP



Fonte: Disponível em: <https://sp.unmp.org.br>, acesso em 22 de setembro de 2025.

O Programa Pode Entrar possui como mecanismo de funcionamento: **Carta de Crédito:** que é um subsídio e funciona como uma “entrada” na aquisição do imóvel.

Conta Garantidora: permite que a Prefeitura garanta o acesso ao crédito bancário, possibilitando acesso ao sistema bancário para aquele que não consegue comprovar renda.

Regulamentação de Locação Social: um projeto que irá beneficiar grupos específicos como: idosos, estudantes, pessoas em situação de rua, entre outros.

O Programa Pode Entrar permite à Prefeitura comprar imóveis privados para fins de habitação de interesse social, garantindo tempo de entrega e redução de custos. Atende prioritariamente dois grupos específicos: Grupo 1: famílias com renda bruta de até 3 salários mínimos, sendo o comprometimento de renda de até 15% para o valor da prestação e Grupo 2: famílias com renda bruta de até seis salários mínimos, para subsídio por meio de Carta de Crédito. Os requisitos de seleção compreendem: possuir renda compatível com os grupos de renda (1 e 2); famílias ou pessoas sóas que não sejam proprietárias, promitente compradoras, possuidoras de qualquer título ou concessionárias de outro imóvel; famílias ou pessoas sóas não beneficiárias por atendimento habitacional definitivo em programa habitacional de interesse social no território nacional. O Programa Pode Entrar atende quatro modalidades:

- I. Empreendimento destinado ao atendimento de beneficiários cadastrados no Município como destinatários de programas habitacionais da SEHAB e COHAB;
- II. Empreendimento destinado ao atendimento de famílias removidas involuntariamente por intervenções de obras públicas;
- III. Empreendimento em parceria com associações e cooperativas habitacionais habilitadas pela SEHAB e COHAB-SP, implantadas em imóveis públicos ou provados;
- IV. Empreendimento ou unidades habitacionais implantadas em imóveis privados;

As famílias atendidas pelo programa irão assumir um financiamento de 25 anos (serão 300 meses ininterruptos de parcelas mensais) No caso de inadimplência de três (03) parcelas, consecutivas ou não, a família será

notificada e terá um prazo para regularizar sua situação, utilizando as regras de renegociação aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH/FMH).

Se não ocorrer a regularização da pendência no prazo estabelecido, a COHAB poderá aplicar a Cláusula de Rescisão Administrativa e reintegrar a posse do imóvel e repassá-la para as próximas famílias da demanda.

O Programa Municipal Pode entrar, em linhas gerais, possui formato muito semelhante ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, porém, alguns pontos merecem ser destacados, do ponto de vista da escala de financiamento.

Figura 39: Quadro comparativo do Programas Habitacionais

PROGRAMA FEDERAL					
MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES					
Valor por UH (subsídio)	RFBM*	Percentual parcela	Valor da parcela	Parcela mensal	Total do financiamento
R\$ 180.500,00	Bolsa Família/BPC	Isento	Isento	Isento	Isento
R\$ 180.500,00	Renda Zero		R\$ 80,00	60 meses	R\$ 4.800,00
R\$ 180.500,00	R\$ 1.320,00	10%	R\$ 132,00	60 meses	R\$ 7.920,00
R\$ 180.500,00	R\$ 1.518,00	15% - R\$ 66,00	R\$ 161,70	60 meses	R\$ 9.702,00
R\$ 180.500,00	R\$ 2.850,00	15% - R\$ 66,00	R\$ 361,50	60 meses	R\$ 21.690,00
R\$ 180.500,00	R\$ 4.700,00	15% - R\$ 66,00	R\$ 639,00	60 meses	R\$ 38.340,00

PROGRAMA MUNICIPAL					
PODE ENTRAR					
Valor por UH (subsídio)	RFBM*	Percentual parcela	Valor da parcela	Parcela mensal	Total do financiamento
R\$ 218.000,00	Bolsa Família/BPC		R\$ 80,00	300 meses	R\$ 24.000,00
R\$ 218.000,00	Inferior S/M	15%	R\$ 150,00	300 meses	R\$ 45.000,00
R\$ 218.000,00	R\$ 1.518,00	15%	R\$ 227,70	300 meses	R\$ 68.310,00
R\$ 218.000,00	R\$ 3.036,00	15%	R\$ 455,40	300 meses	R\$ 136.620,00
R\$ 218.000,00	R\$ 4.554,00	15%	R\$ 683,10	300 meses	R\$ 204.930,00

Fonte: elaboração da autora, Fidelis (2025).

É indiscutível a relevância dos dois programas para o acesso à moradia, independente da modalidade. O quadro comparativo retrata de modo bastante pedagógico as diferentes escalas entre os programas públicos, que preveem subsídios de modo substancial, não trata de avaliar a relevância de um ou de outro, contudo, o quadro comparativo permite uma análise mais profunda e bastante pertinente, tendo em vista o perfil das famílias que dependem de programas habitacionais para acessar o direito à moradia.

Sobre o tempo de financiamento, o PMCMV prevê financiamento de cinco anos (60 meses) independentemente do valor da renda bruta mensal familiar; o Pode Entrar prevê financiamento de vinte anos (300 meses) ininterruptos, ou seja, são vinte e cinco anos de um valor fixo para pagar, independente da situação de trabalho, essa regra vale para qualquer condição de trabalho, formal ou informal. O Pode Entrar, em termos de tempo de financiamento, equivale a quatro vezes mais do que o MCMV. Assim, se considerarmos que grande parte da população que vive a falta de moradia, independentemente de onde seja, terá maior dificuldade de se manter no atendimento, uma vez que o mercado está cada vez mais restritivo, comprometendo grande parte dos rendimentos familiares, somada aos demais custos de vida, como energia elétrica, abastecimento de água, condomínio, gás, internet e alimentação, os gastos ultrapassarão um salário-mínimo, com toda a certeza.

Nesse sentido, o desafio torna-se ainda maior, ser contemplado e depois permanecer no atendimento, assegurá-lo, visto que, caso a família não consiga se manter no empreendimento, não terá direito a novo atendimento habitacional.

No próximo capítulo, iremos apresentar um panorama sobre as experiências de resistência no território, as estratégias, o chão da articulação política da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP.

CAPÍTULO III – TECENDO RESISTÊNCIA NO CHÃO DA LUTA

[...] Porque a necessidade faz a luta. Como a luta faz a lei. Então, essa necessidade de melhorar as condições de habitabilidade, de saúde, de moradia, faz com que as pessoas se movimentam de alguma forma ou também esse processo pode estar associado às ameaças também, ameaça de despejo, violência policial. (Interlocutor da pesquisa, Benedito Barbosa -Dito, em entrevista, agosto de 2025.)

Foto 25: O chão da luta - onde a vida acontece



Fonte: Acervo da autora, 2022 - Ocupação Gaivotas / Zona Sul, São Paulo.

O chão da luta, onde a vida acontece, na perspectiva de território usado “é onde se tece a trama de relações complementares e conflitantes” (Santos, 2000, p. 2). Nas palavras de Barbosa e Silva (2013, p. 118) “é assim que é no território que se faz possível reconhecer o sentido dos interesses coletivos, promover pertencimentos e de mobilizar forças plurais de mudança”. Seguindo essa reflexão, que expressa muito do que se propõe a articulação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiço-/UMM/SP, aponta-se para a direção da construção do que queremos ser ou onde queremos chegar, daquilo que queremos construir.

3.1 Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM/SP - Zona Sul, cidade de São Paulo: espaço de fortalecimento da luta popular

“Enquanto morar for um privilégio,
ocupar é um direito”.

“A cabeça pensa onde os pés pisam”, seguindo os ensinamentos de Frei Betto⁸⁴, sem ignorar que nessa “feitura” de enfrentamento à barbárie é imprescindível elaborar e (re)elaborar a realidade com os sujeitos, significa “afetar-se”, não naturalizar as violações e violências, significa “comprometer-se” com o “outro”, por aqueles que estão vivendo na pele tudo que o capitalismo produz de mais perverso, a ampla desigualdade social. Frei Betto (2025), pensando o processo de educação popular, chamou atenção para a importância da elaboração da realidade e a construção do conhecimento “com o povo”.

Nós dois estamos ficando velhos. E aí, o que vai acontecer? Meu marido não é nem registrado. Se meu marido fica doente, meu marido só ganha porque ele trabalha. Ele trabalha... Se ele for lá, aí ele ganha o dia dele. Quando o patrão resolve passar a semana, mês de férias, aí ele fica de férias também, sem remuneração. Então, esse é um problema que é muito sério também, sabe? E é complicado, eu estou cansada. Eu não quero mais viver nesse auxílio aluguel. Eu quero ir para o meu canto. Eu quero ter a minha casa também.
(Depoimento Aldenira, colhido em fevereiro de 2025.)

Pretende-se, neste capítulo, seguir o diálogo sobre o contexto das ameaças enfrentadas à luz do chão vivido, trazendo os relatos e depoimentos de moradores que estão vivendo as ameaças e despejos, mais do que isso, pretendemos visibilizar a construção da “arquitetura da articulação popular”, que tem enfrentado as mais adversas situações para resistir em seus territórios na busca pelo reconhecimento e acesso a direitos fundamentais - como um lugar para viver e reproduzir a vida.

A resistência nos territórios ameaçados de despejo é um processo complexo e envolve muitas camadas, atravessamentos e interações.

⁸⁴ Anotação da autora durante o encontro com Frei Betto, realizado na atividade de formação sobre educação popular, promovida pela Escola Paulo Freire, em São Paulo, em 19 de agosto de 2025.

Nessa análise, é importante tomar como ponto de partida as determinações que levam milhares de sujeitos a buscarem espaços, locais, um pedaço de chão para construir uma casa, um abrigo - fugir da situação de pobreza e de insegurança habitacional. Por certo, que as “causas” são muitas, como mencionadas anteriormente, não há como isolar uma determinação e analisar sob um único ângulo da realidade multifacetada, esse movimento requer um olhar amplo, na perspectiva da totalidade, “um sistema histórico-concreto de relações entre totalidades” (Netto, 1994, p. 38).

A totalidade, em Marx (2009), serve como um instrumento reflexivo para desvendar a essência de um objeto específico, considerando tanto suas particularidades quanto sua universalidade. Intrinsecamente conectada ao real, essa categoria permeia todas as esferas do cotidiano, desde suas dimensões heterogêneas até as homogêneas.

A vida cotidiana é carregada de complexidades - de totalidades que se entrelaçam e se interpõem, nosso esforço concentra-se na busca das singularidades sem perder de vista o universal, apreendendo as determinações que cercam a realidade social e nas ações individuais e coletivas.

Seguindo o exercício de aproximação da realidade vivida, em diálogo com Mara (interlocutora e colaboradora da pesquisa), ao falar de seu processo de luta pela permanência em seu território - Jardim Pantanal, relata que no momento em que tomaram conhecimento da ação judicial, não sabiam onde buscar ajuda, descreve seu cotidiano como “meu mundo era muito restrito”, dizendo ainda:

[...]a minha luta começa no dia 2 de junho de 2008, com o processo de reintegração de posse. Meu mundo era muito restrito, era entre escola, mercado e casa. E hospital, né? Quando precisava, levava a criança ao médico. No dia 02 de junho de 2008, acordamos com esse chamado, o pedido de remoção, e todo mundo ficou desesperado, sem saber o que fazer. Então, alguns moradores aqui não tinham conhecimento de ação judicial, a gente sempre ouvia falar isso nunca vai sair, todo mundo escuta isso, né? Sim. Uma hora a prefeitura tira. Uma hora a prefeitura tira. Mas o pedido de reintegração de posse saiu, bateu na porta em 2008. E aí, um vizinho, o Fábio, foi pesquisar o que fazer, porque ouviu falar de uma comunidade que fica aqui perto, chamada Jurubatuba, havia passado por isso em dezembro de 2007, conseguimos o contato de um morador (Luiz) da comunidade Jurubatuba e os vizinhos foram até lá. Bom, o Luiz de Jurubatuba, falou pra gente procurar pela Defensoria Pública,

eu nem sabia que existia, como funcionava, onde ficava, foi aí que tiramos uma comissão para ir até lá, passar por um atendimento. (Mara, entrevista realizada em julho de 2025).

Com a insegurança batendo à porta, o contexto de vida ficou diferente, vieram as incertezas, as perguntas sem respostas, esse não é um contexto exclusivo de Mara e seus vizinhos, é o contexto de muitas ocupações e favelas, ainda que alguns aspectos possam ser diferentes, o medo da remoção, a insegurança e as incertezas são sentimentos que permeiam esses cotidianos.

É por meio das políticas públicas que o Estado concretiza o acesso aos direitos fundamentais, incluindo os direitos sociais. Entretanto, o acesso à moradia ainda está muito longe do alcance de muitas pessoas, como expressamos em diversas passagens ao longo da tese.

Em termos de gestão da cidade, a análise de Sposati (2013) corrobora a reflexão sobre a gestão e a implementação de políticas públicas e sociais, defende a ideia de que a gestão da cidade deve ocorrer em diferentes escalas e proporcionar múltiplas conexões, relata ainda que não está suficiente incorporada.

Aparentemente, ainda não se notou que nenhuma das políticas sociais conseguirá, sozinha, reverter a precarização das condições de vida nos territórios mais degradados da cidade. Além das relações regionais e inter-regionais, é preciso criar uma microescala administrativa capaz de cobrir os territórios mais degradados, bem como um novo processo de gestão efetivamente intersetorial. (Sposati, 2013, p. 38).

Embora as políticas públicas e sociais sejam inegavelmente importantes para a concretização de direitos, a superação da desigualdade social não se dará exclusivamente por meio delas. É fundamental incorporar a esse debate outros fatores que influenciam na regulação urbana, como os instrumentos urbanísticos: Estatuto das Cidades, Plano Diretor e o conjunto de instrumentos urbanísticos capazes de ampliar o direito à cidade e à moradia, ainda que essa mediação ocorra de modo parcial ou limitada, pode também estar submetida aos interesses e vontades políticas.

Tereza Arrais, nossa interlocutora e liderança local, entende que os instrumentos e regulamentações por si só não têm nenhum “poder”, eles ganham vida quando a população entende porque eles existem:

[...] Entra em 2002 a discussão do Plano Diretor e o Estatuto da Cidade, começa então essa questão do zoneamento e joga luz sobre as favelas, como zona especial de interesse social (ZEIS). Confesso para você que até 2005, 2006, 2010, eu lia, mas assim, tipo, o que que isso muda a minha vida? É uma lei, mas essa lei, para mim assim, a lei só é aplicada a partir do momento que o poder público, o governo que está ali realmente quer fazer. Foi a necessidade que me fez buscar o conhecimento e o entendimento dos Instrumentos Urbanísticos, da participação, foi quando eu vivi o que vivi na Viela da Paz, depois do deslizamento...em 2010, quando acontece esse deslizamento de terra, a casa desmoronando, os barracos caindo, em 2010 a gente descobre que eles têm um fundo de um milhão e poucos mil reais para comprar terreno em Osasco, em Cotia, para mandar a gente para lá. (Tereza, entrevista realizada em agosto de 2025)

No campo da gestão municipal, a política de urbanização de favelas foi perdendo centralidade⁸⁵, as intervenções passaram a ter novos contornos e complexidades em seus formatos, ficando mais distante de uma intervenção direta do Estado, e as ações foram se descolando do Plano Municipal de Habitação, Plano Diretor e outros instrumentos, que têm como objetivo regulamentar e orientar o uso e ocupação do solo urbano, bem como os processos de remoções, definindo procedimentos e parâmetros para o atendimento habitacional. Os moradores afetados ou ameaçados passam a ter contato com vários agentes públicos e privados atuando no território, sem o estabelecimento de um processo que assegure o direito de informação sobre a situação, como podemos observar no relato de Tereza.

Então a ação civil pública é o quê? Retomada com uma força total, a defesa civil chega, com os fiscais da subprefeitura, para fazer uma selagem e dizer, olha, a sua casa vai sair, aqui é uma área de risco e vai sair. Mas e para onde eu vou? Não sei. Isso não é meu papel. E eles estavam selando a área que não tinha caído. A gente aciona o Ministério Público, pela primeira vez a gente toma contato, com o Ministério Público, com Defensoria Pública, com a figura do Carlos Loureiro, com a figura do promotor José Carlos de Freitas, a gente começa a entender que o buraco

⁸⁵ Ver Tese de Doutorado - Vieira, Núria Pardillos - 2015.

é mais embaixo, mas que a gente tem aquela regulamentação do Plano Diretor da Regulamentação da Zeis, do Conselho Gestor. (Tereza, entrevista realizada em agosto de 2025).

O relato de Tereza (interlocutora e colaboradora da pesquisa) é revelador de como a remoção chega ao chão vivido. Quando pergunta ao fiscal da subprefeitura: “para onde eu vou? E ele responde: isso não é o meu papel”. Essa postura desprovida de humanidade e de compromisso ético é também uma circunstância violadora de direito, por maior que sejam as motivações, e por certo, existem contextos em que a remoção se faz necessária, porém, não justifica a forma de como é realizada. A falta de informação, a truculência e o desprezo, para com a população, são marcas observadas em diversos relatos e situações.

A abordagem relatada por Tereza é reveladora do distanciamento dos serviços e do território, além de apontar para o efeito da terceirização das políticas públicas, as ações no campo da política habitacional e urbana estão distanciadas do território e ocorrem de modo fragmentado. Este contexto é também fruto das transformações do trabalho, no quadro atual, em que a terceirização ocupa lugar central. Assim, faz-se necessário demarcar como os processos de globalização, de reestruturação produtiva e de hegemonia neoliberal se manifestaram no âmbito do trabalho do servidor público. Para isso, é necessário fazer referência, mesmo que este não seja o objeto principal deste capítulo, às transformações pelas quais o Estado passou. Segundo Dardot e Laval (2016):

Essa vontade de impor no cerne da ação pública os valores, as práticas e o funcionamento da empresa privada conduzem à instituição de uma nova prática de governo. [...] Determina que o Estado seja mais flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor. [...] Essa mutação empresarial não visa apenas aumentar a eficácia e reduzir custos da ação pública; ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ao status de cidadão. [...] Uma “mercadorização” da instituição pública obrigada a funcionar de acordo com as regras empresariais. (Dardot e Laval, 2016, p. 274-275)

Aproxima-se mais de conceitos em torno da “prestação de serviços x clientes”, imprimindo simbolismos e acabando por incorporar valores numa relação de “consumo - consumidores”, marca, portanto, certo distanciamento de valores e princípios ético-políticos, ocasionando o esvaziamento do sentido de “direito”. Esse efeito produz outros desdobramentos nas subjetividades dos sujeitos, que serão retomados ao longo do capítulo.

Qualquer intervenção no território precisa ser precedida de preparação, de processos dialogados e de momentos consultivos e informativos, entre agentes públicos e a população envolvida / afetada. Sobre esse ponto, Vieira (2015) contribui com sua análise sobre os processos de remoção - expulsão dos mais pobres em detrimento da expansão dos lucros de vários segmentos de capitais.

A dinâmica de remoção de moradores de áreas de favelas deve ser entendida a partir de um conjunto de processos sociais que se territorializam e que terminam por organizar certa configuração espacial para as cidades, bem como arranjos institucionais e legais que a sustentam, como vimos analisando. Entendemos que as remoções não são uma contingência das obras; ao contrário, são a expressão de processos sociais mais amplos, fazendo parte intrínseca dos movimentos de remodelagem urbana, cuja lógica é a expulsão de segmentos sociais que não possuem renda para participar do mercado, em favor da expansão dos lucros de vários segmentos de capitais, como bem pontuou Maricato (2013b). (Vieira, p. 127)

Contudo, o cotidiano dos sujeitos que vivem a insegurança habitacional, condição precária e que fere a dignidade humana, pelo conjunto de precariedades sobrepostas, necessita lidar com a falta de tudo diariamente, precisam “decifrar” explicações quando fornecidas que mais parecem “códigos”. Depois do despejo bater à porta, os desafios são ainda maiores, como relata Mara, (interlocutora e colaboradora desta pesquisa), explicando o papel da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços – UMM/SP, e relata como foi o início da sua atuação no território enquanto liderança e representante da SFOC:

Meus vizinhos foram atendidos pela Defensoria Pública. E o defensor mandou fazer o cadastro das famílias. Trouxe umas fichas, nós convocamos uma assembleia com todos os moradores. E aí, nessa assembleia, eu entro em ação. Aí, me

chamam, né? Quem poderia ajudar. E eu me propus a ajudar. Coletamos os documentos. No dia que marcaram para retornar no atendimento, com o defensor, a gente foi. E a partir daí, o defensor falou pra gente assim. Juridicamente, é comigo. Podem contar comigo aqui juridicamente, que eu vou defender vocês. Mas, isso não basta. Só deixar o processo aqui comigo. E o juiz vai falar sim ou não pra vocês. Vai depender de vocês agora. Agora, a luta é com vocês. Não precisa se preocupar com o processo. Que a gente vai pedir agora uma liminar. E vocês têm que ir pra luta, a partir de agora. Vou dar o telefone de um amigo meu, e vocês vão procurar por ele. Vocês vão pra UMM. (Mara, entrevista realizada em julho de 2025).

O fato de os moradores procurarem a defensoria pública já caracteriza o entendimento coletivo de que a resolução não será por uma via individual, reservando todos os limites e dificuldades para a mobilização dos sujeitos, cruzar a cidade em busca de “ajuda” não é pouca coisa.

O processo de resistência nos territórios são processos largos, exigem mobilização, mas também organização e o compromisso dos sujeitos com um processo de entendimento que é ou que pode ser uma travessia para a insurgência, usando como inspiração Miraftab (2016), quando cita a politização da imaginação e do futuro como um terreno de luta por justiça, ou seja, é preciso imaginar a mudança. Diz ainda que: “as insurgências imprimem, portanto, uma mudança nos termos do discurso democrático no urbano, voltando-se da visão de representação democrática para um ideal participativo, assim, nessa visão, o sujeito passa a ser parte da mudança.

Eu sabia que era ajuda. Eu sabia que ia ter alguém para nos ajudar. E que a gente ia pra luta. E aí, todo mundo ficou olhando. O pessoal daqui gosta muito da vida individual, sabe? Todo mundo falou...eu tenho que trabalhar...eu tenho que trabalhar. Eu não trabalhava fora, trabalhava com meu esposo. Aí, eu liguei, no domingo, ele atendeu. Aí, eu falei assim... É o senhor Dito? Aí, ele falou...sim, é ele. Eu falei assim... Aqui quem fala é a Mara. Eu estou ligando a pedido do senhor Carlos Loureiro. Eu não falei, doutor. Aí, ele... Ah, o Carlos Loureiro. Eu falei assim... A gente vai sofrer um despejo. E a gente não sabe o que fazer. Aí, ele falou assim... Aonde você mora? Aí, eu passei meu endereço. Ele falou... Daqui a uma hora e meia, duas horas, eu tô aí. Aí, veio o Dito com o Donizete aqui em casa. Isso é... 2008 ainda, foi bem no começo

Sentando no sofá. Que não era este. Aí... Falou um monte de coisas. Um monte de secretarias. Tinha que ver isso. Um monte

de coisa. Para eles, era tudo tão simples. Pra mim... Na minha cabeça, eu falava... Meu Deus, como que eu vou chegar nesse lugar? (Mara, entrevista realizada em julho de 2025).

O despertar para o processo coletivo passa por muitos momentos, o primeiro confronto é com as concepções, entender seu contexto particular relacionando-o com o universal, percebendo que o fato de estar vivendo a condição de “sem teto” não é um fracasso pessoal. Essa dimensão inicial de ir ao encontro com o movimento de moradia é para confrontar com a leitura da sua própria realidade, de compreendê-la sob a ótica da luta de classes.

Vão remover a comunidade, vai destruir o psicológico da gente, a saúde mental da gente, física, moral, porque moral eu já falo que eu não me sinto um ser humano, eu não me sinto uma pessoa, eu não me sinto um cidadão. É como se, por exemplo, eu fosse um nada. É como se eu não existisse, é como se, que nem eu relatei, é como se a gente fosse só, ele só tem precisão da gente quando tem a eleição que vai precisar do voto. (Heleni, moradora da Ocupação Toka do Sapo, depoimento em fevereiro de 2025)

Todo processo de ameaça de despejo é violento e desencadeia um conjunto de situações, emoções que afetam profundamente a vida dos sujeitos. Os impactos são multidimensionais e vão se revelando a cada passo, seja no modo como a notícia chega até os moradores, na conduta desrespeitosa por aqueles que deveriam prestar atendimento qualificado, assegurando o direito à informação, ou seja, pela forma impositiva de se fazer presente no território, como vimos no relato de Heleni, que sentiu o desprezo e o desamparo, quando recebeu a notícia da remoção.

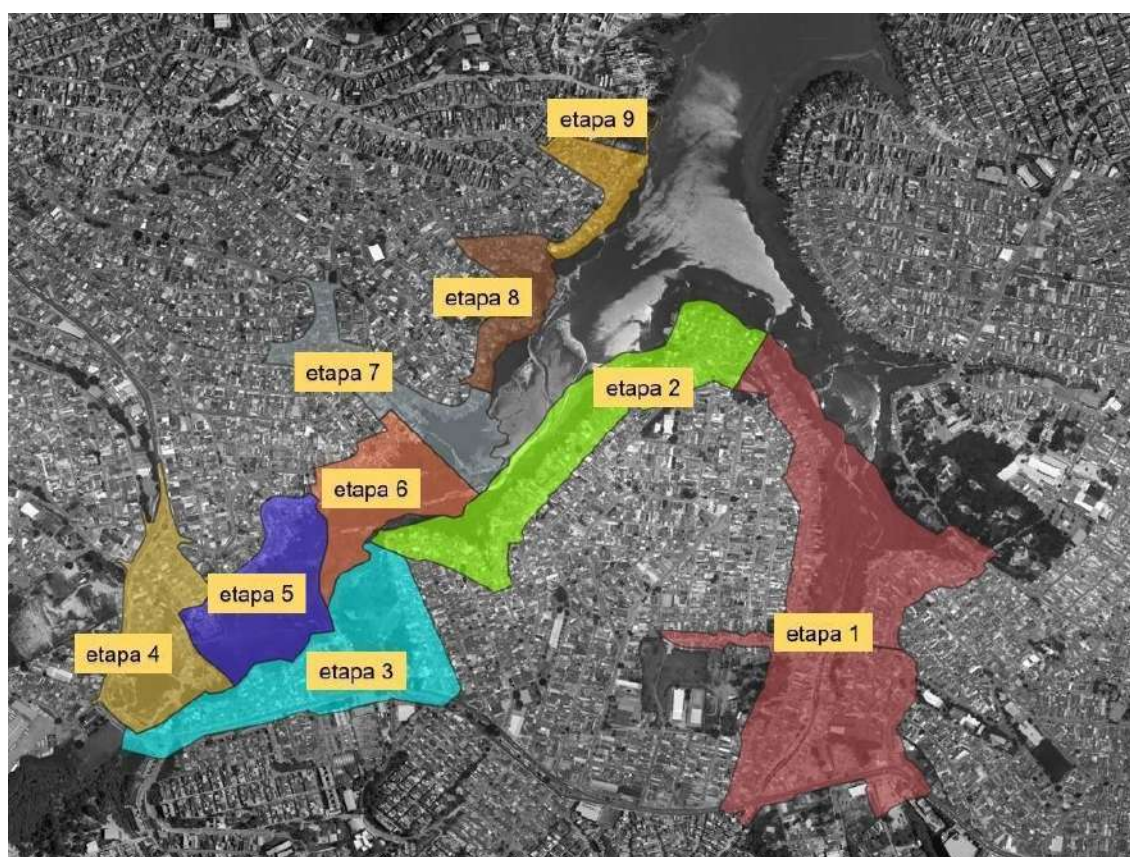
Sheila (interlocutora e colaboradora desta pesquisa) explica o papel da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços - UMM/SP, e sua atuação no território enquanto liderança e representante da SFOC:

Aqui, a remoção se dá por conta da implementação do Parque Linear Cocaia, estamos em área de Manancial, quando se tornou público essa questão aqui, de ameaça de despejo, a Secretaria começou a fazer uma articulação aqui. Fizemos muitas reuniões com os moradores, e foi se instalando um conflito, uma disputa infelizmente, essa disputa de ego, que eu falo, que acabou rachando a comunidade, as lideranças, que deveria não atrapalhar, porque sei que existem vários locais que as pessoas

realmente racham, mas está ali na luta, infelizmente, não é esse caso. (Sheila, entrevista realizada em julho de 2025).

Segundo informações extraídas do site da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB/SP), as obras beneficiarão mais de 4 mil famílias da região do Grajaú. Com uma extensão aproximada de 7,6 mil metros lineares ao longo da represa Billings, na região da Capela do Socorro, está em andamento a implantação do Parque Linear Cocaia, o projeto está dividido em 9 etapas de execução. Atualmente, as etapas de 1 a 4 estão em curso, com intervenções específicas em cada uma delas.

Figura 40: Mapa do Projeto do Parque Linear Cocaia



Fonte: Site da Secretaria de Habitação (SEHAB/SP), 2025.

A construção da articulação no território não ocorre repentinamente, prescinde de envolvimento, de reconhecimento e de, principalmente, legitimidade, a articulação vai se consolidando na medida em que a relação de confiança é construída. Não é incomum, que em situações de ameaças de despejo, ocorra o surgimento do que iremos denominar como “contra liderança”.

Retomando o depoimento de Sheila, quando ela diz “disputa de ego” ela está sinalizando que o território é esse lugar que está em disputa permanente, por diversas forças políticas e poderes. Relata, inclusive, ao falar da sua trajetória, a face violenta e que também ameaça os moradores, e, principalmente, as lideranças comunitárias.

Sempre fiz trabalho comunitário no território, iniciei no grupo da igreja, nem tinha o entendimento que era trabalho base, vou me envolvendo quando via lá estava a Sheila, assumindo tarefas, comecei minha militância no Jardim São Luís, saia do Cocaia atravessava todo extremo sul pra fazer reunião, assembleia, para participar. Agora, a gente passa por cada situação, enfrentamos muita coisa... já tive vontade de desistir, mas como eu vou deixar as pessoas que depositaram confiança em mim na mão. Tem territórios que entramos, mas, antes disso, “tem todo o debate”. [...] tem alguns percalços, porque é ruim, sim, quando a gente chega num lugar para tentar organizar, contribuir, porque lá teve um racha, algum conflito de interesse, porque a liderança que estava lá, ao invés dela aglutinar o povo, ela simplesmente afastou, rachou, isso gera muita desconfiança e resistência na participação. (Sheila, entrevista realizada em julho de 2025).

O contexto relatado por Sheila ocorreu na Ocupação Toka do Sapo, que está em processo de remoção por conta da implantação do Parque Linear Cocaia. Durante a realização do levantamento socioterritorial, ouvimos moradores(as), que trouxeram relatos ainda mais difíceis sobre o cotidiano que estão enfrentando. A moradora Marli relatou como foi conduzida pelos agentes públicos a reunião promovida para informar aos moradores sobre as obras e os impactos no território.

Quando teve a reunião lá embaixo, a prefeitura trouxe um mapa. Ah, a gente vai abrir um espaço de fala. Só que eles enrolam tanto que quando eles abriram o espaço de fala a maioria dos moradores já tinham ido embora. Foi tipo três minutos para um monte que queria falar, imagina... só três minutos. Isso pra mim é não querer ouvir ninguém. Eles trouxeram o mapa, só que a maioria nem 5% das pessoas sabiam ler o mapa. Entendeu? Sem índice. Sem nada. Pra poder falar que fizeram reunião, que falaram...” esse ponto verde é tal coisa”. Agora explicar mesmo, não aconteceu. Eles só colocam o mapa lá. Essa região aqui vai sair. Essa aqui também vai sair. Aí eles jogaram muito mais, só pra convencer as pessoas de que todo mundo será removido, até os grandes, isso é pra convencer o povo a desistir e aceitar qualquer coisa. (Marlene, depoimento colhido durante o

levantamento realizado dia 28 de fevereiro de 2025.)

Quando chegamos na Ocupação Toka do Sapo, algumas moradoras estavam nos aguardando, nos receberam com toda hospitalidade possível, fazia muito calor, tudo indicava que viria muita chuva no final da tarde. Antes de iniciarmos o levantamento, caminhamos até o final da rua, fomos olhando as casas que haviam sido demolidas, avistamos algumas, não muitas, mas, o suficiente para alterar a paisagem da comunidade. A impressão que fiquei é de um clima de luto, os escombros das casas demolidas não só revelam o descaso do abandono, mas o desprezo e a falta de cuidado, porque as demolições não são completas, retiram as janelas, as portas, o telhado e ficam os “esqueletos” como prova do que irá acontecer com aqueles que estão resistindo “apesar de você”.

Foto 26: Esqueleto da casa demolida - Ocupação Toka do Sapo/Grajaú - SP.



Fonte: acervo da autora, 2025.

A vida pulsante de antes sendo arrancada à força, o olhar dos moradores desconfiados, indo nas janelas conferir sobre o que se tratava, quem eram as visitantes, o medo de que fosse notícia ruim estava estampado nos rostos, depois de entender que as visitantes não representavam nenhuma ameaça, começaram a sair de suas casas, e vieram conversar, na expectativa de encontrar uma boa notícia.

Foto 27: Ocupação Toka do Sapo Grajaú | SP - Rua principal.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

As narrativas de violações não param por aí; quando perguntamos como é a abordagem dos agentes públicos, as narrativas foram as seguintes:

Não dão assistência nenhuma, nenhuma, nenhuma. E quando vem na reunião, você tenta entender, só que, tipo, eles usam palavras muito burocráticas, de difícil entendimento e tem muita gente que não consegue entender, que é dificultado. Se você começa a questionar demais, aí eles falam, não, você tem que ir em outro setor, não sei lá onde. Tem muita pergunta que a gente começa a fazer, eles não sabem a resposta. Eles vão repassando a informação. Não, esse setor não é o nosso setor. É sempre esse joguinho de manipulação. (Marlene, depoimento colhido durante o levantamento realizado dia 28 de fevereiro de 2025.)

Com base no estudo "Desposseção, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções", de 2022, cinco pesquisadoras, incluindo Gisele Aparecida de Sá Brito⁸⁶ (envolvida com a luta popular e apoiadora da articulação da SFOC), analisaram os impactos dos processos de remoção e despejo. Elas argumentam que a questão da remoção não deve ser vista de forma isolada.

⁸⁶ Gisele Brito é formada em comunicação social e é mestra e doutoranda em Planejamento Urbano pela FAUUSP. Entre 2016 e 2021, foi pesquisadora do LabCidade FAUUSP. Atualmente, é coordenadora da área de Clima e Cidade do Instituto de Referência Negra Peregum, que compõe, entre outras, a articulação Mobiliza Saracura/Vai-Vai.

Processos de remoção não se encerram na perda da moradia, tampouco são casos episódicos, acontecimentos de um único dia. Ao contrário, são processos violentos, demorados, que envolvem mudanças de vida nos mais amplos espectros – trabalho, educação, família, redes afetivas e de suporte que são desfeitas, ou seja, toda estrutura de reprodução da vida precisa ser reorganizada diante de uma remoção. (Brito *et al.*, 2020, p.13)

No entanto, os processos de remoção contêm subjetividades que merecem ser consideradas, uma vez que estão intrinsecamente ligadas à dimensão estrutural, compreendendo que o processo de remoção é mais uma manifestação de violência, inserida no contexto de diversas formas de opressão. Os prejuízos passam pela questão material, mas, sobretudo, pela dimensão emocional, na construção da vida comunitária, nas relações sociais, de reprodução da vida, considerando que os territórios são espaços dos laços afetivos, da rede de apoio, do local de pertencimento coletivo.

As articuladoras comunitárias, que se deslocam por toda a extensão do extremo sul da cidade de São Paulo, se desdobram para construir, articular e estar presente nos territórios com o objetivo de plantar a sementinha da luta coletiva, de levar a perspectiva do direito. A liderança Sheila, quando perguntada sobre qual é o objetivo da articulação da Secretaria nos territórios em situação de conflito fundiário, analisa que:

E a gente tenta o quê? Organizar, unir para fazer a luta por direitos para levar o entendimento que só a luta irá mudar a vida, acredito que a articulação da Secretaria tem contribuído para a formação política, da consciência política do povo. Minha contribuição sempre foi da gente se organizar para estar indo na subprefeitura, na prefeitura, na Secretaria de Habitação, nas audiências públicas, na mobilização, organização e articulação de base, é juntar o povo para resistência e para a participação, assim vamos fortalecendo os territórios, foi assim que a gente foi várias vezes bater na porta. Foi assim que aprendi, com as lideranças históricas da Zona Sul, com o Dito, para fazer trabalho de base é preciso estar aqui, com o pé no barro. (Sheila, entrevista realizada em julho de 2025).

Segundo informações divulgadas no site da prefeitura, o projeto do Parque Linear Cocaia, na Zona Sul de São Paulo, abrange obras de saneamento e revitalização que impactarão aproximadamente 2.500 famílias. Essas famílias

serão removidas de áreas de risco hidrológico. O conjunto de intervenções inclui a canalização de córregos e aprimoramentos na infraestrutura viária, como a implementação de ciclovias e melhorias nas ruas. Mas, segundo as lideranças, as intervenções afetam muito mais famílias, ocorre que nem todas as famílias estão contabilizadas, muitas ficaram de fora dos registros, do arrolamento.

Como vimos nos relatos das moradoras, os excessos estão presentes nas ações, seja pelo poder público, de forma direta, ou por empresas contratadas que inclusive mantêm contratos terceirizados para realizar o “atendimento” das famílias de modo superficial, sem o menor compromisso com os moradores.

Aprofundar as expressões cotidianas das situações de remoções e ameaças de despejos não se esgotam nessas linhas, seguiremos retomando esse debate, nos próximos tópicos, passando por situações onde a articulação vem construindo incidência política para a construção de alternativas, no campo da resistência e da visibilização como ferramenta de luta política.

3.2 Caminhos da resistência contra despejos e remoções

“Eu não vou dar a minha casa de graça. Aí ele falou assim, aí quando eu falei...se você não sair, a gente derruba em cima” (Marlene, moradora da Ocupação Toka do Sapo, 2025).

A articulação da Secretaria das Favelas, Ocupações e Cortiços, atua nos territórios de forma articulada com muitos outros agentes, com o objetivo de tornar pública as opressões, visibilizando as violações de direitos e omissões do Estado, que são muitas, como a situação relatada pela moradora Marlene, que está resistindo como pode no território.

Tais violações, frequentemente silenciadas e invisibilizadas, de forma intencional, para negar direitos e cidadania, têm impulsionado as articulações no território. Como exemplo, destacamos a Campanha Nacional Despejo Zero⁸⁷, construída durante a pandemia de Covid19, por força da articulação popular, que reuniu entidades e organizações de segmentos da sociedade civil para viabilizar o Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia, com o objetivo de

⁸⁷ Apresentada no Capítulo II desta pesquisa.

identificar e denunciar um problema crônico e frequente, que vem sendo sistematicamente invisibilizado ou mascarado.

A Campanha identificou 775 conflitos mapeados somente no estado de São Paulo, conflitos que afetam 160.092 famílias, o levantamento revela ainda que 17.274 famílias foram despejadas. Voltando ao relato da Dona Marlene, moradora da Ocupação Toka do Sapo, que ouviu a seguinte resposta de um agente público: “se você não sair, a gente derruba em cima” - a chocante e revoltante afirmação é a materialização da ação do Estado que age como de modo muito similar como a do “capitão do mato - caçando gente pobre”, em sua maioria mulheres, mulheres e pretas, parafraseando Elza Soares “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, os indesejáveis, sem valor, sem direitos, os que “merecem” qualquer oferta.

A incidência política da SFOC na Ocupação da Toka do Sapo vem atuando para garantir acesso à informação sobre as intervenções, na orientação jurídica dos moradores sobre os direitos e atendimentos públicos, seja provisório ou definitivo.

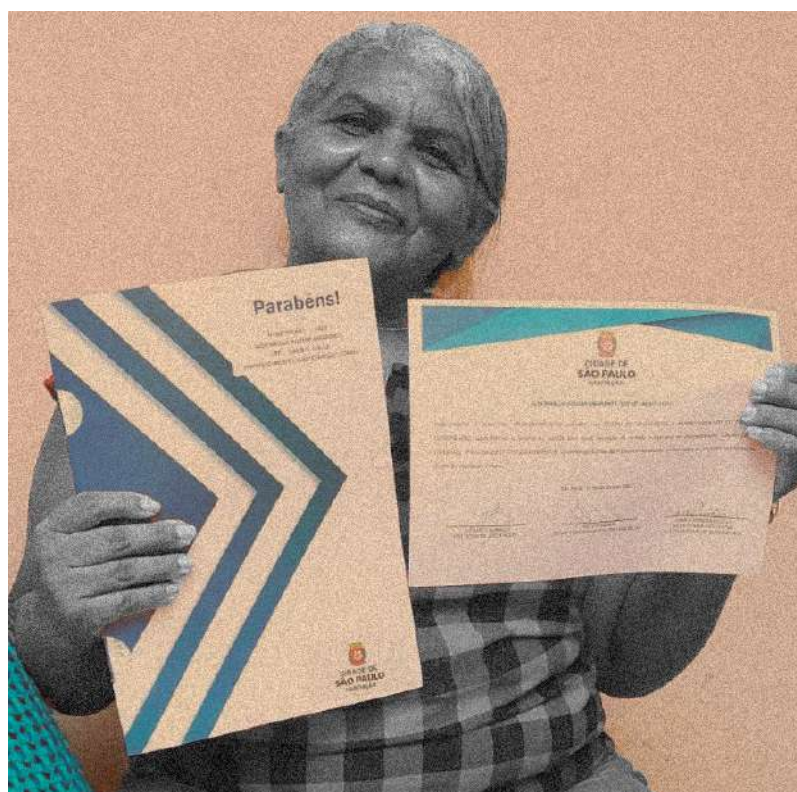
Como o processo de organização e articulação foi ameaçado por uma contra liderança local, as lideranças e articuladoras comunitárias da SFOC passaram a atuar na orientação de algumas famílias, que seguem participando das agendas da Secretaria. Aos poucos, a relação vai se construindo e ganhando a confiança dos moradores. Sheila (2025), interlocutora da pesquisa e liderança local, atua há muitos anos na zona sul, conhece bem as dinâmicas do território, relatando que: “às vezes é preciso sair, dar um passo atrás e deixar rolar, não temos como enfrentar o poder paralelo, depois as pessoas vão se dar conta que estão sendo usadas, aí quem sabe podemos retomar o trabalho de base”.

Saindo do território da Toka do Sapo, não indo muito longe, quase ao lado, no território da Terra de Deus, ocupação formada por aproximadamente 504 famílias, em 2017, foi parcialmente removida por conta de obras públicas. Os relatos dos moradores não são diferentes, praticamente a mesma forma de atuação, sob ameaças e forte pressão psicológica, contribuíram para a desmobilização dos moradores, que foram aceitando as ofertas de atendimento provisório - auxílio aluguel no valor de R\$ 400,00, indenizações irrisórias ou a

promessa de atendimento definitivo em empreendimentos que estão sendo construídos pelo poder público.

Foi exatamente o que aconteceu com a moradora Aldenira (apresentada anteriormente). Durante a visita para realizar o levantamento da SFOC, Aldenira compartilhou que se viu obrigada a sair da Ocupação e deixar sua casa, usando suas palavras: “meu pequeno palácio”. Ao lembrar o dia que deixou sua casa para trás, Aldenira (2025) se emociona e desabafa: “não aguentava mais viver na base do medo, não tínhamos como sair para trabalhar, porque não sabíamos se ao retornar, a nossa casa ainda estaria de pé”.

Foto 28: Moradora da Ocupação Terra de Deus - Aldenira



Fonte: Acervo da autora, 2025.

No registro anterior, Aldenira exibe em suas mãos o que para ela significa o acesso ao direito fundamental de toda e qualquer pessoa. A prefeitura, conjuntamente com a COHAB/SP⁸⁸, convocou as pessoas que foram pré-

⁸⁸Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo: A COHAB-SP é uma companhia de economia mista, constituída em conformidade com a Lei Municipal Nº 6.738, de 16/11/65, com a finalidade de favorecer o acesso à habitação digna à população de menor renda, obedecendo

selecionadas e que aceitaram atendimento habitacional definitivo para a entrega dos Termos de Vinculação - documento que vincula a família com o Empreendimento Cocaia - João Cabanas Grajaú⁸⁹. O Conjunto Habitacional Cocaia integra as ações do Programa Mananciais da Secretaria Municipal da Habitação. A intervenção ocasionou grande impacto no território, amplo deslocamento de terras, supressão de cobertura arbórea, sendo edificado nas imediações da represa Billings, alterando profundamente toda a dinâmica local. A obra está localizada na área de abrangência da subprefeitura Capela do Socorro, em um terreno com zoneamento ZEIS-4, o que o designa para habitações de interesse social em regiões de preservação de mananciais.

O empreendimento compreende 13 quadras e contempla a implementação de uma nova infraestrutura pública, incluindo redes de saneamento, vias, calçadas, ciclofaixas e áreas verdes.

Segundo informações divulgadas pela Prefeitura, para a realização das obras, foram reassentadas 433 famílias, considerando que, desse total, três receberam indenização e duas famílias foram encaminhadas para o empreendimento Chácara do Conde. A Prefeitura não informou detalhes sobre os futuros atendimentos.

A construção desse empreendimento sugere que o rigor das regras e diretrizes não é para todos, serão quase três mil unidades habitacionais construídas - por meio de Parceria Público Privada - Programa Municipal de Habitação de Interesse Social Pode Entrar⁹⁰.

O que Aldenira não sabia e não consta no documento “carta de vinculação, - entregue pela Cohab”, é que o atendimento não é integralmente subsidiado. O prazo máximo de financiamento - Programa Municipal Pode Entrar, determinado pelo decreto, é de vinte e cinco anos, ou seja, são trezentos meses (300)⁹¹ de financiamento. O comprometimento mensal com o

às normas e critérios estabelecidos pelo Governo Municipal e pela legislação federal. Disponível em: <https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2025.

⁸⁹As obras, que fazem parte do Programa Mananciais, terão investimento previsto de R\$ 150 milhões em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), e os recursos municipais a serem investidos em contrapartida serão provenientes de recursos próprios da Prefeitura, do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) e do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb). Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/capela_do_socorro/w/noticias/142194. Acesso em: ago. 2025.

⁹⁰ Lei nº 17.638/2021 - Programa Habitacional da Cidade de São Paulo – Pode Entrar.

⁹¹ Decreto nº 63.088, de 28 de dezembro de 2023. Define as diretrizes para comercialização dos imóveis no âmbito dos Programas de Provisão Habitacional do Município de São Paulo.

financiamento individual para a família participante é de quinze por cento (15%) da renda familiar bruta mensal. Além de todas as demais despesas, como: água, luz, gás e taxa condominial mensal.

Essa condição não foi explicada a Aldenira nem constava no Termo de Vinculação que lhe foi entregue. Se a família não conseguir arcar com todas as despesas, o imóvel será retomado pela COHAB/SP após três meses de inadimplência, e a família não poderá mais receber atendimento habitacional.

Só lembro que a SEHAB chegou na Ocupação colocando selo e a gente teve que sair, ela falou que só uma parte receberia atendimento, os outros não teriam direito. Foi aí que eu conheci o Seu Gonçalves, da Secretaria, da União, foi aí que veio o Dito, ele fez uma reunião com todos os moradores, explicou tudo. Eu recolhi os documentos dos moradores para entrar com a ação coletiva pela Defensoria Pública. Se não fosse essa articulação, nós não teríamos nenhum atendimento. Nunca teve uma reunião com a prefeitura, só a assistente social que passava lá na porta para falar com a gente, mas ela nunca me explicou que eu teria que pagar, eu achei que não precisaria pagar, fui saber depois com a Sheila, com a Mara, no movimento. (Aldenira, depoimento colhido em fevereiro de 2025).

Durante a realização do levantamento socioterritorial da SFOC, ouvimos de modo muito recorrente, em todas as ocupações e favelas por onde passamos, que os atendimentos normalmente ocorrem de modo individual. Segundo Aldenira (moradora da Ocupação Terra de Deus), são muitos os relatos de vizinhos que assinaram os termos para indenização de imóvel e não receberam os valores indenizatórios. Destaca ainda que, os moradores ficam muito receosos, porque as informações chegam de modo fragmentado e desencontrado, relatam ainda outros fatores que dificultam o processo: a grande rotatividade dos profissionais que atuam no acompanhamento técnico e as terceirizações que fragmentam o processo.

Tais questões evidenciam a agenda neoliberal refletida na execução das políticas sociais, a terceirização na implementação dos serviços é uma realidade em todas as políticas públicas e sociais na cidade de São Paulo.

As moradoras da Ocupação da Toka do Sapo relataram que as empresas prestadoras de serviços não se identificam ao abordar os moradores, os prestadores de serviços circulam pelo território sem crachá. Além disso, não

conseguem fornecer informações sobre os procedimentos, detalhar ou sinalizar prazos. Em decorrência dessas questões, as informações sobre o processo chegam de modo parcial e/ou fragmentadas e incompletas, gerando vários sentimentos que acentuam o processo de sofrimento social das famílias afetadas, como podemos observar no depoimento de Heleni, moradora da Ocupação da Toka do Sapo.

Aí, quando questionamos as coisas, como a questão da demolição, eles falavam que são terceirizados, que não sabem, que não é com eles é com as pessoas da Prefeitura, não era com eles, que eles só vinham aqui só pra pegar o nome, cadastrar as famílias e ir lá pra poder assinar, e nem era eles também que faziam o pagamento. E aí a gente ficou em dúvida, assim, não são eles que resolvem nada. Eles só fazem a pressão para pegar o nome da gente e a assinatura. A gente vai até lá (no escritório) e esse dinheiro, de onde é que vai sair? Ah, é com outras pessoas e quem vai fazer a demolição, retirar o pessoal das casas? Aí a gente dá o prazo para vocês saírem, quando vocês assinarem, assim que o dinheiro cair na conta de vocês, a gente dá um prazo de cinco dias e vocês saem. Depois o outro pessoal da Prefeitura vai lá e faz a demolição. E é outro pessoal! É outro pessoal! Isso mexeu muito com a cabeça da gente, tanto que foi barrado aqui, nenhum morador aceita mais essa situação. (Heleni, moradora da Ocupação da Toka do Sapo, depoimento colhido em fevereiro de 2025)

A incidência política da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, visa potencializar as denúncias a partir da visibilidade dos casos de despejos e das violações aos direitos humanos que ocorrem e que são silenciados e invisibilizados. Busca-se, a partir da incidência política, a articulação com outros sujeitos e agentes presentes no território, para amplificar as denúncias, principalmente com os coletivos que atuam na área da comunicação contra-hegemônica, importantes aliados no campo da luta popular, que atuam para a visibilidade das situações de despejo e das violações de direitos humanos.

Cada situação, tipo de conflito, exige estratégias diferentes, em algumas situações, a estratégia está mais voltada à preparação das famílias para o atendimento, as ações concentram-se na organização, no levantamento social, na orientação para o acesso aos direitos, organização da documentação individual das famílias, orientação sobre as regras do programa de atendimento

provisório - auxílio aluguel. Em algumas situações, dependendo da configuração, a estratégia passa pelo levantamento de argumentos técnicos para a construção de contra laudos, ou na construção do que denominamos de contranarrativa, o objetivo é desmontar os argumentos padronizados que legitimam despejos, como a questão do risco, ocupação de áreas de proteção ambiental, entre outras.

Nesse sentido, somam-se à articulação da Secretaria sujeitos que possuem identidade política com a SFOC e vínculos com os territórios afetados, no intuito de fortalecer os processos de resistências e de construir, a partir do território, planos populares alternativos às medidas hegemônicas que em muitas situações desconsideravam a escala local, aquela construída no território usado, no chão vivido.

3.3 Insurgências como alternativa ao despejo e remoção

A luta por Teto e Chão pode ser apresentada e explicada por diversas formas, escalas e por estudos que analisam as determinações históricas, econômicas, sociais e ambientais que produzem segregação urbana e exclusão social, porém, nesta pesquisa, buscamos apresentar algumas das diversas expressões insurgentes construídas por sujeitos, protagonistas da sua história, sem romantizar ou idealizar a luta coletiva, mas, para trazer as vivências que apontam para o território vivido, como o lugar potente, que luta também para ser e fazer parte, com as suas potencialidades.

A urbanista Ananya Roy (2025), especialista em processos de despossessão e remoções forçadas, analisa em seus estudos que:

As dinâmicas de apropriação da terra, os efeitos deletérios de uma financeirização predatória de territórios urbanos, atenta às formas de governamentalidade desses territórios em conexão com formas de subjetivação e práticas de resistência que surgem a partir e por meio de todos esses processos. (Roy, 2025, p. 134).

A urbanista associa a questão da despossessão, dos sem-teto, como efeito do capitalismo racial: “Os negros em todo o país e no mundo são sistematicamente alvo”. Para ela, é fundamental compreender essa chave analítica. Os estudos da autora apontam que muitos territórios periféricos são intencionalmente produzidos para se tornarem locais de expansão do capital financeiro. O presente estudo buscou dialogar com o conceito apresentado pela autora, quando mostra o avanço da especulação imobiliária para as áreas que historicamente não interessavam aos investidores, empurrando a população mais pobre cada vez mais para áreas mais distantes, degradadas e inseguras e de preservação ambiental.

Ocupação Anchieta Grajaú - 2013

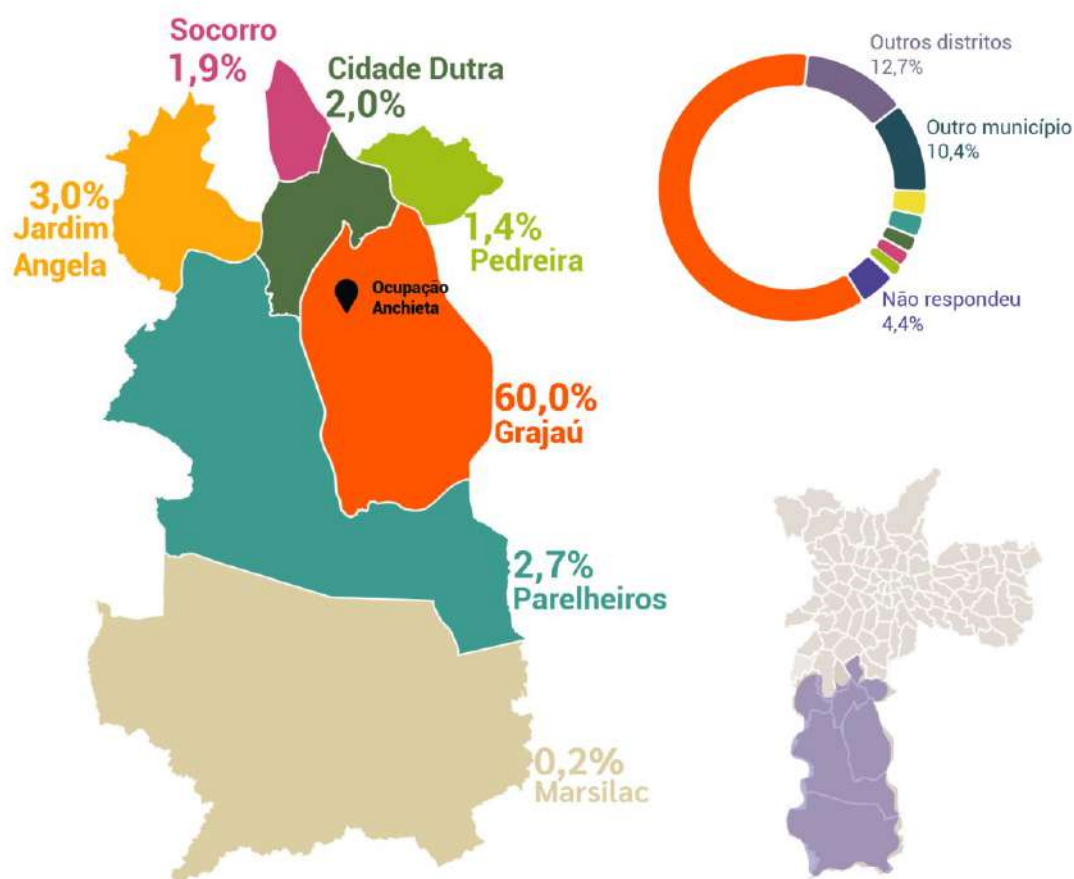
A Ocupação Anchieta nasce a partir da necessidade humana e legítima de buscar um lugar para construir sua moradia. Sem alternativa devido à falta de política pública, ocupou-se uma área localizada em uma região de Manancial. Neste mesmo ano, vale lembrar, o Brasil testemunhou o surgimento das grandes manifestações que marcaram este período, como abordado no Capítulo II, do presente estudo.

Os protestos iniciaram-se na cidade de São Paulo, e logo se espalharam pelo país inteiro, motivados, inicialmente, pela contestação ao aumento das tarifas no transporte público, rapidamente alcançaram grande projeção e se articularam com outras pautas e insatisfações, conformando-se em uma força política manipulada midiaticamente pela Direita para desgastar e desestabilizar o governo Dilma.

Nesse cenário sociopolítico, diversas ocupações foram realizadas em áreas periféricas da cidade de São Paulo, sendo nove delas apenas no distrito do Grajaú, no mesmo ano.

As ocupações organizadas por movimentos sociais denunciam a condição de “insuficiências” de milhares de famílias, ocasionadas pelo desemprego, baixos salários, pela ausência de uma política habitacional efetiva, pelo ônus excessivo com aluguel e sucessivas remoções e despejos.

Figura 41: Esquema representativo de origem das famílias - Ocupação Anchieta - Grajaú.



Fonte: Dados extraídos do levantamento social realizado em 2019 pela Peabiru, autora da arte (Oliveira, 2022)⁹².

O panorama referente à origem das famílias revela que a maioria das famílias, que ocuparam o terreno, provém do próprio território. O levantamento também demonstrou que a razão principal que levou os ocupantes a aceitarem as condições precárias na ocupação foi o elevado custo de vida, especialmente o valor do aluguel. Em outras palavras, sujeitos que viviam em situação de extrema insegurança habitacional e buscavam a permanência no território deram início à ocupação a partir de 2013.

⁹² Beatriz Oliveira fez parte da equipe técnica da Assessoria Peabiru - TCA, atuou na elaboração do Plano de Autourbanização, bem como na realização das ações iniciais, como o levantamento socioterritorial iniciado em 2019. É autora do estudo intitulado **Ocupação Anchieta: conflitos e experiências na luta por moradia**. 2021. 161 f. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

Após a ocupação do terreno, os barracos unifamiliares de lona foram crescendo, multiplicando-se, e a consolidação da ocupação foi ocorrendo, mesmo de forma muito precária, o terreno, que era repleto de vegetação de mata atlântica, foi sendo reduzido para abrir espaço para mais famílias sem teto.

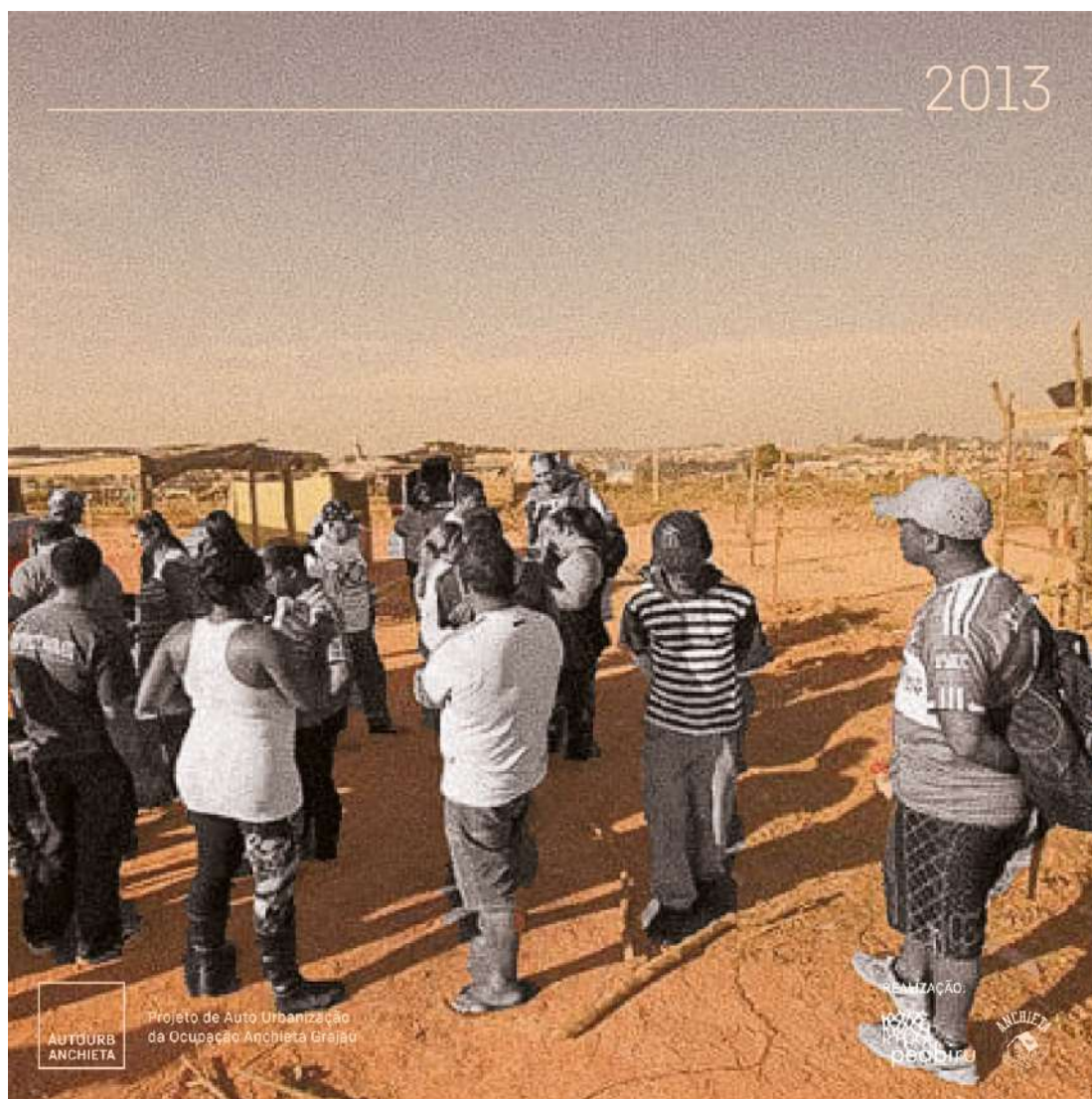
O terreno em questão, inicialmente de propriedade da Cyrella, foi adquirido com o objetivo de desenvolver empreendimentos imobiliários. Contudo, a empresa identificou restrições que resultaram em um baixo potencial construtivo, visto que a área é classificada como ZEIS tipo 4⁹³. Diante disso, a Cyrella doou o imóvel ao Instituto Anchieta Grajaú (IAG), uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. O IAG atua em diversas frentes das políticas sociais, como educação, assistência social, geração de renda e meio ambiente, por meio de convênios com o poder público, que inclusive utiliza parte do terreno.

A necessidade de deter o processo de reintegração de posse impulsionou a organização dos ocupantes, originando o Movimento Anchieta. Consequentemente, iniciou-se uma articulação com outros movimentos de moradia, como a União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular (UNMP), apoio fundamental para a articulação da defesa dos moradores e na articulação das estratégias coletivas até os dias atuais, cujas lideranças conseguiram articular a defesa judicial para os ocupantes.

Os moradores, então, adotaram como estratégia de resistência uma agenda de manifestações para dar visibilidade à iminente ameaça de despejo e às condições precárias da ocupação.

⁹³ZEIS tipo 4, de acordo com Plano Diretor Estratégico e o Zoneamento municipal, sendo considerada um vazio com prioridade para produção de habitação de interesse social, mas que não pode atender a famílias de maneira ampla, devendo estar associada a ações de urbanização nas áreas de proteção dos mananciais. A área de proteção aos mananciais foi definida em 1975, pela Lei de Proteção aos Mananciais (LPM) nº 898/75 e, desde então, restringe os usos na área incidente como forma de preservar a qualidade das águas das represas Billings e Guarapiranga. (Oliveira, 2021, p. 19)

Foto 29: Registro fotográfico do início da ocupação - 2013.



Fonte: Acervo da Associação Anchieta Grajaú, 2025.

O IAG entrou com ação de reintegração de posse contra a Associação e as famílias ocupantes. A ação segue tramitando na justiça, com recorrentes suspensões a fim de construir uma alternativa para a permanência das famílias. As ações, segundo o IAG, são uma forma de o instituto continuar demonstrando interesse na área, ainda que declare que não existe qualquer intenção em despejar as famílias ocupantes, e que há disposição para negociar a comercialização do terreno com os moradores. Segundo documentos técnicos, elaborados pela Assessoria Técnica Peabiru, a regularização é bastante complexa, pois envolve muitas famílias, que estão inseridas de modo bastante precário.

As características do imóvel (terra) elevam o grau de complexidade das intervenções, que precisam ser acompanhadas por diferentes ações, urbanísticas, sociais, ambientais, obras de infraestrutura etc.

O imóvel possui nascente e curso d'água, com trechos de alta declividade. A propriedade está localizada na Área de Proteção da Região dos Mananciais da Represa Billings, o que exige que qualquer urbanização e regularização esteja em conformidade com a Lei estadual nº 13.579/09, específica para o reservatório.

Como podemos observar na imagem a seguir, a área total da ocupação é de quase 12 hectares, possui mais de 60% da área ocupada.

Figura 42: Ocupação Anchieta Grajaú - LEPAC



_ OCUPAÇÃO

Área ocupação 116.000 m² (11,6 ha)

Área de "lotes" 69.600 m² (7 ha), ~ 60% da área ocupada

Quantidade de Domicílios ~ 1.064 (2019)

Fração por domicílio ~ 70m²

Fonte: Material elaborado pela Assessoria Técnica Peabiru, (2019)

Segundo o ordenamento territorial, proposto pelo Plano Diretor de São Paulo, a ocupação encontra-se na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental 3 e na Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental 4. A área é classificada como Zona Especial de Interesse Social, categoria 4 (ZEIS-4), que corresponde a glebas e lotes não

edificados, situados em região de proteção aos mananciais passíveis de urbanização.

A batalha judicial garantiu a permanência provisória até 2016 e renovada por mais um ano. Em 2017, o Instituto fez uma manifestação no processo judicial para suspender a execução de reintegração de posse, demonstrando interesse em estabelecer um canal de negociação, e apresentou como contrapartida a necessidade de alguns procedimentos para melhorias ambientais e contenção da ocupação na área de preservação ambiental.

Nesse contexto, o assessoramento técnico⁹⁴, na perspectiva da articulação e de incidência política, busca criar condições para que a associação, como representante dos moradores, encontre caminhos viáveis de urbanização (implantação de infraestrutura), regularização e segurança na posse, bem como melhorias das habitações, com a finalidade de viabilizar condições para negociação da terra com o IAG e demais atores do poder público.

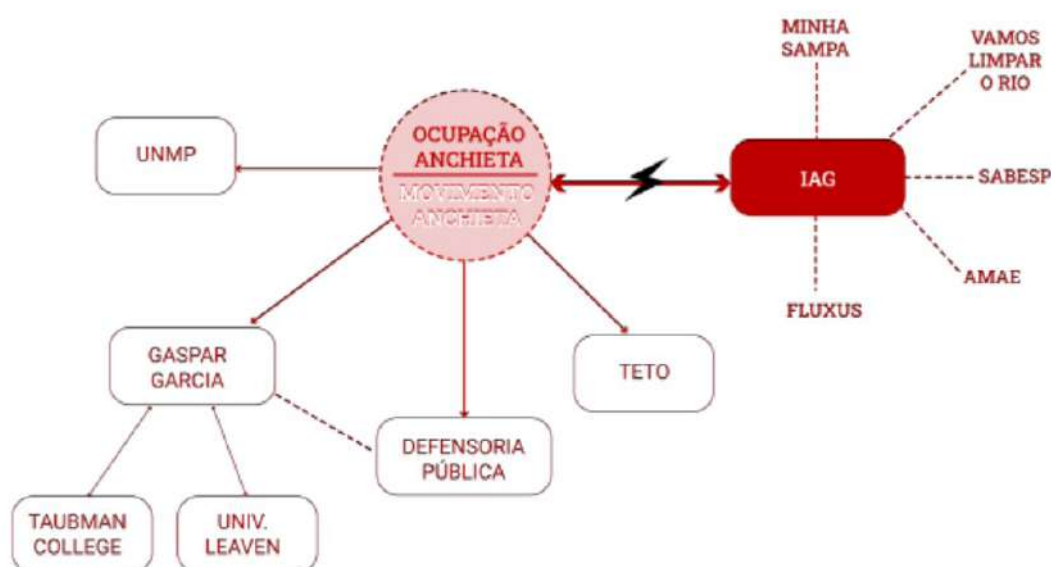
No mesmo compasso, as articulações coletivas foram ampliando e fortalecendo a luta pela permanência, outros sujeitos coletivos foram se somando à luta com o objetivo de construir alternativas e melhorias para a ocupação, que chegava a aproximadamente 1074 famílias, segundo o levantamento realizado em 2019, pela Assessoria Técnica - Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais.

⁹⁴Ainda na década de 2010, a Peabiru iniciou uma aproximação direta com favelas e ocupações que vinham se organizando para resistir a processos de remoção protagonizados, ora pelo Estado, por meio da proposição de obras públicas que previam remoções, ora por meio de processos de reintegração de posse protagonizados pelos proprietários da terra onde os assentamentos se encontravam. Vale destacar, entre essas experiências, o Plano Alternativo Popular de Urbanização da Favela da Paz, em 2013, um trabalho que não envolveu a produção de projetos, e sim a elaboração – junto aos moradores e movimentos sociais – de indicações de alternativas contra a remoção total das famílias. Outra experiência importante no período que se seguiu foi o Plano Popular do Jardim União, desenvolvido em 2017, em um assentamento que ocupa uma área da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), no extremo sul da cidade, no distrito do Grajaú. Para este trabalho, a Peabiru chegou a elaborar e aprovar, junto às famílias, um plano geral de urbanização, que serviu, em um primeiro momento, para defender junto à CDHU e demais agentes públicos, a permanência da ocupação, e, num segundo momento, utilizado como referência para que as lideranças comunitárias conduzissem um processo autônomo de parcelamento do solo, por meio da marcação de lotes em áreas ainda vazias e previstas para a execução de lotes do plano, com consequente deslocamento das famílias para os mesmos. Entre 2017 e 2018, a comunidade conseguiu modificar completamente o tecido urbano do assentamento e abrir caminho para as obras de infraestrutura que vieram em seguida. (ARAÚJO, A. C. O. de *et al.*, 2023) Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1157> .

Do ponto de vista da arquitetura da articulação política, o Centro Gaspar Garcia, a União dos Movimentos de Moradia de SP e a Defensoria Pública, atuaram de forma singular para a construção de um pacto entre o IAG e as lideranças da Ocupação (representando os moradores), com o objetivo de agregar outros sujeitos para a construção de estratégias visando melhorias para a ocupação.

A partir da aproximação iniciada em 2018, pelo Instituto Anchieta Grajaú, com o apoio de outros agentes, como pode ser observado, a seguir, na figura elaborada por Oliveira (2021).

Figura 43: Representação da articulação política



Fonte: Oliveira (2021)

Em 2019, foi firmada parceria entre IAG, Movimento Anchieta, Universidade de Michigan, UMM e Peabiru. A articulação pretendia contratar assessoria técnica para desenvolver o Plano de Urbanização da ocupação e Regularização Fundiária. O Advogado popular Benedito atuou como interlocutor nessa construção, fazendo a articulação política entre os sujeitos.

Neste mesmo ano, a Assessoria Técnica Peabiru abriu os trabalhos para realizar a primeira etapa dos estudos, iniciando-se com o levantamento social e o mapeamento físico da ocupação para subsidiar a elaboração dos estudos para desenvolver o Plano de Auto-urbanização.

No levantamento socioeconômico, que foi realizado entre o final de 2019 e o início de 2020, foram identificadas 1.074 moradias, além de 47 comércios e 9 edificações institucionais. Em relação às moradias, verificou-se que possuíam uma área média de 50 m², um número médio de 2,3 cômodos por residência e 66,8% delas abrigavam até três moradores. Quanto às famílias, foi constatado que 91,9% delas tinham uma renda familiar de até três (03) salários mínimos. Sobre os responsáveis pelas moradias, observou-se que apenas 27,2% possuíam algum vínculo formal de trabalho e que 19,9% das famílias eram chefiadas por mães-solo, sendo 76,6% delas pretas ou pardas e com renda média familiar inferior a um (01) salário mínimo. Do total de moradores, 57,3% eram do gênero feminino e 46,3% do gênero masculino, além de 71,9% se autoidentificarem como negros: pretos e pardos. (Dados extraídos do levantamento social elaborado pela Peabiru, 2019).

Foram utilizados recursos e ferramentas do processo de georreferenciamento urbano, para produzir uma base de dados sobre as construções existentes a fim de produzir os mapas e a setorização da ocupação, com o auxílio de um Drone, que capturou imagens aéreas, e com o auxílio de programas específicos para o parcelamento de solo. Desta forma, a assessoria técnica e os moradores construíram a base cartográfica da ocupação, traçando as ruas, os setores, demarcando cada viela, cada rua e identificando os espaços e usos de toda a área ocupada.

O processo do levantamento socioterritorial foi construído e discutido com as lideranças e comissão de apoio, coordenação, instâncias de participação constituídas para acompanhar todo o processo de levantamento, contribuir no diálogo com os moradores, nas mediações necessárias, para garantir que a equipe sempre estivesse com a presença de dirigentes da associação no território, como forma de legitimar a atuação da associação e também para estreitar os vínculos entre moradores e equipe técnica, dimensão fundamental para a construção de laços de confiança, comprometimento mútuo e colaboração - alicerce para o desenvolvimento do processo coletivo.

Foto 30: registro do levantamento socioterritorial - 2019.



Fonte: Acervo Peabiru, 2019.

3.4 A caminhada é coletiva e as alternativas também

O processo de construção de alternativas para o enfrentamento das violações de direitos e de luta por direitos concentra-se no esforço coletivo e permanente que reúne vários atores/atrizes, mas, sobretudo, pressupõe o envolvimento comprometido dos sujeitos que, a partir do reconhecimento e da leitura da realidade, colocam-se como protagonistas do processo de construção da mudança. Nesse sentido, o campo do assessoramento técnico-pedagógico pode potencializar o processo da luta coletiva, qualquer que seja a proposição, no campo da resistência popular, é indispensável:

A leitura e interpretação dos problemas e a proposição das soluções, bem como a indissociabilidade da participação das pessoas que vivem ou vão viver nesses espaços construídos. São campos em que se afirma o direito à moradia adequada e o papel

do Estado e das políticas públicas em universalizar esse direito pela redução de desigualdades. (Amore; Hirigoshi; Pereira, 2019, p. 224)

O assessoramento técnico possibilita um suporte fundamental aos processos de resistência territorial, na elaboração de estudos de viabilidade técnica, laudos e alternativas de mitigação para questões ambientais ou estruturais, principalmente pelo perfil pedagógico de construir “com as pessoas e não para as pessoas”. Fortalecer os processos na perspectiva da educação popular é um dos pilares que ajudam a sustentar as articulações e insurgências. Tais análises incluem, também, aspectos jurídicos e sociais de imóveis ou situações específicas, que são cruciais para contra-argumentar ameaças de despejo e remoção como soluções únicas.

A Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais, fundada entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, atua no campo do assessoramento técnico. Sua origem remonta a um período de intensa efervescência de lutas por direitos e reivindicações por melhorias nos bairros, impulsionadas por experiências de programas de mutirão com autogestão. Esse período foi marcado por forte protagonismo dos movimentos de moradia, que alcançaram reconhecimento como atores essenciais no processo de implementação de políticas públicas, como o Programa FUNAPS Comunitário⁹⁵ - São Paulo/SP.

Estruturou-se para prestar serviços de planejamento, estudos, projetos, acompanhamento de obras, de trabalho social, em relação dialógica com movimentos e organizações populares, com prefeituras e órgãos públicos, buscando sempre a participação das famílias que habitam ou que vão habitar esses lugares em todo o processo. Internamente, procura manter um ambiente de trabalho com relações bastante horizontais, estimulando a participação de toda a equipe nos processos de projeto e obra. Como uma associação, tem na assembleia de membros o órgão máximo de deliberação e sempre procurou promover rodízios nas funções de diretoria ou no conselho fiscal. Mais do que uma apresentação burocrática, essa descrição de funcionamento (princípios), aponta para um esforço permanente – não pouco conflituoso – de “formação”

⁹⁵ FUNAPS Comunitário (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal), um programa habitacional para população de baixa renda baseado nos seguintes elementos: financiamento do governo, gestão dos recursos pelas organizações populares e responsabilidade da obra pelas assessorias técnicas (Tatagiba; Teixeira, 2016, p. 94).

interna no cotidiano de trabalho, nas equipes e entre as equipes, e também na relação com os nossos parceiros ou famílias, abarcadas pelos programas ou projetos em que atuamos (Amore; Hirigoshi; Pereira, 2019, p. 219).

No cenário de resistência, as assessorias técnicas somam-se aos movimentos sociais, atuando, não como prestadoras de serviços, mas como aliadas na luta política pelo direito à cidade. Elas contribuem para a construção horizontalizada de políticas públicas a partir dos territórios, com a participação de sujeitos coletivos. Desse modo, compartilham o mesmo ideário de sociedade, defendendo a atuação do Estado nos territórios.

Nesse contexto, a Peabiru, assim como outras organizações que se articulam com a SFOC, vai além de ser uma assessoria técnica prestadora de serviços. Sua inserção se dá pela participação ativa nos processos de resistência e insurgência em territórios periféricos, em ações nos assentamentos populares, como exemplificado nas ações desenvolvidas na Ocupação Anchieta Grajaú.

Sobre a articulação - Ocupação Anchieta Grajaú, as ações iniciais envolveram vários momentos e para cada estratégia, houve uma metodologia específica, dada a complexidade da intervenção. Foram realizadas algumas visitas e reuniões com lideranças, moradores e com apoiadores de outros movimentos que estão apoiando a articulação. Essa etapa do trabalho envolveu diversas reuniões estratégicas para alinharmos a proposta com os serviços que atuam no território.

Alguns princípios norteadores para direcionar o trabalho foram pactuados entre as partes:

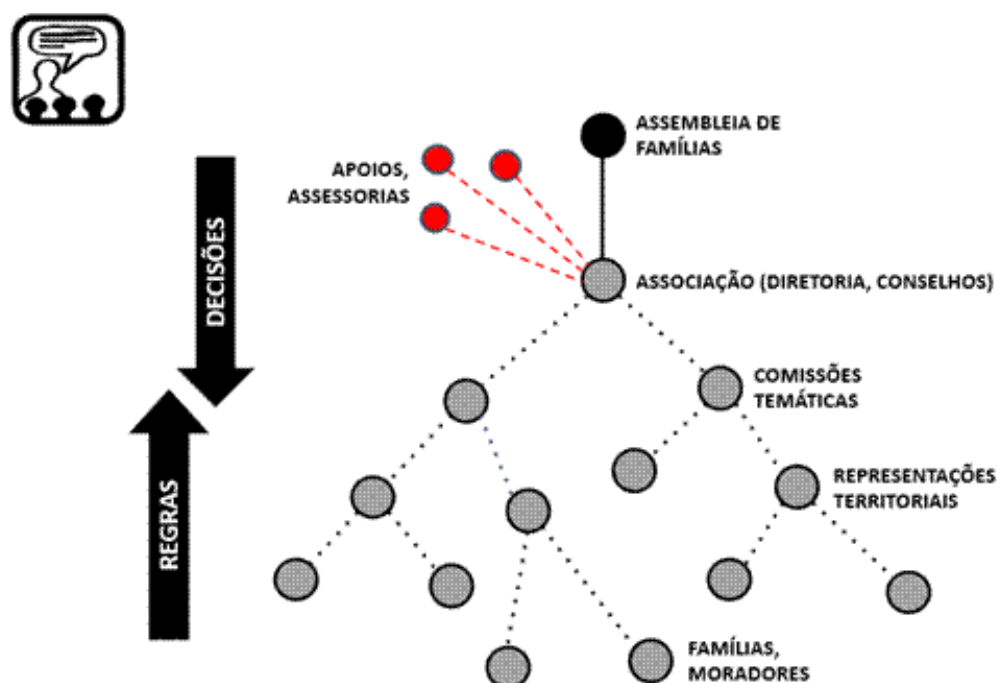
- Não ter construção de alvenaria (bloco) até iniciarmos a demarcação dos lotes dentro do plano de auto-urbanização;
- Não abrir novos lotes - aumentar o número de famílias;
- Processo participativo;
- Autogestão;

O Plano de Auto-urbanização consiste em quatro dimensões indissociáveis⁹⁶, urbanização, regularização fundiária, melhorias das moradias e

⁹⁶ Considera-se como **Urbanização** as ações para implantação de infraestrutura urbana, incluindo reorganização do sistema viário (ruas, vielas, escadarias), sistema de coleta e destinação adequada para tratamento dos esgotos, sistema de drenagem e controle de águas pluviais, redes de energia elétrica e telefonia. Para tal, sabe-se que serão necessárias ações que envolvem remanejamentos e relocação de moradias, num processo de reparcelamento que

ação de aquisição do terreno; dimensões articuladas de forma autogestionária, sob a gestão dos próprios moradores, para possibilitar o processo coletivo foram construídos os espaços de participação popular dentro da elaboração do plano, como demonstra a figura abaixo.

Figura 44: Instâncias de participação popular do plano popular.



Fonte: Peabiru, 2023.

O plano não tem a pretensão de substituir o lugar da política pública, pelo contrário, torna-se instrumento coletivo para a luta política na disputa por recursos para implementar melhorias, abrir canal de diálogo com as concessionárias (Sabesp/ENEL), oferecer infraestrutura sem precisar despejar

organize os espaços de lotes e áreas públicas de uso comum (verdes, institucionais, comunitárias). Considera-se Regularização Fundiária as ações e aplicações de instrumentos para garantir às famílias segurança jurídica na posse fundiária. Essas ações visam superar a situação atual de “conflito fundiário” entre ocupantes e proprietários, estabelecendo mecanismos de dominialidade individual ou coletiva previstos na legislação atual. Considera-se Melhorias Habitacionais as ações que garantam condições adequadas de habitabilidade e segurança às moradias. Tendo em vista que a quase totalidade das moradias atuais são em madeira, com cobertura em telhas muito delgadas, essas ações devem procurar superar, em médio e longo prazos, essas situações por meio de financiamentos ou investimentos públicos subsidiados, com recursos próprios e poupanças prévias dos moradores ou, eventualmente, com estratégias de microfinanciamento para autoconstrução assistida. Algo que tenha em perspectiva a substituição tão paulatina quanto consistente das construções em madeira por casas de alvenaria e outros materiais duráveis (Proposta do Plano de Auto-urbanização, Peabiru, 2019).

famílias, alegando que o local não oferece condições para implementar programas e projetos de habitação de interesse social.

As ações do processo coletivo na primeira fase do trabalho ficaram concentradas nos fortalecimentos da mobilização social para a realização dos levantamentos e identificação das demandas do território.

Esse primeiro contato foi alimentando o vínculo e o reconhecimento dos sujeitos coletivos, tanto para a construção do sentido como do significado do Plano Popular.

As etapas seguintes do plano envolveram momentos de interlocução direta com os moradores: apresentar os resultados dos estudos e as propostas do plano, realizando oficinas sobre os processos que envolvem urbanização do território; as melhorias necessárias, apresentando exemplos de outras experiências do campo popular, seguindo como ferramenta política na luta pela permanência da ocupação, e o fato de haver uma equipe no território, olhando para a realidade local, era traduzido como reconhecimento do direito, significando esperança na luta coletiva.

Foto 31: Construção do Plano de Auto-urbanização



Fonte: Acervo da Peabiru, 2019.

Foto 32: Assembleia de moradores - Plano de Autourbanização



Fonte: Acervo da Peabiru, 2019.

Foto 33: Atualização dos instrumentais - preparação para discussão com os moradores das quadras para movimentação das moradias para respectivos lotes.



Fonte: Acervo da Peabiru, 2019.

Foto 34: Discussão de marcação de lote com os moradores



Fonte: Acervo da Peabiru, 2019.

Foto 35: Discussão sobre a movimentação das moradias



Fonte: Acervo da Peabiru, 2019.

Foto 36: Mutirão de construção das casas embrião



Fonte: Acervo da Peabiru, 2023.

Foto 37: Mutirão de construção das casas embrião



Fonte: Acervo da Peabiru, 2023.

A articulação na Ocupação Anchieta consiste em intervenções simultâneas e envolve momentos de diálogo com os moradores por quadras, processo de exige momentos de escuta, diálogo e mediação, percebido quase como artesanal, envolvendo os seguintes momentos:

- consolidação dos moradores a partir da base de dados do levantamento social;
- apresentação das disposições dos lotes e apresentação da posição de todos os moradores;
- os deslocamentos dos barracos⁹⁷ para o lote demarcado;
- mutirões para construção das casas embriões;

Por certo, que o processo não é simples, trata-se de um contexto totalmente complexo e que exige a construção de entendimento do processo como um todo. O Plano significa uma etapa na melhoria de condições de habitabilidade, de uso do espaço; são intervenções viabilizadas pela força do processo coletivo, sem pretender substituir a política pública, pelo contrário, significa incidir em melhorias habitacionais e de uso do espaço, e, ao mesmo tempo, tensionar o poder público a intervir no território, com regularização fundiária e urbanização⁹⁸, com a entrada de investimento público, com obras de infraestrutura e de saneamento básico - sem remover nenhuma família.

Nas práticas de planejamento insurgente e transformador, as ações não ocorrem como parte de um roteiro pré-definido, mas tendem a caminhar por entre as lógicas de emancipação, empoderamento, articulação, que visam que o sujeito afetado possa, além do seu objetivo principal, também alcançar um outro lugar de atuação na sociedade em que se insere. Considera também as dinâmicas possíveis e limitadas da atuação popular

⁹⁷ Barracos: nome dado pelos(as) próprios(as) moradores(as), para as moradias provisórias, uma vez que um dos princípios pactuados desde o início da ocupação foi o de não construir de bloco até o momento da implementação do Plano de Auto-urbanização.

⁹⁸ Dadas as condições socioeconômicas verificadas, assim como um conjunto de vulnerabilidades relacionadas à presença de crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida e à situação das moradias no que tange a insalubridade, ventilação e iluminação inadequadas, riscos de incêndio, alagamentos e deslizamentos, foi proposta a continuidade do trabalho de assessoria técnica através de um projeto de regularização fundiária e de urbanização do assentamento. Para tanto, foram realizadas uma série de negociações com a Coordenadoria de Regularização Fundiária (CRF), da Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo (SEHAB-SP), buscando definir o melhor caminho para assegurar a permanência das famílias, bem como para a resolução do conflito fundiário com o IAG. Representantes do instituto proprietário do terreno foram incluídos nas negociações e também nas discussões a respeito da urbanização da ocupação, nas quais se colocaram como dispostos a participar da resolução da situação junto à associação de moradores. (ARAÚJO, A. C. O. de *et al.*, 2023, *op. cit.*) Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1157>

dentro de um sistema com pouco estímulo à representação direta, para não falar na repressão policial e política que grupos ativistas sofrem historicamente. O plano popular que hoje se encontra sem desenvolvimento pela Peabiru para o Anchieta segue a lógica de planejamento insurgente, transformador, radical, incorporando a metodologia de autogestão e usa a tática de plano popular como instrumento. Busca, desta forma, fomentar a transformação do território e dos agentes envolvidos no processo. (Oliveira, 2021, p. 36)

As complexidades e singularidades neste processo não se esgotam nesta pesquisa, pretende-se apresentar a experiência coletiva da Ocupação Anchieta, “como uma das” estratégias tecidas a muitas mãos no campo popular, sem deixar de dizer que o processo atravessou descaminhos, conflitos, disputas internas e externas, interferências, mas, ao mesmo tempo, demarcou que a construção dos territórios pode e deve ser idealizada com os sujeitos que nele vivem, a partir de seu contexto, considerando seu modo de vida, sua rede de relações construídas, todas intervenções poderiam ser uma possibilidade de potencializar a organização popular, promovendo acesso a direitos, instalação de equipamentos públicos. A experiência da Ocupação Anchieta evidencia que a política pública precisa sair do chão vivido, não o contrário.

Foto 38: Vista aérea da Ocupação Anchieta - 2023



Fonte: Instituto Anchieta Grajaú (IAG), 2023.

A imagem acima traz a perspectiva da área da Ocupação Anchieta, com algumas transformações, como a abertura de ruas, o alargamento de vias, alguns deslocamentos de barracos e as novas construções conformando as quadras. Sem dúvidas, ainda há muito por fazer, o território ainda está em luta por Regularização Fundiária e Urbanização. Porém, o Plano está lá, no chão vivido, sendo “assentado” pelos moradores.

As estratégias que visam construir caminhos contra as remoções adotam táticas e formatos diferentes, transitam no campo da resistência, tecendo e fortalecendo “relações sociais que se desenvolvem em um espaço ou um território determinado” (Zibechi, 2022, p. 214).

Articulação Vila Andrade

A articulação Vila Andrade foi constituída a partir da ameaça que circunda vários territórios que compõem a Área de Intervenção Urbana (AIU) Vila Andrade e outros distritos da cidade de São Paulo⁹⁹.

A AIU Vila Andrade afetará 19 favelas e 5 núcleos, impactando mais de 4.900 famílias. Na AIU Jurubatuba, mais de 3.300 famílias residentes em 10 favelas e 3 núcleos serão afetadas. Em Interlagos, 6 favelas e 2 núcleos serão impactados, atingindo 1.200 famílias. As Áreas de Intervenção Urbanas, Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos abrangem inúmeras comunidades populares estabelecidas, incluindo favelas, núcleos e ocupações localizadas em ZEIS.

⁹⁹ As investidas para a remoção das comunidades da região avançam. Atualmente, existem quatro ações de reintegrações de posse que possuem como objeto as comunidades localizadas na Vila Andrade, algumas delas na iminência de serem reintegradas. São elas: 1- A ação de reintegração de posse nº 1059279-98.2017.8.26.0002 ajuizada pela ISA CTEEP contra as famílias moradoras de trecho da Favela Pulman II; 2- A ação de reintegração de posse nº 1032937-57.2018.8.26.0053 ajuizada pela municipalidade contra as famílias moradoras da favela Morro da Lua; 3- A ação de reintegração de posse nº 0036852-37.2011.8.26.0002 ajuizada pela ISA CTEEP contra as famílias de trecho das favelas Mirandas I, Mirandas II, Olaria, Canto do Rio Verde e Francisco de Sales; 4- A ação de reintegração de posse nº 1016409-67.2019.8.26.0002 ajuizada pela Viamobilidade, concessionária das linhas de metrô 5 e 17 do metrô de São Paulo, contra as famílias moradoras do trecho da favela Pullman II. 5- A ação de reintegração de posse nº 1007758-74.2019.8.26.0704 ajuizada pela Petrobrás Transportes S/A - Transpetro contra as famílias moradoras da comunidade City. (Carta aberta da Articulação Vila Andrade, 2021). Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScEZjfYLbdAMrrKwm1TYssJ_Z2K9fxARDINeFdSLnCM5QxXzw/viewform. Acesso em: set. 2025.

Essas áreas são caracterizadas por construções simples, acesso precário ou inexistente à infraestrutura e conflitos pela posse da terra.

Os Arquivos Comunitários documentam cada bairro e comunidade, fornecendo dados demográficos e de planejamento essenciais. O PIU ACJ propõe a modernização da infraestrutura, a criação de novas áreas verdes e a densificação de moradias e equipamentos públicos. O reconhecimento de cada comunidade é fundamental para garantir a inclusão de todos os moradores e oferecer moradia digna.

Os levantamentos dos Conflitos Fundiários e os relatos das lideranças locais confirmam que as ameaças se intensificam a cada ano. As ações judiciais foram iniciadas em 2011, seguidas por processos em 2017, 2018 e 2019, todos movidos pela municipalidade e por empresas concessionárias de serviço público, segundo a carta aberta elaborada pela articulação. Segundo o relato de Tereza Arrais, uma das lideranças da Articulação Vila Andrade, quando chegou o processo, ela foi procurada pelos moradores que haviam tomado conhecimento de sua luta na Viela da Paz.

Então, em 2011, começamos a brigar junto com a Defensoria Pública do Núcleo de Urbanismo- Santo Amaro, começamos a defender essas famílias, porque ninguém tinha para onde ir. Aí, foi uma correria muito grande, a gente precisa levar liderança, a gente precisava trazer instrumentos para que essas famílias comecem a preencher o cadastro para se familiarizar com esse defensor público, porque uma garantia de direitos, é a única forma, na realidade, de garantia de direitos que a gente conhece até então. E aí, a gente começa, então, a se aproximar de atores que são super importantes nessa trajetória. (Tereza, depoimento colhido em agosto de 2025).

De acordo com informações divulgadas pela prefeitura, a área em questão, predominantemente residencial, apresenta um forte contraste socioeconômico, fisicamente delimitado pela linha de alta tensão. A leste, a ocupação é consolidada com intensa atuação do mercado imobiliário. Contudo, a oeste, predominam grandes ocupações de habitações precárias e residências em pequenos lotes.

Conforme o Mapa da Desigualdade de 2017, elaborado pela Rede Nossa São Paulo, o distrito apresenta mais de 30% de sua população em alta ou muito alta vulnerabilidade. Naquele ano, o

percentual de domicílios em favelas era o mais elevado da cidade. Essa disparidade extrema se manifesta fisicamente no espaço urbano: o distrito é dividido por infraestruturas que funcionam como uma fronteira, separando a porção oeste, que é pobre e densamente povoada, da porção leste, que é rica e concentra os investimentos do setor imobiliário. (Fio Assessoria, 2023)

A ação do poder público justifica a intervenção e argumenta que as ações visam mitigar esses contrastes sociais e econômicos. No site da secretaria de Habitação, as informações sobre as Intervenções Urbanas informam que as ações “buscam qualificar esse espaço urbano e articular programas habitacionais, especialmente de interesse social” (SEHAB/SP). Justificam as intervenções como “reestruturação viária, a criação de uma nova rede ambiental de áreas verdes”; sobre a provisão habitacional para as famílias removidas, indicam que “a provisão habitacional de interesse social, pode ser promovida tanto publicamente quanto privadamente, por meio de incentivos urbanísticos”. Na prática, o que a prefeitura denomina como provisão é a implantação de Parcerias Público Privado - PPP, que restringem e muito o acesso à moradia, são projetos inacessíveis para famílias de baixa renda, como, por exemplo, não atender quem está desempregado ou quem vive com até 1 salário-mínimo ou exigir que a família seja aprovada pelo banco para conseguir um financiamento.

A fim de ilustrar a situação, apresentamos, na sequência, fotos de duas das ocupações que fazem parte da Articulação da Vila Andrade.

Foto 39: Favela Morro do Pullmann



Fonte: Acervo de Fio Assessoria, 2023.

A imagem retrata de modo bastante expressivo as fronteiras presentes no território. Ao fundo, localiza-se o bairro Morumbi, nas palavras de Tereza, “no bairro Morumbi, todo dia tem uma torre nova subindo, essa é a nossa ameaça, a expansão imobiliária”. A liderança destaca que, na verdade, o despejo chegou para remover o povo e abrir espaço para a especulação imobiliária construir novos empreendimentos.

Em resposta aos diversos enfrentamentos que o território da Zona Sul vem enfrentando, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que possui larga trajetória no campo da luta por direitos, não só por sua atuação na defesa e orientação jurídica, mas, sobretudo, por sua atuação no campo pedagógico, no fortalecimento da luta popular, apoiando diversas ocupações e favelas, contribui com a articulação e incidência política nos territórios. Em 2021, quando saiu a decisão judicial para a formação do Conselho Gestor da ZEIS e foi determinada, também, a inclusão no auxílio aluguel das famílias afetadas/ameaçadas de despejo, os advogados populares, Benedito Barbosa e Vitor Inglez, publicaram o seguinte:

A luta é pela defesa das Zonas Especiais de Interesse Social 1, pelo Direito à Moradia e à gestão democrática e participativa da cidade, em uma de suas regiões mais desiguais, marcada pela especulação imobiliária, onde coexistem Morumbi e a Favela de Paraisópolis. (Barbosa; Inglez- CGGDH, 2021)

Diante das ameaças de remoção, diversas comunidades da Vila Andrade, com o apoio do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da Defensoria Pública, ajuizaram uma Ação Civil Pública. O objetivo era solicitar ao poder judiciário o fim das ilegalidades cometidas pelo Poder Executivo.

Segundo Benedito e Inglez (2021), a Prefeitura de São Paulo havia interrompido o processo de regularização fundiária das comunidades e desativado o conselho gestor das ZEIS 1, o que resultou no surgimento de diversas ações de reintegração de posse. Essas ações visavam desocupar a área para as obras do PIU/ACJ, desalojando centenas de famílias trabalhadoras sem qualquer provisão de moradia.

O advogado popular da UMM/SP e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, um dos principais articuladores da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, analisa o contexto das ameaças que rondam a zona sul da seguinte forma:

Essa é uma grande intervenção urbana que vai conectar com a extensão da Marginal Pinheiro, no extremo sul da cidade, que vai atingir milhares de pessoas, mas a decisão desse processo não está lá no território. Está fora, está na Câmara, está no setor imobiliário, está nas pautas de audiências públicas, onde eles têm que participar e entender que, se eles ficarem lá no território, fatalmente eles vão sofrer as consequências sem entender muito bem como é que se deu todo esse processo. (Benedito - Dito, entrevista colhida em agosto de 2025).

O processo de mobilização no território foi intenso, o movimento e vários apoiadores atuaram para informar à população sobre o que de fato as Intervenções urbanas representam, somadas ao processo em curso de revisão do Plano Diretor. As situações de ameaças de remoção ficariam ainda mais latentes. Mara, liderança local e moradora da Comunidade Jardim Pantanal, em entrevista, relata como foi difícil enfrentar esse momento:

Então, por um lado, você ganha uma segurança juridicamente, você consegue uma regularização para sua comunidade, mas isso não impede que tenha um projeto de intervenção pública que possa passar na sua comunidade assim como qualquer outra rua. Mesmo que não seja na comunidade, se tiver uma intervenção pública, sempre a Prefeitura, os órgãos públicos se sobressaem sobre os moradores. Então, ninguém está seguro se tiver que passar por uma intervenção. A diferença são as indenizações, os atendimentos que são ofertados, nunca são condizentes com tudo que o morador investiu. Mas isso a gente já sabe. Então, eram duas preocupações. Era o plano diretor, que estava devastando, colocando as construtoras mais próximas dos metrô, dos terminais, permitindo que elas construíssem mais próximas. Claro que, com isso, ia empurrar quem morava ali nas comunidades, na favela. É remover para as construtoras avançarem, isso que está acontecendo.

[...] Então, assim, o discurso era muito bonito. Que a gente vai melhorar, que a gente vai fazer um polo de trabalhos aqui, como se fosse uma Faria Lima, vamos trazer oportunidades. E, em seguida, podendo remover as famílias da Vila da Andrade, que a gente fez uma articulação grande, um grupo, juntos, todo mundo junto, atuou para barrar os despejos. Porque, de lá, vem pra cá. Então, pega a Vila Andrade, que é o local que teria mais remoções, aí passa pelo Socorro, que é essa parte que é o Jurubatuba, e vai até Interlagos, depois dá uma expandida dentro do projeto.

[...] E aí, pra mobilizar a comunidade, a gente teve que fazer essa grande mobilização no território, chamar, falar que era importante estar todo mundo na Câmara Municipal, naquele dia de votação. Pelo menos um morador tinha que ir de casa, aí eu consegui um ônibus, o ônibus estava cheio, eu não fui no ônibus, e ainda foram pessoas de carro. Acho que esse foi o dia em que a comunidade mais se mobilizou. Aí eu falei, a casa de vocês não está nas minhas mãos, agora está lá, é o interesse de vocês. Porque já era essa segunda questão, não era mais a reintegração de posse, mas a ameaça da violência. Já era a ameaça que ia ter. E aí eles foram, veio o povo da Vila Andrade também, e alguns da Vila das Belezas, foi bonito. (Mara, depoimento colhido em maio de 2025).

As pesquisas demonstram que a Vila Andrade é o distrito que mais atraiu e concentrou interesses nos últimos 25 anos em São Paulo. Dialogando com Tereza, sobre a importância da articulação política, a mesma fez a seguinte reflexão:

Mas, ao longo de todo esse tempo, o boom imobiliário e a especulação, ela continua avançando no território. Então, a gente tem a chegada de outros atores que vão contribuir com essa luta, que além da Defensoria Pública, com seus defensores, a gente

também se aproxima do movimento moradia, e aí eu cito a UMM, que é um grande parceiro dessa luta, na figura do Dito, do Dr. Benedito, nosso grande amigo, que começa, então, também a nos fortalecer na luta. Então, entra o Centro Gaspar. A gente também se aproxima do Observatório das Remoções, que é onde a gente consegue colocar e jogar luz sobre essa condição. Dá visibilidade, né? Isso ajudou muito na visibilidade para o que estava acontecendo no território. E a gente começa, então, também a fazer outros tipos de parceria, né? Como Labcidade, LabHab, LabJuta. (Tereza, depoimento colhido em agosto de 2025).

Salienta ainda, em especial sobre a importância da Secretaria de Favelas, enquanto espaço de fortalecimento de vínculos, espaço de trocas, do trabalho de base. Segundo Tereza, os espaços promovidos pelo movimento têm contribuído para manter a mobilização das famílias e fortalecer as lideranças.

A gente começa, também, a participar da Secretaria de Favelas, com o pessoal da Zona Sul, para também fortalecer e aprender com essas outras pessoas, essas outras lideranças, e pensar como que a gente pode se fortalecer nessa luta. Que ela é uma luta, na realidade, muitas vezes, inglória, mas é uma luta coletiva. Porque tem outras pessoas, em outros territórios da Zona Sul, passando pelo mesmo processo. Talvez não por algumas concessionárias, como eu citei, mas por alguma outra razão. Um processo administrativo, um processo vindo da prefeitura, um processo vindo de uma obra, de um proprietário particular, enfim. Então, na Zona Sul, tudo acontece aqui, agora. E quando você fica sabendo, o despejo bate na sua porta, você tem que sair na calada da noite para poder se articular e chamar os seus parceiros, seus pares para a luta. (Tereza, depoimento colhido em agosto de 2025).

Durante o processo de resistência, houve a aproximação de vários agentes para somar à articulação, projetos de programas extensionistas, laboratórios universitários que atuam no campo do urbano e no mapeamento dos conflitos fundiários. Nesse processo, foi construído de modo participativo um jornal informativo, com ampla distribuição, em meio físico e digital, com o objetivo de visibilizar a situação e a posição da prefeitura.

A partir desse contexto, a Assessoria Fio, Gaspar Garcia e a Associação Sociedade Alternativa, elaboraram uma proposta de trabalho e apresentaram o Edital de Fomento - CAU - nasceu a ideia de pensar Estudos de Viabilidade técnico e social para as famílias ameaçadas, dentro dos limites da AIU da Vila Andrade - PIU Jurubatuba, ou em um raio de aproximadamente 3km, que permita

que essas famílias sejam atendidas com moradia dentro de seus territórios, sem perder suas referências espaciais, sociais e redes de apoio.

Vale ressaltar que, no processo de fomento das iniciativas populares e projetos extensionistas, novos coletivos de assessoramento técnico têm se constituído, como a Fio Assessoria, que iniciou os trabalhos como Assessoria Popular em 2018, no interior do movimento de moradia, a partir do contexto de criminalização dos movimentos sociais, por conta das ocupações de prédios na região central, desempenhando ações de “acompanhando e orientando o processo de melhorias e segurança nas ocupações, para atender às recomendações solicitadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo e Defesa Civil do município” (Rede Social Fio Assessoria, 2021)

Um instrumento que, além de conter peças gráficas técnicas, pode capacitar e auxiliar as lideranças e os moradores em seus verdadeiros direitos, sendo:

- (i) o ingresso das famílias em um programa de política habitacional;
- (ii) o que exigem estes programas em termos de informação socioeconômica e quais famílias se enquadram nas demandas;
- (iii) quais os programas habitacionais municipais, estaduais e federais vigentes;
- (iv) ter um material produzido que pode servir como instrumento político.

Figura 45: Convocação para oficina popular - Articulação Vila Andrade

O QUE É O PLANO DE INTERVENÇÃO URBANA (PIU) ARCO JURUBATUBA?

E PRA QUE SERVE UM ESTUDO DE VIABILIDADE?

VENHA PARTICIPAR DA OFICINA DO
DIA **11/11 (SÁBADO)** ÀS **14:00H** NA
IGREJA LIGADOS CHURCH

*Estrada dos Mirandas, nº 919
Jardim Maria Duarte, São Paulo SP*



REALIZAÇÃO:



PARCERIA DE FOMENTO:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Fonte: Acervo da Fio Assessoria, 2024.

Foto 40: Atividade de formação com moradores e lideranças



Fonte: Fio Assessoria / Associação Sociedade Alternativa, 2023.

Foto 41: Atividade de formação sobre PIU



Fonte: Fio Assessoria / Associação Sociedade Alternativa, 2023.

Foto 42: Atividade de preparação para levantamento social – Morro do Pullmann / Vila das Belezas.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A proposta de incidência política da Secretaria de Favelas está centrada na potencialização dos sujeitos, somam-se a esse coletivo muitos atores e atrizes comprometidos, as universidades, os coletivos culturais periféricos, os coletivos que atuam no campo da comunicação popular, as assessorias técnicas que atuam com os movimentos sociais, as Defensorias Públicas, organizações apoiadoras, esse é o objetivo de reunir e agregar força social para o enfrentamento das opressões e violações de direitos. Nas palavras de Benedito (2025):

Então, esse é o desafio que a Secretaria de Favelas tem de tentar fomentar nos territórios esse desejo de organizar localmente para interferir globalmente, para interferir de forma mais ampla nos processos. E sempre também entender que as favelas sozinhas, isoladas, não temos nenhuma condição de resistir. Nós temos uma música que fala da igreja que sozinho, isolado, ninguém é capaz. Você tem que fazer isso de forma articulada. Então, a gente tem que fazer reuniões permanentes da Secretaria para discutir essas iniciativas e essas ações e pensar também o processo que pode nos apoiar mutuamente. (Benedito, depoimento colhido em agosto de 2025).

Associações comunitárias

“Então, o povo vai lutando, resistindo e viabilizando os seus processos”. (Dito, entrevista realizada em agosto de 2025).

A construção da incidência política é um processo contínuo de interação com os territórios, que podem apresentar diferentes complexidades. Em alguns casos, a contribuição pode focar na organização interna, auxiliando na documentação e na compreensão da burocracia para a formação de associações comunitárias. Isso, por sua vez, pode fortalecer a organização e a legitimação de um espaço coletivo-comum-comunitário nesses territórios.

Nessa caminhada, novas organizações vão surgindo com profunda identidade com a luta popular. A liderança comunitária Sheila, interlocutora e colaboradora da pesquisa, relata que a constituição da associação foi resultado do processo da incidência política da SFOC. Assim, é fundada a Associação das Favelas e Territórios Periféricos da Zona Sul e Extremo Sul - Afetos, em 18 de dezembro de 2023.

A Associação Afetos reúne lideranças de territórios que participam do movimento de moradia, que desenvolvem trabalho de base em seus locais de origem, constituindo como dirigentes lideranças da Ocupação Jardim Gaivotas, Itapequerica da Serra, Toka do Sapo, Terra de Deus e Morro do Ketchup. O objetivo é formalizar a associação para desenvolver projetos e acessar editais de fomento para implementar iniciativas populares. Sheila revela ainda que:

A formalização da associação é o resultado de uma longa caminhada, é a consolidação de uma articulação muito grande, que reúne pessoas engajadas na luta, é também o reconhecimento da importância dos sujeitos, ajuda na consolidação do trabalho coletivo no território, visa abrir outras possibilidades, inclusive, na ampliação do trabalho de base local. (Sheila, interlocutora e colaboradora desta pesquisa, fev. 2025).

Como forma de ilustração, cabe mencionar que as duas vivências apresentadas são exemplos em que a constituição de associação fez diferença e proporcionou avanço na incidência política, colaborando com a ampliação da ação local, como, por exemplo: no caso da Ocupação Anchieta, a constituição

da Associação Anchieta Grajaú consolidou o acordo entre moradores (representados pela associação), IAG (proprietários da terra) e Peabiru (Assessoria Técnica), além de diversos acessos a editais de fomentos, que possibilitaram o desenvolvimento de projetos e parcerias fundamentais para viabilizar o acompanhamento técnico, desenvolvimento e acompanhamento. Na situação da Articulação da Vila Andrade, não foi exatamente igual, mas, confere-se o mesmo caráter coletivo, possibilitando que os moradores, a partir da representação coletiva, possam acessar recursos para desenvolver seus projetos, ou até mesmo buscar recursos externos, em agências internacionais. Nesse sentido, Benedito reforça a seguinte posição:

Então, a gente vai apoiando. Organizar associação. Esse processo também vai contribuir na organização. Então, a ideia é como você pode ampliar as parcerias. Então, é fundamental trabalhar com parceria. Depois, você terá a possibilidade de fortalecer os processos de formação no território, para que os sujeitos no território possam se empoderar localmente. (Benedito, entrevista colhida em agosto de 2025).

No próximo subitem, pretendemos apresentar os Encontros de Favelas, que vêm ocorrendo desde 2019, reunindo territórios em disputa, em situação de ameaça, com o objetivo de fortalecer a luta popular e ampliar a incidência política, propondo processos pedagógicos, de reflexão sobre a realidade e organizar a agenda de luta. Entre os objetivos deste estudo, tivemos como horizonte reunir a produção de conhecimento construída com os sujeitos, no chão luta e de resistência.

3.5 Os Encontros de Favelas e Ocupações: Espaço de Construção da Luta Popular e de Produção de Conhecimento

Os encontros são aproximações que constroem uma troca sincera e um avanço de pautas e de desafios coletivos. Eu me desafio sempre no processo de construção dos encontros, porque é um encontro de saberes. Também é um encontro amoroso, porque você precisa estabelecer esse encontro amoroso com o povo. Esse encontro quase que vocacional com o povo. Para que você busque sinceramente um processo de transformação coletiva. Sem esse encontro amoroso, sem esse encontro sincero, respeitoso, você não vai transformar o território. (Benedito, entrevista colhida em agosto de 2025).

Foto 43: Luta e Resistência Popular



Fonte: acervo da autora, 2019.

O chão vivido - pertencimento coletivo, o sentido que se constrói caminhando junto. Assim, abrimos este item, apresentando os “Encontros de Favelas e Ocupações” como um espaço de construção de pertencimento coletivo e de resistência popular. Será esse o território de Utopia?

A palavra “Utopia”¹⁰⁰, segundo o dicionário *Aurélio da Língua Portuguesa*, significa projeto irrealizável: quimera. Ou: “qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade”.

Nas palavras de Galeano (2016):

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (Galeano, 2016, p. 11).

Os encontros de favelas e ocupações são estratégias de fortalecimento da luta, do pertencimento e de reconhecimento, são fundamentais para tensionar o poder público e avançar na garantia de direitos. Os encontros também significam acolhimento, escuta e entrega coletiva: “os encontros são encontros amorosos” (Dito, 2025). É neste espaço que renovamos o compromisso com a luta popular, com o outro, com o chão vivido que queremos construir, portanto, o lugar da utopia, da força que nos impulsiona e nos motiva a seguir caminhando e, se necessário, construir novos caminhos.

Neste tópico, faremos a apresentação do chão da luta e dos espaços de formação, de trocas, de encontros e de produção de conhecimento, que vêm sendo construídos em diferentes dimensões, com diferentes metodologias e instrumentos pedagógicos, e se expressam em práticas e ações no território e fora dele, em pesquisas colaborativas e acadêmicas, em projetos de interesse social, como Planos Populares, estudos técnicos, levantamentos sociais, elaboração de materiais pedagógicos, como jornais, panfletos explicativos e de orientação sobre temas de interesse, além de promover atividades permanentes, como: cursos, oficinas, seminários, reuniões permanentes e agendas de luta, que são muitas. Todo esse processo, que reúne um conjunto de estratégias,

¹⁰⁰ A palavra “Utopia” tanto pode significar uma sociedade imaginária, não existente, quanto um sonho desejado, algo que se tem esperança de alcançar. Provavelmente, sua origem remonta ao livro do filósofo Thomas More (1478 - 1535), “Sobre o melhor Estado de uma República que existe na nova ilha Utopia”, no qual descreve uma sociedade igualitária num país fictício. Para criar a palavra, More buscou inspiração no idioma grego; Utopia significa “não lugar”, algo que não existe. Para nós, latino-americanos, tomamos como definição concebida pelo escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano (Stédile, 2016, p. 11).

planejamento e táticas, só é realizado por existir vínculo territorial, por existir lideranças articuladoras e comprometidas com o trabalho de base, de educação popular.

São elaborados de forma colaborativa e cumprem o objetivo de contribuir com a produção de conhecimento a partir do chão vivido. São experiências de metodologias colaborativas e de pesquisa militante, ferramentas indispensáveis para o enfrentamento das ameaças de despejo e remoções.

3. 6 Organicidade dos Encontros - Zona Sul

A Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, se insere na estrutura organizativa da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Foi criada para ser uma instância de aglutinação de força popular com o objetivo de fomentar a ação territorial, tanto para fortalecer o enfrentamento de violações de direito, quanto para ser um espaço de formação e de produção de conhecimento a partir do território.

Nesse sentido, a Secretaria não pretende reinventar “a roda”, pretende resgatar o histórico de luta dos territórios que estão em processo de profundas transformações.

As ações coletivas são o sustento do âmbito comum e a verdadeira base material que produz e reproduz a existência de comunidades vivas, com relações de reciprocidade e ajuda mútua, diferentes das relações hierárquicas e individualizadas.

As ações coletivas representam o alicerce do âmbito comum, constituindo a verdadeira base material que gera e sustenta a existência de comunidades vivas. Nesses processos, tomando como inspiração as análises de Zibechi (2022), predominam as relações de reciprocidade e ajuda mútua, em contraste com as interações hierárquicas e individualizadas. Por certo, que este pode ser e deve ser encarado como um desafio permanente, ora nos aproximamos desse processo e ora nos afastamos, trata-se de um movimento permanente. Dialogando com Benedito (2025), sobre a importância dos espaços coletivos não hierárquicos - na construção de saberes de modo horizontal, refletimos sem

idealizações da luta coletiva, mas também sem nos afastar da ideia de que esses espaços são também “instâncias de acolhimento e de afeto”.

O processo coletivo não está dado, precisa ser forjado, significado, e essas transformações são transformações coletivas. São processos que vão acontecendo no tempo, no seu tempo, para alcançar alguma medida de mudança. E também são processos de aprendizado. E esse processo tem desgastes, ele tem desafios. (Benedito, entrevistado colhida em agosto de 2025).

Sobre os caminhos e descaminhos da organização coletiva, Dito (2025), que possui larga vivência na militância, na construção coletiva, adverte:

Às vezes você fica insatisfeito, às vezes você vai brigar, você não vai gostar, vai dar errado. Mas é porque também é um processo de tentativa e erro de ambas as partes. Porque pode ser que dê certo, pode ser que não dê certo as iniciativas. Mas, mais do que dar certo ou não dar certo... você vai poder fazer as avaliações, é se esse processo foi sincero e respeitoso ou não. Então o respeito no processo de aproximação é fundamental. Então a gente tem que despojar da arrogância no processo de aproximação para que as pessoas possam estabelecer com você esse processo de confiança. (Benedito, entrevistado colhida em agosto de 2025)

Em relação a esse ponto, Dito está chamando atenção sobre a relação de aproximação e os interesses que circundam as articulações, seja por quem for, apoiadores, assessorias técnicas, ou qualquer agente, que não pode ser oportunista. Esses territórios já sofrem espoliações de todas as formas, por isso, têm de ser feito pela via do compromisso ético-político; essa construção se faz apoiada na relação de confiança construída no prazo do tempo das coisas.

Portanto, a Secretaria não inaugura o novo, a iniciativa denota um passo para significar a presença no chão vivido e seguir a construção colaborativa, com os sujeitos que já estão no território fazendo a luta por décadas, com organizações comprometidas com a defesa de direitos, incluindo universidades, programas de extensão, laboratórios, assessorias populares. Esse deve ser um campo aberto de possibilidades, mas, sobretudo, de compromisso ético-político.

Nesse sentido, os encontros são resultados de seu próprio processo de luta, organização e mobilização e seguem a agenda do território de forma

orgânica. Cada encontro apresentou questões que estão sendo enfrentadas no cotidiano, é o momento de parar tudo e dedicar-se às questões singulares sem distanciar-se da totalidade, do macro. Inclusive, os encontros cumprem esse papel de olhar para a realidade e interpretá-la.

Nessa chave interpretativa e propositiva, a SFOC segue moldando sua organicidade e ganhando forma, forjando sua legitimidade nos territórios, atuando no apoio mútuo, na orientação técnica, necessárias para a luta contra os despejos e remoções, na constituição de associações comunitárias, para que possam alcançar projetos e desenvolver ações em seus territórios.

Os Encontros não têm um calendário, seguem a agenda dos territórios, porém, existe um esforço coletivo de realizar um encontro a cada ano e o desejo de seguir a construção em outras regiões. A Secretaria promoveu quatro edições, apresentadas sucintamente no Capítulo I, desta pesquisa, os locais são definidos pelo coletivo, assim como todo o processo de organização.

Nos próximos itens, apresentamos os documentos e materiais elaborados como forma de visibilizar a construção do coletivo.

1º Encontro | 2019

O primeiro encontro ocorreu na Ocupação Anchieta Grajaú, no Centro Comunitário da Associação, representou um marco significativo na articulação política. Esse evento impulsionou o avanço e o fortalecimento das ocupações e favelas na luta política. Após o encontro, a Secretaria estabeleceu uma agenda permanente com as lideranças de todas as regiões, incluindo a macrorregião. Arrisco a dizer que foi neste encontro que a Secretaria de Favelas consolidou sua criação, ainda recente.

No momento, haviam muitas ações ocorrendo no território, fruto de alianças e aproximações com universidades, assessorias técnicas e coletivos locais. Poucos meses depois, o mundo entrou na pior emergência sanitária, a pandemia da Covid-19.

O encontro teve como pauta central a questão do acesso à terra, inaugurou o refrão “de teto e chão, não abrimos mão”, que ecoa em todos os cantos da cidade, inclusive, inspira a presente pesquisa.

Como resultado do encontro, os(as) participantes elaboraram uma carta pactuando a agenda de luta e os compromissos coletivos para o próximo ciclo.

O Encontro reuniu movimentos de moradia em âmbito nacional e local, organizações da sociedade civil comprometidas politicamente com a luta por direitos, universidades, associações do território, coletivos, assessorias técnicas e apoiadores.

Todos e todas, reunidos(as) na Ocupação Anchieta no dia 19 de outubro de 2019, no Encontro Sul de Favelas e Ocupações, para debater, refletir, propor alternativas, lutas e organização, frente ao grave desmonte das políticas de habitação, urbanização de favelas e políticas de acesso à terra, à água, saneamento e energia das Ocupações e Favelas, na região Sul de São Paulo.

Mobilizou-se o povo, frente aos permanentes ataques por parte dos governos, federal, estadual e municipal, diante dos intensos processos de criminalização e de estigmatização dos territórios periféricos, das injustiças ambientais, e do enorme crescimento das ocupações na região, resultado do aumento do desemprego, baixos salários, especulação imobiliária e ônus excessivo com aluguel. O coletivo aprovou um manifesto com as seguintes afirmações:

Manifestamos, a partir deste Encontro, o firme compromisso de fortalecer a unidade das ocupações nos territórios, fortalecer os processos de formação e luta por direitos, especialmente o direito à moradia, acesso à terra, à água e energia, avançar na luta por planos populares de urbanização, na luta por regularização fundiária e na luta contra os despejos e remoções. Reafirmamos que a resposta ao enorme déficit habitacional que pesa sobre os mais pobres é de responsabilidade dos governos que historicamente vêm negando nossos direitos, e que seguiremos firmes na luta até que todas as famílias de trabalhadores e trabalhadoras tenham seus direitos garantidos, porquê: **Quem Ocupa não Tem Culpa!** (Carta Manifesto do 1º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo, 2019)

Propostas aprovadas em plenária final:

Coletivamente, nos comprometemos com as seguintes propostas:

1. Ampliar a mobilização com articulação entre diferentes Movimentos Sociais, Favelas e Ocupações, buscando recursos disponíveis em âmbito local, nacional e internacional, para formar e fortalecer as parcerias;

2. Lutar para que as áreas ociosas com dívidas de IPTU sejam destinadas à política pública de habitação popular;
3. Lutar por políticas de regularização fundiária e por políticas de acesso à terra urbanizada, com sustentabilidade ambiental;
4. Programa para a formação de mediadores para conflitos fundiários;
5. Articular uma rede de técnicos para assessoria (advogados, arquitetos, engenheiros, jornalistas, assistentes sociais, psicólogos) para fortalecer a luta por moradia e acesso à terra;
6. Realizar um mapeamento das Favelas e Ocupações ameaçadas de remoção na região;
7. Articular e fortalecer os processos de mobilização e organização comunitária;
8. Fortalecer os processos de autogestão, ajuda mútua e cooperativismo nos territórios;
9. Organizar levantamentos socioeconômicos e territorial nas comunidades e articular novas ferramentas de lutas, como dossiês, mapas, entre outros;
10. Articular e fortalecer os processos de formação, organizando momentos coletivos destacando: vivências, trajetórias e identidades, fortalecendo os espaços de troca e o compartilhamento de experiências dentro de um calendário de visitas permanente;
11. Fortalecer a luta por acesso à água, energia e por tarifa social permanente (água e energia não são mercadorias), reconhecendo o acesso à água e energia como um direito fundamental;
12. Articular o Fórum Permanente das Ocupações, Favelas e Comunidades na defesa do acesso à terra, regularização fundiária, e contra os despejos;
13. Articular ciclos de formação e de educação popular a partir dos históricos das comunidades, com os diversos temas e reforçar as vitórias coletivas com especial atenção para a juventude e para as crianças. (Carta Manifesto do 1º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo, 2019)

Foto 44: 1º Encontro de Favelas, Ocupações e Cortiços



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Foto 45: 1º Encontro de Favelas, Ocupações e Cortiços



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 46: Convocação do 1º Encontro

Fonte: Acervo da autora, 2025.

2º Encontro | 2021

O segundo encontro virtual destacou-se pelo grande envolvimento coletivo, foi realizado em formato virtual por conta da pandemia de Covid-19. Os territórios estavam em plena campanha Despejo Zero, sem dúvida foi um marco importante para os territórios populares. O Formato remoto desafiou a comissão organizadora, que precisou organizar os ambientes para as discussões de grupo, viabilizado pelas ferramentas digitais, ao mesmo tempo, o formato remoto possibilitou a participação de outras regiões, enriquecendo os debates, característica marcante da Secretaria.

Esta edição abordou temas cruciais como a Campanha Contra Despejos, Acesso à Água, Segurança Alimentar e a Defesa do Auxílio Emergencial. Além desses temas, o encontro apresentou orientações para os territórios enfrentarem as situações de ameaça de despejo, disponibilizando materiais pedagógicos e orientação para o acesso a direitos, divulgando os canais de denúncia e os locais para buscar serviços essenciais.

O Encontro contou com a apresentação da pesquisa “Falta d’água e moradia popular na pandemia da Covid-19¹⁰¹”, coordenada pelo Laboratório Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Michigan *Taubman College*, contou com a participação das pesquisadoras Sheila Nobre e Marilene Ribeiro e foi desenvolvida com apoio dos movimentos de moradia e do Centro Gaspar Garcia, buscou identificar a percepção dos moradores sobre o abastecimento de água potável em diferentes ocupações urbanas da cidade de São Paulo.

A pesquisa apontou que 70% das pessoas entrevistadas indicaram algum tipo de problema de acesso à água no município de São Paulo, em todas as regiões da cidade foram identificados problemas, contudo, vale destacar que a maioria das respostas veio das regiões periféricas do município, o que revela que as periferias têm menos acesso ao serviço.

A insalubridade das moradias, a falta ou descontinuidade do abastecimento de água e a falta de coleta de esgoto revelam a face mais perversa da desigualdade no município de São Paulo: quem ficou com os piores efeitos da Covid-19 foram os que não têm acesso a direitos básicos.

Entre os temas discutidos no Encontro e nos grupos temáticos, foi apresentado aos participantes, o manifesto elaborado pelo Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo¹⁰², sobre o Programa Casa Verde Amarela, lançado durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), para substituir o Programa Minha Casa Minha Vida, descontinuado pelo mesmo desgoverno, que

¹⁰¹ Pesquisa do projeto de extensão, desenvolvido entre abril de 2020 e março de 2021, pelos pesquisadores do Laboratório Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC (Labjuta), em parceria com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), Central de Movimentos Populares (CMP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Michigan Taubman College e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

¹⁰² O **Fórum sobre Trabalho Social em Habitação de Interesse Social** é um espaço aberto de articulação política, de trocas de experiências, debates e (re)afirmação de uma identidade do trabalho social comprometido com o direito à cidade e a organização e participação social. Para conhecer mais, ver: <https://forumtrabalhosocial.wordpress.com>. Acesso em: set. 2025.

não construiu nenhuma moradia popular durante os quatro anos de seu mandato.

Outro ponto de grande relevância, discutido no Encontro, foi o contexto dos despejos durante a pandemia e os processos de violência praticados pelo Estado, que convoca assistentes sociais para atuarem no convencimento da população para aderirem ao despejo sem garantias de atendimento e de serviços. Além do manifesto do FTS, foi realizada a leitura da Carta Aberta aos Assistentes Sociais¹⁰³, elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS, apresentada na íntegra nos documentos em Anexo, a seguir, destacamos alguns pontos fundamentais apresentados na Carta Aberta.

O Conselho Estadual de Serviço Social de São Paulo vem a público para se posicionar e orientar os profissionais quanto a forma de enfrentar essas situações de desalojamento compulsório de famílias, baseando-se para tal nos princípios do nosso Código de Ética Profissional e nos “Princípios Básicos e Orientações para casos de ameaça de despejos”, elaborado pela Relatoria Especial para Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas- ONU. (Carta aberta aos assistentes sociais, 2021)

[...] 3. Todos têm o direito de saber por que terão que sair, para onde e quando vão e como será a mudança. Todas estas informações têm que estar facilmente acessíveis com bastante antecedência. A remoção não pode resultar em pessoas ou comunidades desabrigadas! Os assistentes sociais deverão reforçar os processos de cobrança ao poder público da disponibilização dessas informações e das alternativas habitacionais adequadas. (Carta aberta aos assistentes sociais, 2021)

O objetivo foi debater, refletir, propor alternativas, lutas e organização, frente ao pior momento da pandemia da Covid-19 que, neste momento, já tinha matado mais de 320 mil pessoas, frente ao aumento dos despejos e remoções de moradores em ocupações, do autoritarismo do governo Bolsonaro, e do desmonte das políticas de habitação, políticas de acesso à terra, à água,

¹⁰³ Documento Publicado na íntegra. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social | CRESS - Conselho Regional de Serviço Social. Carta aberta aos Assistentes Sociais. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Carta-Aberta-aos-Assistentes-Sociais.pdf> Acesso em: mar. 2021.

saneamento e energia em âmbito municipal, estadual e federal, atingindo os assentamentos precários e vulneráveis e a população de baixa renda.

Os participantes do Encontro comprometeram-se a seguir lutando, mobilizando-se e combatendo a criminalização dos territórios centrais e periféricos, frente às injustiças ambientais, à ausência de políticas habitacionais e ao aumento dos despejos, à especulação e a valorização imobiliária e ao abuso no alto custo dos aluguéis, associado ao brutal desemprego e baixos salários que atingem nossa população.

Manifestamos a partir deste 2º Encontro Sul, o firme compromisso de seguir fortalecendo a unidade das ocupações e lutando contra os despejos, por territórios justos e por terra, água e teto. A responsabilidade pela falta de moradia que atinge os mais pobres é da especulação imobiliária, dos governos: estadual, municipal e federal, eles precisam fazer moradia para o povo, e garantir o acesso à água e ao saneamento, para os mais pobres. (Carta Manifesto do 2º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo, 2021)

As mais de 60 comunidades, entidades, universidades e assessorias, presentes no Encontro, aprovaram as seguintes propostas:

1. Lutar por acesso à terra urbanizada, considerando a moradia como porta de entrada que dá acesso aos demais direitos, e pressionar a Prefeitura de São Paulo por orçamento para a regularização fundiária com garantia de permanência;

2. Articular as comunidades para ampliar a resistência e luta contra ações de reintegração de posse e remoções, buscando apoio das assessorias técnicas e jurídicas, e atuar junto à Defensoria Pública para reforçar suas equipes técnicas multidisciplinares nas Ações Cíveis Públicas e fortalecendo a atuação nos contextos coletivos;

3. Pressionar o poder público para que em casos de remoção inevitável, onde não for possível a manutenção de famílias em processos de regularização e urbanização, sejam garantidas novas habitações em áreas a menos de 2km de distância da moradia original e que essa realocação se dê por meio de estratégias de 'chave a chave';

4. Trabalhar junto com a Defensoria Pública e o Ministério Público, como forma de garantir o acesso à justiça e lutar para que se interrompam as ameaças de remoção associadas às áreas de torres de transmissão de energia elétrica e exigir do poder público outra proposta de atendimento habitacional para as famílias localizadas nessas áreas de risco;

5. Mobilizar as associações de moradores pela suspensão dos despejos na pandemia, nos territórios populares, fortalecendo a Campanha Despejo Zero e a organização comunitária;

6. Lutar por construção de moradias populares com financiamento da CDHU e COHAB SP e articular um Grupo de Trabalho de mediação de conflitos com técnicos para dialogar com o poder público;

7. Cobrar dos parlamentares a participação popular nos debates sobre o Projeto de Lei da Regularização Fundiária e da Revisão do Plano Diretor, defendendo as Zonas Especiais de Interesse Social;

8. Propor ações focadas na garantia da água e energia como direitos fundamentais: lutar por tarifa social, gratuidade de quantidade mínima de água, ampliação e manutenção das redes de infraestrutura nas comunidades e garantia do acesso ao saneamento básico;

9. No momento de urgência sanitária da pandemia exigir do poder público e das concessionárias prestadoras de serviços a instalação de torneiras comunitárias e programas que vão além de obras de ligação de rede domiciliar de água, exigindo a instalação de caixas de água em todas as casas;

10. Articular e mobilizar, nos termos da Campanha Nacional “Despejo Zero”, uma campanha voltada às questões da água e da energia, lutando para que as famílias que estão em situação de desemprego e grande vulnerabilidade tenham garantidos o acesso a esses serviços;

11. Promover educação popular para fortalecer as associações de moradores, criando materiais informativos sobre como acessar tarifa social, programas de regularização fundiária, planos de urbanização, e articulando a luta pelo abastecimento regular dos serviços de água e esgoto à coleta regular de resíduos sólidos com mais pontos de lixeiras e maior frequência do serviço de coleta.

12. Pressionar o poder público no sentido de agilizar os pedidos de ligação de água e energia nas favelas e ocupações, de forma que não dependam de

autorização das Subprefeituras e possam ser realizadas diretamente pelas concessionárias prestadoras desses serviços, responsáveis pela qualidade das ligações e do serviço. (Carta Manifesto do 2º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo, 2021).

Figura 47: Convocação do 2º Encontro

2º. encontro SUL de favelas e ocupações
DE TETO, ÁGUA e CHÃO, NÃO ABRIMOS MÃO!

((v)) TRANSMISSÃO AO VIVO **fumm.sp.1**
28 • 03 • 2021 **14 às 17 horas**

PROGRAMAÇÃO
MEDIAÇÃO: Benedito Barbosa (CMP e UMM) e Talita Gonsales (UFABC)

14h - 14h40 **ABERTURA:** Luciana Ferrara e Francisco Comaru (UFABC)
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA JOVENS OCUPAÇÕES: Ana Paula Pimentel Walker e María Arquero de Alarcón (Univ. Michigan)
APRESENTAÇÃO CULTURAL: Jadir Bonacina (MAB)

14h40 - 15h30 **EIXO 1 DIREITO À TERRA URBANIZADA E CONFLITOS FUNDIÁRIOS:** Karina Leitão (FAUUSP)
EIXO 2 DIREITO À ÁGUA E AO SANEAMENTO: Edson Silva (ONDAS)

15h30 - 16h30 **DISCUSSÃO EM GRUPOS:** Propostas para uma carta manifesto
EXIBIÇÃO DO VÍDEO "MORADIA POPULAR E A QUESTÃO AMBIENTAL: Histórico da Construção das Comunidades na Zona Sul de São Paulo"
APRESENTAÇÃO DE CARTILHAS E MATERIAIS INFORMATIVOS: Cíntia Fidelis, Benedito Barbosa e Vanessa Empinotti

16h30 - 17h **ENCERRAMENTO**

ORGANIZAÇÃO
 CMP, UNIAO, Escritório Modelo, Lab J, Taubman College, Ondas, Gaspar Garcia, Peabiru, LAB HAB, Ford Foundation, MISEREOR

Fonte: Acervo da SFOC, 2021.

Foto 46: 2º Encontro SFOC

Fonte: Acervo da Peabiru, 2021.

3º Encontro | 2022

O terceiro encontro adotou como tema central "Terra Urbanizada, Água, Clima e Direitos Humanos", uma escolha motivada pela conjuntura sociopolítica da época. Em um cenário pós-pandêmico, com os impactos da Covid-19, ainda evidentes nas periferias e um esvaziamento das políticas públicas (especialmente em habitação e urbanismo nos níveis municipal, estadual e federal), houve um agravamento dos conflitos urbanos e da desigualdade territorial.

As discussões abordaram questões cruciais como mudanças climáticas, com a apresentação da síntese do Projeto Guerreiros do clima, racismo ambiental e Direitos Humanos, levou para a mesa de abertura o impacto dos despejos e remoções forçadas para as crianças e adolescentes, com a participação da assistente social Nazareth Cupertino - Cedeca Interlagos, que

apresentou reflexões valiosas e proporcionou trocas importantes com as pessoas participantes.

Como resultado das discussões e trocas de experiências, o coletivo construiu uma síntese e apontou algumas prioridades e tarefas para o próximo período, após a leitura, o documento final foi aprovado pelo plenário.

Diante da enorme crise que atinge as periferias urbanas, em especial da Zona Sul de São Paulo, no que diz respeito às situações ao acesso à terra urbanizada, direito à água acessível, impactos das mudanças climáticas que atingem, através das enchentes, riscos geológicos e ambientais, ameaça de despejos e remoções, alcançando especialmente as crianças, os adolescentes e outros grupos vulneráveis, junto ao racismo ambiental e territorial que impactam especialmente as mulheres e a juventude preta com todas as formas de violência privada e por parte do Estado, o coletivo se reuniu para debater e aprovar as seguintes propostas:

1. Organizar no ano de 2023 um encontro de crianças e adolescentes com objetivo de debater as violências nos territórios e propostas para o direito à moradia e à cidade;
2. Organizar um Encontro com a Defensoria, Ministério Público e representantes da Rede de Serviços, Movimentos Populares e outras Entidades Representativas da Sociedade Civil da Zona Sul, para discutir a situação do atendimento das necessidades humanas fundamentais da população, com especial atenção para: a garantia do direito à moradia, enfrentamento aos despejos, implantação dos Conselhos ZEIS, garantindo a participação das crianças, adolescentes e juventude, garantir o direito à moradia das pessoas em situação de risco, direito à terra urbanizada e espaços de gestão, aplicação dos instrumentos urbanísticos de direito à cidade, enfrentamento à exclusão social e a extrema pobreza, e acesso aos serviços sociais de proteção básica;
3. Organizar um Seminário de Moradia e com grupos vulneráveis, mulheres, idosos, crianças, adolescentes e imigrantes, população negra e população em situação de rua;
4. Fortalecer a luta em defesa do Projeto de Lei contra os despejos e pedir a aprovação na Câmara Municipal do PL Despejo Zero;

5. Lutar pela Regularização Fundiária e Urbanização com geração de emprego e renda, equipamentos comunitários, inclusive com bom prato (segurança alimentar);
6. Lutar contra a Privatização da Sabesp e Fora Tarcísio!
7. Lutar pelo Acesso à água e energia com Tarifa Social;
8. Exigir a responsabilidade e lutar pela igualdade de tratamento do poder público para as famílias em áreas de proteção ambiental;
9. Trabalhar a educação ambiental utilizando a metodologia da governança colaborativa;
10. Vincular projetos de desenvolvimento e preservação ambiental com a permanência da população negra, pobre e periférica;
11. Lutar por Políticas Públicas que levem em consideração as características socioeconômicas e raciais da população negra;
12. Articular a luta contra as remoções em conjunto com os Conselhos Tutelares. (Carta Manifesto do 2º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo, 2021).

Foto 47: 3º Encontro SFOC



Fonte: Acervo da Peabiru, 2023.

Figura 48: Convocação do Encontro



Fonte: Acervo da SFOC, 2022.

4º Encontro | 2024

O Quarto Encontro focou na temática "Lutas e Resistências no Sul: PIU Arco Jurubatuba e as Ameaças da Especulação Imobiliária". A concepção dos encontros é baseada nas demandas dos territórios, conectando-se aos desafios e lutas locais. Além disso, esses momentos são cruciais para a solidificação do conhecimento adquirido e para o fomento de trocas e partilhas.

A edição do 4º Encontro revalida a agenda de luta dos encontros anteriores, destacando a importância da presença no território, as ações reforçam o projeto político que defendemos pelos movimentos populares, deixando evidente que essa disputa precisa ser feita no cotidiano, no chão vivido.

Contou com a participação da Universidade de Michigan, representada pelas professoras Ana Paula Pimentel e Maria Arqueiro, além dos alunos de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo, que realizaram a sistematização das intervenções públicas - Plano de Intervenção Urbana (PIU) Arco Jurubatuba, um projeto de desenvolvimento da Prefeitura de São Paulo, que abrange os bairros de Jurubatuba, Vila Andrade e Interlagos, motivação de largos processos de remoções na cidade de São Paulo. Algumas foram realizadas, porém, existem muitas lacunas para aprofundar junto com a população. Outra intervenção que está despejando muitas famílias é o projeto de construção do Parque Linear Cocaia. Sendo assim, o 4º Encontro, além de reafirmar as agendas anteriores, analisou o cenário político, uma vez que a gestão pública avança sobre os territórios com um projeto de expulsão e expansão da especulação imobiliária, assim, esse cenário necessita que a força popular esteja fortalecida.

O IV Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul e Extremo Sul de São Paulo, com o tema: Lutas e Resistências na Região Sul, contou com a participação de diversas Favelas, Ocupações e Movimentos, como: Morro do Ketchup, Ocupação Anchieta, Toka do Sapo, Vila Nova Circular, Ocupação Liberdade, Nova Jersey, Terra de Deus, Pantanal, Ocupação Gaivotas, Articulação Vila Andrade, Olarias, Campo Novo do Sul, Ocupação Jorge Hereda, Garmic, ULCM, MOHAS, CECASUL, Afetos, MMC, MDF, Associação de Moradia Jardim Casa Branca II, Associação dos Movimentos de Moradia da

Região Sudeste e ILS, todas filiadas à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e à Central de Movimentos Populares.

Participaram também as Assessorias: da Universidade Michigan, Peabiru, LabJuta UFABC, Conservatório Brooklin, Fórum de Trabalho Social em Habitação, NEMOS PUC, Escritório Modelo da PUC-SP, LabHab USP e FFLCH USP, Pastoral da Moradia e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que debateram e aprovaram propostas de luta, sobre os impactos do PIU Jurubatuba, passando pela Vila Andrade, Socorro e Interlagos, atingindo as Favelas e Comunidades do Entorno da Billings e Guarapiranga, com suas conexões em diversas obras viárias, abrindo uma enorme fronteira para a especulação imobiliária, gerando um forte aumento no preço da terra e no valor do aluguel.

Esse avanço imobiliário também gera ameaças, despeja diversas favelas, até mesmo as que estão em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, e empurra as Comunidades para o extremo da periferia e os mananciais. Articulados ao PIU Jurubatuba, também está em curso a extensão da Marginal Pinheiros, terminais hidroviários e o Parque Linear do Cocaia, que colocam em risco o despejo de milhares de pessoas.

Diante dessa grave situação, as Comunidades e Entidades presentes nesse IV Encontro repudiam a omissão e a ausência de políticas públicas por parte da Prefeitura de São Paulo, como a violência, as ameaças de despejos e a ganância do setor imobiliário. Dessa forma, apresentamos as seguintes propostas para seguirmos lutando pelo direito à moradia e à cidade:

1. Ampliar o processo de formação e mobilização nos territórios para fortalecer e incentivar a luta pelo Direito à Moradia e à Cidade;
2. Lutar pelo atendimento habitacional participativo e definitivo no local de origem ou próximo do local;
3. Organizar caravanas das Comunidades para formação política e mobilização;
4. Promover a vida Comunitária, com espaços de festas, cultura e reunião;
5. Identificar a rede sócio protetiva (saúde, educação, lazer, assistência social, transporte, tarifa social de água e energia) para fortalecer os processos de participação nos conselhos gestores. (Carta Manifesto do 2º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo, 2021).

Foto 48: 4º Encontro SFOC



Fonte: Acervo da SFOC, 2024.

Figura 49: Convocação do Encontro



Fonte: Acervo da autora, 2024.

3.7 Construir junto - no chão vivido

“Cansei de ser objeto de pesquisa”

(Tereza Arrais, 4º Encontro de Favelas, 2024).

Do objeto ao protagonismo. Sim, fazemos coro à afirmação de Tereza, que chega a ser um grito de afirmação - Cansei de ser objeto de pesquisa!

O que nos une enquanto sujeitos coletivos é o compromisso ético-político de usar nossa capacidade para a construção de “caminhos” na perspectiva da educação popular, do trabalho de base, territorializado, com os sujeitos coletivos.

Concordamos com o entendimento de Benedito (Dito) sobre o que representa para ele a Secretaria, os Encontros de Favelas e Ocupações - “são trocas sinceras” - refletindo sobre a confluência entre sujeitos e agentes que atuam nos territórios, sejam assessorias, universidades, organizações da sociedade civil, pois prescindem de um compromisso, não podem estar baseadas em conveniências ou interesses individuais, como no caso de pesquisas que chegam até o território. O que se espera é que a produção de conhecimento esteja alicerçada no território usado, que parta de questões que interessam à coletividade, como sugere Dito, em sua reflexão sobre a relação entre os atores:

Aos diferentes agentes, assessorias técnicas, seja da universidade, pesquisadores, que buscam aproximação com as favelas ou ocupações, tem que ser uma aproximação respeitosa. Precisa ter respeito pelo território, pelos sujeitos, porque as pessoas percebem quando você não é sincero e quando você não é respeitoso. (Benedito, entrevista colhida em agosto de 2025).

As palavras de Dito nos remetem a outro pressuposto fundante para a relação social horizontal, que é o vínculo. Não estamos afirmando ou sugerindo que é preciso estar ou viver integralmente no território, mas é fundamental que a construção de vínculo aconteça, faz parte, inclusive da “apropriação respeitosa”, citada por Dito, nosso interlocutor e participante da referida pesquisa.

Os Encontros são momentos de respiros e renovação da luta, nas palavras de Dito (2025): “é um encontro amoroso, de afeto, de resgatar a história, as conquistas, de analisar o presente e olhar para o futuro”.

Resgatando a construção de cada encontro, analisando cada processo, os caminhos percorridos para a construção, os formatos e metodologias adotadas, os conteúdos discutidos, enfim, toda a produção de conhecimento construída durante esses processos, é indiscutível que esse espaço tem sido um espaço singular de produção de conhecimento com os sujeitos coletivos, a partir do território, construído e conduzido pelos próprios sujeitos que vivem as contradições e afirmações no chão vivido.

É inegável que os desafios que se expressam pelas condições de vida e pelas circunstâncias, por vezes, nos afastam do sentido coletivo, somos interpelados por determinações da sociedade capitalista, que habilmente captura o tempo e a consciência dos sujeitos, dificultando ainda mais a participação popular e a construção coletiva.

Voltando as relações sociais forjadas nesse contexto, na prática comprometida contra hegemônica, consideramos “a particularidade do “olhar-autor” ou do “olhar-sujeito” reside justamente na indissociabilidade entre a experiência social e a construção do conhecimento” (Arregui; Koga, 2021, p. 24).

Contudo, as conexões e aproximações que cercam as relações sociais necessitam também pensar na continuidade, na presença constante, ou seja, “você não pode trabalhar com a perspectiva de curto prazo. Tem que trabalhar com a perspectiva de longo prazo, de médio e longo prazo” (Benedito, entrevista colhida em agosto de 2025).

Faz parte desse artesanato apresentar a produção de conhecimento construída ao longo dos últimos anos (2018-2025) como forma de visibilizar o vasto acúmulo sobre o território vivido.

Como parte constitutiva da ação compartilhada na produção de conhecimento popular, a confiança, o vínculo e o afeto são dimensões fundantes dessa ação, alicerçadas pelo compromisso ético-político que conduz o caminho que caminhamos juntos.

Mas, acredito que tudo o que você vai fazer vai poder construir algum tipo de resultado. Senão, é muito frustrante. Você começa e não termina. Termina e não começa. Então, a gente precisa trabalhar sempre pensando que você vai plantar sementes, mas ao mesmo tempo você vai ter um certo tempo também para regar, para produzir, para gerar frutos. (Benedito, entrevista colhida, em agosto de 2025).

Desta forma, entendemos que poderia ser uma forma de contribuição, organizar o acervo produzido ao longo dessa jornada, reunir toda produção de conhecimento construída por diversos sujeitos que se somam à articulação da Secretaria de Favelas, Ocupação e Cortiços.

Os conteúdos identificados por essa pesquisa resultam da relação direta ou indireta com a articulação, estão armazenados e disponibilizados em repositório público. Esse esforço reside na tentativa de concentrar em um local todo o acervo produzido de modo colaborativo, conjunto, participativo, de forma direta ou indireta, mas que concentra-se em um único propósito, produzir conhecimento “com os sujeitos” a partir das necessidades concretas, do território usado.

Ressalta-se que esta iniciativa foi apenas começada, cabe aos sujeitos alimentá-la e regá-la, como Benedito sugere em sua reflexão, somos plantadores de sementes.

CONCLUSÕES

Então, o povo vai lutando, resistindo e viabilizando os seus processos. (Benedito, entrevista colhida em agosto de 2025).

Talvez não seja possível traduzir integralmente as expressões, significados e sentidos que compõem esta construção. Contudo, o presente estudo não almeja tamanha ousadia. Chegamos a este ponto guiados por um fio condutor, apresentado nos escritos iniciais desta obra, quando traçamos uma analogia da pesquisa com a costura, caracterizando-a como uma "feitura artesanal". E, de fato, é isso que essa jornada evidencia, o chão vivido com todas as suas contradições, imperfeições, percalços e até mesmo utopias.

O percurso desta pesquisa não foi dissociado do campo da luta, tendo em vista que estamos construindo o processo baseado na pesquisa militante, dimensão que esteve sempre presente na tessitura deste artesanato intelectual e militante.

O processo de resistência, a partir da articulação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, representa a feitura construída por muitas mãos, simbolizando a edificação coletiva, o caminho percorrido em conjunto, o acúmulo de vivências e a produção de conhecimento coletivo acumulado, consolidando-se como um espaço que potencializa e catalisa a força popular.

Nosso trabalho teve como objetivo dar visibilidade aos conflitos fundiários, guiados pela caminhada dos sujeitos coletivos que também são os protagonistas desta pesquisa. Cada passo, cada escolha e cada chão percorrido refletem a ação desses sujeitos e de muitos outros que transitam de um chão para o outro, alinhavando e fortalecendo a luta coletiva.

A arquitetura da luta envolve muitos outros sujeitos, o território em questão, a periferia da Zona Sul de São Paulo, ao longo de décadas, vem acumulando vivências de luta por direitos, é chão de múltiplas resistências, lideranças como o Seu Gonçalves, Seu Nestor, Seu Pedrinho, Zé Maria, Seu Olímpio, Dona Chica, Dona Francisca, Dona Ana, Sheila, Mara, Loira, Sorriso, Tereza, e outras tantas, foram e são protagonistas dessa história. Nesse sentido, mesmo com tantas urgências pulsando, resgatando, visibilizando o chão da resistência, e também de memórias, bem como as marcas do território usado, é

uma forma de impulsionar as lutas do presente, que não são muito diferentes das lutas do passado.

Assim, essa pesquisa buscou problematizar o processo de quem vive situações de ameaças e despejos, e que mesmo em condições tão adversas, depositam sua força e coragem na construção da resistência coletiva.

De todo modo, é no caminho que a mudança ocorre, o sentido e o significado “da luta coletiva” são construídos no caminho vivido, no movimento de reconhecimento da realidade e das determinações que cercam a produção do espaço urbano.

As narrativas sobre o cotidiano nos territórios ameaçados ou em processo de remoção escancaram o grau de violência praticado e legitimado pelo Estado, mesmo quando o Estado se faz presente, implementando projetos e intervenções urbanas. As entrevistas, os depoimentos, a narrativa dos sujeitos que vivem nos territórios ameaçados, revelam que as violações ocorrem de modo sistemático, submetendo a população a diversas situações violadoras de direitos.

Com efeito, o percurso empreendido nos permite examinar os impactos das políticas públicas sob uma ótica mais aprofundada. Isso implica ir além de uma leitura superficial para identificar as demandas sociais, os embates e as lacunas dessas políticas, conforme destacado pelos autores.

As políticas sociais encaram as marcas da verticalização, focalização, processos densos de privatização e mercantilização que se acentuam na cena mais recente. A compreensão e aderência do território às políticas sociais também é um processo cheio de tensões e há grande dificuldade em apreender o sentido e a concepção inerente entre políticas sociais e territórios. Sposati e Koga (2013), quando discutem os sentidos territoriais e políticas sociais, lançam a reflexão de que as políticas se movimentam por uma lógica sedentária, inversa à territorialização humana. Ou seja, as lógicas e planejamento e intervenção das políticas sociais são desconexas e não incorporam as dinâmicas dos territórios, o que revela um processo de atuação apartada dos sentidos e contextos dos interesses e necessidades dos sujeitos nos espaços. (Arregui; Koga; Diniz, 2018, p. 1414)

As expressões apresentadas do chão vivido ajudam a compreender a complexidade dos contextos que configuram os conflitos fundiários, a ameaça

de despejo soma-se às outras tantas violações vivenciadas ao longo dos percursos e trajetórias.

Conforme exposto, os desafios sociais enfrentados em áreas urbanas abrangem, dentre outros aspectos, a falta de moradia adequada, a desigualdade econômica, o acesso restrito a serviços essenciais, violências e processos de criminalização e estigmatização. Tais questões se configuram como reflexo da intrincada dinâmica das sociedades urbanas e demandam estratégias integradas, intersetoriais para impulsionar transformações significativas.

As cidades brasileiras expõem legados históricos que constituem dívidas socioterritoriais acumuladas durante séculos de urbanização segundo padrões desiguais do ponto de vista social, excludente do ponto de vista territorial e predatório do ponto de vista ambiental. Esse quadro de crise urbana aparece em diversos contextos regionais e socioambientais, desde as cidades da zona costeira até aquelas localizadas nas regiões do interior mais recôndito do país. (Nakano, 2008, p. 54)

As considerações destacam um cenário de conformação de um processo urbano-social excludente nas cidades brasileiras. Essa lógica é reproduzida em todos os âmbitos, inclusive, na formulação das políticas sociais, que, geralmente, desconsideram o contexto sócio-histórico, as profundas desigualdades, naturalizando as precárias condições de vida.

A articulação da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, apresenta-se como um espaço potente, não só por seu caráter de articulação política, mas, sobretudo, por seu potencial pedagógico, de formação permanente, por trazer os princípios da educação popular, por aglutinar sujeitos, agentes, organizações, universidades, todos, para a construção dos processos de resistência, que passam pela leitura permanente da realidade local, do contexto, sem perder de vista a análise e a relação entre o micro e o macro. Nas palavras de Benedito (Dito), a SFOC tem esse potencial “agregador” de unir e reunir para construir ações insurgentes.

O percurso metodológico construído combinou instrumentos e técnicas que possibilitaram materializar o chão vivido e os sujeitos sem colocá-los meramente como “objetos de pesquisa” e sim como protagonistas, cada um ao

seu modo, com a sua vivência, luta e resistência. Reconhecemos que esse caminho tornou esse estudo um instrumento de luta, um registro fundamental, por visibilizar que os sujeitos lutam pela permanência em seus territórios, pelo acesso à moradia e a cidade, mas, sobretudo, desejam participar das decisões, desejam uma política pública que “os enxerguem” não como problema, mas como partícipes do processo. O estudo permitiu também a organização do acervo da produção de conhecimento a partir da articulação da SFOC construindo um repositório público para que os estudos, pesquisas, planos, levantamentos e leituras técnico comunitárias, possam estar acessível e a serviço da promoção e da democratização do conhecimento produzido, e principalmente, que possa ser subsídio para a formulação de políticas públicas.

Nesse sentido, os achados da pesquisa reforçam a imprescindível atuação da SFOC na defesa do direito à moradia e na luta contra os despejos, evidencia a importante atuação das assessorias técnicas no campo popular, como também propõem os autores, Amore *et al*, (2018), ao refletirem sobre a atuação das assessorias técnicas.

Os processos devem ser entendidos não como apologia à renúncia às disputas pelos recursos do Estado para redução de desigualdades urbanas, mas sim como ações insurgentes que buscam mostrar para o Estado que, através da organização popular, é possível encontrar soluções urbanas e habitacionais (fora do *mainstream*) para viabilizar o direito à moradia para as famílias de baixa renda. Para a ocupação de terreno, visando qualificar a ocupação do espaço urbano, de modo a facilitar uma regularização fundiária futura. (Amore; Hirigoshi; Pereira, 2018, p. 16)

Em relação aos planos populares, aos processos de resistência, Benedito (2025) reforça que:

Muitas vezes, fora desse desenho dos grandes programas, as ações locais, construídas a partir das experiências no desenvolvimento dos planos populares, como estamos fazendo, também podem indicar outros formatos de programas e também podem contribuir muito para o formato da política. (Benedito, entrevista colhida em agosto de 2025)

A avaliação do processo construído pela incidência político-pedagógica da SFOC, desde a sua constituição, revela sua relação orgânica com o território,

esse marcador faz desse espaço coletivo “um espaço singular” no campo dos movimentos de moradia, coloca as favelas, as ocupações e cortiços, no centro do debate, sinalizando que as respostas também precisam partir dos territórios, considerando seus usos, suas necessidades, identidades, e também suas potencialidades.

O processo de construção coletiva, as parcerias, as pesquisas, os registros, os mapeamentos, as linhas do tempo, todos esses processos juntos formam, vamos dizer assim, esse grande mosaico da Secretaria de Favelas, na minha opinião. (Benedito, entrevista colhida em agosto de 2025)

Esse estudo procurou visibilizar a difícil tarefa da construção da resistência, e quando falamos em resistência nos referimos ao conjunto de ações que reúne múltiplas estratégias desde as mais simples às mais complexas, que exigem menor tempo e as que exigem maior tempo e são mais complexas. Colocar de pé uma instância de articulação política no contexto atual, onde o chão vivido também é atravessado pelo avanço do conservadorismo combinado com o avanço neoliberal ou ultra neoliberal, ainda sob efeitos de uma crise tríplice (Golpe, pandemia, destruição de direitos), nota-se que a subjetividade é facilmente “capturada”, influenciando os sujeitos coletivos e até mesmo causando “certa paralisia”.

A ofensiva do conservadorismo hoje é um componente ligado à cultura política da sociedade capitalista contemporânea. Então, tal conservadorismo, assume hoje, novos determinantes, não mais apenas no sentido tradicionalista, nostálgico do passado, com viés católico, ele é sobrepujado pela religiosidade de raiz evangélico-protestante, mais afinado com o espírito do capitalismo, da fraternidade e da prosperidade. (Lima; Gois, 2025, p. 13)

Os territórios não estão isolados, expressam os efeitos observados, o individualismo exacerbado, que remonta entendimentos e percepções distanciadas dos princípios da luta coletiva, o significado de “direito” de “conquista” é esvaziado e ocupado pelo discurso neoliberal, onde as necessidades humanas são objetificadas, transformadas em “mercadorias”. O mesmo efeito ocorre no campo das relações sociais, o esvaziamento do sentido

coletivo é substituído, baseado na concepção do mercado, como se “tudo” estivesse em uma gôndola de supermercado, igualando-se à relação na esfera do mercado: consumidores - produtos, prestação de serviço - contratantes e contratados.

Esses efeitos atravessam também as relações sociais, a vida cotidiana dos sujeitos coletivos, e, conseqüentemente, os espaços de luta, que podem ser interpretados como “imobilismo” diante das violências, violações e opressões.

O culto à noção de indivíduo livre e da responsabilização pessoal pelo seu fracasso ou sucesso é o que move o discurso ideológico neoliberal e conservador. Há a dissolução dos/as trabalhadores/as enquanto classe social, sujeitos coletivos, em trabalhadores/as atomizados/as, reclusos/as em suas individualidades isoladas. Também se evidenciou que apresentado como o único caminho possível para a liberdade dos indivíduos, o contexto neoliberal e ultraconservador expressa a fragilização da luta de classes na sociedade e afasta a percepção da centralidade da classe trabalhadora nos processos de lutas sociais emancipatórias. (Lima; Gois, 2025, p. 13)

Diante deste contexto, torna-se tarefa nossa desvelar permanentemente a realidade multifacetada, problematizando a conjuntura coletivamente, nos espaços onde atuamos, analisando os efeitos dessas determinações para os processos de luta coletiva.

As falas dos sujeitos são reveladoras dos meandros das intervenções urbanas, dos processos de implementação de infraestrutura. Assim, temos constatado no presente estudo, por meio dos relatos, que as decisões e definições sobre os investimentos públicos estão longe da esfera de discussão e participação da população interessada, cada vez mais, observa-se que essas definições ocorrem nas mesas de negociações com investidores do mercado imobiliário especulativo, como descreve Koga (2013).

Não se pode negar a regência orquestrada do mercado imobiliário especulativo, que se dá no cotidiano dos territórios das cidades brasileiras, em nome de uma urbanização, ou mesmo, de uma inclusão, pela realização do sonho da casa própria. É esse mercado que define onde se fará a cidade, um legado que vem sendo construído ao longo da história da urbanização brasileira. (Koga, 2013, p. 11)

É indiscutível a importância com que a população busca enfrentar ativa e conjuntamente os desafios urbanos, com os meios e as capacidades sociais que lhes são disponíveis.

Desta forma, analisar as insurgências dessas novas práticas urbanas significa questionar a forma de planejamento urbano, repensar as escalas, as assimetrias de poder nos processos de produção das cidades. Significa considerar conhecimentos e práticas insurgentes que estão alicerçadas em princípios da ação coletiva, que partem do chão vivido, de outros repertórios, onde o projeto não é o mais importante, e sim, o processo, o percurso que foi possibilitando o acúmulo de conhecimentos, de vivências, de vínculos e compromissos partilhados. Tais práticas baseiam-se em princípios de coletividade, colaboração e democracia, apontando para uma nova perspectiva de conceber e construir espaços de vivência através de práticas urbanas insurgentes. Sobre a prática insurgente, Latendresse (2019) destaca que:

De acordo com essa perspectiva, o planejamento insurgente sempre empreende uma visão alternativa, tanto aquela dos empreendedores e investidores imobiliários como de outra forma, transgredindo também os espaços de decisão estabelecidos pelos dispositivos participativos oficiais. Esses “espaços de resistência” são também inovativos, no sentido de que a programação desse planejamento se baseia em uma perspectiva aberta, bastante diferenciada daquela que habitualmente se impôs ao planejamento urbano. Essas práticas ancoram-se ainda em uma forte apropriação simbólica do bairro, apropriação que é sinergicamente ampliada no bojo dessas práticas. As operações populares de planejamento urbano e demais práticas auto-organizadas localmente se opõem ao domínio do valor de troca na produção capitalista da cidade e ao processo de gentrificação consequente ao processo de revitalização urbana. (Latendresse, 2019, p.6)

Diante do exposto, a SFOC posiciona-se na contramão do contexto neoliberal, confronta o ideário neoliberal e se coloca na defesa frontal dos direitos, das políticas públicas, contra a criminalização das lutas, da mercantilização da moradia, inclusive defende o direito de incidir na construção das políticas públicas participando da construção de alternativas a partir de seus modos de vida, identidades e culturas.

Os Encontros apresentados no Capítulo III, impulsionados pela força da organização popular, evidenciam o protagonismo dos sujeitos coletivos e os

processos de insurgência e contestação à lógica neoliberal que tem pautado a política habitacional e urbana em São Paulo.

Os Encontros, que são, nas palavras de Dito (2025), advogado popular e articulador da Secretaria de Favelas, Ocupações e Cortiços, “aproximações que constroem uma troca sincera e um avanço de pautas e de desafios coletivos”. Esses momentos evidenciam e materializam a incidência política da Secretaria, porque apresentam as ações concretas que estão sendo realizadas nos territórios, mas, principalmente, porque é um espaço singular de escuta dos sujeitos que estão vivenciando as ameaças e despejos na pele.

Nesse sentido, esses momentos foram expressados nos relatos e depoimentos colhidos durante o desenvolvimento desta pesquisa, ficando explícitos, nas visitas para a realização do levantamento socioterritorial, onde pudemos constatá-los não somente nas falas, mas, sobretudo, nos gestos, no acolhimento afetuoso, sincero, no sentimento que constrói muito mais que articulação política, que constrói laços de pertencimento e vínculo comunitário, fundamental para os processos de transformação social.

O levantamento das favelas e ocupações que compõem a articulação da SFOC representa uma contribuição significativa para a incidência política, a partir da leitura dos dados, com esse grau de proximidade, será de grande valia para a construção de leituras sobre os conflitos fundiários, suas similaridades, as precariedades, como, também, as resistências, significando os marcadores sociais que conformam a relevância do conjunto de ações e a presença concreta da incidência política dos movimentos sociais na defesa do direito à moradia e a todos os direitos fundamentais para a reprodução da vida.

Certamente, este trabalho não se esgota aqui, as análises e sistematizações seguirão desafiando a conjuntura complexa, em novos caminhos insurgentes, compromisso necessário e fundamental para a luta coletiva.

Esse trabalho artesanal demarca o lugar que defendemos na luta política, não existe solução para os conflitos fundiários sem a participação dos sujeitos, assinalamos que a transformação social que buscamos está apoiada na emancipação dos sujeitos, seguindo os ensinamentos de Rosa Luxemburgo, ao refletir sobre emancipação dos sujeitos “o único meio de pressão que pode levar à vitória é a formação política dentro da luta cotidiana” (Luxemburgo, 2021, p.

87). A luta política deve estar alinhada aos princípios ético-político, coerentes com a vida cotidiana e com as nossas bandeiras de luta.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Betina *et al.* Moradia e a Pandemia. Habitação no contexto da crise sanitária de Covid-19. In: Pandemia e crises: impactos nas políticas sociais do trabalho, saúde e habitação. **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, v. 7, n. 12, p. 20-40, jan./jun. 2021.

ALMEIDA, Hélio Jorge Reis. Criminalização Midiática do Movimento Social de Luta pela Moradia Digna: uma análise do conteúdo das matérias veiculadas pela imprensa escrita brasileira. **Anais XVIII ENANPUR**, 2019.

ALVES, Giovane. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.

AMORE, Caio Santo *et al.* Os limites do assessoramento para autourbanização: Ocupação Anchieta Grajaú. Artigo apresentado no **V Encontro Internacional de Experiências de Planejamento em Contexto de Conflito Social**, IPPUR/UFRJ, 2023.

AMORE, Caio Santo; HIRIGOSHI, Maria Rita; PEREIRA, Rafael Borges. **Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.

AMORE, Caio Santo; HIRIGOSHI, Maria Rita; PEREIRA, Rafael Borges. Resistências Urbanas e Assessoria Técnica, a Arquitetura Possível e Necessária. Artigo apresentado no **III Seminário Nacional Sobre Urbanização De Favelas – Urbfavelas**, Salvador - BA – Brasil, 2018.

ARAÚJO, A. C. O. de *et al.* Processo de Autourbanização da Ocupação Anchieta Grajaú: uma contribuição para pensar intervenções em favelas. **Cadernos do CEAS: Revista crítica De Humanidades**, v. 48, n. 260, p. 491-518, 2023. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p491-518>.

ARREGUI, Carola *et al.* Dinâmicas Socioterritoriais e Práticas Profissionais: entre chãos e gestão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 1407–1430, 27 set. 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9872>. Acesso em: 7 out 2025.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social**. 1.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 02 jan. 2011.

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo**: reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Resolução Recomendada nº 87 de 08 de dezembro de 2009**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/resolucoes-recomendadas/resolucao-87-2009.pdf>. Acesso em: 03 set. 2025.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino e Pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação, **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n.13, p. 389-413, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/21800/15879>. Acesso em: 09 jun. 2025.

BURNETT, Frederico Lago. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista**: a fetichização dos Planos Diretores Participativos. São Paulo: Annablume. São Luís: Fapema, 2011.

CARVALHO, Laura. **Curto-Circuito**: O vírus e a volta do Estado. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Ulisses; MARINO, Aluizio; SÁ, Júlia do Nascimento de; GONSALES, Talita Anzei. O ciclo vicioso das remoções na metrópole paulista, LabHab, 2019.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago., 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/E-Chagas-Subjetividade-em-Marx.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2025.

COELHO, Francisca Genilce Gomes Barbosa. **Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos**: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018). 2021. 437 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estado brasileiro**: gênese, crise, alternativas. in: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DRAGO, Felipe. **Autogestão na produção habitacional**: Programa Crédito Solidário, entre a institucionalização e o confronto político, 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Vinte anos depois**: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/hr5Sm86RfLcN8Tn4nSNy8nr/?lang=pt#> Acesso em: ago. 2025.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Choque de ordens: drogas, dinheiro e regimes normativos em São Paulo. **Boletim do Instituto de Saúde – BIS**, v. 18, n. 1, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/issue/view/2203/50>. Acesso em: fev. 2025.

FERRARA, L. N., Gonsales, T. A., & Comaru, F. de A. (2019). Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, 21(46), 807–829. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4606>. Acesso em: ago.2025.

FERRARA, Luciana Nicolau. Urbanização de Assentamentos Precários em Área de Mananciais: um balanço da atuação do poder público e os desafios que permanecem na região metropolitana de São Paulo. **Revista Digital**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351757994005/html/>. Acesso em: ago. 2025.

FERRARA, L. N. Urbanização de assentamentos precários em área de mananciais: um balanço da atuação do poder público e os desafios que

permanecem na região metropolitana de São Paulo. **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 3, p. 413-435, 2018. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v15e2018a4192>. Acesso em: jan. 2025.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Autogestão e Habitação**: entre a utopia e o mercado. 2014. 219 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2014. 160.

FERREIRA, Fátima Ferreira. **A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula**: produção e agentes. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012. (Habitação e cidade; 2).

FIDELIS, Cíntia Almeida. **Autogestão na produção social da moradia**: o protagonismo dos movimentos populares, entre tensões e afirmações. 2018. 165 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FIDELIS, Cíntia Almeida; GUSMÃO, Ivaloo Gorge. Trabalho Social em ocupações: vivências e possibilidades. **Serviço social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições / [Rosângela Dias Oliveira da Paz... [et al.]; organização Rosângela Dias Oliveira da Paz, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1997.

GUERREIRO, Isadora de Andrada. Conflitos e Violências nos Territórios Populares: Mercantilização, Gestão de Precariedades e Desafios para o Engajamento Político. **Anais Enanpur**, 2023. Disponível em: https://xxenanpur.anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Caderno-de-Resumos-XX-ENANPUR_final.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

JESUS, Patrícia Maria. **O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades no Município de São Paulo**. 2015. 285 p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://autogestao.unmp.org.br/projeto/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

KHOURY, Y.A. Narrativas orais na investigação da história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 220, jun. 2001.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Seminário Nacional – Gestão de Políticas Sociais e Território** – no âmbito do Projeto Procad – Universidade Estadual de Londrina – PR – no dia 02/04/2013.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 44).

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACERDA, L. G. *et al.* Desposseção, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2022. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202231pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6887>. Acesso em: 4 out. 2025.

LATENDRESSE, A.; CUNHA, L. F. Práticas insurgentes e contrapoderes no planejamento urbano: o caso de Pointe-Saint-Charles em Montreal. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, n. 11, e20180041, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO15>.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBREROS, A.; CASTILLO, G.; BONILLA, V. D. **Causa Popular, Ciencia popular**: una metodología del conocimiento científico a través de la acción. Bogotá: La Rosca, 1972.

LIMA SOBRINHO, J. I. de; GOIS, J. C. da S. Individualismo capitalista e o conservadorismo contemporâneo: limites e possibilidade da socialização humana. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. e17638, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.5-072. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17638>. Acesso em: 18 ago. 2025.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Ciências Humanas, 1979

MALO, Marte. **Nociones Comunes, Experiencias y ensayos entre investigación y militancia**. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade violência. **Estudos Urbanos** - Série Arte e Estudos Urbanos. Editora Hucitec, 2005.

MARTINELLI, M. L. **História Oral**: exercício democrático da palavra. São Paulo: Texto didático, PUC-SP, 2013.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista, v. III, Tomo II [1894]. São Paulo: A. Cultural. (Coleção Os Economistas), 1985.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kuglmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. **Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades**: uma história em construção. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012. (Coleção Habitação e cidade, v. 2).

MIRAFETAB, F. (2016). **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano** | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 18(3), 363. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363> Acesso em: 17 de ago. 2025.

MORAIS, Michelle Campos. **Práticas insurgentes em planejamento urbano**: as experiências de Urbanismo Colaborativo. 2023. 283 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. supl., p. 43-54, ago. 2008.

MUJICA, Pepe; FRANCISCO Papa; CHAVES Hugo; DAVIS Ângela. **Testemunho da Utopia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 87p.

NAKANO, A. K. O planejamento e a gestão territorial no Brasil: entre o tecnocratismo e o direito à cidade. *In*: KOGA, D.; FÁVERO, E. T.; GANEV, E. **Cidades e questões sociais**. São Paulo: Terracota, 2008, p. 53-68.

NASCIMENTO NETO, P. A precariedade como regra: aportes para um reposicionamento epistemológico. *Rev. VIRUS*. São Carlos, n. 20, 2020.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 44, São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br>. Acesso em: 04 fev. 2017.

OLIVEIRA, Beatriz Mendes de. **Ocupação Anchieta**: conflitos e experiências na luta por moradia. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. 161f.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política**: uma leitura latino-americana / Hernán Ouviaña; tradução Igor Ojeda; revisão técnica Isabel Loureiro. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Fundo Nacional de Moradia Popular**: Marco Histórico de Participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 182 p. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 1996.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; SILVA, Ademir Alves da. (Org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Intervenções urbanas e trabalho social. *In*: ARREGUI, C. C.; BLANES, D. N. **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2017.

PEABIRU. Trabalhos Comunitários e Ambientais. **Dados do Levantamento Socioeconômico**: Ocupação Anchieta, 2019. Acervo interno.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base**: seleção de roteiros organizados pelo CEPIS. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152p.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “Lei do Comprometimento”. In: **A redução sociológica** [1958]. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 105-112.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Cartografia da ação social**: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Pesquisa Militante**: outras metodologias frente a emergência de outras epistemologias. III Seminário de Metodologia do Projeto ALICE. Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais. 2013.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988.

SANTOS, Milton. “O retorno do território.” In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria L. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993, p. 15-20.

SANTOS, Milton. **O Lugar**: encontrando o futuro, 1996. Disponível em: <https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2023/05/O-Lugar-Encontrando-O-Futuro-MiltonSantos.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANTOS, R. A. Entrevista com Ananya Roy. **Tempo Social**, v. 37, n. 1, p. 133-152, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2025.230257>. Acesso em: set. 2025.

SANTOS, Renato Abramowicz. Violências do Estado na produção de territórios, informalidade e redes de proteção. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 283-308, jan./abr. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5913>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/3M7YLZxQVrZkxvhKsP46WrC/>. Acesso em: maio 2025.

SANTORO, Paula; NUNES, Flávia. Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) em São Paulo: transferência de terras para exploração comercial por terceiros. **labcidade**, maio 2018. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/projetos-de-intervencao-urbana-pius-em-sao-paulo-transferencia-de-terras-para-exploracao-comercial-por-terceiros/>. Acesso em: jun. 2025.

SANTORO, Paulo; CHIAVONE, João de Araújo. Negócios de impacto e habitação social: uma nova fronteira do capital financeirizado? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 683-704, set./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4902>. Acesso em: jun. 2025.

SAULE, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. 2005. Disponível em: www.redbcm.com.br/Biblio.aspx. Acesso em: 28 ago. 2025.

SILVA, M. L.; RODRIGUES, J. C. Níveis urbanos e financeirização: síntese possível? **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, e20220205, 2023. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220205>

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Leda Mara. **Análise Comparativa das Políticas Habitacionais nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**. UNIVALI, Itajaí, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Leda%20Mara%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SPOSATI, Aldaíza; KOGA, D.H.U. São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais. 1. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013. v. 1. 380 p.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200085. Acesso em: 10 nov. 2024.

TATAGIBA, Luciana. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. Artigo extraído do Capítulo do livro: **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento, v. 7).

TEIXEIRA, Leonardo Evaristo. Editorial – Em defesa da pesquisa militante. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 11–19, 2025. DOI: 10.26512/revista insurgencia. v11i1.57167. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/57167>. Acesso em: 9 jul. 2025.

TEIXEIRA, Alessandra; ALVES, da Silva Eliane. Conflitos fundiários urbanos e sistema de justiça: judicialização da política ou politização da justiça? **Mediações**, 2016, v. 21, n. 1, p. 124-144. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=748879437007>. Acesso em: 02 set. 2025.

TELLES, Vera S. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 15-41, jan./jun. 2015.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo Cesar. Reflexões sobre a Hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 04, p. 49-60, maio 2001.

VARELLA, Renata Versiani Scott. **A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos Movimentos Sociais**. 2017. 338.f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor?** Resgate do professor como sujeito de transformação. São Paulo: Liberdade, 2001.

VERSIANI, R; BRINGEL, B. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista de Direito Administrativo**. Edição Especial Direito e Desigualdades. São Paulo: USP, v.3, n. 3, 2016.

VIEIRA, Nuria Pardillos. **O Trabalho do Assistente Social nos Processos de Remoção de Moradias**: atualização de antigas requisições. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2015.

WHITAKER, João Sette. O golpe e o minha casa, minha vida. Blog Cidades para que(m), 2017. <https://cidadesparaquem.org/blog/2017/4/16/o-golpe-e-o-minha-casa-minha-vida>.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social**, 2014. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.004>

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelos, Dilemas e Desafios. **Seminário Internacional do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social**. Brasília - DF - 8 a 10 de novembro de 2010.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em rebeldia**. Tradução de Gabriel Bueno da Costa. São Paulo: Elefante, 2022. 264 p.

SITES CONSULTADOS

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>

<https://www.campanhadespejozero.org>.

<https://www.generonumero.media/reportagens/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/> acesso em 2022.

<https://nossasaopaulo.org.br/>.

<https://mapa.despejozero.org.br/sobre-o-mapa/#Sobre-a-iniciativa>.

<https://sp.unmp.org.br>

<http://www.peabirutca.org.br>

www.gaspargarcia.org.br

<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une-um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>.

<https://www.metropoles.com/negocios/brasil-tem-o-maior-aumento-de-milionarios-em-todo-o-mundo-em-2022>.

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/favela-por-que-o-ibge-retomou-o-uso-do-termo-no-censo/>.

<https://agenciamural.org.br/>

<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/operacoes-urbanas/oucae/>

<https://www.labcidade.fau.usp.br/projetos-de-intervencao-urbana-pius-em-sao-paulo-transferencia-de-terras-para-exploracao-comercial-por-terceiros/>

<https://www.labcidade.fau.usp.br/projetos-de-intervencao-urbana-pius-em-sao-paulo-transferencia-de-terras-para-exploracao-comercial-por-terceiros/>

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf

<https://fundacaoastrojildo.org.br/fome-e-crise-estao-abrindo-hiperperiferias-em-saopaulo/#:~:text=A%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20Terra%20de%20Deus%20%C3%A9%20exemplo,populoso%20da%20cidade%2C%20com%20360%20mil%20habitantes>

<https://mapa.despejozero.org.br>

<https://sp.unmp.org.br/a-situacao-da-moradia-no-brasil-e-no-estado-de-sao-paulo/acesso>

<https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/defesa_civil/noticias/?p=30621

https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

<https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/nos-mulheres-da-periferia-zona-sul/>

<https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>

<https://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-aumentam-durante-a-pandemia-despejozero/>

<https://www.brasildefato.com.br/2025/03/14/efeito-pandemia-ate-meio-milhao-de-pessoas-vivem-em-ocupacoes-na-cidade-de-sao-paulo/>

APÊNDICE E ANEXOS

autoria	pesquisador/es/as	título	ano de publicação	organização / instituição	onde foi localizada a obra / repositório	endereço eletrônico	palavras-chave	temática	território específico	tipo de documento
Ana Clara Oliveira de Araújo, Beatriz Lustosa Ribeiro Cieto, Beatriz Silva Colpani, Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka e Victor Martinez Corrêa e Sá	Ana Clara Oliveira de Araújo, Beatriz Lustosa Ribeiro Cieto, Beatriz Silva Colpani, Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka e Victor Martinez Corrêa e Sá	Contribuições da universidade para a produção social da cidade: experiência de pesquisa e extensão na Ocupação Anchieta Grajaú (RMSP)	2023	Peabiru	Google Drive	https://drive.google.com/file/d/1tjC7i6nwLDnRgc8PBW0CQhD41Iya3O50/view?usp=drive_link	universidade, produção social da cidade, experiência	participação acadêmica, urbanismo	São Paulo (Grajaú)	Artigo
Ana Clara Oliveira de Araújo, Cintia Almeida Fidelis, Larissa Gabrielle Silva Norito Hiratsuka, Nunes Lopes dos Reis, Victor Martinez Corrêa e Sá	Ana Clara Oliveira de Araújo, Cintia Almeida Fidelis, Larissa Gabrielle Silva Norito Hiratsuka, Nunes Lopes dos Reis, Victor Martinez Corrêa e Sá	Processo de autourbanização da Ocupação Anchieta Grajaú: uma contribuição para pensar intervenções em favelas	2023	Peabiru	Google Drive	https://drive.google.com/file/d/1YDSUx1IAoXFtsCVZsV0IBUKtu-sYH4xj/view?usp=drive_link	auto-urbanização, ocupação Anchieta, favelas	planejamento urbano, intervenção comunitária	São Paulo (Grajaú)	Artigo
Ana Paula Pimentel Walker, María Arquer de Alarcón, Caio Santo Amore, Nunes Lopes dos Reis, Neetu Rajkumar Nair, Jessica Yelk & Yunsong Liu	Ana Paula Pimentel Walker, María Arquer de Alarcón, Caio Santo Amore, Nunes Lopes dos Reis, Neetu Rajkumar Nair, Jessica Yelk & Yunsong Liu	Young Land Occupations and the Failure of Housing Policy in Brazil	2021	University of Michigan	tandfonline.com	https://drive.google.com/file/d/1oHas91nuNsZndyUNhNgXrkQBssKdgvw1/view?usp=drive_link	ocupações de terra, políticas habitacionais, Brasil	políticas habitacionais, ocupações de terra	Brasil	Artigo
Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka, Martim Ferraz Costa Furtado e Victor Martinez Corrêa e Sá	Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka, Martim Ferraz Costa Furtado e Victor Martinez Corrêa e Sá	A cabeça pensa onde os pés pisam: aprendizados com Extensão Universitária em ATHIS em uma ocupação da zona sul da cidade de São Paulo	2023	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)	ANPUR	https://drive.google.com/file/d/1o0XhqZp9h490jmxwlZ7f4KOoWf58vssP/view?usp=drive_link	ATHIS, extensão universitária, ocupação urbana, zona sul de São Paulo	ATHIS, extensão universitária, ocupação urbana	São Paulo (Zona Sul)	Artigo
UMM-SP	Vários	2º Encontro de Favelas	2023	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	Periferia em Movimento	https://periferiaemmovimento.com.br/encontrodemovimentos022023/	favelas, movimentos sociais, resistência	articulação e mobilização popular	São Paulo	Artigo
UMM-SP	Vários	4º Encontro de Favelas	2023	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	SP UNMP	https://sp.unmp.org.br/encontro-favelas-da-zona-sul-lanca-carta-de-compromisso-com-luta-por-moradia-popular-e-contra-especulacao-imobiliaria-na-regiao/	favelas, resistência, especulação imobiliária	compromisso com a luta por moradia popular	Zona Sul de São Paulo	Artigo

Victor Martinez Corrêa e Sá	Victor Martinez Corrêa e Sá	As formas de produção na Ocupação Anchieta Grajaú. As relações mediadas pelo valor de troca e o espaço autoproduzido	2023	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)	Google Drive	https://drive.google.com/file/d/1e aYaFAOGzcs6nOv8XhnNcPe2iAhG1wdj/view?usp=drive_link	autoconstrução, valor de troca, espaço autoproduzido	produção do espaço urbano, periferia	São Paulo (Grajaú)	Artigo
Maria Arquero de Alarcón and Ana Paula Pimentel Walker	Ana Paula Pimentel Walker, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, María Arquero de Alarcón, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, Benedito Roberto Barbosa, LabJUTA UF ABC, UMM e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Luciana Nicolau Ferrara, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Fernando Botton, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Marliene Ribeiro de Souza, Associação Pantanal e União dos Movimentos de Moradia, Sheila Cristiane Santos Nobre, Associação Cultural Cariri e União dos Movimentos de Moradia, Francisco de Assis Comarú, LabJUTA Universidade Federal do ABC	ATIVA, ARTICULA, ADVOGA: CO-PRODUÇÃO PELO DIREITO DE OCUPAR, PERMANECER E URBANIZAR / ACTIVATE, ARTICULATE, ADVOCATE: CO-PRODUCTION FOR THE RIGHT TO OCCUPY, HOLD GROUND, UPGRADE – Volume 2 Atlas Comunitário	2022	Taubman College University of Michigan	Issuu	https://issuu.com/marquero/docs/aaa_ford-lasa_communitiesatlas-v2	direito à moradia, cartografia social, periferia, urbanização	direito à cidade e moradia	Periferia Sul de São Paulo	Atlas comunitário
Grupo Facilitador da Campanha Despejo Zero	Raquel Ludermir (Habitat para a Humanidade Brasil), Talita Gonsales (Observatório de Remoções), Felipe Moreira (Campanha Despejo Zero), Margareth Uemura (Instituto Pólis e BRCidades), Julia Magnoni (Habitat para a Humanidade Brasil), Julia Ávila Franzoni (UFRJ e Labá - Direito, Espaço & Política), Raquel Ferreira Pires (UFRJ e Labá - Direito, Espaço & Política).	Capítulo: Política Habitacional e Despejos – Dossiê FNUR 2021	2021	Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR)	Google Drive	https://drive.google.com/file/d/1rCP8j2Z8i6WvSewdgTlgeUsNn3TptakU/view	política habitacional, despejos, reforma urbana	políticas públicas, direito à cidade	Nacional	Capítulo de livro / Relatório
Projeto coletivo (Articulação Vila Andrade)	Não especificado	CENTENAS DE FAMÍLIAS AMEAÇADAS DE REMOÇÃO NA DIVIDIDA E DESIGUAL VILA ANDRADE	2021	Articulação Vila Andrade Associação Sociedade Alternativa Br Cidades Central de Movimentos Populares Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos Coletivo de Favelas, Ocupações e Cortiços da UMM Defensoria Pública do Estado de São Paulo LabCidade FAUUSP LabJuta UFABC Luta Popular Núcleo de Habitação e Urbanismo Observatório de Remoções União dos Movimentos de Moradia de São Paulo União Nacional por Moradia Popular	Google Forms	https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScEZjYfYLbdAMrrKwm1TYssJ_Z2K9fxARDINeFdSLnCM5QxXzw/viewform	direito à moradia, mobilização comunitária, manifesto	mobilização social e direito à moradia	Vila Andrade, São Paulo	Carta coletiva / Manifesto
Projeto coletivo (Água e Moradia)	Profª. Luciana Ferrara, Profª. Vanessa Empinotti, Ana Paula Walker, Benedito Barbosa, Elton A. T. Alves, Fernando Botton, Francisco Comaru, Gabriel Ancilotto Idú, Jade Cavalhieri, Leticia Costa, Marcos Dominguez, Maria A. de Alarcón, Marilene R. de Souza, Nathália Costa, Paula Tomaz, Rayssa Saidel Cortez, Renata Sarti, Sheila Santos Nobre, Tamires Barbosa, Veridiana Godoy, Vitor Hugo Alves	Cartografias do acesso à água na pandemia da Covid-19 – Água e Moradia	2020	Universidade Federal do ABC (UFABC)	Google Drive (link compartilhado)	https://share.google/cegMhziyQKrCmEI1N	pandemia, acesso à água, cartografia, Covid-19	direito à água e vulnerabilidade social	Regiões periféricas urbanas (SP)	Cartografia / Relatório
Campanha Despejo Zero	Não especificado	Dados – Campanha Despejo Zero	2020	Campanha Despejo Zero	Site Despejo Zero	https://www.campanhadespejozero.org/acervo	dados, despejos, remoções forçadas	direito à moradia, justiça social	Nacional	Dados / Relatório

Ana Luiza Vieira Gonçalves	Ana Luiza Vieira Gonçalves	Quem corre pra viver, quem corre perigo: violência e produção do espaço periférico em São Paulo	2023	Universidade Federal do ABC (UFABC)	Repositório Institucional da UFABC	https://drive.google.com/file/d/1uGcJNBEmBDQdvi-AdrI8qJEzH2AH6w/view	violência urbana, produção do espaço, periferias, São Paulo	conflitos urbanos, urbanização periférica	São Paulo (periferia)	Dissertação de mestrado
Delana Cristina Corazza	Delana Cristina Corazza	OS LIMITES DA CIDADE: DIREITO À MORADIA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM CASOS DE REMOÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	2014	Universidade de São Paulo (USP)	Teses USP	https://drive.google.com/file/d/1RvHYa2fyH8LTCoMGziL3scJFhuGEcouq/view	direito à moradia, remoções, atuação do Estado, São Paulo	políticas públicas, remoções urbanas	São Paulo (capital)	Dissertação de mestrado
Fernando Botton	Fernando Botton	A LUTA PELO ACESSO À ÁGUA E PELA MORADIA: a regularização de água na ocupação Gaivotas – Grajaú - SP	2023	Universidade Federal do ABC (UFABC)	Repositório Institucional da UFABC	https://drive.google.com/file/d/1RNQPjoic7wQFh3jgz-zQ_mLRIdoAjtve/view	regularização de água, ocupação Gaivotas, Grajaú, direito à água	direito à água, urbanização, movimentos sociais	São Paulo (Grajaú)	Dissertação de mestrado
Prefeitura de São Paulo / Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)	Prefeitura de São Paulo / Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)	Atendimento Habitacional Definitivo	s/d	Prefeitura de São Paulo	habitasampa.inf.br	http://www.habitasampa.inf.br/atendimento/criterios-para-o-atendimento-habitacional/provisao-habitacional/	atendimento habitacional, provisão habitacional	políticas públicas, moradia	São Paulo	Documento institucional
Prefeitura de São Paulo / Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)	Prefeitura de São Paulo / Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)	Atendimento Habitacional Provisório	s/d	Prefeitura de São Paulo	prefeitura.sp.gov.br	https://prefeitura.sp.gov.br/web/habitacao/atendimento/	atendimento habitacional, auxílio aluguel	políticas públicas, moradia	São Paulo	Documento institucional
Projeto coletivo (Articulação Vila Andrade)	Benedito Roberto Barbosa, Débora Ungaretti, Douglas Tadashi Magami, Eduardo Abramowicz, Guilherme Lobo, Marília Müller, Tereza Arrais, Ulisses Castro e Vitor Inglez	Mais de 2,5 mil famílias estão ameaçadas de perder suas casas na dividida Vila Andrade	2021	LabCidade – USP	Site LabCidade	https://www.labcidade.fau.usp.br/mais-de-25-mil-familias-estao-ameacadas-de-perder-suas-casas-na-dividida-vila-andrade/	direito à moradia, vulnerabilidade social, periferia	direito à moradia e imprensa	Vila Andrade, São Paulo	Jornal / Artigos
Ocupação Anchieta Grajaú e Peabiru	Não especificado	Autourbanização Ocupação Anchieta Grajaú	2019-2023	Associação de Moradores Movimento Anchieta e Peabiru	Site Peabiru	https://www.peabirutca.org.br/anchieta-grajau	levantamento social, ocupação urbana, vulnerabilidade	diagnóstico social e urbano	Ocupação Anchieta, Grajaú, São Paulo	Levantamento / Dados
Projeto coletivo (Guerreiros do Clima)	Adriana Francisca da Silva, Jenny Casemiro de Lima, Marília Dias Cardoso, Matamba Barreto dos Santos, Priscila Pamela Leão, Simone Alves do Carmo das Graças, Vera Nogueira, Sílvia Viviane de Mello, Chiquinha [Coordenadora] For Certificate: Letícia Souza dos Santos, Ana Maria Moreira da Rocha, Ana Paula Morais dos Santos, Edilene Silva de Queiroz, Karine Silva Queiroz, Priscila de Fátima Moraes dos Santos, Rayssa dos Santos Batista, Sandra M. Moreira Silva, Marilene Ribeiro de Souza [Coordenadora], Diana Grasiely Rodrigues de Freitas, Everson Carneiro do Nascimento, Larissa Pereira Sousa, Marines Izabel do Amaral, Pablo Henrique Costa da Silva, Ruby Rubenita Gomes, Sheila Nobre e Eliane Azevedo de Lima [Coordenadoras]	Guerreiros do Clima – Materiais Educacionais	2022	Projeto Guerreiros do Clima	Issuu	https://issuu.com/marquero/docs/_pamphlets_3encontro?fr=sZTg2OTY0MzM2MzE	educação popular, clima, juventude, direitos socioambientais	educação climática e participação social	Não especificado	Materiais educacionais
Projeto coletivo (Comunidade Jd. Gaivotas)	Chico Comaru, Claudia Cruz Soares, Dito Barbosa, Luciana Nicolau Ferrara, Patricia Cezarino Silva, Talita Anzel Gonzales, Beatriz Lima, Maria Clara do Martino, Rayssa Saidel, Tamires Barbosa (Universidade Federal do ABC, LabJUTA); Ana Paula Pimentel Walker, Marta Argüero de Alarcón, Olala Chivite Amigo, Andrea Marquez, Michael Amidon, Shourya Jain (University of Michigan Taubman College)	Comunidade Jd. Gaivotas – Panfletos	2019	Projeto de pesquisa/ação comunitária	Issuu	https://issuu.com/marquero/docs/all_english	moradia, comunicação comunitária, periferia	direito à cidade e mobilização social	Comunidade Jardim Gaivotas, São Paulo	Panfletos
Projeto coletivo (Água e Moradia)	Prof ^º . Luciana Ferrara, Prof ^º . Vanessa Empinotti, Ana Paula Walker, Benedito Barbosa, Elton A. T. Alves, Fernando Botton, Francisco Comaru, Gabriel Ancilotto Idú, Jade Cavallieri, Letícia Costa, Marcos Dominguez, María A. de Alarcón, Marilene R. de Souza, Nathália Costa, Paula Tomaz, Rayssa Saidel Cortez, Renata Sarti, Sheila Santos Nobre, Tamires Barbosa, Veridiana Godoy, Vitor Hugo Alves	Falta d’água e moradia popular na pandemia da Covid-19	2020	Universidade Federal do ABC (UFABC)	Site do projeto Água e Moradia	https://aguaemoradia.pesquisa.ufabc.edu.br/	pandemia, água, moradia popular, Covid-19, vulnerabilidade	direito à água e à moradia	Regiões periféricas urbanas (SP)	Publicação / Relatório

Maria Arquero de Alarcón and Ana Paula Pimentel Walker	Ana Paula Pimentel Walker, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, María Arquero de Alarcón, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, Benedito Roberto Barbosa, LabJUTA UF ABC, UMM e Centro Gaspar García de Direitos Humanos, Luciana Nicolau Ferrara, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Fernando Botton, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Marliene Ribeiro de Souza, Associação Pantanal e União dos Movimentos de Moradia, Sheila Cristiane Santos Nobre, Associação Cultural Cariri e União dos Movimentos de Moradia, Francisco de Assis Comarú, LabJUTA Universidade Federal do ABC	ATIVA, ARTICULA, ADVOGA: CO-PRODUÇÃO PELO DIREITO DE OCUPAR, PERMANECER E URBANIZAR / ACTIVATE, ARTICULATE, ADVOCATE: CO-PRODUCTION FOR THE RIGHT TO OCCUPY, HOLD GROUND, UPGRADE – Volume 1 Relatório	2022	Taubman College University of Michigan	Issuu	https://issuu.com/marquero/docs/aaa_ford-lasa_report_v1	direito à moradia, ocupações urbanas, co-produção, periferia, urbanização	direito à cidade e moradia	Periferia Sul de São Paulo	Relatório
Projeto coletivo (Comunidade Jd. Gaivotas)	Chico Comaru, Claudia Cruz Soares, Dito Barbosa, Luciana Nicolau Ferrara, Patricia Cezarino Silva, Talita Anzel Gonzales, Beatriz Lima, Maria Clara do Martino, Rayssa Saidel, Tamires Barbosa (Universidade Federal do ABC, LabJUTA); Ana Paula Pimentel Walker, Marta Argüero de Alarcón, Olala Chivite Amigo, Andrea Marquez, Michael Amidon, Shourya Jain (University of Michigan Taubman College)	COMUNIDADE JARDIM GAIVOTAS: CO-PRODUÇÃO DE TÁTICAS URBANAS	2019	Projeto de pesquisa/ação comunitária	Issuu	https://issuu.com/marquero/docs/20191022_pamphlet_gaivotas	moradia, direito à cidade, periferia, urbanização	direito à moradia e regularização	Comunidade Jardim Gaivotas, São Paulo	Relatório
Agência Mural	Agência Mural	Conheça Zé Maria, liderança de Paraisópolis que ampliou acesso à água na comunidade	45351	Agência Mural	agenciamural.org.br	https://agenciamural.org.br/conheca-ze-maria-lideranca-de-paraisopolis-que-ampliou-acesso-a-agua-na-comunidade/	liderança comunitária, acesso à água, Paraisópolis	ativismo comunitário, infraestrutura	Paraisópolis, São Paulo	Reportagem jornalística
Labjuta	Coordenadores: Maria Arquero de Alarcón e Ana Paula Pimentel Walker, Benedito Roberto Barbosa, Francisco de Assis Comarú Pesquisadores: Luciana Nicolau Ferrara, Talita Anzei Gonsales, Olaia Chivite Amigo, Shourya Jain, Andrea Marquez, Tamires Barbosa, Cláudia Cruz Soares, Maria Clara De Martino Mota e Patricia Cezario Silva	Prototyping tomorrow: Designing anticipatory urban strategies for young informal occupations São Paulo, Brazil	2018-2019	Labjuta	Labjuta	https://labjuta.com.br/arquivos/1004	jornalismo, moradia, periferia, favelas	direito à moradia e mídia	Diversas comunidades	Reportagens / Matérias
Francisca Genilce Gomes Barbosa Coelho	Francisca Genilce Gomes Barbosa Coelho	Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018)	2022	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Repositório Institucional da PUC-SP	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/26093	Frente Brasil Popular, movimentos sociais, centrais sindicais, partidos políticos	articulação política, resistência democrática	Nacional	Tese de doutorado
Ivaloo George Gusmão	Ivaloo George Gusmão	Experiências sociopolíticas e disputas das ocupações de terra por direito à moradia: Grajaú onde a cidade acaba e recomeça	2024	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social	Biblioteca da PUC-SP	https://drive.google.com/file/d/13FyWN5K6uYkfuSdLNC8Lh0t71n_MvA9O/view	movimentos de moradia, periferias, ocupações de terra, conflitos urbanos, neoliberalismo	direito à moradia, lutas urbanas	São Paulo (Grajaú)	Tese de doutorado
Beatriz Mendes	Beatriz Mendes	Ocupação Anchieta: conflitos e experiências na luta por direito à moradia	2021	Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP	https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/dc78a9f1-2e91-48c3-98f1-efc9f679c67f/2021_BeatrizMendes.pdf	ocupações urbanas, direito à moradia, movimentos sociais	luta urbana, resistência popular	São Paulo (Grajaú)	Trabalho Final de Graduação
Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka	Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka	CHÃO, MADEIRITE, TIJOLO: SENTIDOS DA AUTOCONSTRUÇÃO A PARTIR DA OCUPAÇÃO ANCHIETA-GRAJAÚ	2023	Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	Google Drive	https://drive.google.com/file/d/1eosQU_QWtBHLu-1pbICaLclU5mbo38lg/view?fbclid=PA6b21jcANFKoFleHRuA2FibQlXMQABp7qU5YpyAcUvmN1eoyDFWKOzDbWpAC6F4gAKodkvGymiS6Rj7PKV20XLaXUY_aem_qS3EMe8xDH7XtiFdi1Z9YA	ocupações urbanas, direito à moradia, movimentos sociais	luta urbana, resistência popular	São Paulo (Grajaú)	Trabalho Final de Graduação
Martim Ferraz Costa Furtado	Martim Ferraz Costa Furtado	ZEIS-4 no Grajaú: uma discussão sobre a expansão urbana entre 2002 e 2022	2023	Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP	https://bdta.abcd.usp.br/item/003234603	expansão urbana, ZEIS-4, Grajaú, planejamento urbano	urbanização periférica, planejamento territorial	São Paulo (Grajaú)	Trabalho Final de Graduação

Maria Arquero de Alarcón and Ana Paula Pimentel Walker	Ana Paula Pimentel Walker, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, Maria Arquero de Alarcón, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, Benedito Roberto Barbosa, LabJUTA UF ABC, UMM e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Luciana Nicolau Ferrara, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Fernando Botton, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Marliene Ribeiro de Souza, Associação Pantanal e União dos Movimentos de Moradia, Sheila Cristiane Santos Nobre, Associação Cultural Cariri e União dos Movimentos de Moradia, Francisco de Assis Comarú, LabJUTA Universidade Federal do ABC	Moradia Popular e a Questão Ambiental	2021	Taubman College University of Michigan	Vimeo	https://vimeo.com/529537142?fl=pl&fe=sh	moradia popular, meio ambiente, urbanização	questão habitacional e ambiental	Periferia Sul de São Paulo	Vídeo
Maria Arquero de Alarcón and Ana Paula Pimentel Walker	Ana Paula Pimentel Walker, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, Maria Arquero de Alarcón, Taubman College University of Michigan. Coordenadora, Benedito Roberto Barbosa, LabJUTA UF ABC, UMM e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Luciana Nicolau Ferrara, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Fernando Botton, LabJUTA Universidade Federal do ABC, Marliene Ribeiro de Souza, Associação Pantanal e União dos Movimentos de Moradia, Sheila Cristiane Santos Nobre, Associação Cultural Cariri e União dos Movimentos de Moradia, Francisco de Assis Comarú, LabJUTA Universidade Federal do ABC	Corto: Direito à Moradia	2021	Taubman College University of Michigan	YouTube	https://www.youtube.com/watch?v=RWj7dE9zUjM	direito à moradia, justiça social, periferia	direito à cidade e moradia	Periferia Sul de São Paulo	Vídeo
Projeto coletivo (Comunidade Jd. Gaivotas)	Chico Comaru, Claudia Cruz Soares, Dito Barbosa, Luciana Nicolau Ferrara, Patricia Cezarino Silva, Talita Anzel Gonzales, Beatriz Lima, Maria Clara do Martino, Rayssa Saidel, Tamires Barbosa(Universidade Federal do ABC, LabJUTA); Ana Paula Pimentel Walker, Marta Argüero de Alarcón, Olala Chivite Amigo, Andrea Marquez, Michael Amidon, Shourya Jain (University of Michigan Taubman College)	OCUPAÇÕES JOVENS DE TERRA EM SÃO PAULO: CO-PRODUZINDO ESTRATÉGIAS URBANAS E INTERVENÇÕES TÁTICAS	2019	Projeto de pesquisa/ação comunitária	Vimeo	https://vimeo.com/367998106?share=copy	moradia, urbanização, periferia, participação comunitária	direito à moradia e memória comunitária	Comunidade Jardim Gaivotas, São Paulo	Vídeo
Projeto coletivo (Guerreiros do Clima)	Adriana Francisca da Silva, Jenny Casemiro de Lima, Marília Dias Cardoso, Matamba Barreto dos Santos, Priscila Pamela Leão, Simone Alves do Carmo das Graças, Vera Nogueira, Sílvia Viviane de Mello, Chiquinha [Coordenadora] For Certificate: Letícia Souza dos Santos, Ana Maria Moreira da Rocha, Ana Paula Moraes dos Santos, Edilene Silva de Queiroz, Karine Silva Queiroz, Priscila de Fátima Moraes dos Santos, Rayssa dos Santos Batista, Sandra M. Moreira Silva, Marilene Ribeiro de Souza [Coordenadora], Diana Grasiely Rodrigues de Freitas, Everson Carneiro do Nascimento, Larissa Pereira Sousa, Marines Izabel do Amaral, Pablo Henrique Costa da Silva, Ruby Rubenita Gomes, Sheila Nobre e Eliane Azevedo de Lima [Coordenadoras]	Guerreiros do Clima – Vídeo	2022	Projeto Guerreiros do Clima	YouTube	https://youtu.be/C0e5B8uTc6w	juventude, clima, justiça ambiental, resistência	mudanças climáticas e justiça socioambiental	Não especificado	Vídeo
UMM-SP	Vários	1º Encontro de Favelas	2023	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	YouTube	https://youtu.be/yMBUSeyGQ7g	favelas, mobilização, luta por moradia	organização comunitária e luta urbana	São Paulo	Vídeo
UMM-SP	Vários	1º Encontro de Favelas	2019	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	Google Drive	https://drive.google.com/drive/folders/1r266fJBegGnheddmBaZr4lpfxX_hMYz?usp=drive_link	favelas, mobilização, luta por moradia	organização comunitária e luta urbana	São Paulo	Encontro
UMM-SP	Vários	2º Encontro de Favelas	2021	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	Google Drive	https://drive.google.com/drive/folders/14d34FAcFgv6RLGSC7akBmamCX0803zIF?usp=drive_link	favelas, movimentos sociais, resistência	articulação e mobilização popular	São Paulo	Encontro

UMM-SP	Vários	3º Encontro de Favelas	2022	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	Google Drive	https://drive.google.com/drive/folders/17is1NvSEFMDVBKn_y5G6UhNxd7LHsk5B?usp=drive_link	favelas, organização comunitária, luta por direitos	fortalecimento da luta por moradia	São Paulo	Encontro
UMM-SP	Vários	4º Encontro de Favelas	2023	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	Google Drive	https://drive.google.com/drive/folders/1wB193bFYFNrRmAERqB9fcBVmO6VlwJAz?usp=drive_link	favelas, resistência, especulação imobiliária	compromisso com a luta por moradia popular	Zona Sul de São Paulo	Encontro

Favelas e ocupações da Zona Sul convidam:

encontro sul de favelas e ocupações

"De teto e chão, não abrimos mão!"

19/10/2019

Ocupação Anchieta: Rua Bilac, 473

PROGRAMAÇÃO

9-10h - Credenciamento/Café da manhã

10-12:30h - Mesa e debates > *Luta pela terra na Zona Sul*, com subtemas:

- 1/Regularização fundiária no contexto dos mananciais;
- 2/Mapa das remoções na Zona Sul;
- 3/Experiência do Jardim União (organização comunitária).

13:30-15h - Trabalho em grupos:

- 1/Regularização fundiária;
- 2/Remoções - dinâmicas e estratégias;
- 3/Acesso ao saneamento e energia;
- 4/Fortalecimento da organização comunitária.

15-17h - Sistematização e encaminhamentos



ESCRITÓRIO MODELO
Dom Paulo Evaristo Ams

M TAUBMAN COLLEGE
architecture + urban planning
University of Michigan

MISEREOR
BIRHILFswerk



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



FORD FOUNDATION



MANIFESTO LETTER

OF FAVELAS AND LAND OCCUPATIONS IN THE SÃO PAULO SOUTHERN PERIPHERY

Meeting at Anchieta Occupation Community Center

São Paulo, October 19, 2019



In attendance:

- Social Movements

Central de Movimentos Populares (CMP) [Center of Popular Movements]; Frente de Luta Por Moradia (FLM) [Housing Struggles' Front]; Cooperativa Habitacional Central do Brasil (COHABRAS) [Brazil's Central Housing Cooperative]; Instituto de Lutas Sociais (ILS) [Social Struggle Institute]; Luta Popular e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) [People's Struggle and the Roofless Workers' Movement]; Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB) [Movement for those Affected by Dams]; União dos Movimentos de Moradia (UMM) [Union of Housing Movements];

- Community Groups and Neighborhood Associations

Land Occupations of Anchieta, Chácara do Conde, Favela 19, Ilha do Bororé, Jardim da União, Jardim Gaivotas, Jardim Herplin, Jardim Manacá da Serra, Jardim Unidos da Toca, Jurubatuba, Mirante do Grajaú, Olga Benário, Pantanal, Paraisópolis, Parque do Engenho, Portelinha, Porto Velho, Vila Marcelo, Vila Rubi, and Vila Nascente;

- Universities, through their research laboratories, students, and faculty

Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP [Cities Institute of the University of São Paulo]; Laboratório de Habitação e Assentamentos- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, LABHAB-FAU/USP [Lab for Housing and Settlements, School of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo]; Laboratório Justiça Territorial-Universidade Federal do ABC, LabJUTA/UFABC [Lab Territorial Justice, Federal University ABC]; Taubman College University of Michigan;

- Technical and legal advisory services

Peabiru and the Model Legal Aid Office of the PCU/SP [Pontifical Catholic University of São Paulo].

These organizations came together to reflect on, propose solutions for, and organize against the severe dismantling of social and affordable housing policies, slum upgrading initiatives, and secure access to land, water, sanitation, and electricity in land occupations and favelas in the southern region of São Paulo. The goal is to mobilize our communities against the enduring attacks by federal, state, and municipal governments vis-à-vis the intense criminalization and stigmatization of the processes of peripheral land urbanization, the socio-environmental injustices, and (3) the intense growth of land occupations in the region resulting from rising unemployment, low wages, real-estate speculation, and the burden of unattainable rents.

We hereby manifest a firm commitment to: (1) strengthen unity and cooperation among land occupations; (2) intensify the struggle for rights, especially the right to housing and access to land, water, and energy; and (3) advance the struggle both for popular plans of urbanization, affordable planned housing and the regularization of land ownership, ending evictions and removals.

We reaffirm that (1) the answer to the vast housing deficit, which weighs most heavily on the poorest populations, is the responsibility of governments that have historically denied our rights and (2) we will continue to fight until all families of working men and women have their rights guaranteed, because **it isn't the fault of the occupiers!**

Together, we commit to:

1. Expand mobilization among different social movements, favelas, and occupations, seeking resources available locally, nationally, and internationally to form and strengthen partnerships.
2. Fight for the reallocation of tax-delinquent properties for a social use as per housing policy provisions.
3. Pursue policies for land regularization and ensure access to urbanized, environmentally sustainable land.
4. Obtain recognition of access to water, sanitation and electricity as a fundamental right and step up the struggle for access under permanent low-income rates (water and electricity are not discretionary spending).
5. Invest in self-management, mutual aid, and nationwide cooperatives.
6. Organize a program to train mediators for land conflicts.
7. Develop a network of advisory professionals (lawyers, architects, engineers, journalists, social workers, and psychologists) to strengthen the fight for housing and access to land.
8. Implement the Permanent Forum of Occupations, Favelas and Communities to protect against evictions and obtain access to land and legal land title.
9. Maintain an updated map database of the favelas and land occupations threatened with removal in the region.
10. Conduct socioeconomic and land surveys in communities and implement new tools to fight for rights, such as dossiers, maps, etc.
11. Design opportunities for collective development and learning, highlighting a plurality of experiences, trajectories, and identities in the community and expanding the spaces and times available for sharing these experiences.
12. Organize training and education cycles, including a variety of themes grounded in the history of the communities, and champion collective victories with special attention paid to youth and children.

2º ENCONTRO DE FAVELAS E OCUPAÇÕES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

CARTA COMPROMISSO E MANIFESTO

2º. encontro sul
de favelas e ocupações

De Teto, água e chão, Não abrimos mão!

TRANSMISSÃO AO VIVO

28 • 03 • 2021

14 às 17 horas

PROGRAMAÇÃO

MEDIAÇÃO: Benedito Barbosa (CMP e UMM) e Talita Gonsales (UFABC)

14h - 14h40

ABERTURA: Luciana Ferrara e Francisco Comaru (UFABC)
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA JOVENS OCUPAÇÕES: Ana Paula Pimentel Walker e Maria Arquero de Alarcón (Univ. Michigan)
APRESENTAÇÃO CULTURAL: Jadir Bonacina (MAB)

14h40 - 15h30

EIXO 1 DIREITO À TERRA URBANIZADA
E CONFLITOS FUNDIÁRIOS: Karina Leitão (FAUUSP)
EIXO 2 DIREITO À ÁGUA E AO SANEAMENTO: Edson Silva (ONDAS)

15h30 - 16h30

DISCUSSÃO EM GRUPOS: Propostas para uma carta manifesto
EXIBIÇÃO DO VÍDEO "MORADIA POPULAR E A QUESTÃO AMBIENTAL: Histórico da Construção das Comunidades na Zona Sul de São Paulo"
APRESENTAÇÃO DE CARTILHAS E MATERIAIS INFORMATIVOS: Cíntia Fidelis, Benedito Barbosa e Vanessa Empinotti

16h30 - 17h

ENCERRAMENTO

ORGANIZAÇÃO



APOIO

Os Movimentos, Entidades, Fóruns e Redes: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo – UMMSP, Central de Movimentos Populares-CMP, Frente de Luta Por Moradia-FLM, Movimento dos Atingidos por Barragem- MAB, Luta Popular, Cooperativa Habitacional Central do Brasil-COOHABRAS, Fórum de Trabalho Social em Habitação de Interesse Social, Observatório dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS, BrCidades/Núcleo SP, Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo-FACESP, Instituto de Lutas Sociais – ILS – Centro de Promoção e Resgate à Cidadania do Parque Grajaú – CEPROCIG, Associação Morar e Preservar Chácara do Conde – FOMAESP, Movimento de Moradia Missionária Cidade Ademar/Cecasul, Instituto de Direito Urbanístico – IBDU, Associação Povo em Ação, Associação Civil Sociedade Alternativa; as favelas, ocupações e comunidades da Zona Sul domunicípio de São Paulo: Anchieta, Jardim Iporã, Chácara do Conde, Jardim Unidos da Toca, Jardim Manacá da Serra, Jardim da União, AUMDC/Paraisópolis, Comunidade do Pantanal, Cocainha/Grajaú, Olga Benário, Portelinha, Ilha do Bororê, Jardim Herplin, Gaivotas, Vila Rubi, Vila Marcelo, Favela 19, Comunidade Campo Grande/Jurubatuba, Campo Novo do Sul, Chácara do Povo, Jardim Aristocrata, Jardim Emburá/Jardim São Pedro, Jardim Eliana, Jardim Gaivotas, Jardim Guanhembú, Jardim Maringá, Linha do Trem, Parque do Engenho, Morro do Pullman, Jardim Nova América-Parelheiros, Parque Grajaú, Parque Residencial Cocaia, Recanto Cocaia, Vila da Paz, Alto da Alegria, Água Espreiada, Beira Rio, Cantinho do Céu, Cidade Ademar/Pedreira, Comunidade City, Ilha do Bororê, Jardim Cristal, Morrão, Nova Jersey, Jardim Casa Branca, Comunidade Avenida Euclides/Jabaquara, Jardim Comercial, Jardim Clipper/Favela do Vintém, Jardim Monte Verde, Parque Nova América, Parque do Engenho, Jardim Prainha, Jardim da União, Linha de Transmissão, Morro dos Macacos, Morro da Mandioca, Nova Esperança, Ocupação Itapeperica, Ocupação Morro do Catchup, Ocupação Pelé, Ocupação da Toca/Madeirite, Olaria / Canto do Rio Verde, Parque Fernanda, Rosa de Sharon, Santa Rita, Vila Andrade – Metrô, Pedreira, Viela da Paz Butantã, JG3 – Jardim Guanhembú 3; as favelas, ocupações e comunidades das demais regiões Sudeste, Oeste, Leste de SP e nos municípios de Carapicuíba, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Americana, Embu das Artes, Guarulhos: Favela de Vila Prudente, Comunidade Haiti, Favela do Jardim Celeste, Ocupação Terra Prometida, Favela São Remo – Ocupação Buracanã, Ocupação Raposo Tavares, Comunidade da Família, Cidade dos Trabalhadores, Cidade Locomotiva, Comunidade Piemonteses, Comunidade do Sapê e Jacarandá; as Universidades, por meio de seus Laboratórios de Pesquisas, estudantes e professores: Laboratório Justiça Territorial – LabJUTA/UFABC, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos – LABHAB-FAU/USP, Taubman College Universidade de Michigan, Instituto das Cidades da UNIFESP, Escritório Modelo Ático do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” da PUC/SP; e as assessorias técnicas e jurídicas: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais.

O objetivo foi debater, refletir, propor alternativas, lutas e organização, frente ao pior momento da pandemia da Covid-19, que neste momento já matou mais de 320 mil pessoas, frente ao aumento dos despejos e remoções de moradores em ocupações, frente ao autoritarismo do governo Bolsonaro, e ao desmonte das políticas de habitação, políticas de acesso à terra, à água, saneamento e energia em âmbito, municipal, estadual e federal, atingindo os assentamentos precários e vulneráveis e a população de baixa renda.

Nos comprometemos a seguir lutando, nos mobilizando, e combatendo a criminalização dos territórios centrais e periféricos, frente às injustiças ambientais, à ausência de políticas habitacionais e ao aumento dos despejos, a especulação e valorização imobiliária e o abuso no alto custo dos aluguéis, associado ao brutal desemprego e baixos salários que atingem nossa população.

Manifestamos a partir deste 2º Encontro Sul, o firme compromisso de seguir fortalecendo a unidade das ocupações e lutando contra os despejos, por territórios justos e por terra, água e teto. A responsabilidade pela falta de moradia que atinge os mais pobres é da especulação imobiliária, dos governos: estadual, municipal e federal, eles precisam fazer moradia para o povo, e garantir o acesso à água e ao saneamento, para os mais pobres.

As mais de 60 comunidades, entidades, universidades e assessorias, presentes no Encontro, assumem as seguintes propostas:

1. Lutar por acesso à terra urbanizada, considerando a moradia como porta de entrada que dá acesso aos demais os direitos, e pressionar a Prefeitura de São Paulo por orçamento para regularização fundiária com garantia de permanência;
2. Articular as comunidades para ampliar a resistência e luta contra ações de reintegração de posse e remoções buscando apoio das assessorias técnicas e jurídicas e, atuar junto a Defensoria Pública para reforçar suas equipes técnicas multidisciplinares nas Ações Cíveis Públicas e fortalecendo a atuação nos contextos coletivos;
3. Pressionar o poder público para que em casos de remoção inevitável, onde não for possível a manutenção de famílias em processos de regularização e urbanização, sejam garantidas novas habitações em áreas a menos de 2km de distância da moradia original e que essa realocação se dê por meio de estratégias de ‘chave à chave’;
4. Trabalhar junto com a Defensoria Pública e o Ministério Público, como forma de garantir o acesso à justiça e lutar para que se interrompam as ameaças de remoção associadas às áreas de torres de transmissão de energia elétrica e exigir do poder público outra proposta de atendimento habitacional para as famílias localizadas nessas áreas de risco;
5. Mobilizar as associações de moradores pela suspensão dos despejos na pandemia, nos territórios populares, fortalecendo a Campanha Despejo Zero e a organização comunitária;
6. Lutar por construção de moradias populares com financiamento da CDHU e COHAB SP e articular um Grupo de Trabalho de mediação de conflitos com técnicos para dialogar com o poder público;
7. Cobrar dos parlamentares a participação popular nos debates sobre o Projeto de Lei da Regularização Fundiária e da Revisão do Plano Diretor, defendendo as Zonas Especiais de Interesse Social;
8. Propor ações focadas na garantia da água e energia como direitos fundamentais: lutar por tarifa social, gratuidade de quantidade mínima de água, ampliação e manutenção das redes de infraestrutura nas comunidades e garantia do acesso ao saneamento básico;
9. No momento de urgência sanitária da pandemia exigir do poder público e das concessionárias prestadoras de serviços a instalação de torneiras comunitárias e programas que vão além de obras de ligação de rede domiciliar de água, exigindo a instalação de caixas de água em todas as casas;
10. Articular e mobilizar, nos termos da Campanha Nacional “Despejo Zero”, uma campanha voltada às questões da água e da energia, lutando para que as famílias que estão em situação de desemprego e grande vulnerabilidade tenham garantidos o acesso a esses serviços;
11. Promover educação popular para fortalecer as associações de moradores, criando materiais informativos sobre como acessar tarifa social, programas de regularização fundiária, planos de urbanização, e articulando a luta pelo abastecimento regular dos serviços de água e esgoto à coleta regular de resíduos sólidos com mais pontos de lixeiras e maior frequência do serviço de coleta.
12. Pressionar o poder público no sentido de agilizar os pedidos de ligação de água e energia nas favelas e ocupações, de forma que não dependam de autorização das Subprefeituras e possam ser realizadas diretamente pelas concessionárias prestadoras desses serviços, responsáveis pela qualidade das ligações e do serviço.

São Paulo, 28 de março de 2021

Carta Aberta aos Assistentes Sociais

Como garantir os princípios do nosso Código de Ética, no cotidiano profissional, principalmente em situações de despejos forçados.

Sempre esteve presente para a categoria dos profissionais de Serviço Social um enorme desafio: operar as políticas sociais com uma postura crítica, comprometida com os setores populares e com a defesa dos direitos humanos, solidário às lutas sociais para aprofundamento da democracia e em favor da equidade, da justiça social e da universalização de acesso a bens e serviços, esses são alguns dos princípios contidos no nosso código de ética. Atualmente, a esse desafio estrutural se conjuga outro de natureza conjuntural: a necessidade de nos posicionar aberta e firmemente contra a violação ao direito à moradia e à cidade, que vem afligindo milhares de famílias moradoras de assentamentos precários, porém consolidados, e que estão sofrendo processos de desalojamento compulsório em função das mais diversas intervenções urbanas, por parte do poder público e de particulares, a exemplo: grandes obras viárias, operações urbanas, obras de saneamento ou recuperação ambiental, como também a defesa da propriedade privada.

- ☐☐☐☐☐☐ Considerando que nossa categoria tem sido historicamente chamada a operar as ações de remoção;
- Considerando a necessidade de esclarecer as possíveis distinções que se afiguram entre as diretrizes da política habitacional que operamos e nosso projeto ético político profissional;
- Considerando a urgência de declarar nossa absoluta solidariedade às famílias que tem sofrido violações de direitos,

O Conselho Estadual de Serviço Social de São Paulo vem a público para se posicionar e orientar os profissionais quanto a forma de enfrentar essas situações de desalojamento compulsório de famílias, baseando-se para tal nos princípios do nosso Código de Ética Profissional e nos “Princípios Básicos e

Orientações para casos de ameaça de despejos”, elaborado pela Relatoria Especial para Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas- ONU.

1. A comunidade que será atingida deve ter **tempo e condições de participar** de todo o processo de discussão quanto à necessidade da obra, da elaboração dos projetos e das propostas de remoções, de tal modo que possam ser minimizados os impactos sobre as condições de convivência e subsistência das famílias.

2. Os profissionais de Serviço Social envolvidos na tarefa de informar e mobilizar a população para essa participação deve exigir o acesso ao processo de planejamento das ações relacionadas à obra e ao conjunto de informações e instrumentos necessários para viabilizar a efetiva comunicação à população moradora. **O não acesso deve ser denunciado ao Ministério Público Estadual e Federal e Defensoria Pública.**

3. Todos têm o direito de saber por que terão que sair, para onde e quando vão e como será a mudança. **Todas estas informações têm que estar facilmente acessíveis** com bastante antecedência. **A remoção não pode resultar em pessoas ou comunidades desabrigadas! Os assistentes sociais deverão reforçar os processos de cobrança ao poder público da disponibilização dessas informações e das alternativas habitacionais adequadas.**

4. Realizada a obra, a melhor alternativa é que **todos voltem para a terra ou a casa** em que estavam antes do projeto. Se isto for impossível, **deve haver acordo** sobre o local e o modo como se dará o reassentamento.

Os profissionais de Serviço Social devem necessariamente esclarecer a população moradora em relação a esses direitos:

1-Antes, durante e depois da remoção, todos devem ter garantidas boas condições de acesso à saúde, educação, trabalho e outros. **Mulheres e grupos em situação vulnerável** (idosos, crianças, pessoas em tratamento de saúde, pessoas com deficiência) **têm proteção especial da lei** e devem sempre receber cuidados especiais.

2-Pessoas ou famílias que não forem reassentadas têm que ser **recompensadas de maneira justa**, levando em conta as perdas em relação a terra ou à casa, e também em relação à garantia de subsistência. Esta compensação deve permitir uma nova moradia adequada.

3-Como profissionais comprometidos com ao direito à moradia e à cidade, não vamos apoiar qualquer forma de **violência ou intimidação** antes, durante ou depois da remoção.

4-Quando não for possível viabilizar o conjunto de informações e o respeito aos direitos acima elencados, devemos reforçar os processos de denúncia junto as entidades de direitos humanos, Ministérios Público Estadual e Federal e Defensoria Pública, em parceria com os movimentos organizados e demais entidades comprometidas com a luta pelo direito à moradia e à cidade, através do conjunto CFESS/CRESS.

Compreendemos que a mobilização coletiva que vem se estruturando nas nossas entidades de categoria precisa ser reforçada, através das varias estratégias que construímos, aqui mais especificamente no CRESS-SP, como núcleo de desenvolvimento urbano direito a cidade, dos seminários, encontros estaduais e regionais, de artigos no jornal, como Conselho da Habitação em São Paulo, no fórum de reforma urbana, entre tantos outros espaços ocupados por nós assistentes sociais, pois não poderemos combater as violações de direito individualmente, o que seria uma prática voluntarista, com fortes traços messiânicos. Esses tipos de postura vêm sendo combatido historicamente no decorrer do desenvolvimento da nossa profissão.

A efetivação de direitos só ocorrerá politicamente, pela pressão coletiva e, nesse sentido, além da nossa organização como categoria torna-se imprescindível a união a outros atores coletivos e a contribuição do nosso conhecimento técnico na definição das pautas e agenda de luta dos trabalhadores.

Gestão Ampliações: Unindo Forças e Avançando na Luta

Trabalho Social em remoções de moradia, despejos coletivos e reintegrações de posse

Trabalhadores e trabalhadoras são constantemente ameaçados e frequentemente expulsos de seus locais de moradia - cortiços, favelas, loteamentos irregulares e, mais recentemente, edifícios ocupados em áreas com ótima oferta de infraestruturas, anteriormente abandonados por seus proprietários. Sem possibilidade de acessar uma moradia digna pelas regras do mercado, amplos contingentes de trabalhadores/as são obrigados a construir alternativas precárias e por vezes sem a segurança jurídica da posse, para poder sobreviver na cidade.

A terra urbana é objeto de uma disputa muito desigual. Enquanto segmentos do mercado - incorporadoras, construtoras/ empreiteiras e capital financeiro - tem forte interesse no espaço urbano como ativo de valorização dos capitais investidos, trabalhadores/as tem interesse no seu valor de uso; portanto, no que oferece como possibilidade de abrigo, proteção e também de acesso a bens e serviços que sustentam o viver na cidade.

Numa sociedade de mercado, a terra urbana é um bem escasso, dotada de um atributo muito especial: a possibilidade de produzir renda ou rendimentos e, pelo movimento incessante de construção, destruição e reconstrução, intrínseco à lógica de mercado, passa a ser base para recriação constante de novos produtos e ativos financeiros, expulsando de determinado território quem não possui condições de acessar (ou consumir) esses novos produtos.

Mas é fundamental lembrar que a valorização de um espaço urbano ocorre em função de atributos que a ele vão sendo incorporados pelos investimentos públicos mais do que dos investimentos privados – infraestruturas de saneamento, mobilidade, sistemas de parques e praças, incluindo o próprio regramento de uso e ocupação do solo, também uma definição de política pública. Obras públicas de recuperação ambiental e também obras viárias e de reestruturação urbana como tem sido as Operações Urbanas, são por vezes responsáveis pela atração de investimentos privados e oferta de produtos para novos segmentos “consumidores”, cujo efeito prático é a expulsão dos territórios reestruturados daqueles que possuem pouca ou nenhuma condição de acompanhar o novo padrão e, portanto, comprar nas novas padarias, novos hipermercados e novas lojas, pagar os valores “reajustados” de alugueis etc.

O processo de expulsão, seja pela gentrificação dos territórios, seja por processos de remoção de moradias por obra pública, seja pelos despejos daqueles que perderam renda, tem gerado um movimento de pessoas e **famílias que transitam permanentemente pela cidade**, seguindo de uma

ocupação a outra, de uma condição precária a outra.

Acrescente-se a esse processo, duas outras situações, cada vez mais frequentes: as perdas de renda familiar, geradas tanto pelas reiteradas crises econômicas e quanto pela própria metamorfose do mundo do trabalho, que tem levado um número cada vez maior de trabalhadores a condição de não empregáveis e, portanto, ao descarte. Sem renda, fica comprometida a possibilidade até mesmo de pagar por um cômodo numa habitação coletiva ou construir um barraco nas já super adensadas favelas. Algumas soluções de ocupação precárias geram situações de risco iminente, que devem ser equacionadas pelo poder público e frequentemente também acarretam remoções de moradias.

Nesse cenário de complexas determinações, são os profissionais de Serviço Social que mais frequentemente são acionados, seja para realizar cadastramento da população, orientação e mediação de conflitos, seja para a tarefa de convencimento às famílias para aceitação da saída do local, em **ações de remoções de moradia, despejos coletivos e reintegrações de posse**.

Nesse sentido, é fundamental manifestarmos sobre o entendimento construído a partir dos debates realizados pelas/os profissionais que compõem o Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo. Primeiro, defendemos o **trabalho social como processo**, ou seja, ação continuada, estruturada e articulada, **inserido em programas e políticas habitacionais** e nunca como ação isolada. Nesse sentido, as ações de remoção de moradia tanto as que ocorrem no contexto de uma intervenção pública quanto aquelas que estão fora desse contexto, devem necessariamente gerar a entrada das famílias removidas em programas habitacionais que provenham o seu direito à moradia digna.

No momento da realização da remoção, as famílias têm o direito inalienável de saber por que sua moradia está sendo removida – a motivação para sua saída – e ter disponibilizada pela política pública, um conjunto de alternativas, provisórias e definitivas, que garantam abrigo e segurança.

O trabalho social tem um pilar fundamental no **direito à informação**. Qualquer relação de aproximação e respeito mútuo só pode se efetivar com o franqueamento de todas as informações, que permitam às famílias tomar suas decisões e, inclusive, se mobilizar e organizar para enfrentar a mudança, seja se contrapondo coletivamente às condições ofertadas e construindo novas propostas, seja concordando ativa e conscientemente com a saída e tendo amparo na própria comunidade para tal.

Movimentos de moradia, sem teto e sem terra, bem como organizações da sociedade civil que apoiam a luta pelo direito à moradia e à cidade, nas quais se insere o Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, defendem que remoções de moradia, despejos coletivos e reintegrações de posse só podem ocorrer de forma planejada e negociada com a população, e incluir um **Plano de Reassentamento** de todos os atingidos, com descrição e garantia de alternativas diversas para as várias necessidades habitacionais das famílias atingidas – e, quando necessário, o atendimento provisório imediato - definição de prazos para realização das remoções que permitam a realização efetiva de um trabalho de

esclarecimento, e com informações precisas quanto a prazos e recursos.

O Plano de Reassentamento deve incluir o mapeamento das situações concretas de todos os atingidos e da teia de impactos que a remoção pode gerar (no emprego, renda, laços de vizinhança, assistência a saúde, educação); prever assistência para a saída e transporte da mudança do local de moradia, com guarda temporária dos pertences, quando necessário. Deve prever as ações que garantam a transferência de matrículas escolares de crianças e jovens adolescentes e prever ações protetivas a grupos mais vulneráveis como idosos, crianças e deficientes; prever formas de tratar os vários tipos de ocupação como aluguel de mais de uma unidade, comércio local, coabitação etc.

O Plano deve ser apresentado e discutido com a comunidade atingida, de tal modo que o conjunto de moradores possa debatê-lo, sugerir possíveis alterações e, posteriormente, possa acompanhar efetivamente sua operacionalização.

Em síntese, o Plano de Reassentamento é parte essencial e indispensável para a implementação de efetivo trabalho social. Sobretudo, por trata-se de reconhecer o direito à moradia como direito humano fundamental e cuja violação tende a gerar outras sérias violações, que vulnerabilizam ainda mais as famílias atingidas.

Para o adequado desenvolvimento de sua intervenção, o/ a trabalhador/a social necessita de condições de trabalho efetivas. Nesse caso, a existência de uma política pública habitacional de fato articulada com as demais políticas sociais, com diversidade de programas e recursos financeiros para atendimento às necessidades habitacionais e um plano de reassentamento com força política de implementação, são condições indispensáveis para realização de um trabalho social comprometido com o direito à moradia e à cidade.

A falta desses elementos precariza o trabalho social e, conseqüentemente, sua efetividade ficará comprometida. Cabe a nós, portanto, nos unirmos às lutas populares de modo a, coletivamente, reivindicar políticas articuladas que possam evitar os processos de remoção e, quando efetivamente necessários, seu enfrentamento ocorra de forma planejada, com alternativas de menor impacto e com respeito aos direitos humanos.

A pandemia e o agravamento das situações de vulnerabilidade

A pandemia do CORONAVIRUS e o desmonte das políticas sociais pelo desgoverno federal, revelou as enormes desigualdades sociais expressas no padrão da urbanização brasileira.

A pandemia tem classe, gênero e cor, mata mais homens, mulheres, idosos, negros e pobres, revelando o racismo estrutural, o preconceito e a desigualdade social na formação social brasileira. Atinge de forma mais perversa trabalhadores informais, trabalhadoras domésticas, mulheres com sobrecarga de trabalho, trabalhadores de aplicativos, ambulantes, catadores, população em situação de rua, indígenas

e quilombolas, moradores de cortiços, favelas, habitações precárias e com maior densidade habitacional, e todos aqueles que dependem do transporte público nas cidades.

A pandemia agravou as situações de vulnerabilidade e de falta de alternativas para uma grande parcela da população, que vive nas ruas, cortiços, ocupações, favelas e em moradias precárias na periferia da cidade, onde o isolamento social é praticamente inviável ou de baixíssima qualidade.

O enfrentamento dessa situação exige políticas públicas integradas nos três níveis de governo, que privilegie a vida e proteção as pessoas e famílias dos trabalhadores, mas as mudanças políticas após o golpe de 2016 e a eleição de 2018 levaram a retrocessos, a perda de direitos e ao desmonte das políticas sociais, dentre elas, a política habitacional, programas e financiamento para a população de menor renda, e ainda o fechamento dos espaços institucionais de participação como os conselhos e as conferências. O trabalho social na política habitacional, que desde 2003 vinha se estruturando como um componente da política habitacional, também foi afetado com o desmonte institucional e a pandemia. Observa-se a redução dos quadros de profissionais concursados nas prefeituras, a ampliação da terceirização dos serviços, a precarização do trabalho, a implantação do trabalho remoto e o distanciamento da dinâmica dos territórios e do convívio com famílias e grupos sociais.

Nesse cenário, as remoções e despejos sem a discussão de alternativas sociais que atendam as necessidades da população moradora da cidade configuram-se uma violação de direitos humanos fundamentais e o aprofundamento da expulsão, segregação e desigualdade social. Vivemos momento de pandemia, urgências sociais, onde a vida deve ser prioritária!

Nós do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo nos somamos as propostas dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e da ONU-Habitat na Campanha **DESPEJO ZERO EM DEFESA DA VIDA – NO CAMPO E NA CIDADE!**

Assim **defendemos** que assistentes sociais e demais profissionais que atuam no trabalho social das políticas urbana, habitacional e demais políticas sociais, **se somem à luta dos movimentos sociais pelos DESPEJOS ZERO** e se apoiem nos seus Conselhos Profissionais, sindicatos de base ou de categoria, para não participar dos processos de despejo, remoções e reintegração de posse nesse contexto.

São Paulo, 17 de julho de 2020.

Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo

30 Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo

Terra Urbanizada, Água, Clima e Direitos Humanos

Circo Escola do Grajaú/Cedeca Interlagos SP - 11 de dezembro de 2022



30 Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul de São Paulo

Terra Urbanizada, Água, Clima e Direitos Humanos



Circo Escola do Grajaú/Cedeca Interlagos SP - 11 de dezembro de 2022

Os Movimentos e Entidades: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo - UMMSP, Central de Movimentos Populares - CMP, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Frente de Luta Por Moradia - FLM, Instituto de Lutas Sociais - ILS e Frente Nacional de Lutas - FNL, neste dia 11 de dezembro de 2022, no Circo Escola do Grajaú na Rua Ezequiel Lopes Cardoso, 333 —, SP, das 8 às 17 horas, com a participação das seguintes Favelas, Comunidades e Ocupações: Chácara do Conde, Olga Benário (Portelinha), Jardim Toka, Sucupira Grajaú, Gaivotas, Recanto Cocaia, Linha do Trem, Morro do Ketchup, Chapecó da Serra, Jurubatuba, Articulação Vila Andrade, Pantanal, Ocupação Anchieta, Porto Velho, Terra de Deus - Vila União, Paraisópolis, Vila Nascente, Sítio Reimberg, Aristocrata, Jardim Capela-Almojaca, Jardim Edilene, Vila Rubi, Parque Residencial Cocaia, Jardim Reimberg e Viela da Paz,

Com o apoio das seguintes organizações: Escola da Defensoria Pública do Estado - EDEPE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, Taubman College, Universidade de Michigan, Fundação Ford, Misereor, Cedeca Interlagos, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Labjuta/UFABC, LabHab FAU/USP, Defensoria Pública e Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais.

Entidades e Organizações convidadas: Conselho Tutelar do Grajaú, CRAS - Grajaú, Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público de São Paulo, Pastoral da Moradia da Arquidiocese de SP, Centro de Acolhida População de Rua do Grajaú, Associação Estrela Guia Sudeste, Associação Casa Blanca, Escritório Modelo da PUC/SP, Movimento de Moradia do Centro, Fórum da Criança e do Adolescente da Capela do Socorro Grajaú e Parelheiros, Sociedade Amigos de Bairro do Parque Industrial de Embu Guaçu, Movimento de Saúde da Capela do Socorro, Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste e Movimento Sem Terra da Leste 1.

Diante da enorme crise que atinge as periferias urbanas em especial da Zona Sul de São Paulo, no que diz respeito às situações ao acesso à terra urbanizada, direito à água acessível, impactos das mudanças climáticas que atingem através das enchentes, riscos geológicos e ambientais, ameaça de despejos e remoções atingindo especialmente as crianças, adolescentes, e outros grupos vulneráveis somado ao racismo ambiental e territorial que impacta especialmente as mulheres e juventude preta com todas as formas de violência privada e por parte do Estado, **se reuniram para debater e aprovar as seguintes propostas:**

1. Organizar no ano de 2023 um encontro de crianças e adolescentes com objetivo de debater as violências nos territórios e propostas para o direito à moradia e à cidade;
2. Organizar um Encontro com a Defensoria, Ministério Público e representantes da Rede de Serviços, Movimentos Populares e outras Entidades Representativas da Sociedade Civil da Zona Sul, para discutir a situação do atendimento das necessidades humanas fundamentais da população, com especial atenção para: a garantia do direito à moradia, enfrentamento aos despejos, implantação dos Conselhos Zeis garantindo a participação das crianças, adolescentes e juventude, garantir o direito à moradia das pessoas em situação de risco, direito à terra urbanizada e espaços de gestão, aplicação dos instrumentos urbanísticos de direito à cidade, enfrentamento à exclusão social e a extrema pobreza, e acesso aos serviços sociais de proteção básica;
3. Organizar um Seminário de Moradia e com grupos vulneráveis, mulheres, idosos, crianças, adolescentes e imigrantes, população negra e população em situação de rua;
4. Fortalecer a luta em defesa do Projeto de Lei contra os despejos e pedir a aprovação na Câmara Municipal do PL Despejo Zero;
5. Lutar pela Regularização Fundiária e Urbanização com geração emprego e renda, equipamentos comunitários, inclusive com bom prato (segurança alimentar);
6. Lutar contra a Privatização da Sabesp e Fora Tarcísio!
7. Lutar pelo Acesso à água e energia com Tarifa Social;
8. Exigir a responsabilidade e lutar pela igualdade de tratamento do poder público para as famílias em áreas de proteção ambiental;
9. Trabalhar a educação ambiental utilizando a metodologia da governança colaborativa;
10. Vincular projetos de desenvolvimento e preservação ambiental com a permanência da população negra, pobre e periférica; lutar pela criação uma avaliação de impacto social e racial;
11. Lutar por Mais Educação Anti Racista;
12. Lutar por Políticas Públicas que levem em consideração as características socioeconômicas e raciais da população negra;
13. Articular a luta contra as remoções em conjunto com os Conselhos Tutelares.

CARTA ABERTA - 4º ENCONTRO DE FAVELAS E OCUPAÇÕES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

Lutas e Resistências na Sul

08 DE JUNHO DE 2024 - CÚRIA DIOCESANA DE SANTO AMARO, AVENIDA MASCOTE, 1171 – SP



*Somos gente nova vivendo a união,
Somos povo semente de uma nova nação,
Somos gente nova vivendo o amor,
Somos comunidade, povo do senhor*

*Vou convidar os meus irmãos trabalhadores
Operários, lavradores, biscateiros e outros mais.
E juntos vamos celebrar a confiança
Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz.*

– Zé Vicente - Baião das Comunidades

O IV Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul e Extremo Sul de São Paulo, com o tema: Lutas e Resistências na Sul, contou com a participação de diversas Favelas, Ocupações e Movimentos, como: Morro do Ketchup, Ocupação Anchieta, Toca do Sapo, Vila Nova Circular, Ocupação Liberdade, Nova Jersey, Terra de Deus, Pantanal, Ocupação Gaivotas, Articulação Vila Andrade, Olarias, Campo Novo do Sul, Ocupação Jorge Hereda, Garmic, ULCM, MOHAS, CECASUL, Afetos, MMC, MDF, Associação de Moradia Jardim Casa Branca II, Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste e ILS, todas filiadas à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e à Central de Movimentos Populares.

Participaram também as Assessorias: da Universidade Michigan, Peabiru, LabJuta UFABC, Conservatório Brooklin, Fórum de Trabalho Social em Habitação, NEMOS PUC, Escritório Modelo da PUC, LabHab USP e FFLCH USP, Pastoral da Moradia e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que debateram e aprovaram propostas de luta, sobre os impactos do PIU Jurubatuba, passando pela Vila Andrade, Socorro e Interlagos, atingindo as Favelas e Comunidades do Entorno da Billings e Guarapiranga, com suas conexões em diversas obras viárias, abrindo uma enorme fronteira para especulação imobiliária, gerando um forte aumento no preço da terra e no valor aluguéis.

Esse avanço imobiliário, também gera ameaças, despeja diversas favelas, até mesmo as que estão em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, e empurra as Comunidades para o extremo da periferia e os mananciais. Articulados ao PIU Jurubatuba, também está em curso a extensão da Marginal Pinheiros, terminais hidroviários e o Parque Linear do Cocaia, que colocam em risco de despejo milhares de pessoas.

Diante desta grave situação, as Comunidades e Entidades presentes neste IV Encontro repudiam a omissão e a ausência de políticas públicas por parte da Prefeitura de São Paulo, a violência, as ameaças de despejos e a ganância do setor imobiliário, e apresentamos as seguintes propostas para seguirmos lutando pelo direito à moradia e à cidade:

1. Ampliar o processo de formação e mobilização nos territórios para fortalecer e incentivar a luta pelo Direito à Moradia e à Cidade
2. Lutar pelo atendimento habitacional participativo e definitivo no local de origem ou próximo do local
3. Organizar caravanas das Comunidades para formação política e mobilização
4. Promover a vida Comunitária, com espaços de festas cultura e reunião
5. Identificar a rede sócio protetiva (saúde, educação, lazer, assistência social, transporte, tarifa social de água e energia) para fortalecer os processos de participação nos conselhos gestores.



Linha do Tempo do Plano de Intervenção Urbana Arco Jurubatuba

2014

31 de Julio

Prefeito:
Fernando Haddad
(2013-2016)
Partido dos Trabalhadores (PT)

Aprovação da Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo

Esta lei, proposta por PMSP SMUL (Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento), dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e aplica-se à totalidade do seu território.

2016

22 de Março

Lei de Zoneamento 16.402/2016

Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) normatiza a ação pública e privada sobre as formas de uso do solo da cidade

O PDE de 2014 inovou ao formular os Projeto de Intervenção Urbana (PIU) enquanto instrumentos para a transformação urbanística de grandes áreas da cidade, e incluiu, entre outros, o PIU Arco Jurubatuba. O PIU ACJ foi desenvolvido em 2017 e teve sua versão final encaminhada à Câmara em 2018.

2017

1 de Fevereiro- 11 de Junho

Proposição de elementos prévios do PIU ACJ

4 de Julho

Pedido de Prorrogação de Prazo, Conselho Gestor da SMUL

Prefeito:
João Doria
(2017-2018)
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

13 de Junho

Consulta Pública Inicial

Trouxe para discussão o diagnóstico socioterritorial e o programa de interesse público da área estudada. Online recebeu 32 comentários

2018

24 de Fevereiro

Audiências em Capela do Socorro

Os participantes fazem perguntas sobre temas de Plano Urbanístico, Meio Ambiente, Habitação, e Mobilidade.

Prefeito:
Bruno Covas
(2018-2022)
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

10 de Março

Audiências de Limpo e M’Boi Mirim

Os participantes fazem perguntas sobre temas de áreas contaminadas e as propostas utilizações delas, a segurança de praças propostas, as populações próximas do autódromo de interlagos, e o transporte público de interlagos.

20 de Junho

Autorização de SMUL

Para a abertura de processo SEI para tratar do “Projeto de Intervenção Urbana – Arco Jurubatuba” e prosseguimento do SP-Urbanismo

22 de Fevereiro

Diálogo com os Conselhos Participativos Municipais do Campo Limpo, M’Boi Mirim, Santo Amaro e Capela do Socorro

6 de Março

Audiências em Santo Amaro

Os participantes fazem perguntas sobre questões relevantes realocização de moradias e sobre cadastramento de populações em Canto do Rio Verde.

25 de Abril

Instrumento urbanístico proposto Áreas de Intervenção Urbanas (AIU)

As AIU são o nstrumento urbanístico proposto para definir as áreas verdes, melhoramentos viários e novos parâmetros urbanísticos, além da modelagem econômica financeira

27 de Abril

Reunião Devolutiva com a Defensoria Pública

ONG Teto e representantes das comunidades Miradas I e II, Olaria e Canto do Rio Verde participam. A reunião examina contribuições feitas durante as audiências públicas. Teto é uma organização de voluntários que implementa iniciativas de moradia e habitat em favelas precárias ao lado dos moradores.

2019

9 de Abril

Suspensão Judicial do PIU ACJ

ACJA Defensoria Pública do Estado de SP, com Def. Público Douglas Tadashi Magami, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Município de SP, SP Urbanismo, e Câmara Municipal do Município de SP, pedindo a suspensão da tramitação do PL na Câmara, a qual foi concedida em abril de 2019 (processo 2072081-49.2019.8.26.0000).

Preocupada em resguardar o direito das famílias da região, a participação dos moradores e da garantia de provisão de moradia, a Defensoria Pública argumenta falta de comunicação com moradores afetados pela lei, e falta de estudos necessários sobre o impacto no meio ambiente.

12 de Julho

Registro Público de envio normativo

Projeto de Lei 204/2018 e Anexo Projeto de lei 204/2018.

2023

Prefeito:
Ricardo Nunes
2022-Atualmente
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

22 de Dezembro

Licitação para o prolongamento viário

A prefeitura de São Paulo anuncia a licitação para o prolongamento viário da Marginal do rio Pinheiros na zona sul.

Em seus 7 quilômetros, km, a estrada passará por a vegetação remanescente da orla dos rios Pinheiros e Jurubatuba decretada Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) em 2014, e requalificada como Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana (ZEM) em 2023.

20 de Junho

Lei 17.965/2023

A lei sanciona o PIU Arco Jurubatuba e institui as Áreas de Intervenção Urbana (AIU) Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos.

8 de Julho

Lei 17.975/2023

Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

2024

19 de Janeiro

Lei 18.081/2024, Revisão Parcial da Lei de Zoneamento de São Paulo

Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei de Zoneamento) visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 – Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão do seu art. 126, e dá outras providências.

Atualmente

Audiências públicas

para discutir o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) – Empreendimento “Obras da Nova Marginal Pinheiros Oeste”

5 de Março

A licitação para obras de ampliação da Marginal Pinheiros foi suspensa.

A decisão veio após o Tribunal de Contas da União (TCU) apontar a necessidade de serem feitos ajustes no edital.

21 de Maio

DECRETO Nº 63.423/2024

Aprova a Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização do Município de São Paulo de 2024 – CGAU/MSP, para fins de atualização e aprimoramento técnico das informações da Carta Geotécnica do Município de São Paulo de 1992, e dá outras providências

Relatório da Secretaria de Favelas – Ocupações e Cortiços da UMM

Entre setembro e novembro de 2024, a Secretaria de Favelas da UMM participou de uma série de atividades de fortalecimento do processo de resistência e luta das favelas na cidade de São Paulo, além das reuniões específicas da Secretaria, visitas, e ações de incidência junto ao poder público frente a processos que implicam remoções ou ameaças.

Os casos mais emblemáticos, envolvem o caso da Comunidade Toca do Sapo, em que 1500 famílias ameaçadas de remoção na zona sul de São Paulo, para a implantação do parque linear do Cocaia, ameaça de remoção da Favela do Moinho com cerca de 1000 famílias, associado a implantação da Parceria Público Privada do Campos Elíseos e Polo Administrativo do Governo do Estado de São Paulo e também a defesa da Comunidade Souza Ramos, com 80 famílias, com mais de 60 anos agora ameaçada pela Implantação do Túnel Sena Madureira. Estamos também em parceria com a Universidade e assessorias técnicas trabalhando com a Ocupação Liberdade de Favela Vila Lata em mapeamento de risco e requalificação do território.

Outra vitória importante foi a cessão de uso do terreno concedido pela SPU na Ocupação Liberdade para viabilização de empreendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades para 80 famílias.

A Secretaria de Favelas participou também de diversos eventos em parceria com as Universidades, para tratar da situação das favelas em São Paulo e no Brasil e colaborou estudantes e pesquisadores na área. Participou de debates e oficinas sobre temas dos despejos forçados de forma virtual com coletivos no Chile e seguiu participando da Campanha Nacional Despejo Zero.



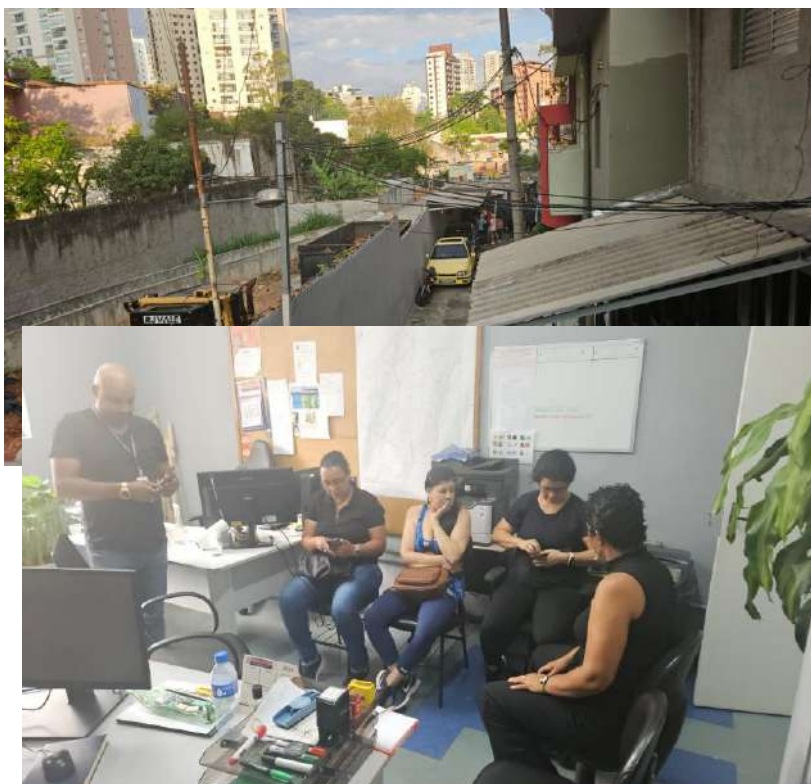
Assembleia Ocupação Liberdade 21/09 – Mutirão 10/11 e Visita na Ocupação dia 21/11



Reunião na CDHU para tratar da remoção da favela do Moinho dia 23/09 e visita na Favela para acompanhar o cadastro em 22 de outubro de 2024



Ato contra o túnel 08/10 e Reunião com a Famílias da Comunidade Souza Ramos na Defensoria Publica 10/10/24



Assembleia na Comunidade Souza Ramos 19/10 para organizar a Luta contra o despejo e regularizar a a Associação – A associação já foi regularizada e o despejo esta suspenso por ordem judicial - foto de visita na Comunidade no dia 22/10 e reunião na Subprefeitura da Vila Mariana 29/11



Apoio na Luta contra os despejos Comunidade do Pequeno Coração em Itaquapecetuba SP despejo Suspenso – Comunidade da Toca vem sofrendo com a demolição das casas desde outubro de 2024 em processo de negociação com prefeitura sobre a indenização das famílias.



Ato de destino de imóvel da Ocupação Matarazzo para Associação dos Sem Teto da Zona Oeste para a construção de 80 Unidades Habitacionais no Programa Minha Casa Minha Vida – Despejo Esta suspenso. 28/11/2024

Atividades de Formação e Parceria com Universidades



Participação no CEFVELA 07/07/24 – Centro de Estudos da Favela -, com sede na Universidade Federal do ABC (UFABC), é um Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) financiado pela FAPESP e comprometido com o desenvolvimento de pesquisas, formação de recursos humanos, transferência de tecnologia e difusão de conhecimento para a sociedade sobre as favelas, em articulação com diversas instituições, movimentos e organizações sediadas e comprometidas com a agenda territorial das favelas. A União dos Movimentos de Moradia e a União Nacional Por Moradia Popular é parceira neste projeto. ¹



¹ <https://agencia.fapesp.br/centro-de-estudos-da-favela-quer-juntar-academia-e-comunidade-para-gerar-conhecimentos-e-solucoes/52987>



Participação no IV Seminário Internacional de Urbanização de Favelas – URBfavelas - 20/11/2024 a 23/11/2024 – Realizado na Universidade de São Paulo (USP) celebrando 10 anos desde a primeira edição. O evento teve por objetivo reunir especialistas, acadêmicos, líderes comunitários e profissionais envolvidos na urbanização de favelas para discutir os desafios e avanços nessa área tão crucial para a sociedade brasileira. Em suas edições anteriores (2014, 2016 e 2018), o URBfavelas abordou os contextos políticos e sociais, sempre com o foco em reconhecer as potências e necessidades das favelas, nas suas múltiplas formas de organização e resistências.²

Incidencia junto a Defensoria Publica



Incidencia Junto à Defensoria para solicitar uma atuação efetiva de defensores publicos nas unidades territoriais na ponta para garantir um atendimento coletivo junto às comunidades de forma desburocratizada reunião junto ao colegiado da defensoria publica e a Defensora Geral 22 de novembro de 2024

² <https://jornal.usp.br/diversidade/urbfavela-coloca-a-urbanizacao-de-favelas-no-centro-do-debate-cientifico/>



Paerceria com a Pastoral de Moradia e Arquidiocese de São Paulo Organização do Dia do Pobre proposto pelo Papa Francisco realizado na Favela Gaivotas extremo Sul de Sçai Paulo dia 23 de novembro de 2024



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **De Teto e Chão não abrimos mão: o protagonismo dos sujeitos coletivos no enfrentamento dos conflitos fundiários, vivências (resistências) construídas a partir da luta popular**, sob a responsabilidade da pesquisadora Cíntia Almeida Fidelis a qual pretende conhecer e analisar a visão lideranças, interlocutores sobre o processo de luta no enfrentamento as ameaças de despejo e remoção nos conflitos fundiários.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, definido e relacionado com o objeto de pesquisa supracitado.

A pesquisa será realizada através de entrevistas e não oferecem riscos à integridade física das pessoas, mas pode ao mínimo provocar um desconforto devido ao tempo que será despendido para responder as questões elaboradas e no máximo um constrangimento pelo teor das perguntas. Não há outros riscos conhecidos.

Se você aceitar participar, estará contribuindo com um importante estudo na área de Serviço Social e que trará benefícios para a sociedade, especificamente para profissionais da área, estudantes e pesquisadores.

Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados e a sua identidade só será divulgada mediante autorização, caso



não seja de sua vontade, não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço Rua Ossian Terceiro Teles, 431, apto. 1206, Jardim Prudência, São Paulo – SP, CEP 04649-000, pelo telefone (11) 960756837, email cintia_fidelis@hotmail.com, ou entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa PUC/SP, na Rua Ministro de Godói, 9969, sala 63 C (Térreo do Prédio Novo) – Perdizes – São Paulo/SP telefone (11) 3670-8466.

Consentimento Pós – Informação.

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada uma de nós.

Sobre a autorização de minha identidade no presente estudo:

() Não, autorizo () Sim, autorizo

Assinatura do participante

Data:

____/____/____

Assinatura do Pesquisador Responsável